ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

PONTE DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO PROTENDIDO

PROJETO EXECUTIVO

OBRA:	ELABORAÇÃO DE ESTUDO TOPOGRÁFICO, ESTUDO HIDROLÓGICO/HIDRÁULICO, ESTUDO GEOTÉCNICO (SONDAGEM) E PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA DA PONTE EM CONCRETO ARMADO E PROTENDIDO, SOBRE O RIO CANJIRA-ACORÁ
RODOVIA:	MUNICIPAL
COORDENADAS:	15º15’00.00”S / 55º39’53.72”O
EXTENSÕES:	25,50 m
LARGURA:	5,00 m
MUNICIPIO:	CHAPADA DOS GUIMARÃES

VOLUME 1 - ESTUDOS

CUIABÁ/MT
MARÇO / 2026

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

PONTE DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO PROTENDIDO

PROJETO EXECUTIVO

OBRA:	ELABORAÇÃO DE ESTUDO TOPOGRÁFICO, ESTUDO HIDROLÓGICO/HIDRÁULICO, ESTUDO GEOTÉCNICO (SONDAGEM) E PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA DA PONTE EM CONCRETO ARMADO E PROTENDIDO, SOBRE O RIO CANJIRA-ACORÁ
RODOVIA:	MUNICIPAL
COORDENADAS:	15º15’00.00”S / 55º39’53.72”O
EXTENSÕES:	25,50 m
LARGURA:	5,00 m
MUNICIPIO:	CHAPADA DOS GUIMARÃES

VOLUME 1 - ESTUDOS

Elaboração : **FCK ENGENHARIA, CONSULTORIA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**
Responsáveis: **MARILDA DE CASTRO COSTA – RN 2607349869**
LUCAS LUIZ ARAUJO CORREA – RN 1203670761

MARILDA DE CASTRO COSTA:01534644881
MARILDA DE CASTRO COSTA:01534644881
2026.03.30 14:25:59 -04'00'

LUCAS LUIZ ARAUJO CORREA:22091942880
LUCAS LUIZ ARAUJO CORREA:22091942880
Eu sou o autor deste documento
2026.03.30 14:21:02-04'00'

CUIABÁ/MT
MARÇO / 2026

1.0 - ÍNDICE

2.0 - APRESENTAÇÃO 4
3.0 - MAPAS 7
3.1 – MAPA DE SITUAÇÃO 8
3.2 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO 10
4.0 – ESTUDOS 12
4.1 – ESTUDOS TOPOGRÁFICOS 13
4.2 – ESTUDOS HIDROLÓGICOS 17
4.3 – REGISTRO FOTOGRÁFICO 62
5.0 – INFORMAÇÕES DO PROJETO 65
6.0 – ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS 68
7.0 – DESCRITIVO ENCABEÇAMENTO 149
8.0 - PLANO DE EXECUÇÃO DA OBRA 165
9.0 – DECLARAÇÕES 183
10.0 – ART 185
11.0 – TERMO DE ENCERRAMENTO 190

2.0 - APRESENTAÇÃO

A empresa FCK Engenharia Consultoria Comércio Representações LTDA., apresenta o Volume I, referente a Contratação de Pessoa Jurídica para os Serviços de Elaboração de Estudos Topográficos, Estudos Hidrológicos / Hidráulicos, Estudos Geotécnicos (Sondagens) e Projeto Executivo de Engenharia para construção da Ponte de Concreto Pré-Moldado Protendido sobre o Rio Canjira-Acorá, situado na Rodovia Municipal, coordenadas 15º15'00.00"S/ 5º39'53.72"O, no Município de Chapada dos Guimarães.

- Responsáveis Técnicos: Marilda De Castro Costa - ART 1220230030407
  Lucas Luiz Araujo Corrêa - ART 1220230030676

O Orçamento, relativo ao serviço de Contratação de Pessoa Jurídica para os Serviços de Elaboração de Projeto Executivo de Engenharia para construção da Ponte de Concreto Pré-Moldado Protendido sobre o Rio Canjira-Acorá foi elaborado de acordo com a estrutura do SICRO – Sistema de Custos Rodoviários do DNIT, para o estado do Mato Grosso, com a data base de Outubro/2025, utilizando-se sempre que necessários elementos adicionais visando atender as condições particulares do projeto.

As cotações de materiais apresentados neste projeto executivo têm como objetivo estipular os custos mais próximo dos reais dessa obra. Dessa forma são realizados 03 (três) orçamentos dos materiais dos materiais pétreos. Com base nos preços apresentados nas cotações e na distância até local da obra, são definidos os seus custos unitários.

Sendo assim, as cotações apresentadas nesse projeto se trata apenas de uma pesquisa de mercado, portanto, a aquisição dos materiais para a execução da obra ficará a critério da empresa vencedora da licitação, cabendo a ela escolher os fornecedores que julgar mais adequados.

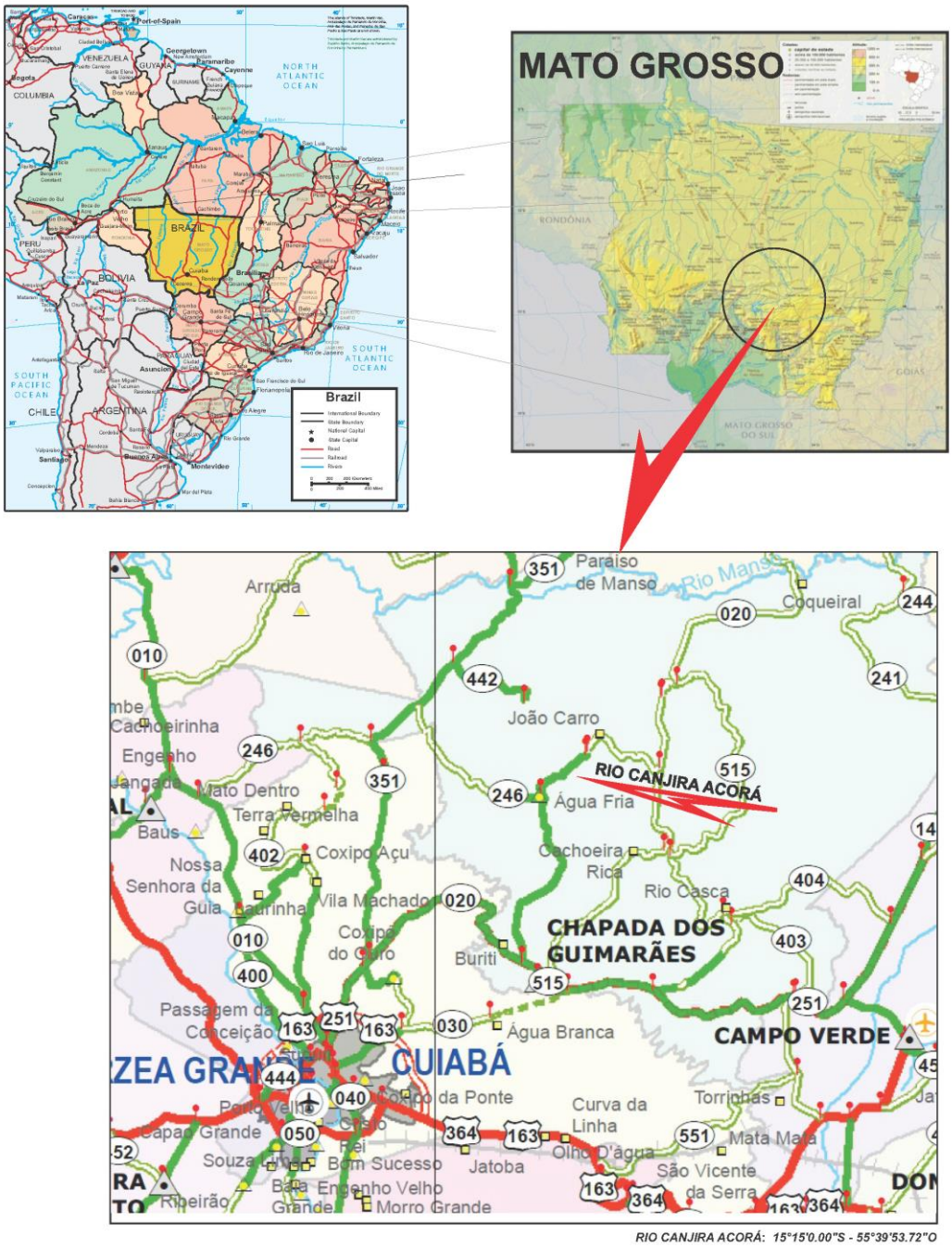
A brita será proveniente da Polimix, localizada em Santo Antônio do Leveger-MT, há aproximadamente, 143,30 km da obra. O preço foi obtido junto ao fornecedor.

A areia será proveniente da MC Mineradora, localizada no município de Cuiabá-MT, há aproximadamente, 213,00 km da obra. O preço foi obtido junto ao fornecedor.

O cimento será proveniente da loja Votorantim Cimentos, localizada há, aproximadamente, 250,20 km da obra, estando localizada no Município de Cuiabá-MT. O preço foi obtido junto ao fornecedor.

3.0 - MAPAS

3.1 – MAPA DE SITUAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

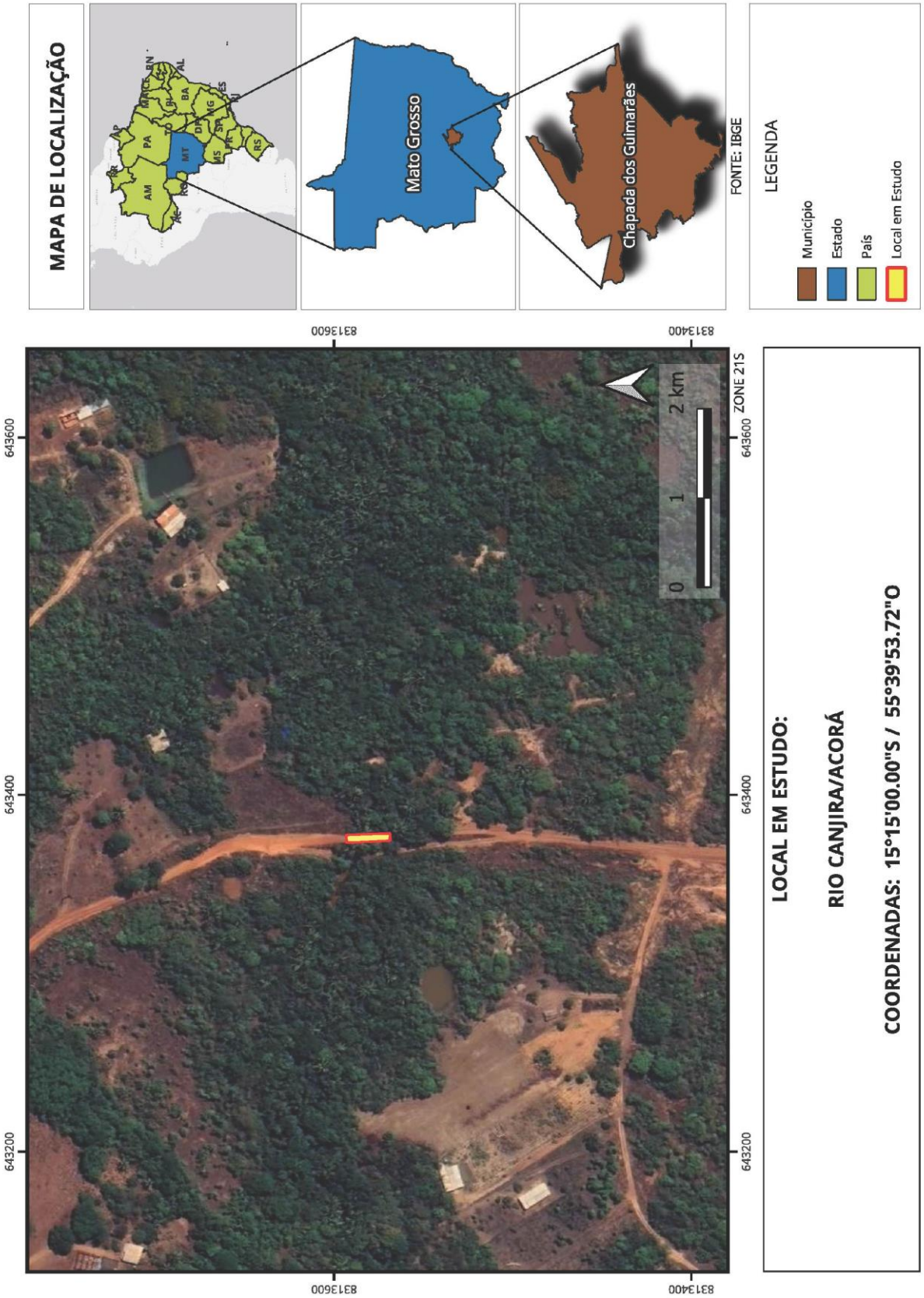
CONSTRUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO ARMADO E PROTENDIDO

Rio Canjira Acorá

MAPA DE SITUAÇÃO

RODOVIA:	COORDENADAS:	MUNICÍPIO:
MUNICIPAL	15°15'0.00"S - 55°39'53.72"O	CHAPADA DOS GUIAMARÃES

3.2 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO


MAPA DE LOCALIZAÇÃO
Mato Grosso
Chapada dos Guimarães
FONTE: IBGE
LEGENDA
Município
Estado
País
Local em Estudo
0
1
2 km
ZONE 21S
643200
643400
643600
8313400
8313600
LOCAL EM ESTUDO:
RIO CANJIRA/ACORÁ
COORDENADAS: 15°15'00.00"S / 55°39'53.72"O

4.0 – ESTUDOS

4.1 – ESTUDOS TOPOGRÁFICOS

INTRODUÇÃO

O Estudo Topográfico que foi realizado no trecho, em estudo, segue integralmente as instruções de serviço IS-204 e IS-205 do DNIT, e a NBR-13.333 – Levantamentos topográficos.

Este segmento encontra-se implantado e a sua colocação foi executada conforme as instruções, já mencionadas, e procurando sempre que possível atender os seguintes aspectos definidos na elaboração da diretriz do traçado que foram:

a) Manter o eixo locado sempre que possível no eixo da plataforma existente.

b) Adequar todo o trecho dentro das características mínimas exigidas de modo a se obter maior segurança e conforto

EXECUÇÃO DO ESTUDO

O Estudo Topográfico divide-se nos seguintes serviços:

- Locação do eixo e Sistemas de Referência;
- Levantamento das seções transversais;
- Amarrações dos pontos notáveis;
- Levantamento cadastral da faixa de domínio;
- Levantamento de ocorrência de materiais;

LOCAÇÃO DO EIXO E SISTEMA DE REFERÊNCIA

O processo utilizado foi o de locação direta com o emprego de estação total com leitura de 1”. O eixo do traçado foi materializado pela implantação de piquetes de madeira de lei colocado de 20 em 20 metros nas tangentes, e de 10 em 10 metros nas curvas e nos elementos dela.

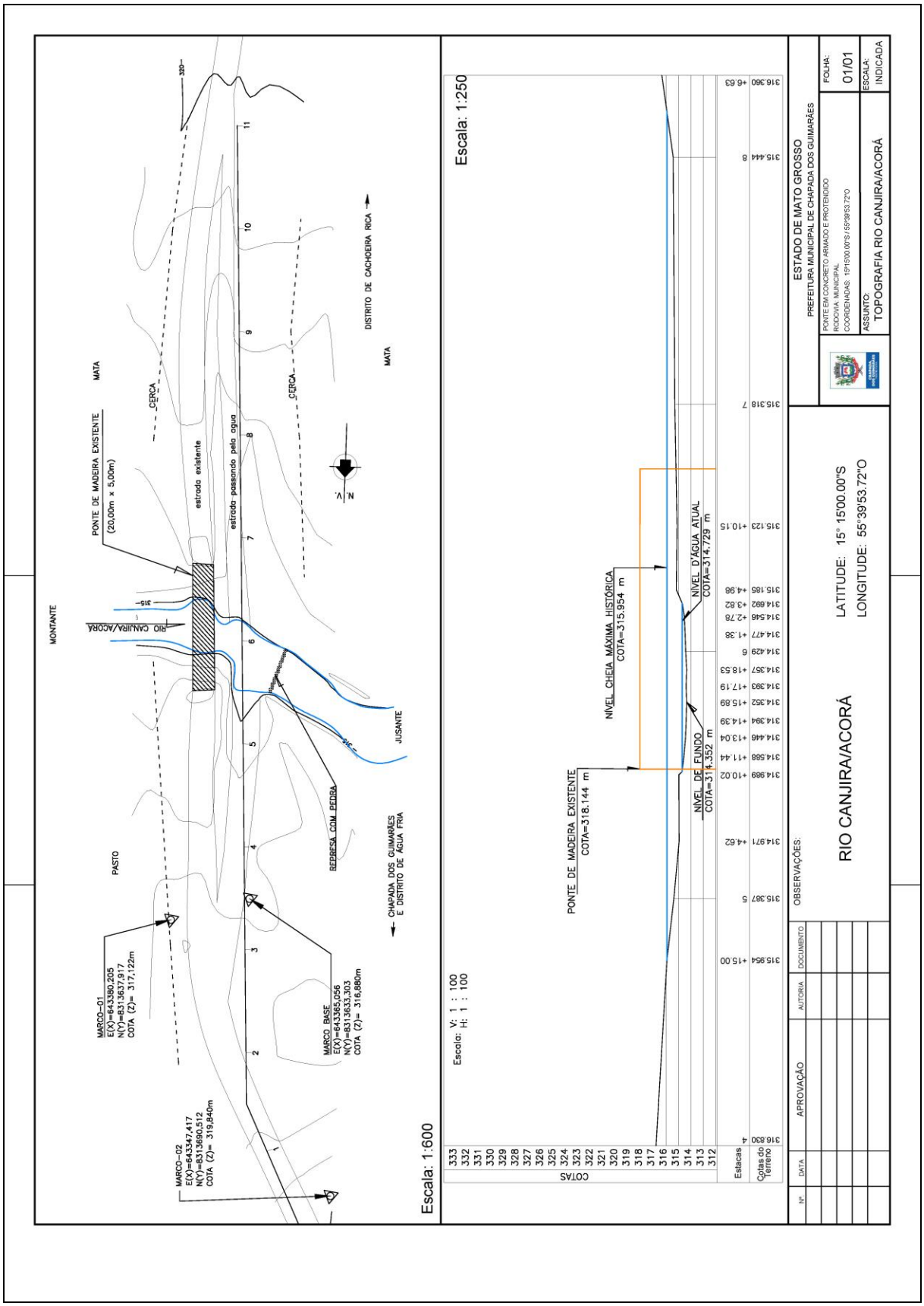
LEVANTAMENTO DE SEÇÃO TRANSVERSAL

As seções transversais foram levantadas com o nível, em todas as estacas locadas, com direção normal ao eixo. A faixa levantada foi de 80 m, abrangendo toda a faixa de domínio.

LEVANTAMENTO CADASTRAL DA FAIXA DE DOMÍNIO

O levantamento cadastral partiu da determinação dos limites físicos da faixa de domínio, das propriedades atingidas, bem como levantamento dos postes de energia elétrica, entradas de assentamentos, acessos etc.

Todos os serviços de cadastramento foram executados pelo processo de irradiação.


MONTANTE
PASTO
MARCO-01
E(X)=643380,205
N(Y)=8313637,917
COTA (Z)= 317,122m
MARCO-02
E(X)=643347,417
N(Y)=8313690,512
COTA (Z)= 319,840m
MARCO BASE
E(X)=643385,056
N(Y)=8313633,303
COTA (Z)= 316,880m
PONTE DE MADEIRA EXISTENTE
(20,00m x 5,00m)
RIO CANJIRA/ACORÁ
REPRESA COM PEDRA
CHAPADA DOS GUIMARÃES
E DISTRITO DE ÁGUA FRIA
JUSANTE
estrada existente
estrada passando pelo agua
CERCA
MATA
DISTRITO DE CACHOEIRA RICA
N.V.
Escala: 1:600
Escala: 1:250
Escala: V: 1 : 100
H: 1 : 100
COTAS
PONTE DE MADEIRA EXISTENTE
COTA=318,144 m
NÍVEL CHEIA MÁXIMA HISTÓRICA
COTA=315,954 m
NÍVEL D'ÁGUA ATUAL
COTA=314,729 m
NÍVEL DE FUNDO
COTA=314,352 m
Estacas
Cotas do Terreno
ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES
PONTE EM CONCRETO ARMADO E PROTENDIDO
RODOVIA MUNICIPAL
COORDENADAS: 15°15'00.00"S / 55°39'53.72"O
ASSUNTO:
TOPOGRAFIA RIO CANJIRA/ACORÁ
FOLHA:
01/01
ESCALA:
INDICADA
OBSERVAÇÕES:
RIO CANJIRA/ACORÁ
LATITUDE: 15° 15'00.00"S
LONGITUDE: 55°39'53.72"O
APROVAÇÃO
AUTORIA
DOCUMENTO
DATA
Nº

4.2 – ESTUDOS HIDROLÓGICOS

4.2.1. Objetivo

O presente relatório tem como objetivo determinar o cálculo das vazões, necessário para a checagem e o dimensionamento das obras de artes especiais, a fim de garantir o perfeito funcionamento das estradas e Rodovias.

4.2.2. Reconhecimento da região

4.2.2.1. Coleta e análise de dados

De acordo com o IS-239, a coleta dos dados existentes, tem como finalidade, com base na vazão, determinar a os tipos de estruturas de drenagem a serem utilizadas. Serão necessários coletar os dados pluviométricos ou fluviométricos, existente na região, e os dados que permitam a definição e as características físicas da bacia em estudo.

Sobre o comportamento hidráulico da ponte sobre o Rio Canjira/Acorá, foi informado no levantamento que o nível máximo d'água havia atingido aproximadamente a altura de 1,38m, contados a partir do fundo do rio.

Para as estações presentes no local em estudo, foi identificada a existência de estações fluviométricas com dados disponíveis, contudo as áreas de drenagem são incompatíveis com a bacia do local em estudo, portanto, serão utilizadas as estações pluviométricas disponíveis para o dimensionamento hidráulico.

a) Dados da Estação Pluviométrica

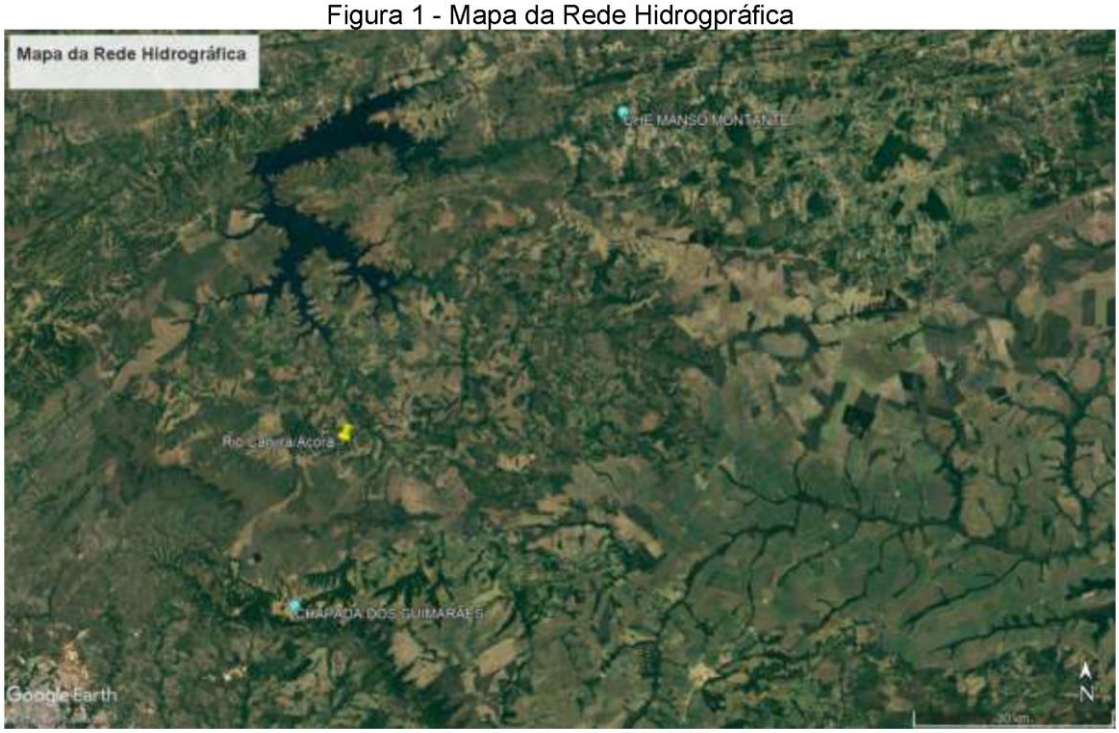
Abaixo segue as informações coletadas no site da ANA (Agência Nacional de Águas), referente as estações de Chapada dos Guimarães com período de 49 anos e de UHE Manso Montante com período de 47 anos, para caracterização do regime pluviométrico foram coletados e processados seus dados de chuva, coletados no site da ANA.

- Código: 1555001
- Nome: Chapada dos Guimarães
- Bacia: Rio Paraná
- Estado: Mato Grosso
- Município: Chapada dos Guimarães
- Responsável: FURNAS
- Operadora: FURNAS
- Latitude: 15.4689º S
- Longitude: 55.7289º W

- Código: 1455004
- Nome: UHE Manso Montante
- Bacia: Rio Paraná
- Estado: Mato Grosso
- Município: Chapada dos Guimarães
- Responsável: CONS. MANSO
- Operadora: CONS. MANSO
- Latitude: 14.81º S
- Longitude: 55.2764º W

Como as estações estão próximas e por pertencerem a mesma microrregião, ambas podem ser utilizadas, porém a Estação Chapada dos Guimarães possui maior período com levantamento de dados pluviométricos consolidados, deste modo para o dimensionamento hidrológico, considerou a Estação Chapada dos Guimarães como a principal, e foram acrescentados nela os levantamentos da Estação UHE Manso Montante.

Figura 1 - Mapa da Rede Hidrogpráfica



Fonte: Google Earth, 2022.

b) Dados Utilizados

Para o desenvolvimento do estudo hidrológico, foram analisadas fontes de informações como, cartas topográficas, registros pluviométricos e levantamentos de campo. Os mapas topográficos analisados são do Estado de Mato Grosso e foram obtidos pelo IBGE, em escalas diversas.

As informações referentes aos aspectos físicos da região, foram levantadas com estudos em campo e sendo complementados por consultas em publicações especializadas, como Atlas Nacional do Brasil e livros de Geografia do Brasil.

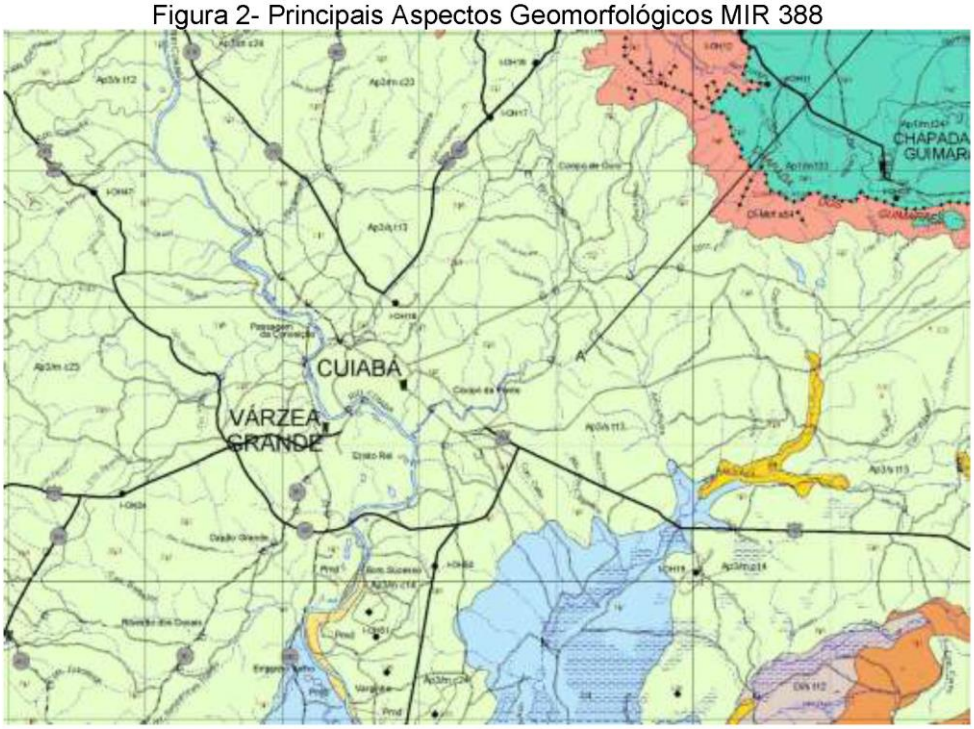
Os dados de pluviometria da região foram obtidos no Sistema de Informações Hidrológicas controlado pela ANA, os registros das estações pluviométricas Chapada dos Guimarães e UHE Manso Montante (códigos 1555001 e 1455004), são administrados e operados pelo FURNAS e CONS. MANSO.

4.2.2.2. Características Físicas da Região

a. Geomorfologia e Relevo

Os principais centros urbanos correspondem às cidades de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, Várzea Grande, Chapada dos Guimarães e Santo Antônio do Leverger, Jangada e Acorizal. Nesta folha concentra-se a grande maioria das vias de acesso do Estado representadas pela BR-364, BR-070, BR-020, MT-476, MT-040, MT-160, MT-010 e MT-351 dentre outras, e quase todas, confluindo para a capital Cuiabá. Os principais rios que drenam a folha são os rios Cuiabá e seus tributários, Aricá-Açu ou Grande, Aricá-Mirim, Coxipó, Bandeira, Engenho, Quilombo, Bom Jardim, da Casca, Pari, Esmeril, Espinheiro, Jangada, Chiqueirão, entre outros. Pequena porção da bacia do Rio Paraguai ocorre no setor sudoeste da folha, onde destaca-se o Rio Bento Gomes e seus afluentes. A área mapeada é caracterizada pela presença dos seguintes sistemas geomorfológicos: Sistemas de Aplanamento S1 - Ap1; Sistemas de Aplanamento S3 - Ap3; Sistema de Pedimentos - Pd. Sistema de Dissecação – Di; Sistema de Faixas Dobradas - Sd; Sistema de Dissecação em Colinas e Morros Cl-Mr. E os Sistemas de Agradação Fluvial, Planície Fluvial (Pf), Planície Aluvionar Meandriforme (Pmd), e Leques Fluviais, (Lq). (Figura 2).

Figura 2- Principais Aspectos Geomorfológicos MIR 388



Fonte: SEPLAN

O Sistema de Aplanamento S1 – Ap1 tem ocorrência restrita, preferencialmente na forma de pequenos residuais de topos planos ilhados por relevos mais dissecados. Desenvolve-se sobre sedimentos mesozóicos da Bacia do Paraná. Suas formas são sustentadas por rochas das Formações Botucatu e Marília, separadas por degrau erosivo. O Sistema Ap1/m ocorre na borda do sistema Ap, próximo ao contato com o Sistema Cl-Mr na forma de pequenas manchas e no extremo nordeste da Folha Cuiabá. Esse relevo está associado a rochas das formações Furnas, Ponta Grossa e Marília. O sistema de Aplanamento S1 – Preservado – Ap1/p é sustentado preferencialmente por litologias da Formação Marília e subordinadamente por rochas do Grupo Cuiabá, as quais sustentam residuais de topos aplanados. No geral, o relevo é constituído por pequenos residuais, de formato circular. O Sistema de Suave Dissecação - Ap1/s são sustentados por rochas da Bacia do Paraná, representada pelas Formações Botucatu e Marília, na porção nordeste da Folha Cuiabá. A Média Dissecação - Ap1/m é sustentado por rochas das formações Furnas, Ponta Grossa, Botucatu e Marília. Correspondem a sedimentos arenosos de granulometria variada e, subordinadamente, a sedimentos finos, como siltitos e folhelhos (Formação Ponta Grossa).

O Sistema de Aplanamento S3 – Ap3 tem ampla distribuição pela Folha Cuiabá. Ocupa grande parte das porções central, sul e norte. O grau de dissecação deste sistema permitiu identificar dois sistemas geomorfológicos, um com suave – Ap3/s e outro com média dissecação – Ap3/m. As maiores altitudes do sistema, em torno de 400 m ocorrem como manchas isoladas do Sistema Ap3/m, principalmente na porção sudoeste da Folha Cuiabá. Já o Sistema Ap/s caracteriza-se como a superfície de piso topográfico regional, reunindo as altitudes mais baixas. Os relevos desse sistema foram elaborados sobre litologias do Grupo Cuiabá, que correspondem a filitos diversos, metarenitos, metarcósios e calcários, orientados preferencialmente para NE. Grande parte dessas litologias, encontram-se dobradas provendo relevo característico, com colinas médias subniveladas e truncadas, com drenagens adaptadas aos lineamentos do substrato.

O Sistema de Pedimentos – Pd situa-se na porção sudeste da Folha Cuiabá limitado a norte pelos sistemas Cl-Mr e Ap1, e a sul, em sua porção mais baixa, pelos sistemas Ap3 e Lq. De uma forma geral, o sistema funciona como uma superfície de acumulação de detritos (bajada), provenientes da dissecação dos relevos Cl-Mr e Ap1. Na verdade, a transição entre os sistemas Ap3 e Pd é sutil, de difícil observação em campo, sendo as formações superficiais e o relevo mais plano e suave do Sistema Pd, os elementos de diferenciação entre eles.

O Sistema de Dissecação – Di foi diferenciado do Sistema Ap3, por se desenvolverem sobre a cobertura sedimentar quaternária da Formação Pantanal assentada sobre rochas arrasadas do Grupo Cuiabá, indicando um evento erosivo-acumulativo diferente daquele associado à abertura do Sistema Ap3.

O Sistema de Faixas Dobradas – Sd a foi esculpido sobre substrato do Grupo Alto Paraguai representado pelas formações Bauxi, Puga, Araras, Raizama e Diamantino. Nestas formações predominam os termos arenosos, geralmente de granulometria fina a média, com intercalações de siltitos e calcários.

O Sistema de Dissecação em Colinas e Morros - Cl-Mr ocorre na porção leste da Folha Cuiabá, margeando o limite escarpado do Sistema Ap1. Na porção sudeste, ocorre como mancha isolada associada a rochas graníticas e a pequenas cristas elaboradas em litologias do Grupo Cuiabá, ilhadas no sistema Pd. No geral formam relevos serranos com morros, morros alongados e morrotes. Na forma de faixa alongada funciona como relevos de transição entre os sistemas Ap1 e Ap3. Na porção

sudeste, forma relevos serranos elaborados em granitos intrusivos e metamorfitos do Grupo Cuiabá.

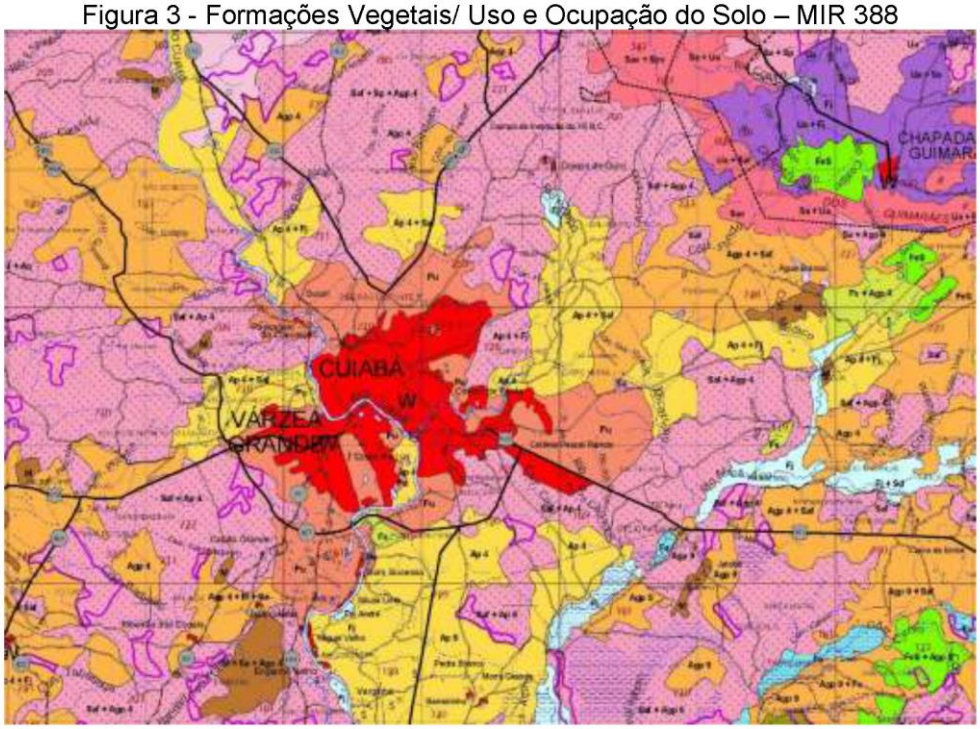
O Sistema de Agradação Fluvial - F Este sistema é representado pelas áreas onde o relevo é composto geneticamente por processos de acumulação fluvial. Neste sentido, estão incluídos nessa categoria as planícies, terraços fluviais e as demais formas originadas pela acumulação de materiais transportados. O Sistema de Planície Fluvial - Pf apresenta formas de unidade ligadas ao processo de acumulação fluvial. Geralmente são constituídas por canais de segunda ordem e as planícies são estreitas. Apresentam declividade médias inferiores a 1%. Os materiais superficiais correspondem a depósitos predominantemente arenosos, ocorrendo secundariamente argilas, siltes e cascalhos, geologicamente classificados como Aluviões Quaternários - Ha. O Sistema de Planície Aluvionar Meandriforme - Pmd está associado com a sedimentação promovida pelo Rio Cuiabá na porção sul da folha. Ocupa ampla faixa de terras baixas, nivelado em torno da cota topográfica de 100 m. Reúne extensa planície aluvionar formada por terraços e diques marginais. Nesse setor, o Rio Cuiabá apresenta canal meandriforme alternando erosão e sedimentação ao longo de seus meandros divagantes. A confluência com o Rio Aricá-Mirim é o local de maior expressão desse sistema. (Ponto OH52). Os materiais superficiais correspondem a depósitos predominantemente arenosos, ocorrendo secundariamente argilas, siltes e cascalhos, geologicamente classificados como Aluviões Quaternários - Ha. Os solos são Plantossolos e Glei Pouco Húmico. O Sistema de Leques Fluviais - Lq ocorre na porção sul da Folha Cuiabá e corresponde em parte às Planícies e Pantanais Matogrossense (Projeto RADAM, 1982). O sistema corresponde à principal feição agradacional da área. Caracteriza-se como um sistema de depósitos fluviais antigos e atuais associado ao regime de cheia e vazante do Rio Cuiabá e seus tributários. Distribui-se ao longo da cota topográfica de 100 m. São áreas inundadas periodicamente que formam amplos planos secionados por canais controlados pela estrutura do substrato. Os solos associados a esse sistema geralmente são do tipo Plantossolos e Glei Pouco Húmico. Geralmente apresenta coloração neutra e textura média a argilosa. O substrato apresenta sedimentos inconsolidados da Formação Pantanal composta por fácies arenosas, silto-argilosas e conglomeráticas.

b. Vegetação e Hidrografia

A Folha MIR-388 compreende parcial ou totalmente os municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Acorizal, Alto Paraguai, Chapada dos Guimarães, Jangada, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Porto Estrela, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger e Barra do Bugres. O território está inserido na Bacia do Rio Paraguai, em sua maior parte drenada pelo Rio Cuiabá e, na porção noroeste, pelo Rio Paraguai. A região encontra-se no Domínio das Savanas, com zonas de transição para sistemas florestais na Chapada dos Guimarães, em formações serranas e em áreas pantaneiras.

A conurbação Cuiabá/Várzea Grande constitui o maior centro urbano do Estado, polarizando as atividades industriais, do setor terciário e de prestação de serviços. Assentadas, respectivamente, às margens esquerda e direita do Rio Cuiabá, as duas cidades posicionam-se centralizadas em relação a uma rede rodoviária radial, de interligação com todas as regiões do Mato Grosso e com outros estados. O sistema rodoviário principal é constituído pela BR-163, que demanda as regiões centro-norte do Estado e Santarém, no Pará e que segue para leste, propiciando ligação com os Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul; pela BR-170, que liga Cuiabá às regiões oeste do Estado e ao Estado de Rondônia e por rodovias estaduais que propiciam ainda ligações a norte e nordeste (Chapada dos Guimarães), a sul e sudeste (Barão de Melgaço, Poconé). Na região, a produção agrícola é pouco significativa, restrita às áreas de chapada, sendo predominante a pecuária extensiva. A região tem boa potencialidade no setor turístico, local e extrarregional, pela proximidade do Pantanal e das áreas protegidas da Chapada dos Guimarães e pelas boas condições de acessibilidade propiciadas pela infraestrutura de serviços existente em Cuiabá.), veja (Figura 3).

Figura 3 - Formações Vegetais/ Uso e Ocupação do Solo – MIR 388



Fonte: SEPLAN

Saf - Savana Arborizada com Floresta de Galeria: É constituído pela fisionomia da Savana Arborizada associada a Formações Ripárias. Porém, devido às pequenas extensões, não é possível sua individualização através de mapeamento, na escala do trabalho. Estas Formações Ripárias formam faixas ao longo das margens dos rios e córregos onde ocorrem espécies como: ingás (Inga sp), figueiras (Ficus sp), pinha-do-brejo (Talauma ovata), pindaíba-do-brejo (Xylopia emarginata). Ao lado destas essências tipicamente ripárias, ocorrem ainda elementos estacionais, uma vez que estas formações não estão submetidas ao 10 estresse hídrico verificado no ambiente savânico. Por constituírem faixas contínuas que se destacam na paisagem de formações abertas, recebem a denominação de Florestas de Galeria ou Florestas Ciliares. De modo geral, as Savanas Arborizadas presentes nesta folha caracterizam-se pela presença de Floresta de Galeria.

Fj – Formação Justafluvial: Compreende diversas formas de vegetação associadas a cursos d'água, que recebem distintas denominações, de acordo com suas peculiaridades, reflexo das condições do substrato onde se desenvolvem: "Veredas", "Matas de Brejo", "Floresta-de-Galeria" ou "Floresta Ciliar". Em domínio de savanas, estas formações começam, em geral, em pequenos brejos ou nascedouros de ribeirões, sob a forma de alamedas de buritis (Mauritia sp), formando "Veredas".

Ao longo dos cursos d'água, as veredas vão progressivamente adquirindo outras espécies de árvores, dentre as quais citam-se embaúba (Cecropia pachystachya), ingá (Inga uruguensis), copaíba (Copaifera langsdorffii), tapiriri (Tapirira guianensis), congonha (Ilex sp), mulungu (Erythrina aff. mulungu), encorpando e passando a constituir faixas que margeiam as linhas de drenagem. Adquirem caráter peculiar, por se destacar na paisagem caracterizada por formações abertas e xeromorfas, e recebem a denominação de "Floresta-de-Galeria" ou "Floresta Ciliar". Por vezes, passam gradualmente a ocupar as "rampas" do interflúvio, em uma transição para as formações adjacentes. Quando estas florestas se fundem no interflúvio, considera-se o fim da área nuclear do domínio das savanas. Na área da Folha MIR-388 onde a vegetação de interflúvio é a Savana, estas formações são comumente florestais e apresentam composição florística influenciada pelas Savanas do entorno. Dependendo da homogeneidade do relevo, é muito difícil estabelecer os limites entre ambas, devido ao gradiente de transição que caracteriza o ecótono.

Fa – Floresta Aluvial: Ocorre seletivamente em solos aluviais, em planícies de inundação sazonal dos rios. Apresenta elementos botânicos estacionais e ombrófilos, predominando estes ou aqueles, de acordo com o domínio em que se insere. Sua composição florística, contudo, é relativamente distinta e menos diversa em relação às formações florestais de interflúvios, devido às restrições decorrentes do substrato periodicamente encharcado. Verificam-se espécies seletivas higrófilas, dentre as quais destacam-se: ingás (*Inga* sp), jenipapo (*Genipa americana*), olandi (*Calophyllum brasiliensis*), e leiteiro (*Sapium* sp). As palmeiras são indicadoras do tipo e das condições hídricas do solo, uma vez que maripá (*Attalea maripa*), bacuri (*Attalea phalerata*) e bacaba (*Oenocarpus* sp) dominam nas planícies aluviais. Em grotas e outros sítios de maior umidade ocorrem ainda paxiúbas (*Iriartea* sp) e palmiteiro (*Euterpe precatoria*). O baixo potencial madeireiro, a impossibilidade de exploração agrícola e a ausência de fogo, colocam este tipo de vegetação, de modo geral, em situação privilegiada em relação à sua preservação. Formações aluviais expressivas desenvolvem-se a sul-sudeste da Folha MIR-388, em correspondência às áreas pantaneiras, caracterizando a porção sul do Rio Cuiabá e seus tributários Aricá-Açu e Aricá-Mirim.

Fs - Formação Secundária Remanescente de floresta que, devido às perturbações causadas por retirada seletiva de madeiras, abertura de clareira e efeitos de borda, não apresenta características originais de estrutura, tendo altura menor,

dossel irregular e raras emergentes. A composição florística é empobrecida em relação à floresta original, prevalecendo espécies secundárias e de baixo valor econômico. Geralmente apresenta pequenas extensões e encontra-se em áreas antropizadas.

Agp – Uso Agropecuário em Médias e Grandes Propriedades com Predomínio de Pastagens Padrão de mapeamento caracterizado pelo predomínio de pastagens, sendo inexpressiva a participação de culturas. Esta tipologia de ocupação é caracterizada por um conjunto diversificado de sistemas de produção que ocorrem, de forma diferenciada, nas três Regiões Homogêneas.

M – Extrativismo Mineral: Na Folha encontram-se mineradoras de ouro e de diamantes que são conhecidas de longa data e foram fundamentais no processo de desenvolvimento da região. São presentes, no território da Folha MIR-388, os distritos mineiros auríferos Cuiabá-Poconé e Jatobá-Casca de Pedra; o distrito mineiro Diamantífero do Rio Quilombo, no quadrante nordeste da Folha. Na região Guia-Lavrinho-Coxipó-Açu ocorre ouro e diamante, nos aluviões do Rio Forte. Depósitos de calcário (utilizados para produzir cimento e na correção dos solos na agricultura) ocorrem nas Serras da Água Limpa, das Araras e Tombador (Formação Araras); há nos aluviões da região de Cuiabá e Várzea Grande, depósitos de materiais para construção civil. Destaca-se ainda a exploração de pedra britada na região de Jangada e na Serra de São Vicente e cascalheiras lavradas e britadas no entorno de Cuiabá. São também frequentes as saibreiras, para material de empréstimo, enquanto na planície fluvial do Rio Cuiabá, na região de Cuiabá e Várzea Grande, há a exploração de argila para cerâmica e de areia, extraída do leito do rio por dragagem. Na Chapada dos Guimarães há fontes de água mineral e de água termal na Serra São Vicente.

b.1 Morfometria da Bacia Hidrográfica

A análise morfométrica da bacia hidrográfica Rio Canjira/Acorá foi realizada a partir de parâmetros que caracterizam a forma da bacia, o relevo e a rede de drenagem. Foram analisados os seguintes índices morfométricos: coeficiente de compacidade, fator de forma, índice de conformação, índice de sinuosidade e fator de assimetria. Além desses, foram calculados atributos, tais como: Área e perímetro da bacia, comprimento dos canais e do canal principal, declividade e altitude.

b.1.1 Coeficiente de Compacidade

O coeficiente de compacidade (Kc) é um índice que relaciona a forma da bacia com um círculo. Constitui a relação entre o perímetro da bacia com uma circunferência de área igual ao da bacia hidrográfica. O Kc foi determinado pela seguinte equação:

$$Kc = 0{,}28\left(\frac{P}{\sqrt{A}}\right)$$

Sendo que:

Kc = coeficiente de compacidade;

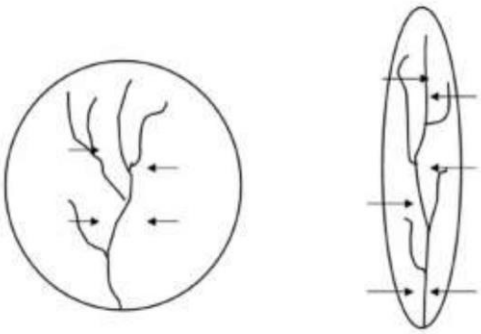
P= perímetro da bacia (km);

A = área da bacia (km²).

Observa-se que quanto mais próximo de um círculo uma bacia se assemelhar, maior será a sua capacidade de proporcionar grandes cheias. Isto ocorre porque há convergência do escoamento superficial, ao mesmo tempo, para um pequeno trecho do rio principal, havendo acúmulo do fluxo. Na Figura 4 pode-se observar o comportamento teórico do escoamento em uma bacia circular e em uma elipsoidal.

Nesta última, o fluxo é mais distribuído ao longo de todo o canal principal, produzindo cheias de menor vulto.

Figura 4 – Representação da distribuição do fluxo superficial em duas bacias, uma circular e outra, elipsoidal.



Fonte: https://engenhariacivilfsp.files.wordpress.com/2014/03/baciashidrograficas.pdf

Quanto mais próximo da unidade for este coeficiente, mais a bacia se assemelha a um círculo. Assim, pode-se interpretá-lo da seguinte forma:

1,00 – 1,25 = bacia com alta propensão a grandes enchentes

1,25 – 1,50 = bacia com tendência mediana a grandes enchentes

> 1,50 = bacia com menor propensão a grandes enchentes.

b.1.2 Índice de conformação

Representa a relação entre a área da bacia e um quadrado de lado igual ao comprimento axial da bacia. O comprimento axial da bacia (L) é determinado, medindo axialmente do exutório até o ponto mais alto do talvegue. O índice de conformação (Ic) foi determinado, utilizando-se a seguinte equação:

$$\mathrm{Ic} = \frac{\mathrm{A}}{\mathrm{L}^2}$$

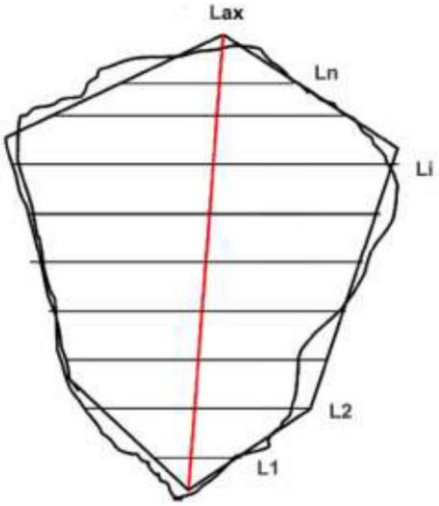
Sendo que:

Ic = Índice de conformação;

A= área da bacia (km²);

L = comprimento do eixo da bacia (km).

Figura 5 – Representação gráfica do cálculo do Índice de Conformação.



Fonte: https://engenhariacivilfsp.files.wordpress.com/2014/03/baciashidrograficas.pdf

O índice de conformação pode assumir os seguintes valores:

1,00 – 0,75.: sujeito a enchentes

0,75 – 0,50.: tendência mediana

< 0,50.: menor tendência a enchentes

b.1.3 Densidade de Drenagem

Uma boa indicação do grau de desenvolvimento de um sistema de drenagem é dada pelo índice chamado densidade de drenagem D_d . O fator Densidade de

Drenagem indica a maior ou menor velocidade com que a água deixa a bacia hidrográfica. A densidade de drenagem é calculada pela seguinte equação:

$$D_d = \frac{L}{A}$$

Sendo que:

D_d = densidade de drenagem (km/km²)

L= comprimento total dos cursos d'água (km);

A = área de drenagem da bacia (km²).

Pode-se classificar uma bacia, com base neste índice, da seguinte forma:

- baixa densidade: 0,5 km/km^2
- média densidade: 0,5-3,5 km/km^2
- alta densidade: > 3,5 km/km^2

Fonte: Hidrologia aplicada – Swami Marcondes Villela, Arthur Mattos

b.1.4 Risco de ruptura teórico:

O manual de hidrologia básica para estrutura de drenagem do DNIT, na página 20, apresenta uma fórmula para a definição teórica do risco de ruptura de uma obra, em que a probabilidade de ocorrer a descarga de projeto com o tempo de recorrência estimado dentro da vida útil da uma obra é:

$$J = 1 - \left(1 - \frac{1}{TR}\right)^n$$

Sendo que:

J = Risco teórico de ruptura;

TR = Tempo de recorrência (em anos);

n = Vida útil da obra (em anos).

b.1.5 Índice de sinuosidade:

O índice de sinuosidade dos canais torna-se ferramenta importante para melhor definição da escolha do coeficiente de Manning que melhor reflita a realidade do local em estudo.

$$Is = \left(\frac{Lc}{Lv}\right)$$

Sendo que:

Is= Índice de sinuosidade;

Lc = Comprimento do talvegue (km);

Lv = Distância entre o local da ponte e o ponto mais distante do talvegue (km);

Uma caracterização dos tipos de canais em função do índice de sinuosidade está sintetizada na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Caracterização do tipo de canal em função do índice de sinuosidade.

Tipo de Canal	Índice de Sinuosidade (Is)
Retilíneo	≤1,1
Sinuoso	1,1 a 1,5
Meândrico e Tortuoso	>1,5

Fonte: Fundamentos de engenharia hidráulica - Marcio Baptista e Márcia Lara

Tabela 2 – Resultados dos parâmetros morfométricos obtidos da bacia hidrográfica Rio Canjira/Acorá

Características Geométricas		
Parâmetros	**Valores**	**Unidades**
Área de Drenagem	70,842	km²
Perímetro	55,991	km
Coeficiente de compacidade	1,86	
Índice de conformação	0,70	
Índice de Sinuosidade	1,300	
Características da Rede de Drenagem		
Comprimento total dos canais	30,806	km
Comprimento do canal principal	14,110	km
Densidade de drenagem	0,43	Km/km²

Fonte: Autor.

c. Clima e Pluviometria

A cidade de Chapada dos Guimarães tem um clima tropical. Há muito mais pluviosidade no verão que no inverno. Segundo a Köppen e Geiger a classificação do clima é Aw. A temperatura média anual na região é de 24,9 °C tendo uma pluviosidade média anual de 1563 mm.

As temperaturas registradas nesta área apresentam as seguintes características:

CARACTERÍSTICAS	
Temperatura média anual	24,9º C
Temperatura máxima absoluta	32,5º C
Temperatura mínima absoluta	17,8º C

Fonte: climate-data.org

No mês de julho à precipitação é de 6mm sendo o mês mais seco. Apresentando uma média de 277 mm, o mês de janeiro é o mês de maior precipitação.

As precipitações pluviométricas observadas conferem a esta região as seguintes médias climáticas:

CARACTERÍSTICAS	
Altura de precipitação total média anual	1563 mm
Trimestre de maior pluviosidade	Janeiro / Fevereiro / Março
Trimestre de menor pluviosidade	Junho / Julho / Agosto

Fonte: climate-data.org

A seguir são apresentados o resumo de precipitações da Estação Chapada dos Guimarães e da Estação UHE Manso Montante, respectivamente. Em seguida o resumo de precipitações com a sobreposição de dados das duas estações citadas anteriormente, logo após é exibido o histograma da média anual da pluviosidade da região e os gráficos com as distribuições mensais das alturas médias de precipitação e dos números médios de dias de chuva, de acordo com os registros da estação.

TABELA DE PRECIPITAÇÕES MENSAIS (mm), DIAS DE CHUVAS E CHUVAS MÁXIMAS - CHAPADA DOS GUIMARÃES

ANO	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril			Maio			Junho			Julho		
	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.
1968																			0,00		
1969	346,10	20,00	85,00	359,60	18,00	52,00	193,00	16,00	35,20	156,80	12,00	45,00	66,00	2,00	46,00				4,90	3,00	2,90
1970	488,00	23,00	78,60	348,40	22,00	70,20	226,20	14,00	74,20	71,00	10,00	29,40	102,10	6,00	68,40	25,30	3,00	19,00	4,80	3,00	2,70
1971	232,30	20,00	37,40	262,40	19,00	54,00	385,60	21,00	84,60	122,10	15,00	33,40	76,50	10,00	32,40	12,60	7,00	5,30			
1972	292,80	21,00	46,20	384,40	21,00	81,60	226,70	17,00	39,00	147,50	14,00	36,60	38,40	4,00	24,00	27,00	3,00	25,80			
1973	451,90	14,00	140,00	240,00	17,00	80,20	177,00	15,00	37,60	244,60	15,00	58,20				20,20	1,00	20,20	12,70	5,00	7,90
1974	483,50	25,00	113,60	225,80	19,00	39,50	451,40	23,00	93,40	314,30	22,00	62,80	75,70	6,00	33,60	20,00	4,00	7,80	7,20	4,00	3,80
1975	176,90	15,00	62,80	301,80	18,00	86,60	233,00	23,00	62,40	320,50	13,00	76,80	55,00	9,00	41,80	28,10	5,00	8,20	20,50	2,00	10,40
1976	226,70	15,00	50,40	413,70	17,00	95,40	294,20	16,00	56,00	270,30	15,00	60,40	116,10	13,00	42,00						
1977	428,40	20,00	84,00	116,00	8,00	56,30	94,30	6,00	22,00	181,00	6,00	73,00	14,50	1,00	14,50						
1978	554,80	22,00	104,20	319,60	14,00	65,00	266,20	14,00	103,00	121,00	9,00	33,40	153,20	5,00	67,80						
1979	430,60	27,00	59,00	213,70	18,00	39,00	220,30	19,00	32,00	330,30	8,00	225,00	47,00	2,00	38,00	5,00	1,00	5,00			
1980	415,80	17,00	75,60	578,40	23,00	114,60	222,60	16,00	35,00	90,20	9,00	26,20	91,20	10,00	16,00	21,00	3,00	14,40	18,60	2,00	10,20
1981	371,80	17,00	109,00	169,00	13,00	30,20	498,60	20,00	95,60	141,40	12,00	33,60	18,80	2,00	16,00	162,80	4,00	75,60	17,00	1,00	17,00
1982	367,20	20,00	60,00	315,00	16,00	43,00	444,00	21,00	102,00	226,60	14,00	65,00	42,60	4,00	19,60						
1983	266,00	16,00	92,80	270,20	15,00	54,00	490,20	14,00	87,40	90,60	8,00	27,60	236,00	8,00	103,60				19,20	1,00	19,20
1984	204,40	17,00	53,60				237,30	5,00	220,00												
1985																					
1986													179,00	11,00	40,60	139,40	16,00	28,00			
1987	209,20	13,00	38,00	284,80	17,00	30,00	503,90	15,00	122,80	307,40	11,00	132,40	131,10	6,00	35,00	55,80	5,00	31,40			
1988	162,30	14,00	42,60	336,90	22,00	119,60	235,20	21,00	43,20	163,30	15,00	33,00	130,60	12,00	45,40	18,00	4,00	6,00	4,60	1,00	4,60
1989	447,40	26,00	51,20	346,60	22,00	77,60	317,90	21,00	75,00	200,30	15,00	72,40	210,80	4,00	142,40						
1990	345,50	23,00	45,40	299,40	18,00	70,80	220,60	12,00	73,20	185,60	7,00	88,20	268,40	9,00	58,20	24,20	1,00	24,20	90,80	4,00	31,60
1991	186,60	17,00	46,60	326,00	16,00	67,20	237,90	17,00	32,40	188,80	10,00	96,00	37,60	6,00	23,20	56,00	6,00	27,00	5,80	2,00	5,00
1992	319,20	23,00	53,20	179,90	20,00	45,20	277,20	21,00	66,40	238,60	8,00	123,20	13,80	3,00	6,80	0,60	1,00	0,60	17,60	2,00	12,40
1993	218,80	13,00	35,20	503,70	23,00	130,40	252,80	15,00	44,60	74,60	8,00	11,40	29,80	3,00	18,30						
1994	227,80	17,00	38,20	215,40	16,00	69,50	203,80	14,00	36,00	252,40	15,00	36,80	115,00	8,00	48,20						
1995	266,60	11,00	57,40	838,00	19,00	147,20	403,90	17,00	60,20	389,80	10,00	129,40	141,40	7,00	53,40	116,60	5,00	50,00			
1996	444,30	19,00	51,50	459,00	12,00	80,60	379,00	12,00	60,40	117,40	3,00	56,40	83,00	4,00	34,60						
1997	507,30	22,00	62,40	474,80	17,00	66,20	280,60	13,00	50,40	194,00	9,00	44,20				89,10	4,00	32,40			
1998	186,20	14,00	40,90	374,10	18,00	70,10	224,20	19,00	37,60	247,50	11,00	73,80	95,60	5,00	35,40				7,10	1,00	7,10
1999	217,50	14,00	24,70	270,80	18,00	34,50	489,50	19,00	127,80	194,70	4,00	60,70									
2000	364,80	13,00	81,70	326,70	20,00	50,20	318,50	19,00	44,10	109,30	7,00	53,60	22,20	4,00	10,20				19,50	2,00	10,30
2001	347,50	17,00	48,10	406,10	20,00	61,20	317,70	21,00	50,90	100,20	8,00	33,40	75,20	6,00	20,50	29,20	3,00	20,90			
2002	343,70	15,00	90,20	414,70	19,00	99,50	134,60	13,00	21,60	80,20	7,00	24,70	111,00	7,00	37,50						
2003							195,90	19,00	28,80	263,80	10,00	81,10	188,80	4,00	87,60						
2004	366,00	22,00	71,90	435,80	19,00	97,50	128,20	7,00	49,70	171,10	10,00	44,70	65,50	8,00	22,30	20,50	3,00	9,20	63,00	4,00	34,90
2005	397,00	23,00	64,50	194,90	11,00	50,30	230,80	18,00	62,90	155,80	9,00	56,70	19,20	1,00	19,20				16,70	3,00	8,40
2006	374,30	14,00	100,20	438,80	18,00	73,70	317,80	16,00	94,20	420,20	12,00	85,70	25,00	1,00	25,00						
2007	737,90	21,00	70,80	585,60	20,00	66,90	260,90	8,00	53,50	326,10	5,00	130,20	107,90	2,00	83,80						
2008	576,60	23,00	52,70	318,90	16,00	41,90	1095,40	28,00	120,10	849,30	18,00	92,70	158,90	6,00	40,80						
2009										277,80	14,00	77,80	97,20	2,00	91,10						
2010	501,40	25,00	61,00	324,40	11,00	60,90	270,60	7,00	102,30	78,90	3,00	42,50	95,10	2,00	84,70						
2011	1053,20	25,00	110,80	627,80	24,00	91,60	933,80	26,00	101,70	386,70	8,00	201,90	42,70	1,00	42,70						
2012	943,90	27,00	69,60	320,30	9,00	59,30	550,10	15,00	116,80	388,50	14,00	53,90	426,30	12,00	80,10	170,50	3,00	91,60			
2013	781,30	23,00	109,70	379,60	15,00	61,90	840,60	19,00	126,90	223,70	10,00	44,40	65,10	2,00	37,90	102,10	4,00	42,80	15,20	1,00	15,20
2014	767,20	27,00	65,80	742,40	23,00	62,90	704,40	24,00	62,90	1129,40	21,00	225,90	78,30	2,00	42,70	98,50	3,00	60,40			
2015	641,60	14,00	70,80	765,60	20,00	62,40	1051,30	28,00	76,60	606,80	14,00	106,40	250,30	8,00	55,60						
2016	832,00	20,00	98,40	824,70	19,00	81,90	940,80	23,00	69,20	64,30	2,00	32,80									
Média	**355,39**	**19**	**65,27**	**347,92**	**18**	**69,52**	**306,60**	**16**	**67,62**	**215,77**	**11**	**65,83**	**95,54**	**5**	**43,99**	**45,86**	**4**	**21,63**	**19,41**	**3**	**11,77**

ANO	Agosto			Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro			Total		
	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.
1968	0,00	0,00	0,00	101,10	8,00	35,20	167,00	12,00	47,00	129,90	12,00	49,00	271,10	25,00	28,80	**669,10**	**57**	**49,00**
1969				15,20	6,00	5,40	149,60	10,00	28,80	272,30	17,00	57,80	373,50	20,00	74,80	**1937,00**	**124**	**85,00**
1970				156,20	8,00	63,00	156,30	11,00	84,60	206,20	10,00	56,40	142,60	15,00	35,20	**1927,10**	**125**	**84,60**
1971	0,50	1,00	0,50	73,00	3,00	56,80	337,70	15,00	124,00	232,00	21,00	45,00	196,80	13,00	97,40	**1931,50**	**145**	**124,00**
1972	54,60	6,00	27,40	53,30	8,00	17,60	172,00	11,00	54,00	343,80	19,00	110,40	313,80	21,00	35,40	**2054,30**	**145**	**110,40**
1973				46,30	2,00	36,10	209,30	12,00	93,00	306,50	17,00	45,80	234,80	16,00	66,00	**1943,30**	**114**	**140,00**
1974	29,00	4,00	17,50	61,90	7,00	19,60	265,50	14,00	122,80	120,90	11,00	51,00	234,80	16,00	66,00	**2290,00**	**155**	**122,80**
1975				17,20	2,00	11,40	203,50	11,00	45,60	330,80	16,00	55,60	152,60	16,00	27,00	**1839,90**	**130**	**86,60**
1976	25,40	4,00	11,00	78,40	9,00	25,80	308,40	11,00	98,00	304,00	13,00	68,60	51,80	7,00	19,60	**2089,00**	**120**	**98,00**
1977				55,40	6,00	15,80	213,60	9,00	80,00	266,50	14,00	83,40	243,60	16,00	34,20	**1613,30**	**86**	**84,00**
1978	10,80	1,00	10,80	67,30	7,00	25,00	208,10	14,00	50,10	194,00	13,00	67,00	67,50	14,00	8,00	**1962,50**	**113**	**104,20**
1979	28,50	1,00	28,50	62,90	4,00	30,10	180,10	10,00	45,70	326,60	9,00	74,00	255,00	19,00	48,60	**2100,00**	**118**	**225,00**
1980	21,40	2,00	12,40	257,60	6,00	102,40	247,60	9,00	84,40	275,00	15,00	84,60	276,60	18,00	63,00	**2516,00**	**130**	**114,60**
1981				80,00	2,00	57,00	122,80	10,00	20,00	286,20	13,00	80,60	292,40	16,00	48,00	**2160,80**	**110**	**109,00**
1982	55,20	5,00	27,20	246,80	14,00	55,00	138,80	9,00	41,80	273,80	15,00	62,40	187,80	16,00	31,40	**2297,80**	**134**	**102,00**
1983	10,00	1,00	10,00	104,20	7,00	25,00				437,00	18,00	51,00	273,00	17,00	40,00	**2196,40**	**105**	**103,60**
1984																**441,70**	**22**	**220,00**
1985																**0,00**	**0**	**0,00**
1986				189,10	15,00	36,00	65,80	12,00	25,00	181,00	12,00	28,00	117,00	8,00	28,00	**871,30**	**74**	**40,60**
1987	8,20	3,00	3,20	56,80	3,00	48,00	170,30	15,00	48,90	229,60	17,00	64,40	306,80	18,00	52,00	**2263,90**	**123**	**132,40**
1988										297,20	13,00	56,80	517,00	23,00	105,20	**1865,10**	**125**	**119,60**
1989				44,20	4,00	15,20	172,40	7,00	79,20	214,40	8,00	55,60	318,40	9,00	62,40	**2272,40**	**116**	**142,40**
1990	30,60	4,00	16,40	156,20	6,00	66,20	247,60	12,00	39,20	129,60	12,00	46,20	297,70	21,00	42,40	**2296,20**	**129**	**88,20**
1991	8,60	2,00	7,20	113,60	8,00	52,40	151,20	10,00	29,40	161,80	12,00	56,80	383,60	20,00	67,80	**1857,50**	**126**	**96,00**
1992	33,40	5,00	11,40	231,70	12,00	33,50	315,20	13,00	70,60	306,80	13,00	72,40	312,90	15,00	75,40	**2246,90**	**136**	**123,20**
1993	15,20	2,00	7,80	110,80	5,00	43,80	103,30	9,00	27,20	232,10	10,00	70,20	418,90	20,00	56,80	**1960,00**	**108**	**130,40**
1994	10,40	1,00	10,40	98,20	6,00	52,40	182,90	9,00	43,80	243,80	11,00	55,80	449,10	16,00	86,80	**1998,80**	**113**	**86,80**
1995				12,40	1,00	12,40	110,10	8,00	22,80	309,00	11,00	55,60	663,40	21,00	70,60	**3271,20**	**110**	**147,20**
1996	28,60	3,00	14,20	27,40	2,00	15,20	174,80	10,00	45,20	322,40	17,00	105,20	278,80	17,00	57,80	**2314,90**	**99**	**105,20**
1997				62,80	3,00	25,60	138,50	6,00	68,60	117,90	8,00	49,10	310,50	14,00	82,50	**2175,50**	**96**	**82,50**
1998	36,90	2,00	26,10	36,70	2,00	21,30	184,20	9,00	51,10	216,40	11,00	37,30	314,20	16,00	80,90	**1923,10**	**108**	**80,90**
1999				18,40	3,00	6,90	219,30	10,00	60,80	130,30	11,00	25,80	259,80	12,00	50,00	**1800,30**	**91**	**127,80**
2000	11,90	2,00	8,90	79,30	4,00	45,90	173,90	10,00	46,40	247,30	18,00	36,80	301,60	13,00	80,40	**1975,00**	**112**	**81,70**
2001	20,10	1,00	20,10	63,80	4,00	35,50	192,80	11,00	45,70	351,80	16,00	70,90	620,20	27,00	85,70	**2524,60**	**134**	**85,70**
2002																**1084,20**	**61**	**99,50**
2003				75,10	8,00	19,60	122,10	10,00	41,10	206,10	12,00	40,40	163,30	13,00	50,10	**1215,10**	**76**	**87,60**
2004				15,40	3,00	8,70	140,60	10,00	44,40	244,90	13,00	79,50	176,40	14,00	65,30	**1827,40**	**113**	**97,50**
2005				49,50	6,00	19,60	192,30	9,00	62,10	233,30	13,00	68,30	542,90	19,00	112,50	**2032,40**	**112**	**112,50**
2006				153,30	7,00	71,90	360,40	16,00	56,10	268,90	11,00	46,30	528,50	18,00	82,70	**2887,20**	**113**	**100,20**
2007				7,80	1,00	7,80	141,40	7,00	42,20	460,70	12,00	81,30	517,90	16,00	82,90	**3146,20**	**92**	**130,20**
2008																**2999,10**	**91**	**120,10**
2009	56,80	3,00	26,60				153,30	9,00	82,70	160,90	15,00	35,60	768,30	22,00	92,30	**1514,30**	**65**	**92,30**
2010							75,50	4,00	32,70	529,90	13,00	132,90	326,80	14,00	62,90	**2202,60**	**79**	**132,90**
2011	38,50	1,00	38,50	41,80	1,00	41,80	433,90	9,00	98,50	96,70	2,00	86,10	527,00	13,00	78,70	**4182,10**	**110**	**201,90**
2012				74,80	2,00	58,60	185,10	5,00	68,70	796,80	20,00	110,30				**3856,30**	**107**	**116,80**
2013							305,80	17,00	42,50	480,70	16,00	78,30	790,20	22,00	83,10	**3984,30**	**129**	**126,90**
2014	20,00	1,00	20,00	281,30	8,00	86,90	235,60	6,00	52,50	406,70	12,00	62,70	1109,30	23,00	81,90	**5573,10**	**150**	**225,90**
2015							420,40	11,00	74,80	651,50	16,00	68,70	250,10	5,00	81,20	**4637,60**	**116**	**106,40**
2016	155,90	3,00	82,50							689,80	14,00	91,60	289,80	9,00	49,90	**3797,30**	**90**	**98,40**
Média	**23,63**	**3**	**14,17**	**85,53**	**6**	**33,86**	**185,62**	**10**	**56,35**	**259,01**	**13**	**61,89**	**319,53**	**17**	**60,43**	**1964,99**	**105**	**107,12**

TABELA DE PRECIPITAÇÕES MENSAIS (mm), DIAS DE CHUVAS E CHUVAS MÁXIMAS - CHAPADA DOS GUIMARÃES

Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril			Maio			Junho			Julho		
Dados	737.9	27	140	838	23	147,2	1095,4	28	220	849,3	22	225	268,4	13	142,4	162,8	16	75,6	90,8	5	34,9
	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.

Meses	Agosto			Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro			Total		
Dados	56,8	6	28,5	257,6	15	102,4	360,4	16	124	529,9	21	132,9	768,3	27	112,5			
	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.

Fonte: SIH/ANA - Sistema de Informação Hidrológicas (HIDRO - versão web: http://hidroweb.ana.gov.br).

TABELA DE PRECIPITAÇÕES MENSAIS (mm), DIAS DE CHUVAS E CHUVAS MÁXIMAS - UHE MANSO MONTANTE

ANO	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril			Maio			Junho			Julho			Agosto			Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro			Total		
	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.
1968																																					0,00	0	0,00
1969																																					0,00	0	0,00
1970																									47,90	12,00	11,00	161,90	13,00	49,50	147,00	16,00	43,00	184,90	21,00	35,00	541,70	62	49,50
1971	224,40	26,00	37,80	256,40	22,00	48,90	226,40	19,00	89,70	90,50	15,00	20,70	52,70	8,00	43,00				3,40	3,00	1,80	0,40	1,00	0,40	0,30	1,00	0,30	79,00	15,00	17,20	244,40	19,00	49,50	201,00	11,00	47,70	1378,90	140	89,70
1972	269,20	1,00	269,20	283,80	1,00	283,80	147,90	1,00	147,90	118,30	1,00	118,30	7,90	3,00	3,70	3,40	1,00	3,40	0,90	2,00	0,60	73,40	9,00	28,50	17,20	10,00	8,50	122,80	16,00	32,10	183,20	18,00	36,90	336,70	20,00	60,60	1564,70	83	283,80
1973	54,90	6,00	22,90	293,00	1,00	293,00	147,00	14,00	43,10	37,70	12,00	18,50	136,40	11,00	83,40	6,10	2,00	5,80				1,20	2,00	0,60	45,10	4,00	33,20	196,40	19,00	67,50	297,10	7,00	131,00	189,20	15,00	30,30	1404,10	93	293,00
1974	320,30	25,00	38,10	164,20	19,00	29,70	473,20	25,00	106,30	284,70	16,00	78,70	23,20	9,00	5,60	2,30	2,00	2,00				13,80	2,00	10,30	69,60	9,00	32,90	335,70	11,00	103,60	92,00	15,00	16,70	278,00	24,00	63,40	2057,00	157	106,30
1975	251,80	23,00	35,60	247,40	20,00	60,70	213,00	23,00	42,40	166,30	11,00	106,80				4,20	1,00	4,20	7,90	2,00	7,60	3,10	1,00	3,10	58,30	4,00	50,70	114,90	13,00	29,90	372,20	21,00	113,40	230,10	24,00	30,70	1669,20	143	113,40
1976	128,90	17,00	63,30	233,30	3,00	217,30	259,10	8,00	210,20	172,90	12,00	39,10	66,60	8,00	23,90	0,60	2,00	0,30	0,30	1,00	0,30	16,50	3,00	7,70	54,40	4,00	36,90	330,60	13,00	76,30	95,70	7,00	53,00	235,00	1,00	235,00	1593,90	79	235,00
1977																																					0,00	0	0,00
1978																									71,80	11,00	15,80	400,30	15,00	125,20	246,50	19,00	63,00	484,50	24,00	101,00	1203,10	69	125,20
1979	376,00	28,00	56,50	285,40	20,00	52,40	222,80	22,00	40,10	52,70	12,00	14,50	117,90	7,00	71,30	0,40	1,00	0,40	7,60	1,00	7,60	13,90	2,00	11,10	141,20	12,00	54,90	225,40	7,00	88,60	117,30	13,00	44,10	146,00	17,00	39,90	1706,60	142	88,60
1980	763,80	20,00	484,80	485,10	26,00	120,50	272,10	18,00	63,00	102,90	12,00	20,20	48,60	5,00	23,70	7,20	2,00	6,70				8,30	1,00	8,30	146,60	8,00	63,20	30,50	5,00	14,30	168,50	19,00	46,30	383,00	27,00	51,20	2416,60	143	484,80
1981	446,20	26,00	71,50	114,30	26,00	17,90	272,50	25,00	32,10	82,80	9,00	23,90	33,20	2,00	27,70	32,50	4,00	26,30				0,90	1,00	0,90	73,60	4,00	50,60	7,10	7,00	2,80	138,50	1,00	138,50				1201,60	105	138,50
1982	194,30	12,00	46,50	213,40	18,00	47,20	289,50	22,00	30,90	124,20	11,00	62,20	1,30	1,00	1,30							51,90	3,00	44,00	124,50	20,00	19,40	114,10	13,00	27,10	153,80	22,00	26,30	168,60	13,00	34,60	1435,60	135	62,20
1983	263,50	25,00	47,00	163,40	17,00	70,70	221,30	20,00	78,30	60,00	12,00	22,20	71,40	7,00	37,00	2,90	1,00	2,90	2,10	1,00	2,10				38,30	4,00	28,60	207,80	13,00	93,10	355,40	19,00	60,50	292,80	25,00	38,50	1678,90	144	93,10
1984	189,40	20,00	25,90	189,20	21,00	25,00	180,40	19,00	49,30	89,40	13,00	17,60	97,50	4,00	52,80							65,90	4,00	48,10	152,20	10,00	58,90	143,00	17,00	44,20	357,70	21,00	133,60	204,60	17,00	29,70	1669,30	146	133,60
1985	236,50	20,00	24,70	91,40	11,00	29,50	25,90	7,00	18,30	78,90	17,00	28,20	100,10	6,00	86,30				24,20	2,00	23,60	10,70	3,00	10,10	48,50	7,00	41,90				12,50	7,00	3,20	182,10	14,00	57,20	808,80	94	86,30
1986	381,30	28,00	43,10	201,40	18,00	71,50	296,90	25,00	46,80	76,50	12,00	20,40	35,20	6,00	17,30	17,30	2,00	13,00	2,00	1,00	2,00	48,70	10,00	8,70	76,30	6,00	17,80	101,20	10,00	32,30	259,30	14,00	95,00	192,70	19,00	36,40	1688,80	151	95,00
1987	213,10	22,00	45,50	129,30	13,00	35,40	223,70	19,00	39,70	113,20	10,00	45,40	34,50	6,00	18,30	2,80	1,00	2,80				1,50	1,00	1,50	10,10	3,00	8,30	92,30	14,00	24,30	145,50	20,00	29,00	0,30	1,00	0,30	966,30	110	45,50
1988				190,90	15,00	29,20	199,10	19,00	29,70	114,10	14,00	27,30	0,30	1,00	0,30	7,10	1,00	7,10							11,70	4,00	7,60	25,80	3,00	16,10	236,70	13,00	70,00	288,50	21,00	50,10	1074,20	91	70,00
1989																																					0,00	0	0,00
1990																															123,80	14,00	28,30	149,80	9,00	34,30	273,60	23	34,30
1991	355,40	23,00	75,20	360,00	23,00	86,20	360,20	18,00	76,20	209,20	11,00	49,80	45,60	3,00	38,20										40,00	6,00	20,40	106,10	8,00	48,60	152,80	13,00	46,20	272,80	14,00	45,20	1902,10	119	86,20
1992																																					0,00	0	0,00
1993																																					0,00	0	0,00
1994																															151,60	13,00	25,40	448,20	23,00	74,60	599,80	36	74,60
1995	469,60	20,00	64,80	420,50	23,00	44,80	205,20	15,00	42,40	137,40	11,00	24,80	112,80	3,00	68,40							26,40	1,00	26,40	41,20	1,00	41,20	118,20	6,00	40,60	148,80	7,00	68,20	223,50	11,00	46,20	1903,60	98	68,40
1996	258,00	14,00	40,80	290,00	13,00	68,20	382,40	20,00	48,40	195,20	10,00	38,20	171,80	7,00	44,60							16,80	3,00	7,20	48,40	4,00	21,40	132,80	7,00	42,40	212,80	14,00	37,40	242,40	16,00	37,20	1950,60	108	68,20
1997	495,80	25,00	76,20	235,20	17,00	35,40	134,00	12,00	24,60	143,00	14,00	35,40	56,20	6,00	20,90	59,70	4,00	36,90							87,20	8,00	22,10	116,20	8,00	47,30	197,80	11,00	90,90	231,10	16,00	43,90	1756,20	121	90,90
1998	225,80	16,00	39,80	203,60	18,00	36,50	130,40	15,00	22,40	79,20	6,00	21,90	9,20	1,00	9,20							33,90	2,00	18,60	130,50	9,00	46,40	119,00	13,00	61,50	189,70	8,00	48,30	427,20	20,00	84,20	1528,50	108	84,20
1999	232,10	15,00	42,10	202,80	10,00	46,40	202,70	13,00	87,70	61,30	7,00	24,00				1,40	1,00	1,40							16,20	2,00	9,70	86,40	8,00	41,40	86,20	8,00	22,10	283,60	18,00	68,30	1172,70	82	87,70
2000	179,90	13,00	39,50	213,80	20,00	43,60	271,60	16,00	59,50	156,10	12,00	32,00	4,80	2,00	2,80				3,50	1,00	3,50							166,40	19,00	46,90							996,10	83	59,50
2001							112,60	12,00	36,40	85,90	5,00	50,50	70,30	5,00	32,00							32,20	3,00	20,00	168,70	13,00	33,80	265,50	14,00	93,40	188,30	17,00	29,30	455,80	26,00	82,10	1379,30	95	93,40
2002	290,40	21,00	55,20	497,50	21,00	101,10	198,30	13,00	46,60	38,70	6,00	20,00	119,50	5,00	45,50				46,30	3,00	43,20	16,00	2,00	15,30	19,10	3,00	10,50	157,70	11,00	40,70	180,30	12,00	57,40	263,70	17,00	45,10	1827,50	114	101,10
2003	439,60	24,00	77,80	168,20	17,00	28,20	242,50	16,00	59,20	102,40	12,00	25,60	62,60	4,00	38,00	0,60	1,00	0,60				19,10	1,00	19,10	105,30	7,00	49,50	176,20	8,00	59,50	154,80	10,00	48,30	100,90	15,00	42,00	1572,20	115	77,80
2004	511,90	28,00	73,10	253,80	20,00	28,50	207,70	11,00	67,20	104,80	10,00	36,90	22,90	2,00	21,20	3,40	1,00	3,40	32,90	3,00	29,70																1137,40	75	73,10
2005							316,00	14,00	74,00	80,00	9,00	30,60	24,10	4,00	14,10							1,30	1,00	1,30	56,20	6,00	23,90	152,80	10,00	43,10	64,10	10,00	20,00	285,00	14,00	72,20	979,50	68	74,00
2006	393,00	13,00	60,00	207,80	13,00	36,60	303,40	13,00	46,60	0,60	1,00	0,60	2,20	1,00	2,20	2,30	2,00	1,20	15,80	1,00	15,80	3,60	1,00	3,60	82,30	7,00	20,00	147,90	12,00	63,30	224,30	14,00	62,40	248,10	16,00	50,00	1631,30	94	63,30
2007	302,10	20,00	65,60	339,40	19,00	72,30	183,50	13,00	33,60	79,70	8,00	36,20	6,60	1,00	6,60				13,20	2,00	8,40				7,80	1,00	7,80	144,80	10,00	29,40	366,70	19,00	78,60	479,20	24,00	57,40	1923,00	117	78,60
2008	420,00	19,00	61,20	363,70	15,00	123,80	208,70	16,00	34,80	205,30	11,00	46,80	21,40	3,00	17,20										28,00	4,00	18,20	57,80	9,00	19,60	238,20	12,00	118,00	317,20	23,00	37,60	1860,30	112	123,80
2009	225,60	13,00	62,40	292,20	19,00	48,80	256,40	16,00	75,80	156,60	14,00	40,00	34,80	5,00	18,60	42,60	1,00	42,60				123,20	4,00	67,60	57,20	6,00	40,00	166,20	12,00	36,20	211,50	12,00	55,40	369,60	18,00	62,60	1935,90	120	75,80
2010	381,60	20,00	45,60	203,40	13,00	40,00	173,40	10,00	62,80	41,00	6,00	28,60	24,50	3,00	17,20																						823,90	52	82,80
2011										10,60	8,00	3,00	1,20	1,00	1,20										11,20	4,00	7,00	59,80	16,00	12,60	16,60	9,00	6,00	40,60	16,00	12,20	140,00	54	12,60
2012	21,60	8,00	8,80	0,80	1,00	0,80	20,60	4,00	11,00	34,20	7,00	11,20	12,60	7,00	4,20										304,80	14,00	114,80	42,80	15,00	12,80	275,20	27,00	47,40	131,20	22,00	37,20	843,80	105	114,80
2013	502,00	24,00	113,00	208,60	25,00	57,60	356,60	28,00	72,00	100,60	15,00	34,60																									1167,80	92	113,00
2014																						2,60	2,00	1,40	175,60	14,00	47,40	258,40	12,00	88,00	84,50	11,00	21,60				521,10	39	88,00
2015	151,60	21,00	27,80	244,40	21,00	61,80	342,40	25,00	69,00	231,00	20,00	81,80	43,20	12,00	16,40	3,60	2,00	3,40	3,60	2,00	3,40	7,40	2,00	7,20	36,00	6,00	16,20	62,00	13,00	17,40	96,40	19,00	26,20	220,40	25,00	48,20	1442,00	168	81,80
2016	657,40	29,00	111,20	145,40	17,00	48,40	219,00	21,00	34,80	62,60	8,00	26,20	5,40	5,00	2,40	2,40	3,00	2,00				50,60	7,00	20,60	51,20	8,00	35,40	172,80	16,00	43,40	185,60	23,00	33,80	202,40	27,00	35,20	1754,80	164	111,20
Média	**316,48**	**19**	**73,05**	**251,41**	**17**	**73,32**	**229,08**	**16**	**60,18**	**110,28**	**10**	**36,54**	**52,13**	**4**	**28,78**	**10,93**	**2**	**8,94**	**12,31**	**2**	**11,24**	**25,33**	**3**	**15,75**	**64,86**	**7**	**28,29**	**150,08**	**11**	**48,68**	**191,02**	**14**	**58,50**	**266,54**	**17**	**55,28**	**1237,50**	**89**	**95,14**

TABELA DE PRECIPITAÇÕES MENSAIS (mm), DIAS DE CHUVAS E CHUVAS MÁXIMAS - UHE MANSO MONTANTE

Dados	763,8	28	484,8	497,5	26	293	473,2	25	210,2	284,7	17	118,3	171,8	11	86,3	59,7	4	42,6	46,3	3	43,2	123,2	10	67,6	168,7	20	63,2	400,3	19	125,2	372,2	22	138,5	484,5	27	235			
	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril			Maio			Junho			Julho			Agosto			Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro			Total		

Fonte: SIH/ANA - Sistema de Informação Hidrológicas (HIDRO - versão web: http://hidroweb.ana.gov.br).

TABELA DE PRECIPITAÇÕES MENSAIS (mm), DIAS DE CHUVAS E CHUVAS MÁXIMAS - CHAPADA DOS GUIMARÃES E UHE MANSO MONTANTE

ANO	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril			Maio			Junho			Julho			Agosto			Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro			Total		
	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.
1968																									101,10	8	35,20	167,00	12	47,00	129,90	12	49,00	271,10	25	28,80	**669,10**	**57**	**49,00**
1969	346,10	20	85,00	359,60	18	52,00	193,00	16	35,20	156,80	12	45,00	66,00	2	46,00				4,90	3	2,90				15,20	6	5,40	149,60	10	28,80	272,30	17	57,80	373,50	20	74,80	**1937,00**	**124**	**85,00**
1970	488,00	23	78,60	348,40	22	70,20	226,20	14	74,20	71,00	10	29,40	102,10	6	68,40	25,30	3	19,00	4,80	3	2,70				156,20	8	63,00	156,30	11	84,60	206,20	10	56,40	142,60	15	35,20	**1927,10**	**125**	**84,60**
1971	232,30	20	37,40	262,40	19	54,00	385,60	21	84,60	122,10	15	33,40	76,50	10	32,40	12,60	7	5,30	3,40	3	1,80	0,50	1	0,50	73,00	3	56,80	337,70	15	124,00	232,00	21	45,00	196,80	13	97,40	**1934,90**	**148**	**124,00**
1972	292,80	21	46,20	384,40	21	81,60	226,70	17	39,00	147,50	14	36,60	38,40	4	24,00	27,00	3	25,80	0,90	2	0,60	54,60	6	27,40	53,30	8	17,60	172,00	11	54,00	343,80	19	110,40	313,80	21	35,40	**2055,20**	**147**	**110,40**
1973	451,90	14	140,00	240,00	17	80,20	177,00	15	37,60	244,60	15	58,20	136,40	11	83,40	20,20	1	20,20	12,70	5	7,90				46,30	2	36,10	209,30	12	93,00	306,50	17	45,80	234,80	16	66,00	**2079,70**	**125**	**140,00**
1974	483,50	25	113,60	225,80	19	39,50	451,40	23	93,40	314,30	22	62,80	75,70	6	33,60	20,00	4	7,80	7,20	4	3,80	29,00	4	17,50	61,90	7	19,60	265,50	14	122,80	120,90	11	51,00	234,80	16	66,00	**2290,00**	**155**	**122,80**
1975	176,90	15	62,80	301,80	18	86,60	233,00	23	62,40	320,50	13	76,80	55,00	9	41,80	28,10	5	8,20	20,50	2	10,40				17,20	2	11,40	203,50	11	45,60	330,80	16	55,60	152,60	16	27,00	**1839,90**	**130**	**86,60**
1976	226,70	15	50,40	413,70	17	95,40	294,20	16	56,00	270,30	15	60,40	116,10	13	42,00							25,40	4	11,00	78,40	9	25,80	308,40	11	98,00	304,00	13	68,60	51,80	7	19,60	**2089,00**	**120**	**98,00**
1977	428,40	20	84,00	116,00	8	56,30	94,30	6	22,00	181,00	6	73,00	14,50	1	14,50										55,40	6	15,80	213,60	9	80,00	266,50	14	83,40	243,60	16	34,20	**1613,30**	**86**	**84,00**
1978	554,80	22	104,20	319,60	14	65,00	266,20	14	103,00	121,00	9	33,40	153,20	5	67,80							10,80	1	10,80	67,30	7	25,00	208,10	14	50,10	194,00	13	67,00	67,50	14	8,00	**1962,50**	**113**	**104,20**
1979	430,60	27	59,00	213,70	18	39,00	220,30	19	32,00	330,30	8	225,00	47,00	2	38,00	5,00	1	5,00	7,60	1	7,60	28,50	1	28,50	62,90	4	30,10	180,10	10	45,70	326,60	9	74,00	255,00	19	48,60	**2107,60**	**119**	**225,00**
1980	415,80	17	75,60	578,40	23	114,60	222,60	16	35,00	90,20	9	26,20	91,20	10	16,00	21,00	3	14,40	18,60	2	10,20	21,40	2	12,40	257,60	6	102,40	247,60	9	84,40	275,00	15	84,60	276,60	18	63,00	**2516,00**	**130**	**114,60**
1981	371,80	17	109,00	169,00	13	30,20	498,60	20	95,60	141,40	12	33,60	18,80	2	16,00	162,80	4	75,60	17,00	1	17,00	0,90	1	0,90	80,00	2	57,00	122,80	10	20,00	286,20	13	80,60	292,40	16	48,00	**2161,70**	**111**	**109,00**
1982	367,20	20	60,00	315,00	16	43,00	444,00	21	102,00	226,60	14	65,00	42,60	4	19,60							55,20	5	27,20	246,80	14	55,00	138,80	9	41,80	273,80	15	62,40	187,80	16	31,40	**2297,80**	**134**	**102,00**
1983	266,00	16	92,80	270,20	15	54,00	490,20	14	87,40	90,60	8	27,60	236,00	8	103,60	2,90	1	2,90	19,20	1	19,20	10,00	1	10,00	104,20	7	25,00	207,80	13	93,10	437,00	18	51,00	273,00	17	40,00	**2407,10**	**119**	**103,60**
1984	204,40	17	53,60	189,20	21	25,00	237,30	5	220,00	89,40	13	17,60	97,50	4	52,80							65,90	4	48,10	152,20	10	58,90	143,00	17	44,20	357,70	21	133,60	204,60	17	29,70	**1741,20**	**129**	**220,00**
1985	236,50	20	24,70	91,40	11	29,50	25,90	7	18,30	78,90	17	28,20	100,10	6	86,30				24,20	2	23,60	10,70	3	10,10	48,50	7	41,90				12,50	7	3,20	182,10	14	57,20	**808,80**	**94**	**86,30**
1986	381,30	28	43,10	201,40	18	71,50	296,90	25	46,80	76,50	12	20,40	179,00	11	40,60	139,40	16	28,00	2,00	1	2,00	48,70	10	8,70	189,10	15	36,00	65,80	12	25,00	181,00	12	28,00	117,00	8	28,00	**1878,10**	**168**	**71,50**
1987	209,20	13	38,00	284,80	17	30,00	503,90	15	122,80	307,40	11	132,40	131,10	6	35,00	55,80	5	31,40				8,20	3	3,20	56,80	3	48,00	170,30	15	48,90	229,60	17	64,40	306,80	18	52,00	**2263,90**	**123**	**132,40**
1988	162,30	14	42,60	336,90	22	119,60	235,20	21	43,20	163,30	15	33,00	130,60	12	45,40	18,00	4	6,00	4,60	1	4,60							25,80	3	16,10	297,20	13	56,80	517,00	23	105,20	**1890,90**	**128**	**119,60**
1989	447,40	26	51,20	346,60	22	77,60	317,90	21	75,00	200,30	15	72,40	210,80	4	142,40										44,20	4	15,20	172,40	7	79,20	214,40	8	55,60	318,40	9	62,40	**2272,40**	**116**	**142,40**
1990	345,50	23	45,40	299,40	18	70,80	220,60	12	73,20	185,60	7	88,20	268,40	9	58,20	24,20	1	24,20	90,80	4	31,60	30,60	4	16,40	156,20	6	66,20	247,60	12	39,20	129,60	12	46,20	297,70	21	42,40	**2296,20**	**129**	**88,20**
1991	186,60	17	46,60	326,00	16	67,20	237,90	17	32,40	188,80	10	96,00	37,60	6	23,20	56,00	6	27,00	5,80	2	5,00	8,60	2	7,20	113,60	8	52,40	151,20	10	29,40	161,80	12	56,80	383,60	20	67,80	**1857,50**	**126**	**96,00**
1992	319,20	23	53,20	179,90	20	45,20	277,20	21	66,40	238,60	8	123,20	13,80	3	6,80	0,60	1	0,60	17,60	2	12,40	33,40	5	11,40	231,70	12	33,50	315,20	13	70,60	306,80	13	72,40	312,90	15	75,40	**2246,90**	**136**	**123,20**
1993	218,80	13	35,20	503,70	23	130,40	252,80	15	44,60	74,60	8	11,40	29,80	3	18,30							15,20	2	7,80	110,80	5	43,80	103,30	9	27,20	232,10	10	70,20	418,90	20	56,80	**1960,00**	**108**	**130,40**
1994	227,80	17	38,20	215,40	16	69,50	203,80	14	36,00	252,40	15	36,80	115,00	8	48,20							10,40	1	10,40	98,20	6	52,40	182,90	9	43,80	243,80	11	55,80	449,10	16	86,80	**1998,80**	**113**	**86,80**
1995	286,60	11	57,40	838,00	19	147,20	403,90	17	60,20	389,80	10	129,40	141,40	7	53,40	116,60	5	50,00				26,40	1	26,40	12,40	1	12,40	110,10	8	22,80	309,00	11	55,60	663,40	21	70,60	**3297,60**	**111**	**147,20**
1996	444,30	19	51,50	459,00	12	80,60	379,00	12	60,40	117,40	3	56,40	83,00	4	34,60							28,80	3	14,20	27,40	2	15,20	174,80	10	45,20	322,40	17	105,20	278,80	17	57,80	**2314,90**	**99**	**105,20**
1997	507,30	22	62,40	474,80	17	66,20	280,60	13	50,40	194,00	9	44,20	56,20	6	20,90	89,10	4	32,40							62,80	3	25,60	138,50	6	68,60	117,90	8	49,10	310,50	14	82,50	**2231,70**	**102**	**82,50**
1998	186,20	14	40,90	374,10	18	70,10	224,20	19	37,60	247,50	11	73,80	95,60	5	35,40				7,10	1	7,10	36,90	2	26,10	36,70	2	21,30	184,20	9	51,10	216,40	11	37,30	314,20	16	80,90	**1923,10**	**108**	**80,90**
1999	217,50	14	24,70	270,80	18	34,50	489,50	19	127,80	194,70	4	60,70				1,40	1	1,40							18,40	3	6,90	219,30	10	60,80	130,30	11	25,80	259,80	12	50,00	**1801,70**	**92**	**127,80**
2000	364,80	13	81,70	326,70	20	50,20	318,50	19	44,10	109,30	7	53,60	22,20	4	10,20				19,50	2	10,30	11,90	2	8,90	79,30	4	45,90	173,90	10	46,40	247,30	18	36,80	301,60	13	80,40	**1975,00**	**112**	**81,70**
2001	347,50	17	48,10	406,10	20	61,20	317,70	21	50,90	100,20	8	33,40	75,20	6	20,50	29,20	3	20,90				20,10	1	20,10	63,80	4	35,50	192,80	11	45,70	351,80	16	70,90	620,20	27	85,70	**2524,60**	**134**	**85,70**
2002	343,70	15	90,20	414,70	19	99,50	134,60	13	21,60	80,20	7	24,70	111,00	7	37,50							16,00	2	15,30	19,10	3	10,50	157,70	11	40,70	180,30	12	57,40	263,70	17	45,10	**1721,00**	**106**	**99,50**
2003	439,60	24	77,80	168,20	17	28,20	195,90	19	28,80	263,80	10	81,10	188,80	4	87,60	0,60	1	0,60							75,10	8	19,60	122,10	10	41,10	206,10	12	40,40	163,30	13	50,10	**1823,50**	**118**	**87,60**
2004	366,00	22	71,90	435,80	19	97,50	128,20	7	49,70	171,10	10	44,70	65,50	8	22,30	20,50	3	9,20	63,00	4	34,90				15,40	3	8,70	140,60	10	44,40	244,90	13	79,50	176,40	14	65,30	**1827,40**	**113**	**97,50**
2005	397,00	23	64,50	194,90	11	50,30	230,80	18	62,90	155,80	9	56,70	19,20	1	19,20				16,70	3	8,40	1,30	1	1,30	49,50	6	19,60	192,30	9	62,10	233,30	13	68,30	542,90	19	112,50	**2033,70**	**113**	**112,50**
2006	374,30	14	100,20	438,80	18	73,70	317,80	16	94,20	420,20	12	85,70	25,00	1	25,00	2,30	2	1,20	15,80	1	15,80	3,60	1	3,60	153,30	7	71,90	360,40	16	56,10	268,90	11	46,30	528,50	18	82,70	**2908,90**	**117**	**100,20**
2007	737,90	21	70,80	585,60	20	66,90	260,90	8	53,50	326,10	5	130,20	107,90	2	83,80				13,20	2	8,40				7,80	1	7,80	141,40	7	42,20	460,70	12	81,30	517,90	16	82,90	**3159,40**	**94**	**130,20**
2008	576,60	23	52,70	318,90	16	41,90	1095,40	28	120,10	849,30	18	92,70	158,90	6	40,80										28,00	4	18,20	57,80	9	19,60	238,20	12	118,00	317,20	23	37,60	**3640,30**	**139**	**120,10**
2009	225,60	13	62,40	292,20	19	48,80	256,40	16	75,80	277,80	14	77,80	97,20	2	91,10	42,60	1	42,60				56,80	3	26,60				153,30	9	82,70	180,90	15	35,60	768,30	22	92,30	**2331,10**	**114**	**92,30**
2010	501,40	25	61,00	324,40	11	60,90	270,60	7	102,30	78,90	3	42,50	95,10	2	84,70													75,50	4	32,70	529,90	13	132,90	326,80	14	62,90	**2202,60**	**79**	**132,90**
2011	1053,20	25	110,80	627,80	24	91,60	933,80	26	101,70	386,70	8	201,90	42,70	1	42,70							38,50	1	38,50	41,80	1	41,80	433,90	9	98,50	96,70	2	86,10	527,00	13	78,70	**4182,10**	**110**	**201,90**
2012	943,90	27	69,80	320,30	9	59,30	550,10	15	116,80	388,50	14	53,90	426,30	12	80,10	170,50	3	91,60							74,80	2	58,60	185,10	5	68,70	796,80	20	110,30	131,20	22	37,20	**3987,50**	**129**	**116,80**
2013	781,30	23	109,70	379,60	15	81,90	840,60	19	126,90	223,70	10	44,40	65,10	2	37,90	102,10	4	42,80	15,20	1	15,20							305,80	17	42,50	480,70	16	78,30	790,20	22	83,10	**3984,30**	**129**	**126,90**
2014	767,20	27	65,80	742,40	23	62,90	704,40	24	62,90	1129,40	21	225,90	78,30	2	42,70	98,50	3	60,40				20,00	1	20,00	281,30	8	86,90	235,60	6	52,50	406,70	12	62,70	1109,30	23	81,90	**5573,10**	**150**	**225,90**
2015	641,60	14	70,80	765,60	20	62,40	1051,30	28	76,60	606,80	14	106,40	250,30	8	55,60				3,60	2	3,40							420,40	11	74,80	651,50	16	68,70	250,10	5	81,20	**4641,20**	**118**	**106,40**
2016	832,00	20	98,40	824,70	19	81,90	940,80	23	69,20	64,30	2	32,80										155,90	3	82,50	51,20	8	35,40	172,80	16	43,40	689,80	14	91,60	289,80	9	49,90	**4021,30**	**114**	**98,40**
Média	**352,09**	**19**	**64,01**	**328,94**	**18**	**66,08**	**298,49**	**16**	**66,15**	**206,14**	**11**	**62,70**	**95,74**	**6**	**45,64**	**38,38**	**4**	**19,15**	**17,26**	**2**	**10,79**	**23,92**	**3**	**14,71**	**83,17**	**6**	**33,71**	**177,62**	**10**	**54,73**	**253,26**	**13**	**63,39**	**312,30**	**17**	**58,75**	**2112,07**	**118**	**109,84**

TABELA DE PRECIPITAÇÕES MENSAIS (mm), DIAS DE CHUVAS E CHUVAS MÁXIMAS - CHAPADA DOS GUIMARÃES E UHE MANSO MONTANTE

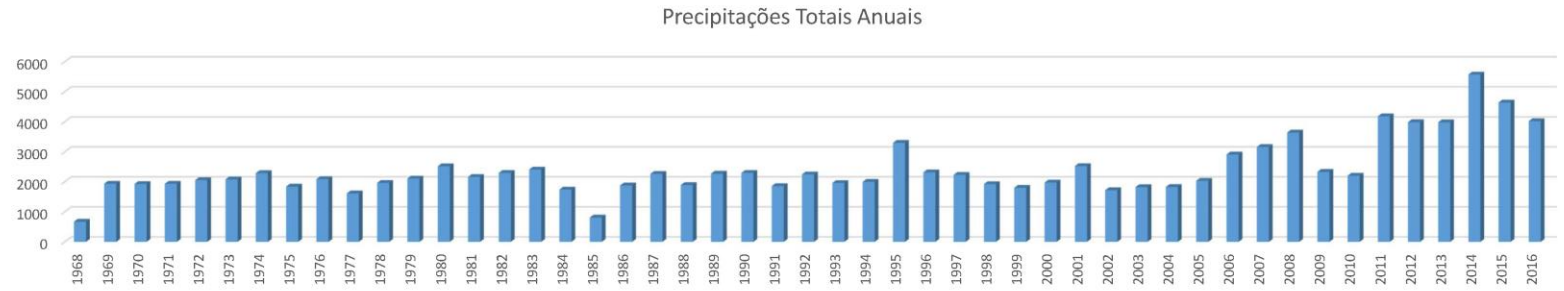
Dados	737.9	28	140	838	23	147,2	1095,4	28	220	849,3	22	225	268,4	13	142,4	162,8	16	75,6	90,8	5	34,9	65,9	10	48,1	257,6	15	102,4	360,4	17	124	529,9	21	133,6	768,3	27	112,5			
	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.	Precipit.	D. Chuvas	Ch. Máx.
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril			Maio			Junho			Julho			Agosto			Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro			Total		

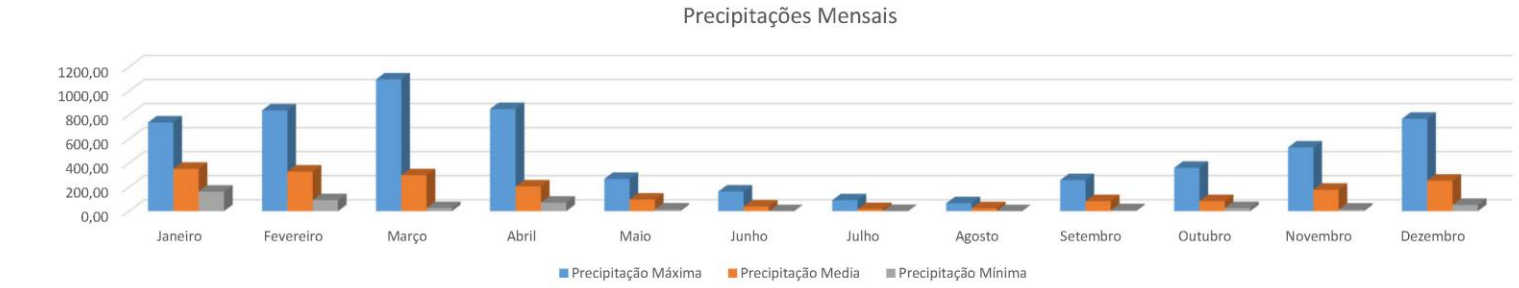
Fonte: SIH/ANA - Sistema de Informação Hidrológicas (HIDRO - versão web: http://hidroweb.ana.gov.br).

PERÍODO DE OBSERVAÇÃO: 01/07/1968 até 01/12/2016
NORMAIS MENSAIS
POSTO : CHAPADA DOS GUIMARÃES E UHE MANSO MONTANTE

PRECIPITAÇÕES E DIAS DE CHUVAS

Meses	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Prec. máx. mensal	737,90	838,00	1095,40	849,30	268,40	162,80	90,80	65,90	257,60	360,40	529,90	768,30	**6024,70**
Prec. med. mensal	352,09	328,94	298,49	206,14	95,74	38,38	17,26	23,92	83,17	83,17	177,62	253,26	**1958,18**
Prec. min. mensal	162,30	91,40	25,90	71,00	13,80	0,60	0,90	0,50	7,80	25,80	12,50	51,80	**464,30**
D. Chuva máx. mensal	28	23	28	22	13	16	5	10	15	17	21	27	**225,00**
D. Chuva. med. mensal	19	18	16	11	6	4	2	3	6	10	13	17	**125,00**
D. Chuva. min. mensal	11	8	5	3	1	1	1	1	1	3	7	7	**49,00**





4.2.3. Estudo da Chuva de Projeto

a. Determinação dos Valores Característicos da Chuva de Projeto

Com as informações dos postos escolhidos, é possível determinar as alturas as precipitações e a intensidade de chuva com duração de um dia, em diferentes tempos de recorrência, tomando como base métodos estatísticos como o método Racional, método Hidrogramas e outro. Para o dimensionamento, utiliza-se as maiores alturas de chuvas de cada ano para montar a série de máximas anuais para a estação considerada.

Estação:	CHAPADA DOS GUIMARÃES E UHE MANSO MONTANTE			UF:	MT	Eventos	49
Código:	1555001 e 1455004			Isozonas:	F	SOMA	5.599,70
						MÉDIA	114,279
						DESVIO	37,357
N	**Ano**	**Chuva máx**	**Chuva máx. Orden.**	**Ch-Ch.med**	**(Ch-Ch.med)²**	**F=n/(m+1)%**	**Tr=1/F**
1	1968	49,0	225,9	111,621	12.459,248	2,00	50,00
2	1969	85,0	225	110,721	12.259,140	4,00	25,00
3	1970	84,6	220	105,721	11.176,930	6,00	16,66
4	1971	124,0	201,9	87,621	7.677,440	8,00	12,50
5	1972	110,4	147,2	32,921	1.083,792	10,00	10,00
6	1973	140,0	142,4	28,121	790,791	12,00	8,33
7	1974	122,8	140	25,721	661,570	14,00	7,14
8	1975	86,6	132,9	18,621	346,742	16,00	6,25
9	1976	98,0	132,4	18,121	328,371	18,00	5,55
10	1977	84,0	130,4	16,121	259,887	20,00	5,00
11	1978	104,2	130,2	15,921	253,478	22,00	4,54
12	1979	225,0	127,8	13,521	182,817	24,00	4,16
13	1980	114,6	126,9	12,621	159,290	26,00	3,84
14	1981	109,0	124	9,721	94,498	28,00	3,57
15	1982	102,0	123,2	8,921	79,584	30,00	3,33
16	1983	103,6	122,8	8,521	72,607	32,00	3,12
17	1984	220,0	120,1	5,821	33,884	34,00	2,94
18	1985	86,3	119,6	5,321	28,313	36,00	2,77
19	1986	71,5	116,8	2,521	6,355	38,00	2,63
20	1987	132,4	114,6	0,321	0,103	40,00	2,50
21	1988	119,6	112,5	-1,779	3,165	42,00	2,38
22	1989	142,4	110,4	-3,879	15,047	44,00	2,27
23	1990	88,2	109	-5,279	27,868	46,00	2,17
24	1991	96,0	106,4	-7,879	62,079	48,00	2,08
25	1992	123,2	105,2	-9,079	82,428	50,00	2,00
26	1993	130,4	104,2	-10,079	101,586	52,00	1,92
27	1994	86,8	103,6	-10,679	114,041	54,00	1,85
28	1995	147,2	102	-12,279	150,774	56,00	1,78
29	1996	105,2	100,2	-14,079	198,218	58,00	1,72
30	1997	82,5	99,5	-14,779	218,419	60,00	1,66
31	1998	80,9	98,4	-15,879	252,143	62,00	1,61
32	1999	127,8	98	-16,279	265,006	64,00	1,56
33	2000	81,7	97,5	-16,779	281,535	66,00	1,51
34	2001	85,7	96	-18,279	334,122	68,00	1,47
35	2002	99,5	92,3	-21,979	483,076	70,00	1,42
36	2003	87,6	88,2	-26,079	680,114	72,00	1,38
37	2004	97,5	87,6	-26,679	711,769	74,00	1,35
38	2005	112,5	86,8	-27,479	755,095	76,00	1,31
39	2006	100,2	86,6	-27,679	766,127	78,00	1,28
40	2007	130,2	86,3	-27,979	782,824	80,00	1,25
41	2008	120,1	85,7	-28,579	816,759	82,00	1,21
42	2009	92,3	85	-29,279	857,260	84,00	1,19
43	2010	132,9	84,6	-29,679	880,843	86,00	1,16
44	2011	201,9	84	-30,279	916,818	88,00	1,13
45	2012	116,8	82,5	-31,779	1.009,905	90,00	1,11
46	2013	126,9	81,7	-32,579	1.061,391	92,00	1,08
47	2014	225,9	80,9	-33,379	1.114,158	94,00	1,06
48	2015	106,4	71,5	-42,779	1.830,043	96,00	1,04
49	2016	98,4	49	-65,279	4.261,348	98,00	1,02

VALORES DE " K " CALCULADOS SEGUNDO A LEI DE GUMBEL						
Nº de Eventos Considerados	TR - Tempo de Recorrência em anos					
	5	10	15	25	50	100
10	1,058	1,848	2,289	2,847	3,588	4,323
11	1,034	1,809	2,242	2,789	3,516	4,238
12	1,013	1,777	2,202	2,741	3,456	4,166
13	0,996	1,748	2,168	2,699	3,405	4,105
14	0,981	1,724	2,138	2,663	3,360	4,052
15	0,967	1,703	2,112	2,632	3,321	4,005
16	0,955	1,682	2,087	2,601	3,283	3,959
17	0,943	1,664	2,066	2,575	3,250	3,921
18	0,934	1,649	2,047	2,552	3,223	3,888
19	0,926	1,636	2,032	2,533	3,199	3,860
20	0,919	1,625	2,018	2,517	3,179	3,836
21	0,911	1,613	2,004	2,500	3,157	3,810
22	0,905	1,603	1,992	2,484	3,138	3,787
23	0,899	1,593	1,980	2,470	3,121	3,766
24	0,893	1,584	1,969	2,457	3,104	3,747
25	0,888	1,575	1,958	2,444	3,088	3,729
26	0,883	1,566	1,949	2,432	3,074	3,711
27	0,879	1,560	1,941	2,422	3,061	3,696
28	0,874	1,553	1,932	2,412	3,048	3,681
29	0,870	1,547	1,924	2,402	3,037	3,667
30	0,866	1,541	1,917	2,393	3,026	3,653
31	0,863	1,535	1,910	2,385	3,015	3,641
32	0,860	1,530	1,904	2,377	3,005	3,629
33	0,856	1,525	1,897	2,369	2,996	3,618
34	0,853	1,520	1,892	2,362	2,987	3,609
35	0,851	1,516	1,886	2,354	2,977	3,598
36	0,848	1,511	1,881	2,349	2,971	3,588
37	0,845	1,507	1,876	2,344	2,963	3,579
38	0,843	1,503	1,871	2,338	2,957	3,571
39	0,840	1,499	1,867	2,331	2,950	3,563
40	0,838	1,495	1,862	2,326	2,943	3,554
41	0,836	1,492	1,856	2,321	2,936	3,547
42	0,834	1,489	1,854	2,316	2,930	3,539
43	0,832	1,485	1,850	2,311	2,924	3,532
44	0,830	1,482	1,846	2,307	2,919	3,526
45	0,828	1,478	1,842	2,303	2,913	3,519
46	0,826	1,476	1,839	2,298	2,908	3,513
47	0,824	1,474	1,836	2,294	2,903	3,507
48	0,823	1,471	1,832	2,290	2,898	3,501
49	0,821	1,469	1,830	2,287	2,894	3,498
50	0,820	1,466	1,827	2,283	2,889	3,490
51	0,818	1,464	1,824	2,280	2,885	3,486
52	0,817	1,462	1,821	2,276	2,881	3,481
53	0,815	1,459	1,818	2,273	2,875	3,474
54	0,814	1,457	1,816	2,270	2,873	3,471
55	0,813	1,455	1,813	2,267	2,869	3,467
56	0,812	1,453	1,811	2,264	2,865	3,462
57	0,810	1,451	1,809	2,261	2,862	3,458
58	0,809	1,449	1,806	2,258	2,858	3,454
59	0,808	1,448	1,804	2,256	2,855	3,450
60	0,807	1,446	1,802	2,253	2,852	3,446

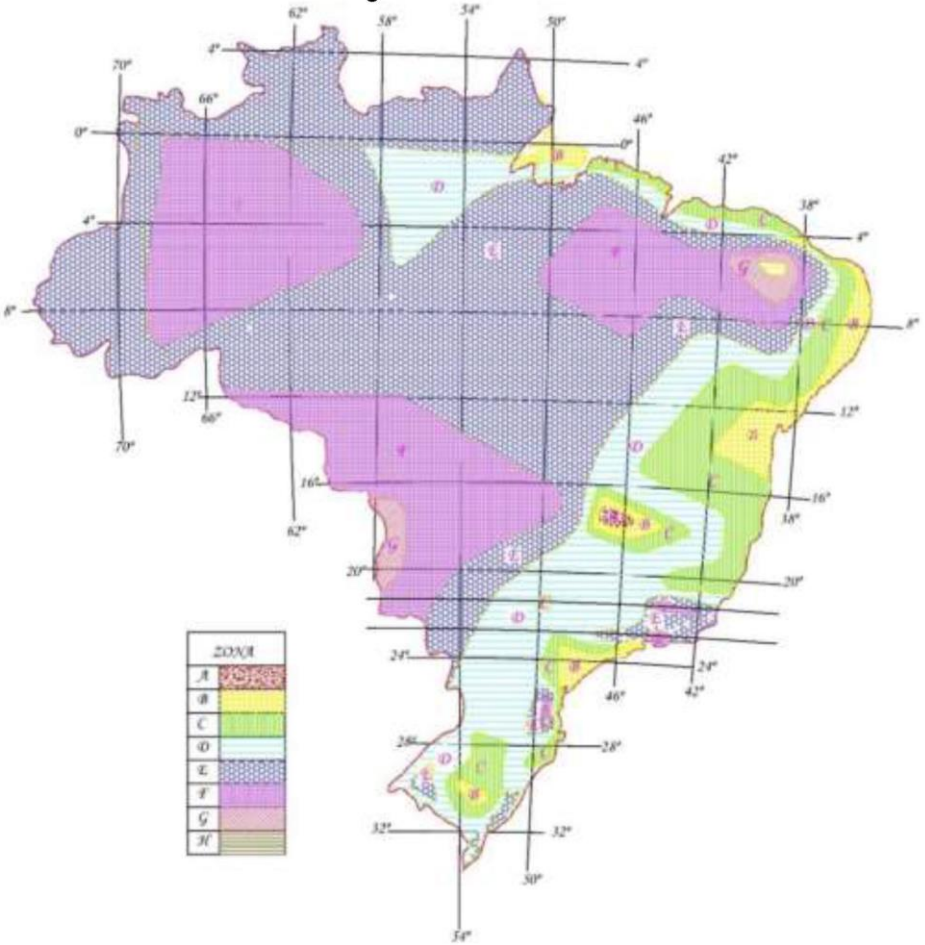
Fonte: M. D. REID , 8 de Nov de 1942

b. Determinação da Curva de Intensidade

O Engº José Jaime Taborga Torrico, desenvolveu um método alternativo para chuvas intensas de curta duração, em locais onde não há postos pluviométricos e pluviográficos, nas proximidades da bacia estudada. Com os dados dos estudos estatísticos do método de Gumbel, e utilizando o método das Isozonas do Eng.º J.J.T. Torrico é possível deduzir a altura de precipitação para tempos de concentração menores que 24 horas.

A partir do estudo estatístico do método de Gumbel, calcula-se para a estação em estudo, as chuvas de um dia, nos tempos de recorrência previstos, conforme a metodologia do Eng. Torrico, estas chuvas de um dia, são convertidas em chuvas de 24horas, multiplicando-se pelo coeficiente de 1,10, que é a relação de 24 horas / 1 dia. Em seguida determina-se no mapa das Isozonas qual a zona que corresponde ao local de estudo (Figura 6).

Figura 6 - Isozonas



Fonte: "Práticas Hidrológicas" do Eng.º J.J.T. Torrico

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
ISOZONAS DE IGUAL RELAÇÃO												
TEMPO DE RECORRÊNCIA EM ANOS												
ZONA	1 Hora / 24 horas chuva										6min 24h	Chuva
	5	10	15	20	25	30	50	100	1.000	10.000	5-50	100
A	36,2	35,8	35,6	35,5	35,4	35,3	35,0	34,7	33,6	32,5	7,0	6,3
B	38,1	37,8	37,5	37,4	37,3	37,2	36,9	36,6	35,4	34,3	8,4	7,5
C	40,1	39,7	39,5	39,3	39,2	39,1	38,8	38,4	37,2	36,0	9,8	8,8
D	42,0	41,6	41,4	41,2	41,1	41,0	40,7	40,3	39,0	37,8	11,2	10,0
E	44,0	43,6	43,3	43,2	43,0	42,9	42,6	42,2	40,9	39,6	12,6	11,2
F	46,0	45,5	45,3	45,1	44,9	44,8	44,5	44,1	42,7	41,3	13,9	12,4
G	47,9	47,4	47,2	47,0	46,8	46,7	46,4	45,9	44,5	43,1	15,4	13,7
H	49,9	49,4	49,1	48,9	48,8	48,6	48,3	47,8	46,3	44,8	16,7	14,9

Com a isozona determinada, é extraído da tabela as porcentagens que correspondem as relações de 6 minutos e 1 hora, assim o cálculo das alturas de chuva com porcentagens, para cada tempo de recorrência previsto, temos:

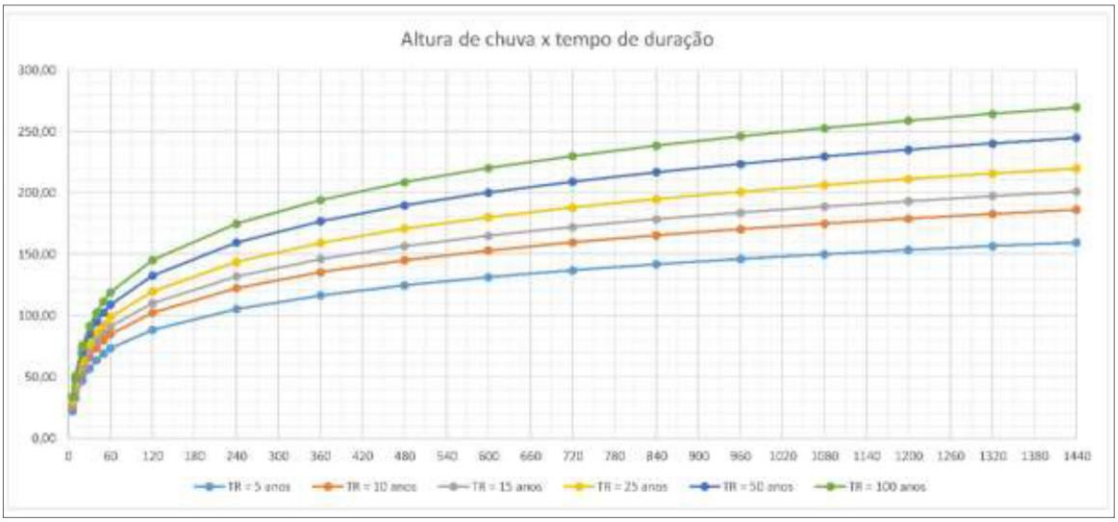
Valores de K (GUMBEL)					
Tr -Tempo de Recorrência em anos					
5	10	15	25	50	100
0,821	1,469	1,830	2,287	2,894	3,498

*de acordo com o método para converter a chuva de 1 dia para 24h mult. o coef por 1,10

		K	Desvio						
Tr - 5 Anos	114,279 +	(0,821	x 37,357)	=	144,94	mm	Max.	1 dia
		1,100	x 144,94	=	159,43	mm	Max.	24 h
Isozonas de	1h / 24h	0,460	x 159,43	=	73,34	mm	Max.	1 h
igual relação	6min	0,139	x 159,43	=	22,16	mm	Max.	0,1h
Tr - 10 Anos	114,279 +	(1,469	x 37,357)	=	169,15	mm	Max.	1 dia
		1,100	x 169,15	=	186,07	mm	Max.	24 h
Isozonas de	1h / 24h	0,455	x 186,07	=	84,66	mm	Max.	1 h
igual relação	6min	0,139	x 186,07	=	25,86	mm	Max.	0,1h
Tr - 15 Anos	114,279 +	(1,83	x 37,357)	=	182,64	mm	Max.	1 dia
		1,100	x 182,64	=	200,90	mm	Max.	24 h
Isozonas de	1h / 24h	0,453	x 200,90	=	91,01	mm	Max.	1 h
igual relação	6min	0,139	x 200,90	=	27,93	mm	Max.	0,1h
Tr - 25 Anos	114,279 +	(2,287	x 37,357)	=	199,71	mm	Max.	1 dia
		1,100	x 199,71	=	219,68	mm	Max.	24 h
Isozonas de	1h / 24h	0,449	x 219,68	=	98,64	mm	Max.	1 h
igual relação	6min	0,139	x 219,68	=	30,54	mm	Max.	0,1h
Tr - 50 Anos	114,279 +	(2,894	x 37,357)	=	222,39	mm	Max.	1 dia
		1,100	x 222,39	=	244,63	mm	Max.	24 h
Isozonas de	1h / 24h	0,445	x 244,63	=	108,86	mm	Max.	1 h
igual relação	6min	0,139	x 244,63	=	34,00	mm	Max.	0,1h
Tr - 100 Anos	114,279 +	(3,498	x 37,357)	=	244,95	mm	Max.	1 dia
		1,100	x 244,95	=	269,45	mm	Max.	24 h
Isozonas de	1h / 24h	0,441	x 269,45	=	118,83	mm	Max.	1 h
igual relação	6min	0,124	x 269,45	=	33,41	mm	Max.	0,1h

Determinado as alturas de precipitação para as durações de 24 horas, 1 hora e 6 minutos, em cada tempo de recorrência considerado, é traçado no papel de probabilidade de Hershfield e Wilson, os pontos que fornecem as alturas de precipitação em função do tempo de recorrência, ligando esses pontos obtemos as alturas de precipitação para qualquer duração de tempo entre 6 minutos e 24 horas, conforme observado a seguir:

Alturas da precipitação						
Duração (min)	Tempo de recorrência					
	TR = 5 anos	TR = 10 anos	TR = 15 anos	TR = 25 anos	TR = 50 anos	TR = 100 anos
6	22,16	25,86	27,93	30,54	34,00	33,41
10	32,57	37,82	40,75	44,38	49,22	50,78
19	46,40	53,71	57,80	62,79	69,46	73,86
20	47,54	55,02	59,21	64,31	71,13	75,77
30	56,76	65,61	70,57	76,57	84,60	91,15
40	63,50	73,35	78,88	85,54	94,47	102,40
50	68,84	79,50	85,47	92,66	102,29	111,32
60	73,34	84,66	91,01	98,64	108,86	118,83
120	88,23	102,19	110,01	119,57	132,34	144,87
240	105,28	122,28	131,78	143,55	159,24	174,71
360	116,27	135,22	145,81	158,99	176,56	193,93
480	124,51	144,93	156,33	170,58	189,56	208,35
600	131,16	152,77	164,82	179,93	200,05	219,99
720	136,77	159,37	171,97	187,81	208,88	229,79
840	141,62	165,08	178,16	194,63	216,54	238,28
960	145,91	170,14	183,64	200,67	223,30	245,79
1080	149,76	174,67	188,56	206,08	229,38	252,52
1200	153,26	178,79	193,02	211,00	234,89	258,65
1320	156,47	182,57	197,12	215,51	239,95	264,26
1440	159,43	186,07	200,90	219,68	244,63	269,45



c. Determinação da Curva: Intensidade de Precipitação x Duração x Tempo de Recorrência.

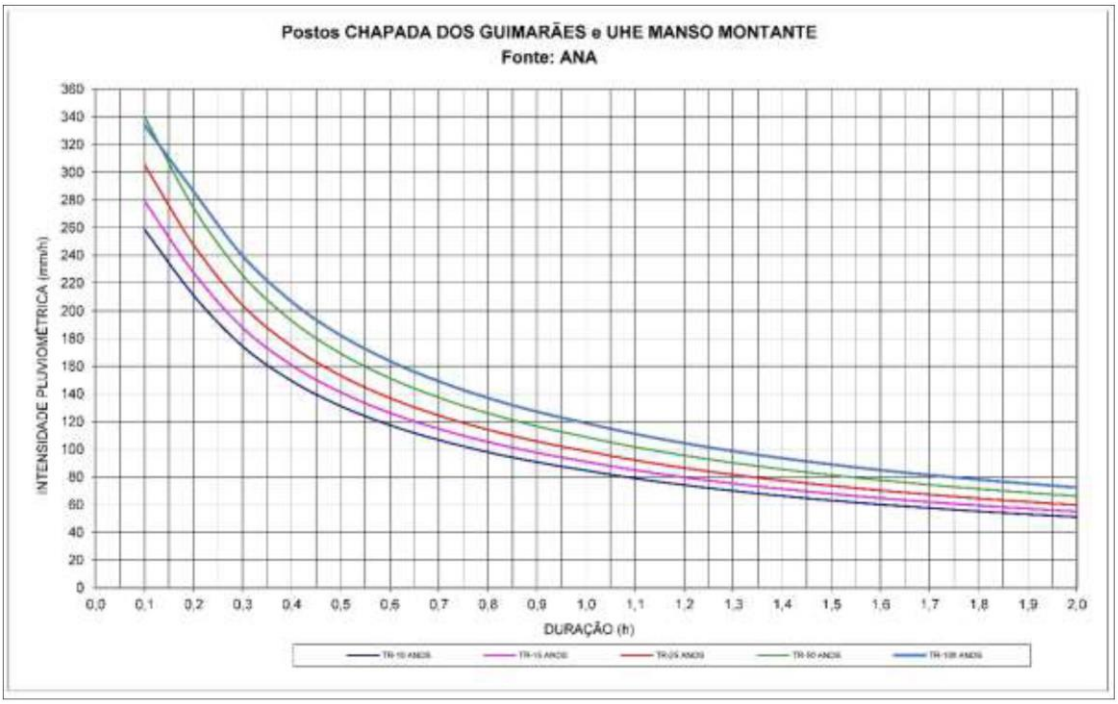
Com os valores das precipitações para durações de tempo ente 6 minutos a 24 horas, é possível calcular as intensidades dessas precipitações por meio da equação:

$i = \frac{P}{t}$, onde:

- i = Intensidade da precipitação, em mm/h;
- *P* = Altura da precipitação, em mm;
- *t* = Tempo de duração, em horas.

Deste modo o valor das intensidades e o gráfico da relação intensidade com a duração e o tempo de recorrência, podem ser observados a seguir.

Quadro de Intensidade						
Tempo		TR - anos				
		10	15	25	50	100
min	(hs)	I (mm/h)				
6	0,10	258,63	279,26	305,36	340,03	334,11
12	0,20	211,17	227,45	247,48	274,23	285,96
18	0,30	174,44	187,75	203,98	225,68	239,55
24	0,40	149,33	160,66	174,42	192,81	206,54
30	0,50	131,22	141,14	153,14	169,21	182,30
36	0,60	117,49	126,35	137,05	151,38	163,74
42	0,70	106,69	114,73	124,41	137,38	149,05
48	0,80	97,95	105,32	114,18	126,05	137,10
54	0,90	90,71	97,52	105,71	116,69	127,16
60	1,00	84,66	91,01	98,64	108,86	118,83
66	1,10	79,02	84,96	92,12	101,71	111,07
72	1,20	74,19	79,78	86,54	95,59	104,42
78	1,30	70,00	75,29	81,69	90,26	98,64
84	1,40	66,32	71,35	77,44	85,59	93,57
90	1,50	63,07	67,86	73,67	81,45	89,07
96	1,60	60,17	64,74	70,31	77,75	85,04
102	1,70	57,56	61,95	67,29	74,43	81,42
108	1,80	55,20	59,41	64,55	71,42	78,15
114	1,90	53,06	57,11	62,06	68,67	75,16
120	2,00	51,10	55,01	59,78	66,17	72,43



4.2.4. Determinação das Descargas de Projeto

4.2.4.1. Definição dos Tempos de Recorrência

O tempo de recorrência é o intervalo médio em anos em que pode ocorrer ou ser superado um dado evento. Para a definição do tempo de recorrência a ser utilizado nos projetos depende de uma análise econômica, da segurança da obra, a classe da rodovia e danos às propriedades vizinhas.

De modo a facilitar a utilização do tempo de recorrência para cada dispositivo de drenagem, está apresentado abaixo as recomendações dos órgãos rodoviários:

1. DNIT

- Drenagem superficial - 5 anos a 10 anos;
- Drenagem profunda - 1 ano;
- Drenagem grota, Bueiros tubulares - 10 e 25 anos (como orifício);
- Drenagem grota, Bueiros celulares - 25 anos (como canal) e 50 anos (como orifício);
- Pontilhão - 50 anos;
- Ponte - 100 anos.

2. SINFRA-MT

- Drenagem grota, Bueiros tubulares - 15 anos (como canal) e 25 anos (como orifício);
- Drenagem grota, Bueiros celulares - 25 anos (como canal) e 50 anos (como orifício);
- Pontes – 100 anos com borda livre de 1,00m e 200 anos sem atingir a viga;

Para o presente relatório será adotado as recomendações apresentadas pelo DNIT.

4.2.4.2. Tempo de concentração

O tempo de concentração é o tempo necessário para que toda a bacia contribua para a vazão na seção estudada. Existem várias fórmulas para determinação desses tempos. O DNER recomenda que o projetista escolha a fórmula do tempo de concentração tendo em vista:

- A mais compatível com a bacia;
- A mais adaptável a região de interesse da rodovia;
- A que contenha o maior número de elementos físicos: declividade de talvegue, natureza do solo, recobrimento vegetal etc.;
- A distinção entre áreas rurais e urbanas.

a) Método de Kirpich

A fórmula para a determinação do tempo de concentração deste método é indicada para os métodos: Racional com coeficiente de deflúvio dos Eng. Baptista Gariglio e José Paulo Ferrai, para bacias com áreas menores que 4km². Método Racional com Coeficiente de Retardo, para bacias com áreas entre 4km² até 10km² e o método do Hidrograma triangular sintético para áreas maiores que 10km².

$$T_c = \left(\frac{0{,}294 \times L}{\sqrt{i}}\right)^{0{,}77}$$

Onde:

T_c – Tempo de concentração, em h;

L – Extensão do talvegue principal, em km;

I – Declividade efetiva do talvegue em %.

$$i = \left[\frac{L}{\frac{L_1}{\sqrt{i_1}} + \frac{L_2}{\sqrt{i_2}} + \frac{L_3}{\sqrt{i_3}} + \cdots + \frac{L_n}{\sqrt{i_n}}} \right]^2$$

Onde:

L – Comprimento total do talvegue em km;

$L_1, L_2, \ldots, L_n$ – Comprimentos parciais do Talvegue em km;

$i_1, i_2, \ldots, i_n$ – Declividade parciais em m/m

4.2.4.3. Coeficiente de Escoamento ou Coeficiente de Deflúvio ou Coeficiente "Run-off"

Este coeficiente é a relação entre o volume de água escoado superficialmente e o volume precipitado, isto significa, que uma parcela da chuva precipitada sobre a superfície da bacia tem uma parte de seu volume retido seja nas depressões do terreno, ou pela vegetação, ou na utilização na agricultura, ou para o consumo humana ou pela infiltração no solo.

Há diversas tabelas para diferentes métodos para a determinação do coeficiente de deflúvio. A seguir está apresentado algumas tabelas de acordo com o método de cálculo de vazão e da área da bacia.

a) Método do Hidrograma Triangular Sintético (área > 10km²)

Para áreas de bacia maiores que 10 km², é necessária uma análise mais aprofundada do tipo de solo, da sua utilização e das condições de superfícies, conforme quadros abaixo:

Quadro 1 - Definição do solo hidrológico

TIPO DE SOLO	CARACTERÍSTICAS
Tipo A	Baixo potencial de escoamento superficial e, portanto, alto coeficiente de permeabilidade, mesmo quando totalmente encharcado. Camadas profundas com pouca argila ou silte e mais areia e pedregulho limpo, com textura de boa drenagem. Coeficiente de permeabilidade aproximadamente igual a 10^{-1}.
Tipo B	Coeficiente de infiltração moderado quando totalmente encharcado. Inclui solos arenosos em camadas menos profundas que os do Tipo A, condições de drenagens médias, textura moderadamente fina e granular. Coeficiente de permeabilidade entre 10^{-1} a 10^{-3}.
Tipo C	Baixo coeficiente de infiltração quando totalmente encharcado composto por camadas com grande percentagem de argila e silte. Coeficiente de permeabilidade variando entre 10^{-1} a 10^{-5}.
Tipo D	Alto potencial de escoamento superficial e, conseqüentemente, baixo coeficiente de infiltração quando encharcado. É constituído por camadas de argila próximas à superfície e por solos superficiais sobre horizontes impermeáveis (rochosos). Coeficiente de permeabilidade compreendido entre 10^{-6} a 10^{-7}.

Fonte: "Drenagem de Rodovias. Jabôr, Marcos A.(2015)

Quadro 2 - Utilização do Solo - Número de Deflúvio - CN

UTILIZAÇÃO DA TERRA	CONDIÇÕES DA SUPERFÍCIE	TIPOS DE SOLO			
		A	B	C	D
Terrenos Cultivados	Sulcos retilíneos	77	86	91	94
	Fileiras retas	70	80	87	90
Plantações Regulares	Em curvas de nível	67	77	83	87
	Terraceado em nível	64	73	79	82
	Fileiras retas	64	76	84	88
Cereais	Em curvas de nível	62	74	82	85
	Terraceado em nível	60	71	79	82
	Fileiras retas	62	75	83	87
Legumes ou Campos Cultivados	Em curvas de nível	60	72	81	84
	Terraceado emível	57	70	78	89
	Pobres	68	79	86	89
	Normais	49	69	79	84
	Boas	39	61	74	80
Pastagens	Pobres, em curvas de nível	47	67	81	88
	Normais, em curvas de nível	25	59	75	83
	Boas, em curvas de nível	6	35	70	79
Campos Permanentes	Normais	30	58	71	78
	Esparsas, de baixa transpiração	45	66	77	83
	Normais				
	Densas, de alta transpiração	25	55	70	77
Chácaras	Normais	59	74	82	86
Estradas de terra	Más	72	82	87	89
	De superficie duro	74	84	90	92

Fonte: “Drenagem de Rodovias. Jabôr, Marcos A.(2015)

O método anterior é o recomendado pelo DNIT, porém a sua aplicação requer um tempo maior para elaboração do projeto, pois é necessária uma pesquisa ampla para cada bacia em toda sua área, com a realização de sondagens com coleta de materiais, com objetivo de caracterizar os tipos de solo e possibilitar a execução de ensaios, assim é necessário um aumento significativo dos custos e prazos da obra. Tendo em vista essa complexidade, o Eng. Marcos Augusto Jabôr, apresenta uma sugestão para o cálculo de CN.

$$CN = CN_1 \times CN_2 \times CN_3$$

A < 30 km²	
i (%)	CN_1
< 0,5	68
1,0	70
1,5	72
2,0	74
3,0	76
4,0	78
5,0	80
6,0	82
7,0	84
8,0	86
9,0	88

>10,0	90

30 km² < A < 60 km²	
i (%)	CN_1
0,25	62
0,50	64
0,75	66
1,0	68
1,5	71
2,0	77
3,0	81
4,0	84
5,0	88
> 6,0	90

A > 60 km²	
i (%)	CN_1
< 0,125	56
0,25	58
0,5	60
1,0	65
1,5	70
2,0	80
3,0	85
> 4,0	90

Onde:

i – declividade efetiva do talvegue em %

A – área da bacia em km²

CN_2	
Região Montanhosa c/ Rocha	1,1
Região Montanhosa	1,0
Região Ondulada	0,9
Região Plana	0,8

Precipitação (mm)	CN_3
> 177,8	0,6
177,8	0,7
152,4	0,8
127,0	0,9
101,6	1,0
76,2	1,1
50,8	1,2
25,4	1,3
<25,4	1,4

4.2.4.4. Cálculo das Vazões de Projeto

A metodologia de cálculo das vazões máximas prováveis, depende da área da bacia a ser estudada, abaixo é apresentado as metodologias adotadas para diferentes áreas de bacia.

a) Hidrograma triangular sintético - Área > 10km²

Para bacias com áreas superiores a 10,0 km² utiliza-se o Método do Hidrógrafo Unitário Triangular, desenvolvido pelo "U.S.Soil Conservation Service". A equação para o cálculo das vazões apresentada pelo método é:

$$Q_p = \frac{K \times A \times qm}{T_p}$$

Onde: Q_p – vazão de pico em m³/s;

K – Constante empírica de 0,20836;

A – Área da bacia em km²;

T_p – Tempo de pico do hidrograma, sendo: $T_p = \sqrt{T_c} + 0{,}6 \times T_c$;

Tc – tempo de concentração de Kirpich - $T_c = \left(\frac{0{,}294 \times L}{\sqrt{i}}\right)^{0{,}77}$;

i – declividade do talvegue (%);

L – comprimento do talvegue (km);

qm – é retirado da equação do "Soil Conservation Service".

$$qm = \frac{(P - 5{,}08 \times S)^2}{P + 20{,}32 \times S}$$

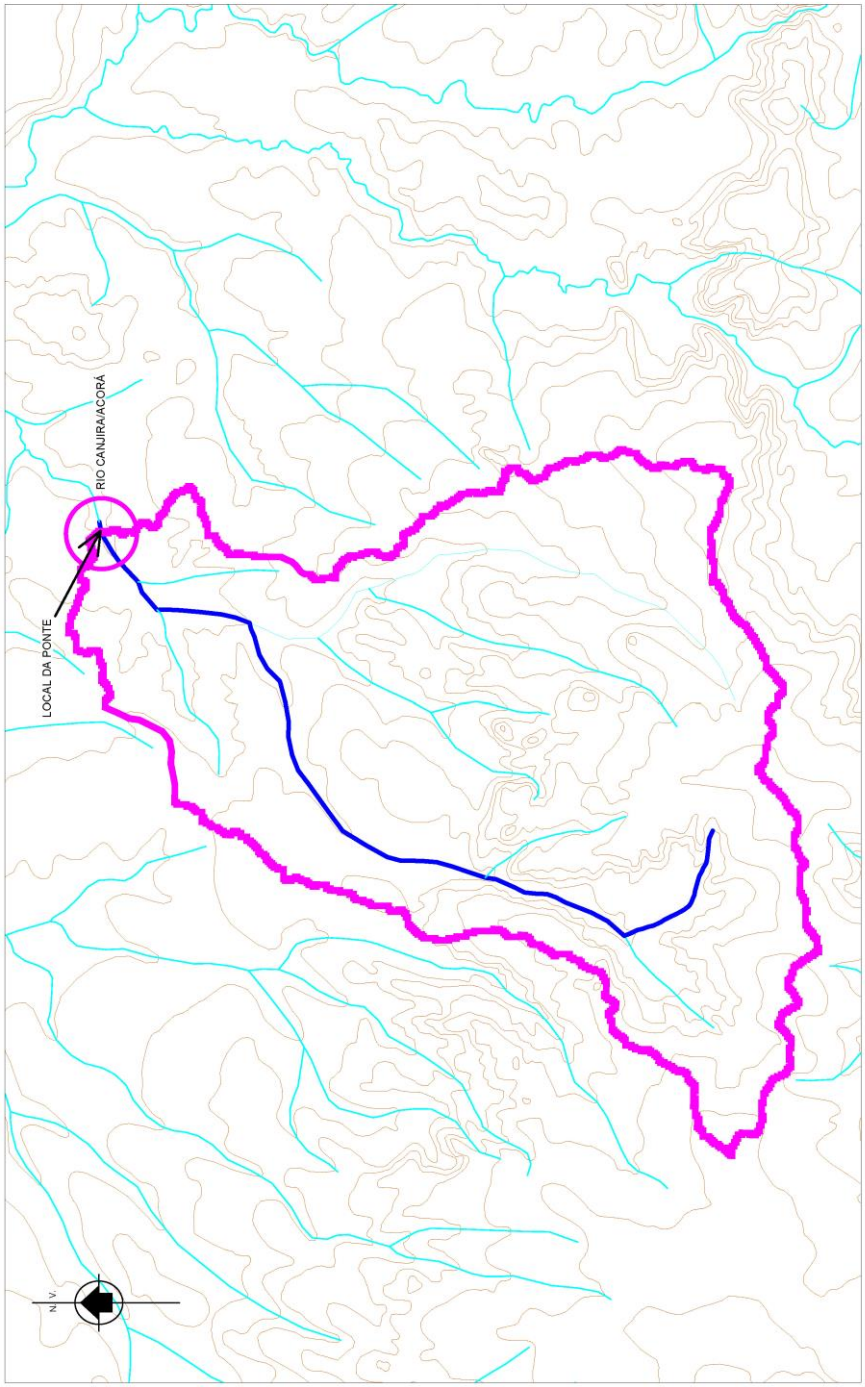
Onde: S – é obtido pela equação: $S = \frac{1000}{CN} - 10$;

P – altura acumulada da precipitação (mm);

CN – curva correspondente ao complexo solo/vegetação.

4.2.5. Apresentação da bacia hidrográfica

A seguir é apresentado o projeto da bacia em estudo, sendo apresentados os dados relativos às características físicas e geométricas das bacias.



ESCALA 1:1500

CURSO D'ÁGUA: RIO CANJIRA/ACORÁ

ÁREA DE CONTRIBUIÇÃO: 70,842 km²

COMPRIMENTO DO TALVEGUE: 14,110 km

DECLIVIDADE: 0,00130 m/m

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

PONTE EM CONCRETO ARMADO E PROTENDIDO

RODOVIA: MUNICIPAL

COORDENADAS: 15°15'00.00"S / 55°59'53.72"O

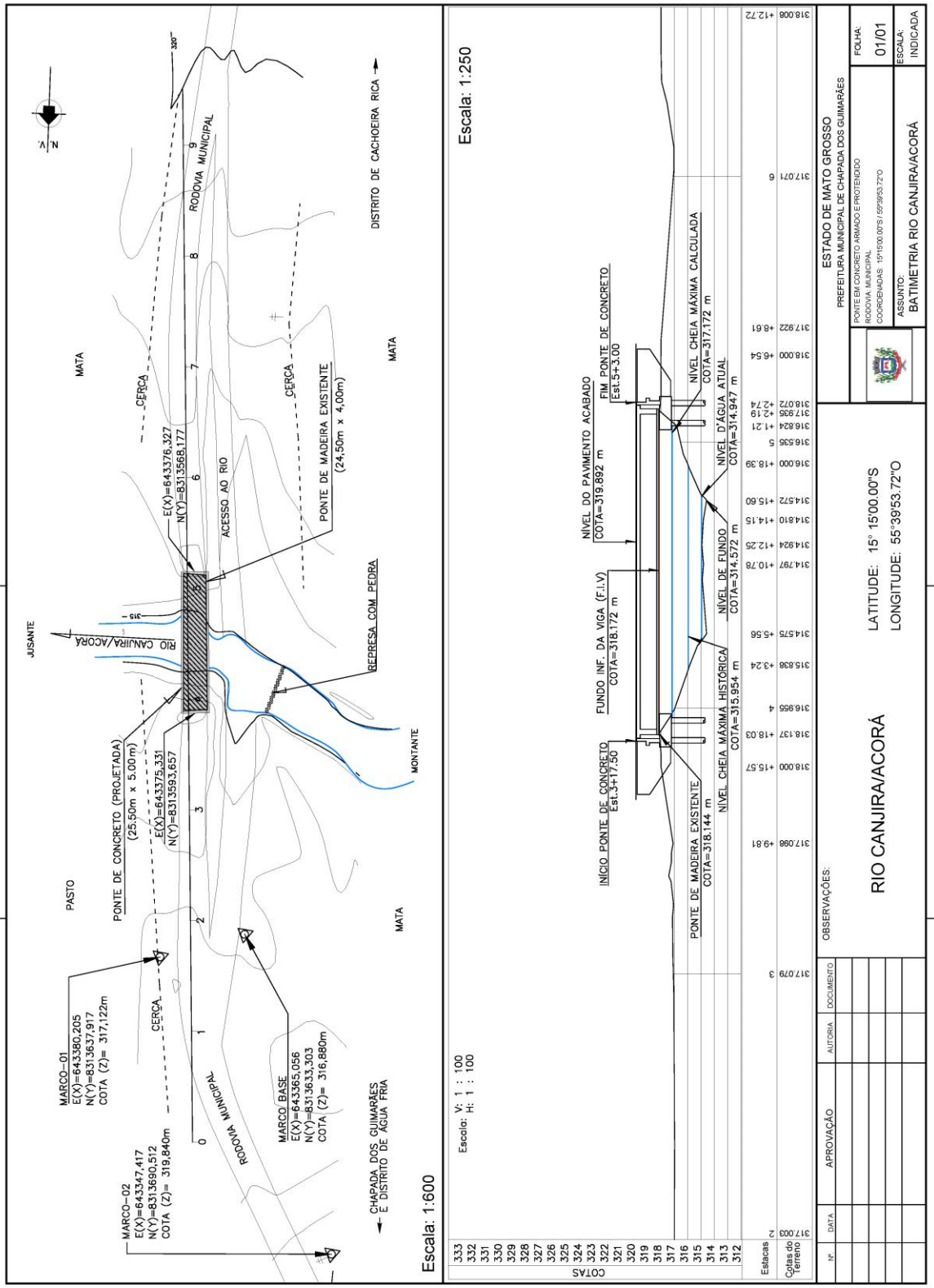
FOLHA: Única

ASSUNTO: BACIA RIO CANJIRA/ACORÁ

ESCALA: INDICADA

4.2.6. Apresentação da Batimetria

A seguir é apresentada a planta topográfica e a seção batimétrica, contendo informações das características topográficas do local deste estudo e da locação da ponte projetada sobre o Rio Canjira/Acorá em um tempo de recorrência de 100 anos.


N
MATA
CERCA
RODOVIA MUNICIPAL
DISTRITO DE CACHOEIRA RICA
E(X)=643376,327
N(Y)=8313568,177
ACESSO AO RIO
PONTE DE MADEIRA EXISTENTE
(24,50m x 4,00m)
JUSANTE
RIO CANJIRA/ACORÁ
REPRESA COM PEDRA
MONTANTE
PONTE DE CONCRETO (PROJETADA)
(25,50m x 5,00m)
E(X)=643375,331
N(Y)=8313593,657
PASTO
MARCO-01
E(X)=643380,205
N(Y)=8313637,917
COTA (Z)= 317,122m
MARCO-02
E(X)=643347,417
N(Y)=8313690,512
COTA (Z)= 319,840m
MARCO BASE
E(X)=643365,056
N(Y)=8313633,303
COTA (Z)= 316,880m
CHAPADA DOS GUIMARÃES
E DISTRITO DE ÁGUA FRIA
Escala: 1:600
Escala: 1:250
Escala: V: 1 : 100
H: 1 : 100
COTAS
Estacas
Cotas do Terreno
NÍVEL DO PAVIMENTO ACABADO
COTA=319,892 m
FIM PONTE DE CONCRETO
Est.5+3.00
FUNDO INF. DA VIGA (F.I.V)
COTA=318.172 m
INÍCIO PONTE DE CONCRETO
Est.3+17.50
NÍVEL CHEIA MÁXIMA CALCULADA
COTA=317.172 m
NÍVEL D'ÁGUA ATUAL
COTA=314.947 m
NÍVEL DE FUNDO
COTA=314.572 m
NÍVEL CHEIA MÁXIMA HISTÓRICA
COTA=315.954 m
PONTE DE MADEIRA EXISTENTE
COTA=318.144 m
ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES
PONTE EM CONCRETO ARMADO E PROTENDIDO
RODOVIA MUNICIPAL
COORDENADAS: 15°15'00.00"S / 55°39'53.72"O
ASSUNTO:
BATIMETRIA RIO CANJIRA/ACORÁ
FOLHA:
01/01
ESCALA:
INDICADA
OBSERVAÇÕES:
RIO CANJIRA/ACORÁ
LATITUDE: 15° 15'00.00"S
LONGITUDE: 55°39'53.72"O
Nº
DATA
APROVAÇÃO
AUTORIA
DOCUMENTO

4.3. PROJETO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS

4.3.1. PROJETO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS (PONTES)

4.3.1.1. Introdução

Os estudos hidrológicos possibilitam a identificação da cota máxima de cheia para períodos de recorrência que variam de acordo com o tipo de serviço a ser executado, conforme apresentado no 4.2.4.1, essa análise é importante por estar relacionada com a segurança e vida útil da obra. Para o caso de Obras de Artes Especiais (O.A.E.), definem-se tempos de recorrência de 50 a 100 anos, conforme o tipo e importância.

Para a fixação do tempo de recorrência da enchente no projeto, deve-se considerar uma folga entre o nível d'água previsto e um ponto crítico, no caso para pontes, a face inferior da viga (F.I.V.), que na maior parte dos casos considera-se 1,00m, podendo variar caso o rio seja considerado navegável, ou com possibilidades de transportes de galhos ou troncos de árvores.

4.3.1.2. Elementos de projeto

a) Dimensionamento hidráulico

Para o início do dimensionamento hidráulico são necessárias as seguintes informações:

- Descarga do projeto, valor obtido pelos estudos hidrológicos, onde se leva o tempo de recorrência e os métodos de cálculo recomendados para o caso;
- Declividade do leito do rio, ou do seu gradiente, determinada entre dois pontos distante de 80m, sendo 40m a montante e outro a 40m a jusante, do eixo da pista, sempre que possível;
- Levantamento de seções normais ao curso do rio no local de sua travessia, ou seja, seções no eixo da rodovia, a montante e a jusante;
- Coeficiente de Manning adotado para o curso d'água.

b) Método de determinação da cota de máxima cheia e vão da obra.

Para a determinação da cota de máxima cheia, é necessário um estudo da posição da lâmina d'água em diferentes alturas contadas a partir da cota do fundo do talvegue na seção do eixo da rodovia. Cada altura do nível d'água, corresponderá a

uma “área molhada”, um “perímetro molhado”, um raio hidráulico e uma velocidade, estes valores serão aplicados na equação de Manning, onde será obtido a vazão da água na altura estudada. Este processo de análise, ocorrerá até que em uma determinada altura a vazão calculada pela fórmula de Manning seja igual ou maior que a vazão obtida pelos estudos hidrológicos.

$$Q = \frac{A \times R^{2/3} \times i^{1/2}}{n}$$

Onde: A – área molhada (m²);

R – Raio hidráulico (m/m), obtido pela relação entre a área e o perímetro molhado;

i – Declividade no local estudado;

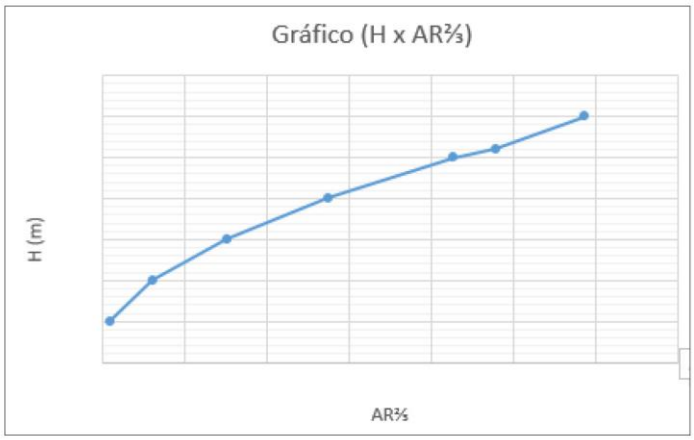
n – Coeficiente de Manning (obtido pela tabela abaixo).

Natureza das paredes	Condições			
	Muito boa	Boa	Regular	Má
Alvenaria de pedra argamassada	0,017	0,020	0,025	0,030
Alvenaria de pedra aparelhada	0,013	0,014	0,015	0,017
Alvenaria de pedra seca	0,025	0,033	0,033	0,035
Alvenaria de tijolos	0,012	0,013	0,015*	0,017
Calhas metálicas lisas (semicirculares)	0,011	0,012	0,013	0,015
Canais abertos em rocha (irregular)	0,035	0,040	0,045	-
Canais c/ fundo em terra e talude c/ pedras	0,028	0,030	0,033	0,035
Canais c/ leito pedregoso e talude vegetado	0,025	0,030	0,035	0,040
Canais com revestimento de concreto	0,012	0,014*	0,016	0,018
Canais de terra (retilíneos e uniformes)	0,017	0,020	0,023	0,025
Canais dragados	0,025	0,028	0,030	0,033
Condutos de barro (drenagem)	0,011	0,012*	0,014*	0,017
Condutos de barro vitrificado (esgoto)	0,011	0,013*	0,015	0,017
Condutos de prancha de madeira aplainada	0,010	0,012*	0,013	0,014
Gabião	0,022	0,030	0,035	-
Superfícies de argamassa de cimento	0,011	0,012	0,013*	0,015
Superfícies de cimento alisado	0,010	0,011	0,012	0,013
Tubo de ferro fundido revestido c/ alcatrão	0,011	0,012*	0,013*	-
Tubo de ferro fundido sem revestimento	0,012	0,013	0,014	0,015
Tubos de bronze ou de vidro	0,009	0,010	0,011	0,013
Tubos de concreto	0,012	0,013	0,015	0,016
Tubos de ferro galvanizado	0,013	0,014	0,015	0,017
Córregos e rios Limpos, retilíneos e uniformes	0,025	0,028	0,030	0,033
Igual anterior porém c/ pedras e vegetação	0,030	0,033	0,035	0,040
Com meandros, bancos e poços, limpos	0,035	0,040	0,045	0,050
Margens espraiadas, pouca vegetação	0,050	0,060	0,070	0,080
Margens espraiadas, muita vegetação	0,075	0,100	0,125	0,150

Fonte: Porto (1998) e Cirilo et al. (2001)

c) Determinação do vão da ponte

Sabendo que a declividade e o coeficiente de Manning são constantes, e a que o raio hidráulico, a velocidade e a vazão dependem da altura do nível d’água, então ao variar a altura é possível traçar um gráfico onde ao se variar a altura e os valores de $A.R^{2/3}$, tenho:



Com o valor da Vazão máxima, obtida nos estudos hidrológicos, e inserindo na equação de Manning, eu obtenho o valor de $A.R^{2/3}{}_{máx}$, assim ao inserir esse valor no gráfico é possível obter o valor da altura máxima

4.3.1.3. Resultados Obtidos

Com base nos dados da chuva, obtidos no site do ANA, tratados e apresentados nas no quadro de dimensionamento no item 4.3.1.3.1, e considerando a metodologia apresentada nos itens 4.2.3 e 4.2.4, em um tempo de recorrência de 100 anos, a descarga de projeto é de 99,920m³/s.

Para atender essa descarga de projeto foi considerado uma altura útil de 2,60m, contados a partir do fundo do rio até o nível da cheia máxima calculada, atingindo a cota de 317,172m, resultando em uma vazão de 115,033m³/s.

4.3.1.3.1. Dimensionamento hidráulico – pluviometria

Os resultados obtidos nos estudos hidrológicos e no dimensionamento hidráulico no local estudado são apresentados a seguir, sendo considerado um tempo de recorrência de 100 anos. A ponte sobre o Rio Canjira/Acorá, foi assumida com uma extensão de 25,50m e largura de 5,00m.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

QUADRO RESUMO DO LEVANTAMENTO HIDROLÓGICO

Obra: Ponte em Concreto Armado, Pré-moldado e Protendido
Local: Rio Canjira/Acorá
Rodovia: Municipal
Coordenadas: 15°15'00.00"S 55°39'53.72"O
Extensão: 25,50m

LEVANTAMENTO HIDROLÓGICO DA BACIA

Identificação da Bacia	TR	K	GEOMETRIA				HIDROLOGIA		HIDROGRAMA TRIANG. SINTETICO				Descarga Q
			Área (A)	Talvegue (L)	Dif. De nível	Declividade	TC (h)	P (mm)	Tp (h)	CN	S	Deflúvio (qm)	
	anos		km²	km	m	m/m							m³/s
Rio Canjira/Acorá	100	0,20836	70,842	14,110	297,000	0,0013	6,55	198,13	6,4893	46,0	11,739	43,928	99,920

Fórmulas:

$$Tc = \left(\frac{0{,}294 \times L}{\sqrt{i}}\right)^{0{,}77} \qquad Tp = \sqrt{Tc} + 0{,}6Tc \qquad S = \frac{1000}{CN} - 10$$

$$qm = \frac{(P - 5{,}08 \times S)^2}{P + 20{,}32 \times S} \qquad Qp = \frac{K \times A \times qm}{Tp}$$

$$R = \frac{A}{P} \qquad V = \frac{1}{n} \times R^{2/3} \times i_0^{1/2}$$

$$Q = A \times V$$

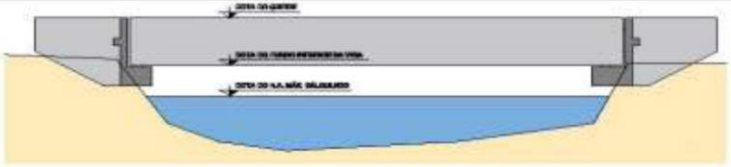
$$J = 1 - \left(1 - \frac{1}{TR}\right)^n \qquad Is = \frac{Lc}{Lv}$$

Legenda:
Tc - Tempo de concentração
K - constante empírica = 0,20836
Tc - Tempo de concentração
P - Precipitação
Tp - Tempo de ponta
E = Envoltória
J = Risco de ruptura de uma obra
n= Vida útil da obra (100 anos)
IS=Índice de sinuosidade
Lc= Compr. Talvegue principal [km]
Lv= Compr. Vetorial do talvegue [km]

Identificação da Bacia	N.°	Cota superior	h	Dif. De nível (i)	Coef. Manning	Área	Perímetro	R	Velocidade	$AR^{1/3}$	Vazão
		(m)	(m)	(m/m)	n	(m²)	(m)		V (m/s)		Q (m³/s)
Rio Canjira/Acorá	E1	315,572	1,00	0,010	0,045	9,376	14,090	0,665	1,694	7,146	15,881
	E2	316,572	2,00	0,010	0,045	25,210	19,253	1,309	2,660	30,173	67,050
	E4	317,172	2,60	0,010	0,045	36,995	22,351	1,655	3,109	51,765	115,033
	E5	318,572	4,00	0,010	0,045	68,634	26,317	2,608	4,210	130,039	288,975
	N. Ench. Máx.	315,954	1,38	0,010	0,045	14,862	16,062	0,925	2,110	14,113	31,361
	E. P.Madeira	318,144	3,57	0,010	0,045	58,737	25,451	2,308	3,881	102,577	227,948

Conclusão:

A ponte deverá ser projetada com extensão de 25,50m
Cota do Greide = 319,892 m
Cota do FIV = 318,172 m
Cota do N.A. máx. (proj.)= 317,172 m
Risco de ruptura teórico= 39,5%
IS= 1,3 Sinuoso



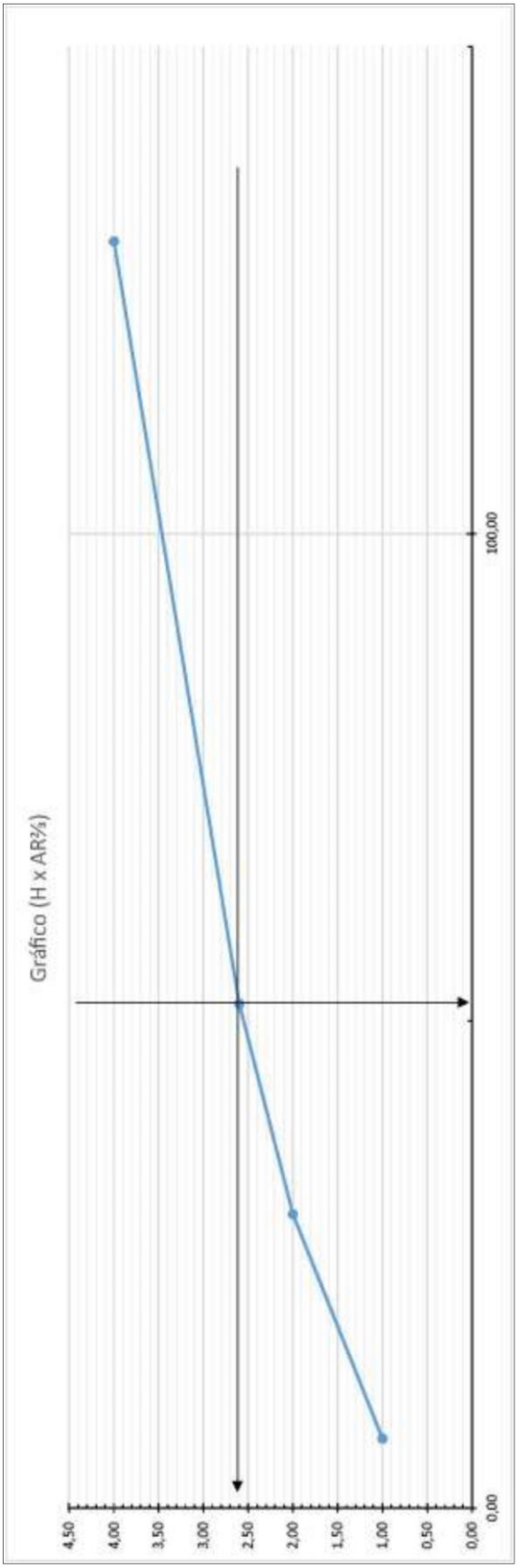


Gráfico (H x AR⅔)
4,50
4,00
3,50
3,00
2,50
2,00
1,50
1,00
0,50
0,00
0,00
100,00

4.4. ANEXOS

Figura 7 – Ponte de Madeira sobre o Rio Canjira/Acorá

Fonte: Autor, 2022.

Figura 8 – Vista longitudinal da ponte de madeira sobre o Rio Canjira/Acorá

Fonte: Autor, 2022.

Figura 9 – Vista escoramento da ponte de madeira sobre o Rio Canjirá/Acorá

Fonte: Autor, 2022.

4.5. CONCLUSÃO

O presente relatório objetivou o estudo de uma bacia hidrográfica, localizada no município de Chapada dos Guimarães. Com os dados de chuva, obtidos nas estações pluviométricas, foram analisados a máxima vazão para a região da ponte, para um período de 100 anos de recorrência. Com os resultados obtidos concluiu-se que:

A enchente máxima histórica ocorrida no local da ponte, levantada no local meio de informação em levantamento topográfico, chegou a aproximadamente 2,19m da cota da ponte existente.

Com base nas informações levantadas "in loco", e nas informações apresentadas no manual do DNIT, observa-se que para o tempo de recorrência de 100 anos, a altura mínima para a vazão de projeto é de 2,60m contados do fundo do rio até a máxima cheia projetada e para atender o colchão de ar recomendado pelo manual do DNIT, de 1,0 metro, adicionado à altura mínima de vazão de projeto resulta em uma altura de 3,60m, contados a partir do fundo do rio ao fundo da viga da ponte projetada. Sendo o risco teórico para ocorrer a vazão de descarga de projeto para esta situação é entorno de 39,5%.

Para o projeto da ponte sobre o Rio Canjira/Acorá, foi considerado para o cálculo uma ponte de 25,50m de comprimento. A ponte projetada foi locada no eixo da ponte de madeira existente, visando coadunar com a atual estrada.

É necessária a remoção da ponte de madeira existente do Rio Canjira/Acorá, pois a ponte projetada estará no eixo da ponte de madeira e essa poderá afetar o desempenho hidráulico previsto para ponte projetada.

A cota da enchente máxima calculada é de 317,172m, seguindo a recomendação do DNIT para um colchão de ar de 1 metro, acrescido a altura da superestrutura, que consiste em viga, laje e pavimento, o greide da ponte acabada é de 319,892m.

4.3 – REGISTRO FOTOGRÁFICO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

REGISTRO FOTOGRÁFICO

LOCAL:	Rio Canjira-Acorá
COORDENADAS:	Municipal
TRECHO:	15º15'00.00"S / 55º39'53.72"O
EXTENSÃO:	25,50m
LARGURA:	5,00m
DATA:	03/08/2022

Ponte de Madeira sobre o Rio Canjira/Acorá
situdada em rodovia municipal
Latitude: 15º15'00.00"S
Longitude: 55º39'53.72"O

Vista da rodovia municipal que dá acesso a ponte
de madeira sobre o Rio Canjira/Acorá
Latitude: 15°14'58.11"S
Longitude: 55°39'53.74"O

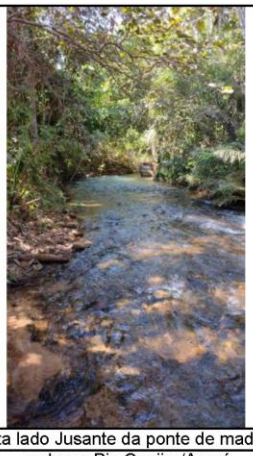
Vista escoramento da ponte de madeira
sobre o Rio Canjirá/Acorá
Latitude: 15°15'0.11"S
Longitude: 55°39'53.66"O

Vista longitudinal da ponte de madeira sobre o Rio Canjira/Acorá
vista do tabuleiro na margem do rio
Latitude: 15°14'59.76"S
Longitude: 55°39'53.92"O

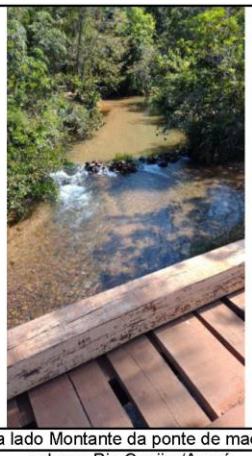
RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

MARILDA DE CASTRO COSTA
RN 2607349869

LUCAS LUIZ ARAUJO CORREA
RN 1203670761



Vista lado Jusante da ponte de madeira
sobre o Rio Canjira/Acorá
Latitude: 15°15'0.13"S
Longitude: 55°39'53.58"O



Vista lado Montante da ponte de madeira
sobre o Rio Canjira/Acorá
Latitude: 15°15'0.15"S
Longitude: 55°39'53.73"O

Topografia realizada na região em estudo próximo
a ponte de madeira existente sobre o Rio Canjira/Acorá
Latitude: 15°15'0.66"S
Longitude: 55°39'53.79"O

Topografia realizada na região em estudo próximo
a ponte de madeira existente sobre o Rio Canjira/Acorá
Latitude: 15°14'59.61"S
Longitude: 55°39'53.59"O

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

MARILDA DE CASTRO COSTA
RN 2607349869

LUCAS LUIZ ARAUJO CORREA
RN 1203670761

5.0 – INFORMAÇÕES DO PROJETO

5.1 - IDENTIFICAÇÃO

Rodovia: **MUNICIPAL**

Coordenadas: **15º15'00.00"S / 55º39'53.72"O**

Local: **Rio Canjira Acorá**

Extensão: **25,50 m**

Largura: **5,00 m**

Área: **127,5 m²**

Prazo De Execução: **150 Dias Consecutivos**

5.2 - MODELO ESTRUTURAL

O modelo estrutural proposto é de um sistema integral composto por 1 tramo em vigas pré-moldadas com geometria em simples "I" justapostos. Apoiados sobre elas estão pré-lajes destinadas a receber as armaduras da laje.

5.3 - INFRAESTRUTURA

A solução adotada para fundação do tipo estaca escavada (Estaca Raiz). Pois a sondagem no local da ponte foram mais propicias para esse tipo de fundação. Uma estaca submetida a um carregamento vertical irá resistir a essa solicitação parcialmente pela resistência ao cisalhamento gerado ao longo de seu fuste e parcialmente pelas tensões normais geradas ao nível de sua ponta.

5.4 - MESOESTRUTURA

A mesoestrutura será composta por travessas de apoio em concreto armado, destinadas a apoiar as vigas pré-moldadas com auxílio de aparelhos de apoio de neoprene fretado.

5.5 - SUPERESTRUTURA

A superestrutura é constituída por um sistema estrutural integral composto de um vão com longarina de 24,5 m em vigas pré-moldadas protendidas, com a geometria de um I, tendo como trem tipo o de 45 t.

As longarinas são fabricadas em uma pista que permite a tensão nos cabos de cordoalhas antes da concretagem da viga. Os tensionamento das cordoalhas são

realizados com auxílio de macacos hidráulicos sendo tensionadas individualmente, utilizam também blocos, nas cabeceiras da pista de protensão, que absorvem as tensões aplicadas pelos macacos hidráulicos. A seguir é realizada concretagem das vigas pré-fabricadas de concreto e após atingir certa resistência as cordoalhas tensionadas são liberadas.

A seção transversal tem a dimensão de 5,00, m assim distribuídos: 4,60 m de pista livre, 2 barreiras de 0,20 m.

5.6 - PRAZO DE CONTRATO PREVENDO POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

O prazo de execução do objeto será de 05 meses 150 dias, contados a partir da emissão da ordem de serviço, conforme o cronograma físico-financeiro aprovado pela fiscalização. Há a possibilidade de prorrogação por até 05 meses (150 dias). Os prazos de que tratam este item, poderão ser prorrogados nos termos dos artigos 105 e 111 da Lei nº 14.133/2021, condicionada ao ateste da fiscalização de que as condições, e os preços permanecem vantajosos para a Administração.

5.7 - MATERIAIS EMPREGADOS

Os materiais a serem empregados na construção da ponte tem as seguintes características:

Concreto estrutural

Infraestrutura.....	25 MPa
Mesoestrutura.....	25 MPa
Superestrutura.....	30 MPa
Vigas Pré-moldadas.....	40 MPa
Aço	CA 50
Cordoalhas para protensão	190 CP RB
Aparelhos de apoio	Neoprene fretado.

6.0 – ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

NORMA DNIT 116/2009 – ES
Pontes e viadutos rodoviários – Serviços preliminares - Especificação de serviço

Resumo
Este documento define a sistemática empregada na execução de serviços preliminares na construção de pontes e viadutos rodoviários de concreto armado. São também apresentados os requisitos concernentes ao exame do projeto e especificações, à localização da obra e ao preparo do terreno, aos levantamentos topográficos, à locação da obra, ao projeto e execução do canteiro de obras, aos materiais, equipamentos, inclusive plano de amostragem, condicionantes ambientais, controle de qualidade, condições de conformidade e não-conformidade e os critérios de medição dos serviços.

Sumário
Prefácio
1 Objetivo
2 Referências normativas
3 Definições
4 Condições gerais
5 Condições específicas
6 Condicionantes ambientais
7 Inspeções
8 Critério de medição
Anexo A (Informativo) Bibliografia
Índice geral

Prefácio
A presente Norma foi preparada pelo Instituto de Pesquisas Rodoviárias – IPR/DIREX, para servir como documento base, visando estabelecer a sistemática empregada para os Serviços Preliminares na construção de pontes e viadutos rodoviários de concreto armado. Está formatada de acordo com a Norma DNIT 001/2009 – PRO, cancela e substitui a Norma DNER-ES 329/97.

1 Objetivo
Esta Norma tem por objetivo fixar as condições exigíveis para a viabilização do início da construção de pontes e viadutos rodoviários**.**

2 Referências normativas
Os documentos relacionados a seguir são indispensáveis à aplicação desta Norma. Para referências datadas, aplicam-se somente as edições citadas. Para referências não datadas, aplicam-se as edições mais recentes do referido documento (incluindo emendas).

a) ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6494* - Segurança nos andaimes. Rio de Janeiro.
b) _____. *NBR 6497* - Levantamento geotécnico. Rio de Janeiro.
c) _____. *NBR 7190* - Projeto de estruturas de madeira. Rio de Janeiro.
d) _____. *NBR 12284* - Áreas de vivência em canteiros de obras. Rio de Janeiro.
e) BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. *DNIT 001/2009-PRO*- Elaboração e apresentação de normas do DNIT - Procedimento. Rio de Janeiro: IPR, 2009.
f) _____. *DNIT 011/2004 - PRO* - Gestão da qualidade em obras rodoviárias - Procedimento. Rio de Janeiro: IPR, 2004.

g) _____. *DNIT 070 - PRO* – Condicionantes ambientais das áreas de uso de obras - Procedimento. Rio de Janeiro: IPR.
h) _____. *DNIT 104 - ES* – Terraplenagem – Serviços preliminares - Especificação de serviço. Rio de Janeiro: IPR.

3 Definições

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

3.1 Serviços preliminares

Atividades necessárias ao início da construção de uma obra.

3.2 Canteiro de obra

Área junto à obra, onde são dispostos de maneira racional e ordenada, os escritórios, os depósitos de materiais, os equipamentos e, quando não são adquiridos prontos, os locais de fabricação de fôrmas e de corte e dobragem das armaduras.

4 Condições gerais

Antes do início das obras, há uma série de providências, mínimas, que devem ser tomadas:

- Visita ao local da obra para conhecimento e confirmação de dados importantes para o desenvolvimento do empreendimento: clima, salubridade, disponibilidade de mão-de-obra, facilidades de acesso, enchentes de rios próximos e outros específicos da obra;
- Verificação da disponibilidade de área adequada para localização de um canteiro de obra, como definido na subseção 3.2;
- Revisão do projeto e das especificações;
- Levantamento dos equipamentos necessários, dos disponíveis e dos que devem ser adquiridos ou locados.

5 Condições específicas

5.1 Dados gerais

Para que a construção da obra seja conduzida no prazo previsto e dentro do orçamento é necessário um planejamento com o conhecimento dos seguintes itens, mínimos:

- Identificação das atividades específicas e a ordem de precedência destas atividades;
- Adequado sequenciamento das atividades, propiciando a conclusão da obra no prazo previamente fixado;
- Prazo para entrega dos materiais e instalação dos equipamentos;
- Classificação e número de operários e técnicos e períodos de tempo em que serão necessários;
- Definição das necessidades do canteiro de obras;
- Programação de desembolsos e eventuais financiamentos necessários.

5.2 Canteiro de obra

5.2.1 Localização e preparo do terreno

Conhecidas as necessidades do canteiro de obras e após o estudo de vários locais aparentemente igualmente adequados, deve ser escolhido o que possui um terreno livre de enchentes, drenado e com solo com boa capacidade de suporte, para permitir a estocagem de materiais e tráfego de equipamentos pesados.

Em seguida, deve ser feita a preparação do terreno, com o desmatamento, limpeza, eliminação de poças de água e nivelamento de toda a área; cercas e portões devem delimitar o canteiro.

5.2.2 Instalações

Definidas as necessidades do canteiro de obras, cabe ao executante providenciar instalações adequadas para almoxarifado, alojamento e alimentação de funcionários, oficinas, depósito de

materiais e combustíveis, preparo de fôrmas e armações, produções de concreto e fabricação de pré-moldados, se houver, e centro médico para atendimento de urgência.
As instalações devem ser executadas em compartimentos independentes e os alojamentos devem dispor de energia elétrica, de água corrente e de esgotos sanitários.
Algumas disposições devem ser adotadas para o bom funcionamento do canteiro de obras:

- O arranjo das diversas áreas deve ser tal que o tempo necessário para deslocar materiais das áreas de estocagem até o local da construção seja o menor possível;
- Materiais similares devem ser estocados em locais próximos.

5.3 Remoção de obstáculos

Os obstáculos que impeçam a boa execução dos serviços devem ser removidos pelo executante e o material resultante transportado para locais previamente determinados, a fim de minimizar os danos inevitáveis e possibilitar a posterior recuperação ambiental.

5.4 Locação da obra

A locação da obra, indicada no projeto e compreendendo o eixo longitudinal e as referências de nível, deve ser materializada e complementada pelo executante.

6 Condicionantes ambientais

Os serviços preliminares, que incluem o canteiro de obras, com seus acessos e a inevitável remoção de obstáculos, são os que mais podem prejudicar a preservação do meio ambiente.
O atendimento da Norma DNIT 070/2006 – PRO: Condicionantes ambientais das áreas de uso de obras: procedimento, das recomendações pertinentes constantes da subseção 5.1.2 do Manual para Atividades Ambientais Rodoviárias, do DNIT, (IPR Publ. 730) e das prescrições resumidas indicadas a seguir, minimiza as agressões ao meio ambiente, concernentes aos Serviços Preliminares:

- Evitar a realização de serviços em Área de Preservação Permanente;
- Dependendo do vulto da construção, pode ser necessário mobilizar uma área considerável para instalar o canteiro de obras; esta área deve ser preparada sem utilizar queimadas, como forma de desmatamento, e sem obstruir eventuais cursos d'água existentes;
- Os esgotos, de utilização temporária, não devem ser lançados "in natura" nos cursos d'água; dependendo do vulto e duração da obra, devem ser usadas fossas sépticas ou pequenas estações de tratamento primário de esgoto;
- Após a conclusão da obra, a área utilizada deve ser limpa, removendo-se todos os vestígios da utilização para a construção;
- A vegetação primitiva deve ser recomposta.

7 Inspeções

7.1 Controle dos insumos

Realizar o controle dos serviços preliminares executados com base, principalmente, em dados constantes do Manual de Projeto de Obras-de-Arte Especiais do DNER (IPR. Publ. 698), de 1996, estabelecendo as tolerâncias admitidas.

7.2 Condições de conformidade e não conformidade

Todos os ensaios de controle e verificação dos insumos da execução devem ser realizados de acordo com o Plano de Qualidade (PGQ), constante da proposta técnica aprovada e conforme a Norma DNIT 011/2004- PRO, devendo atender às condições gerais e específicas das seções 4 e 5 desta Norma, respectivamente.

Os resultados do controle devem ser analisados e registrados em relatórios periódicos de acompanhamento, de acordo com a Norma DNIT 011/2004-PRO, que estabelece os procedimentos para o tratamento das não-conformidades dos insumos, da execução e do produto.

8 Critério de medição

Os serviços preliminares devem ser medidos de acordo com as condições estabelecidas no contrato.

NORMA DNIT 121/2009 - ES
Pontes e viadutos rodoviários – Fundações Especificação de serviço

Resumo
Este documento define a sistemática adotada na execução dos diversos tipos de fundações de pontes e viadutos rodoviários de concreto armado.
São também apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução, inclusive plano de amostragem e ensaios, condicionantes ambientais, controle de qualidade, condições de conformidade e não conformidade e os critérios de medição dos serviços.

Sumário
Prefácio
1 Objetivo
2 Referências normativas
3 Definições
4 Condições gerais
5 Condições específicas
6 Condicionantes ambientais
7 Inspeções
8 Critérios de medição
Anexo A (Normativo) – Relatório de cravação de estacas
Anexo B (Informativo) Bibliografia
Índice geral

Prefácio
A presente Norma foi preparada pelo Instituto de Pesquisas Rodoviárias – IPR/DIREX, para servir como documento base, visando estabelecer a sistemática empregada para os serviços de execução e controle da qualidade dos vários tipos de fundações em pontes e viadutos rodoviários de concreto armado.
Está formatada de acordo com a Norma DNIT 001/2009 – PRO, cancela e substitui a Norma DNER-ES 334/97.

1 Objetivo
Esta Norma tem por objetivo fixar as condições exigíveis para controle, execução e aceitação de fundações de pontes e viadutos rodoviários de concreto armado.

2 Referências normativas
Os documentos relacionados a seguir são indispensáveis à aplicação desta Norma. Para referências datadas, aplicam-se somente as edições citadas. Para referências não datadas, aplicam-se as edições mais recentes do referido documento (incluindo emendas).

a) ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6122* - Projeto e execução de fundações. Rio de Janeiro.

b) _____. *NBR 6118* - Projeto de estruturas de concreto - Procedimento. Rio de Janeiro.

c) _____. *NBR 6489* - Prova de carga direta sobre terreno de fundação. Rio de Janeiro.

d) _____. *NBR 6502* - Rochas e solos. Rio de Janeiro.

e) _____. *NBR 7190* - Projeto de estruturas de madeira. Rio de Janeiro.

f) _____. *NBR 8681* - Ações e segurança nas estruturas - Procedimento. Rio de Janeiro.

g) _____. *NBR 8800* - Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios. Rio de Janeiro.

h) _____. *NBR 9061* - Segurança de escavação a céu aberto. Rio de Janeiro.

i) ____. *NBR 9062* - Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado - Procedimento. Rio de Janeiro.

j) _____. *NBR 9603* - Sondagem a trado - Procedimento. Rio de Janeiro.

k) _____. *NBR 9604* - Abertura de poço e trincheira de inspeção em solo com retirada de amostras deformadas e indeformadas. Rio de Janeiro.

l) _____. *NBR 9820* - Coleta de amostras indeformadas de solos de baixa consistência em furos de sondagens - Procedimento. Rio de Janeiro.

m) _____. *NBR 6497* - Levantamento geotécnico. Rio de Janeiro.

n) _____. *DNER EM 34* – Água para argamassa e concreto de cimento portland – Especificação de material. Rio de Janeiro, IPR.

o) _____. *DNER EM 36* – Cimento Portland – recebimento e aceitação – Especificação de material. Rio de Janeiro, IPR.

p) _____. *DNER EM 37* – Agregado graúdo para concreto de cimento – Especificação de material. Rio de Janeiro, IPR.

q) _____. *DNER EM 38* – Agregado miúdo para concreto de cimento – Especificação de material. Rio de Janeiro, IPR.

r) BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. *DNIT 001/2009-PRO* - Elaboração e apresentação de normas do DNIT - Procedimento. Rio de Janeiro: IPR, 2009.

s) _____. *DNIT 070-PRO* - Condicionantes ambientais das áreas de uso de obras - Procedimento. Rio de Janeiro: IPR.

t) _____. *DNIT 105 - ES* - Terraplenagem – Caminhos de serviço - Especificação de serviço. Rio de Janeiro: IPR.

u) _____. *DNIT 117 - ES* - Pontes e viadutos rodoviários - Concretos, argamassas e calda de cimento para injeção - Especificação de serviço. Rio de Janeiro: IPR.

v) _____. *DNIT 118 - ES* - Pontes e viadutos rodoviários – Armaduras para concreto armado - Especificação de serviço. Rio de Janeiro: IPR.

3 Definições

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes:

3.1 Fundações

Parte da ponte ou viaduto destinada a transmitir ao solo os esforços provenientes do peso próprio e das cargas atuantes. São executadas em concreto, aço ou madeira e classificadas conforme a profundidade de assentamento em fundações superficiais ou profundas.

3.2 Fundações superficiais

Também denominadas fundações diretas, assentes em profundidades inferiores a 1,50 m e maiores duas vezes que a menor dimensão de sua base, exceto as fundações apoiadas diretamente na rocha, que podem ter profundidade menor que 1,50 m. São os blocos, as sapatas e os “radies”.

3.3 Fundações profundas

Utilizadas quando os solos resistentes estão a profundidades difíceis de atingir por escavações convencionais. São as fundações em estacas, tubulões e caixões.

3.4 Estacas

Elementos estruturais longos e esbeltos, executados mediante cravação sob a ação de repetidas pancadas, produzidas através da queda de um peso ou por escavação, ou ainda, moldadas no local.

3.5 Tubulões

Peças cilíndricas, que podem ser executadas a céu aberto ou sob ar comprimido e ter ou não a base alargada. Podem ser executadas sem ou com revestimento, de concreto ou aço, neste caso a camisa pode ser perdida ou recuperada.

3.6 Caixão

Elemento de forma prismática, concretado na superfície e instalado por escavação interna. Usa-se ou não ar comprimido, podendo ter ou não a base alargada.

4 Condições gerais

O termo fundação é usado para designar a parte da estrutura que transmite ao solo seu peso próprio, o peso da estrutura e todas as forças que atuam sobre a mesma.

A função de uma fundação adequadamente projetada é suportar as cargas que atuam sobre ela e distribuí-las de maneira satisfatória sobre a superfície do solo que a sustenta, o que implica na acertada escolha do tipo de fundação e na profundidade de seu assentamento.

Os elementos coletados para a definição das fundações, por mais detalhados que possam ser não merecem uma confiança total; a mecânica dos solos não é uma ciência exata ou, pelo menos, não tão exata quanto à das estruturas, de concreto ou de aço. É indispensável que os engenheiros responsáveis pelo projeto e pela execução das fundações sejam experientes e tenham sólidos conhecimentos de mecânica dos solos.

5 Condições específicas

5.1 Material

5.1.1 Concreto

Deve satisfazer à Norma DNIT 117/2009 – ES – Pontes e viadutos rodoviários – Concretos, argamassas e calda de cimento para injeção e apresentar qualidades outras, tais como:

permeabilidade, estanqueidade, compatibilidade com a agressividade do meio ambiente, exposição ou confinamento, presença de água etc.

5.1.2 Aço

O aço empregado nas armaduras deve estar de acordo com a Norma DNIT 118/2009 – ES – Pontes e viadutos rodoviários – Armaduras para concreto armado - Especificação de serviço. Também podem ser empregados perfis e chapas de aço na confecção de estacas e tubulões. Qualquer material escolhido deve sempre atender às indicações do projeto.

5.1.3 Madeira

A madeira, quando considerada material integrante das fundações, deve ser sempre a madeira de lei, de primeira qualidade, e deve ser protegida contra o ataque de organismos. Usar outro tipo de madeira somente em serviços provisórios, tais como escoramento de cava e estacas de escoramento.

5.1.4 Pedra para alvenaria

A pedra para alvenaria empregada nas fundações deve ser resistente e durável, oriunda de granito ou outra rocha sadia e aceitável. Pode ter acabamento grosseiro e forma variada, porém possuir faces razoavelmente planas. Cada bloco de pedra deve ter, no mínimo, espessura de 20 cm, largura de 30 cm e comprimento de 60 cm, e ser livre de depressões ou saliências que dificultem o assentamento adequado ou provoquem enfraquecimento da alvenaria.

5.1.5 Argamassa

A argamassa deve ser de cimento e areia e deve resistir às tensões indicadas no projeto. Para assentamento das alvenarias de pedra indica-se o traço em volume de cimento e areia de 1:3. Em casos especiais, tais como recebimento de armadura, a relação em peso água/cimento, em peso, não deve exceder 0,50.

5.2 Equipamento

A natureza, capacidade e quantidade do equipamento utilizado dependem do tipo do serviço a executar. O executante deve apresentar a relação detalhada do equipamento a ser empregado em cada obra. São de uso obrigatório, dependendo do serviço, os seguintes equipamentos: bate-estacas; martelo de gravidade, automáticos ou vibradores; perfuratriz; gerador e equipamentos para escavação de estacas e injeção de argamassa; campânulas; compressores; guinchos; e betoneira de, no mínimo, 320 litros ou central de concreto.

5.3 Execução

5.3.1 Locação

A escavação para fundação deve ser feita em conformidade com o alinhamento, cotas e profundidades indicadas no projeto. Sempre que necessário, devem ser feitas sondagens complementares de reconhecimento do subsolo.

Não é permitido reaterro de qualquer natureza para compensar escavações feitas além do limite da fundação. Caso ocorra, a regularização do excesso deve ser realizada com concreto, de resistência compatível com a fundação, após verificação da estabilidade para novas condições. Nas escavações a céu aberto é vedada a escavação além de um metro das faces externas da fundação, a menos que expressa no projeto.

No nível definitivo de implantação da fundação, a rocha ou o material firme encontrado deve ficar isento de todo material solto. Nas fundações em areia ou pedregulho, ou moledo (solo concrecionado), o terreno deve ser cortado segundo uma superfície horizontal, plana e firme. No caso

de rocha, esta deve ser cortada conforme indicação do projeto, devendo ser todas as fendas limpas e preenchidas com material apropriado.

5.3.2 Escoramento de cavas de fundação (ensecadeiras)
As ensecadeiras podem ser de madeira ou metálicas, face à profundidade da escavação e natureza do solo; suas dimensões em planta devem possuir medidas internas suficientes para a manipulação das fôrmas e o eventual bombeamento d'água do interior.
Devem ser detalhadas previamente, para permitir a retirada do contraventamento durante o processamento da concretagem das fundações. Em caso contrário, os contraventamentos que ficarem incorporados à massa do concreto devem ser de aço. Depois de completada a estrutura, os contraventamentos expostos devem ser cortados em pelo menos 5 cm para dentro da face externa e as cavidades resultantes devem ser preenchidas com argamassa de cimento e areia de traço 1:3, em volume.

5.3.3 Blocos, sapatas e "radies"
Os blocos, sapatas e "radies" devem ser concretados, sempre que possível, a seco. Quando a concretagem for sob água, devem ser seguidos os critérios estabelecidos na alínea "e" da subseção 5.3.1 da Norma DNIT117/2009 – ES - Pontes e viadutos rodoviários – Concretos, argamassas e calda de cimento para injeção - Especificação de serviço. De modo geral, os blocos e sapatas devem ser executados sobre um leito para regularização do terreno, de concreto simples (C 10), com pelo menos 5 cm de espessura.
Todos os espaços escavados e não ocupados pela estrutura devem ser preenchidos com solos isentos de materiais orgânicos e o reaterro executado em camadas compactadas com equipamento de pequeno porte ou manualmente, colocadas uniformemente em torno dos elementos estruturais.

5.3.4 Estacas
a) Estacas de madeira
É desaconselhável o emprego de estacas de madeira em fundações de pontes e viadutos rodoviários, ficando as mesmas limitadas às fundações de escoramentos e de pontes de serviços.
Podem ser empregadas nas fundações das pontes e viadutos rodoviários, somente quando indicado no projeto e forem encontradas condições satisfatórias sobre a conveniência de tal medida. Neste caso, em fundações definitivas, devem ter seus topos e cota de arrasamento abaixo do nível d'água permanente, sendo a exigência dispensada em obras provisórias.
As emendas devem ser evitadas, bem como a sua cravação em terrenos com matacões.

b) Estacas de aço
Podem ser constituídas por perfis laminados ou soldados, simples ou múltiplos, tubos de chapas dobradas, tubos sem costura e trilhos. As emendas devem oferecer a maior resistência possível e, neste caso, executadas de acordo com os detalhamentos do projeto executivo. Devem ser praticamente etilíneas e resistir à corrosão, pela natureza do aço ou por tratamento adequado, relacionado com o solo a atravessar. Havendo segmento exposto ou cravado em aterro com materiais capazes de atacar o aço, proteger com um encamisamento de concreto, pintura, proteção catódica etc.
As estacas tubulares de aço, geralmente constituídas de chapas calandradas e soldadas, segundo a geratriz do cilindro, devem apresentar, de preferência, extremidade inferior fechada. O concreto utilizado deve apresentar resistência característica mínima de 12 MPa (120 kgf/cm²), armado ou não, conforme indicado no projeto.
As estacas metálicas constituídas por trilhos devem ter seu emprego evitado. No caso de se utilizar, somente são recomendáveis as compostas por três trilhos soldados pelos patins. A carga admissível

deve ser considerada com uma redução de 25% em relação às estacas de seção equivalente, compostas de perfis metálicos.

c) Estacas pré-moldadas de concreto

As estacas pré-moldadas, executadas em concreto armado vibrado, concreto armado centrifugado ou concreto protendido devem ter suas formas e dimensões indicadas no projeto.

As de concreto vibrado podem ser executadas no próprio canteiro de serviço e sua fabricação deve ser feita por lotes, em áreas protegidas das intempéries. Para fins do controle da qualidade, cada estaca deve ser identificada pelo número do lote e data de concretagem. Todas as estacas de um lote devem ser de um mesmo tipo.

O concreto de cada estaca deve ser lançado na fôrma, de madeira contínua, revestida com folha metálica ou de perfil metálico, e convenientemente vibrado. Cuidados especiais devem ser tomados para não deslocar a armadura, mantendo o cobrimento igual ou superior a 3 cm, para obter o acabamento da face superior tão perfeito quanto o das demais. As fôrmas devem estar em posição horizontal e sobre plataforma indeformável, nivelada e drenada.

As fôrmas laterais podem ser retiradas 24h após a concretagem, estando as estacas apoiadas em todo o comprimento, no mínimo, pelos primeiros sete dias. As estacas devem ser empilhadas separadas umas das outras por calços de madeira, continuando o período da cura. O sistema adotado para transporte, armazenamento e colocação na posição de cravação nas guias dos bate-estacas, deve impedir qualquer fratura ou estilhaçamento do concreto.

A suspensão das estacas, o apoio quando colocadas horizontalmente e o transporte para o bate-estacas merecem cuidados especiais do executante, como providenciar a substituição das estacas eventualmente danificadas por outras em perfeitas condições de utilização, sem ônus adicional para o contratante.

d) Estacas de concreto moldadas no local

A execução de estacas moldadas no local deve ser cuidadosamente acompanhada pelo executante e pela fiscalização, impondo-se a realização de provas de carga sob orientação do projetista, para confirmação dos elementos do projeto.

As estacas de concreto moldadas no local devem ser executadas nas posições previstas no projeto com o auxílio de um tubo cravado até a cota exigida, o qual deve ser retirado gradualmente à medida que se procede ao enchimento com concreto apiloado ou comprimido. A ponta do tubo deve ser mergulhada no concreto em, no mínimo, 30 cm. Incluem-se, ainda, as estacas com fuste pré-moldado, cravadas nos bulbos com o concreto ainda fresco, antes da retirada do tubo e, também, as estacas tubadas cravadas nas suas posições definitivas, com o auxílio de tubos metálicos, não recuperáveis e preenchidos com concreto.

A recuperação das camisas metálicas só pode ser realizada quando a natureza do solo permitir e contar com auxílio de mão-de-obra especializada. Caso contrário, o revestimento deve permanecer definitivamente no solo, incorporado à estaca, que passará a ser estaca tubada.

Caso prevista a execução de uma base alargada (bulbo) de concreto, deve ser executada antes do início da retirada do tubo.

Sendo o tubo recuperável ou não, a extremidade inferior da estaca deve ser aberta e a descida conseguida por:

- fechamento da ponta por meio de uma rolha e descida do tubo por cravação;
- ponta do tubo aberta, para retirada do material terroso do seu interior por meio de equipamento especial e descida do tubo pelo próprio peso ou por ação de uma pequena força externa.

Ao ser cravado o tubo, recuperável ou não, no caso de sair à rolha e o tubo ser invadido por água, lodo ou outro material, devem os mesmos ser expulsos por meio de uma nova rolha mais

compactada, ou então o tubo deve ser arrancado e cravado novamente no mesmo local, enchendo-se o furo com areia. Antes do lançamento do concreto, feito sem interrupção em toda a extensão da estaca, a fiscalização deve comprovar se o interior do tubo está seco e limpo, examinando o martelo de cravação do tubo.
No caso de estacas tubadas, o lançamento de concreto em qualquer delas somente pode ser feito depois de cravados todos os tubos até a sua posição definitiva, num raio de 1,50 m a partir da estaca considerada. Quando concretada uma estaca tubada, nenhuma outra pode ser cravada a menos de 4,50 m de distância, em qualquer direção, salvo se já tiver sido lançado o concreto há mais de 7 dias.
O lançamento do concreto dentro do tubo deve ser feito em camadas de, no máximo, 50 cm de espessura, e somente após a colocação da armadura da estaca. Cada camada deve ser vibrada ou fortemente compactada, antes da concretagem da camada seguinte, procedendo-se ao lançamento ininterrupto, desde a ponta até a cabeça da estaca, sem segregação dos materiais.
O concreto empregado nas estacas moldadas no local deve ter resistência característica mínima de 16 MPa (160 kgf/cm²); Os tubos podem ser soldados, caso necessário executar acréscimos, preservando a estanqueidade do tubo para não haver penetração de água ou outro material. Os tubos devem ser soldados de topo, em toda seção transversal, com emprego de solda elétrica.

e) Estacas injetadas de pequeno diâmetro
As estacas injetadas de pequeno diâmetro, até 20 cm, conhecidas como “estacas-raiz”, “micro estacas” e “presso estacas”, são escavadas e concretadas no local e utilizadas em pontes e viadutos rodoviários, principalmente, para reforço de fundação.
A escavação deve ser feita através de perfuração com equipamento mecânico até a cota indicada no projeto, com uso ou não de lama bentônica e revestimento total ou parcial.
Em seguida, deve ser feita a limpeza do furo e a injeção de produtos aglutinantes sob pressão, em uma ou mais etapas, com introdução de armadura adicional. O consumo de cimento caldado ou argamassa deve ser, no mínimo, de 350 kg/m³ de material injetado.

f) Estacas mistas
São constituídas pela associação de dois tipos de estacas já considerados e não deve ser permitida a associação de mais de dois tipos. Destinam-se a aterros particularmente difíceis ou fundações com problemas especiais.

g) Disposições construtivas
A execução de estacas pode ser feita por cravação, percussão, prensagem ou perfuração. A escolha do equipamento deve estar de acordo com o tipo e dimensão da estaca, características do solo, condições de vizinhança e peculiaridades do local.

- Cravação

Antes do início da cravação, devem ser definidos os elementos seguintes:

- capacidade de carga da estaca;
- comprimento aproximado;
- seção transversal;
- peso do martelo do bate-estaca;
- altura de queda do martelo;
- nega nos dez últimos golpes.

Não deve ser aceita, em qualquer caso, penetração superior a 3 cm (três centímetros) nos dez últimos golpes.
A cravação de estacas, através de terrenos resistentes à sua penetração, pode ser auxiliada com jato d’água ou ar, lançagem ou perfuração. Para estacas trabalhando à compressão, a cravação final

deve ser feita sem estes recursos, cujo emprego deve ser levado em consideração no cálculo da capacidade de carga de estaca e análise do resultado da cravação.
Toda estaca danificada nas operações de cravação devido a defeitos internos ou de cravação, deslocamento de posição, ou topo abaixo da cota de arrasamento fixada no projeto, deve ser corrigida às expensas do executante, que deve adotar um dos procedimentos seguintes:

- a estaca deve ser arrancada e cravada outra no mesmo local;
- uma segunda estaca deve ser cravada em posição adjacente à da estaca defeituosa;
- a estaca deve ser emendada com uma extensão suficiente para atender o objetivo.

O furo deixado por uma estaca, ao ser arrancada, deve ser preenchido com areia, mesmo que uma nova estaca seja cravada no mesmo local.
Uma estaca deve ser considerada defeituosa quando tiver fissura ou várias fissuras visíveis que se estendam por todo o perímetro da sessão transversal, ou quando acusar qualquer defeito que afete sua resistência ou vida útil.
Nos casos de estacas de madeira, aço e pré-moldadas de concreto, para carga admissível até 1MN (100 tf), quando empregado um martelo de queda livre, a relação entre os pesos do pilão e da estaca deve ser igual ou superior a 0,5 para estacas pré-moldadas de concreto e 1,0 para as estacas de aço ou de madeira.
No caso de uso de martelo automático ou vibratório, devem ser seguidas as recomendações do fabricante. O equipamento de cravação deve ser dimensionado de modo a levar a estaca até a profundidade prevista para sua capacidade de carga, sem danificá-la.
Para estaca pré-moldada de concreto ou estaca metálica com carga admissível superior a 1MN, a escolha do equipamento de cravação deve ser analisada em cada caso e os resultados controlados através de provas de carga.
O executante, ao submeter à fiscalização o tipo do equipamento de cravação que pretende adotar, deve fornecer as seguintes informações: altura da queda do martelo, peso do martelo, trabalho a simples ou duplo efeito, número de golpes por minuto, marca de fabricação e especificações do equipamento.
Para que uma estaca possa ser considerada como de base alargada, tipo Franki, é necessário que os últimos 150 litros de concreto dessa base sejam introduzidos com uma energia mínima de 2,5 MNm, para estacas de diâmetro inferior ou igual a 45 cm, e de 5 MNm, para estacas de diâmetro superior a 45 cm. No caso de volume diferente, a energia deve ser proporcional ao volume.
As cabeças de todas as estacas devem ser protegidas com capacetes de tipo aprovado, de preferência provido de coxim, de corda ou outro material adequado que se adapte ao capacete e se apoie, por sua vez, em um bloco de madeira.
Na cravação de todas as estacas, verticais ou inclinadas, devem ser sempre empregadas guias ou uma estrutura adequada para suporte e colocação do martelo, salvo indicação no projeto, permitindo o emprego de outro procedimento.
Todas as estacas que sofrerem deslocamentos devidos à cravação de estacas adjacentes, ou outras causas, devem ser recravadas.
O executante deve tomar precauções no sentido de evitar ruptura da estaca ao atingir o horizonte rochoso ou outro qualquer material ou obstáculo que torne difícil sua penetração. Os obstáculos que impeçam a penetração das estacas até a profundidade requerida devem ser removidos.
Quando a cota de arrasamento estiver abaixo do plano de cravação da estaca e as características da camada de apoio permitirem uma previsão, pode ser utilizado um elemento suplementar, desligado da estaca propriamente dita, e arrancado/removido após a cravação. O emprego deste suplemento deve ser levado em consideração no cálculo da capacidade de carga e análise dos resultados da cravação, seu uso ser restrito a comprimentos máximos de 2,5 m, caso não previstos recursos especiais.

• Emenda e arrasamento

A emenda nas estacas pré-moldadas de concreto deve ser evitada, sempre que possível; no entanto, pode ser executada, desde que respeitados os seguintes preceitos:

− o concreto da extremidade da estaca deve ser cortado no comprimento necessário à emenda das barras longitudinais da armadura, por justaposição;

− as superfícies de contato do concreto e a emenda da armação devem ser tratadas como uma emenda de concreto armado, com o emprego de adesivo e os demais cuidados necessários;

− deve ser assegurado o alinhamento entre as faces da estaca e da parte prolongada;

− a armadura da parte prolongada deve ser idêntica à da estaca, assim como o concreto a empregar;

− a concretagem, adensamento do concreto, remoção das fôrmas, cura e acabamento devem ser como especificado na alínea "c" da subseção 5.3.4 desta Norma.

− as exigências relativas à cravação de estacas monolíticas aplicam-se também às estacas emendadas.

As estacas de fundação, logo que concluídas suas cravações, devem ser arrasadas nas cotas indicadas no projeto, de maneira que fiquem embutidas 20 cm, pelo menos, no bloco de coroamento e sua armação seja mergulhada na massa do concreto num comprimento igual ou superior ao comprimento da ancoragem dos vergalhões. O corte da estaca deve ser sempre normal ao seu eixo. O projeto executivo deve ser rigorosamente observado.

5.3.5 Tubulões e caixões

a) Tubulões cravados sem revestimento

Podem ser executados com escavação manual ou mecânica.

Quando escavados manualmente, só podem ser executados acima do nível d'água natural ou rebaixado ou quando for possível bombear a água sem risco de desmoronamento ou perturbação no terreno de fundação, abaixo deste nível. Podem ou não, ser dotados de base alargada tronco cônica.

Quando escavados mecanicamente, com equipamento adequado, a base alargada pode ser aberta, quando em seco, manual ou mecanicamente.

Pode ser utilizado, total ou parcialmente, para evitar risco de desmoronamento, escoramento de madeira, aço ou concreto.

A concretagem, quando a escavação for seca, é feita com concreto lançado da superfície, através de tromba (funil), de comprimento igual ou superior a cinco vezes o seu diâmetro. Sob água, o concreto deve ser lançado através de tremonha ou outro processo equivalente e/ou aprovado.

É desaconselhável o uso de vibrador quando o concreto apresentar plasticidade adequada.

b) Tubulões cravados com revestimento em concreto armado

A camisa de concreto armado (cilindro) do tubulão é concretada em partes, com comprimento dimensionado em função do projeto. Pode ser concretada sobre a superfície aplainada do terreno e introduzida depois do concreto atingir a resistência adequada à operação, por escavação interna. Após um elemento ser baixado verticalmente, é concretado sobre ele o elemento seguinte, até atingir-se o comprimento final de projeto. Previsto o alargamento da base, deve ser feita escavação sob a camisa devidamente escorada, de modo a evitar a sua descida.

Caso atingido o lençol d'água, deve ser adaptado o equipamento pneumático à camisa já cravada, de forma a permitir a execução dos trabalhos a seco, sob pressão conveniente de ar comprimido. Durante a descida, a distribuição das cargas deve ser regulada de maneira a não comprometer a estabilidade da obra.

Em obra dentro d'água, a camisa deve ser concretada, quando possível, no próprio local, sobre estrutura provisória e descida até o terreno, com auxílio de equipamento, ou concretada em terra e transportada para local definitivo.
Em casos especiais, as camisas podem ser executadas com alargamento, de modo a facilitar o preparo da base alargada.
No assentamento do tubulão sobre uma superfície de rocha devem ser previstos recursos para evitar fuga, lavagem do concreto ou desaprumo do tubulão.
Após a abertura do alargamento de base, deve ser executada a concretagem, conduzida de maneira a obter um maciço compacto e estanque. O período máximo entre o término da execução do alargamento de base e sua concretagem deve ser de vinte e quatro horas. Caso este período seja ultrapassado, deve ser feita nova inspeção, limpando-se cuidadosamente o fundo da base e removendo-se a camada eventualmente amolecida.
O concreto empregado no fuste deve ter resistência característica mínima de 16MPa (160 kgf/cm2) e no núcleo de 12MPa (120 kgf/cm2).

c) Tubulões com camisa de aço
A camisa de aço, com a mesma finalidade da de concreto armado, pode ser introduzida por cravação com bate-estacas, vibração ou equipamento com movimento de vai e vem simultâneo, com força de cima para baixo.
A escavação interna pode ser manual ou mecânica, feita à medida da penetração do tubo ou de uma só vez, após a cravação total do mesmo.
Caso previsto, pode ser executado um alargamento de base, com escavação manual sob ar comprimido ou não. A camisa de aço deve ser ancorada ou receber contrapeso para evitar sua subida, quando utilizado ar comprimido. Pode ser recuperada, à medida que for sendo concretado o seu núcleo, ou posteriormente, se não considerado no dimensionamento.

6 Condicionantes ambientais
Para evitar a degradação do meio ambiente deve ser atendido o estabelecido nos Programas Ambientais pertinentes do PBA, Projeto, recomendações/exigências dos órgãos ambientais e as normas técnicas, em particular, a Norma DNIT 070/2006 – PRO – Condicionantes ambientais as áreas de uso de obras – Procedimento, e das prescrições resumidas, indicadas a seguir.
As estradas de acesso para deslocamento dos equipamentos e execução dos blocos de fundação devem seguir as recomendações da Norma DNIT 105/2009-ES – Terraplenagem – Caminhos de serviço e as constantes da subseção 5.1.2 do Manual para Atividades Ambientais Rodoviárias, do DNIT, (IPR Publ. 730).
É vedada a realização de barragens ou desvios de cursos d'água que alterem, em definitivo, o leito dos rios.
As escavações para implantação dos blocos de fundação devem ser as menores possíveis, protegidas contra desmoronamentos e recompostas com o mesmo material escavado, após a execução dos blocos.
As estacas, quando cravadas por bate-estacas, pouco agridem o meio ambiente, se a movimentação do bate-estacas foi corretamente planejada.
As estacas moldadas no local, em geral, mobilizam considerável quantidade de água e provocam grandes lamaçais, que devem ser drenados e removidos. Após a execução das fundações, devem ser removidos todos os vestígios da construção e recompostos, tanto o terreno natural como a vegetação primitiva.

7 Inspeções

7.1 Controle dos insumos

Deve atender ao constante nas Normas DNER-EM 34/97 – Água para argamassa e concreto de cimento portland – Especificação de material; DNER-EM 36/95 – Cimento portland – Recebimento e aceitação – Especificação de material, DNER-EM 37/97 – Agregado graúdo para concreto de cimento – Especificação de material e DNER-EM 38/97– Agregado miúdo para concreto de cimento – Especificação de material.

7.2 Controle da execução

7.2.1 Estacas

Durante a concretagem das estacas pré-moldadas devem ser colhidas amostras para a moldagem de uma série de quatro corpos de prova cilíndricos para cada 25 estacas concretadas, ou para cada dia de concretagem. As rupturas devem ser feitas a 7 e/ou há 28 dias, sempre com o rompimento de dois corpos de prova para cada idade do rompimento, moldados no mesmo ato.

Para sua própria orientação, o executante pode cravar, às suas expensas, tantas estacas de prova quantas considere necessárias.

O executante deve cravar estacas de prova e deve realizar provas de carga nas estacas indicadas no projeto ou nas que forem consideradas necessárias; nas obras normais, para as estacas cravadas, além destas, deve ser feita uma prova de carga para cada 500 estacas, e nas especiais, uma para cada 200 estacas. Nas estacas escavadas deve ser feita uma prova de carga para obras de mais de 100 estacas. Sempre que possível, as estacas de prova devem ser localizadas de modo a ser aproveitadas como estacas de fundação, caso resultado satisfatório da prova. Sempre que houver dúvida sobre uma estaca, deve ser comprovado o seu comportamento satisfatório. Se não for suficiente, deve ser realizada uma prova de carga.

O executante deve manter um registro completo, em duas vias, uma destinada à Fiscalização, da cravação de cada estaca, inclusive as de prova. Anotar para todas as estacas: o número e a localização, dimensões, cota do terreno no local da estaca, nível da água (se houver), característica do equipamento de cravação ou escavação, desaprumo e desvio de locação, qualidade de materiais utilizados e consumo por estaca, comprimento real da estaca abaixo do arrasamento, volume da base, anormalidade de execução e anotação rigorosa de horários de início e fim de cravação ou escavação. Deve, ainda, ser registrado para as estacas cravadas: suplemento de estaca utilizado (tipo e comprimento), profundidade de penetração da estaca com peso próprio e com peso do martelo, número de golpes necessários para a cravação por metro de estaca, número efetivo de golpes por minuto durante a cravação, duração de qualquer interrupção na cravação e hora da ocorrência, cota final da ponta da estaca cravada, cota da cabeça da estaca antes do arrasamento na estaca pré-moldada, data de concretagem da estaca pré-moldada, data da cravação, negas no final de cravação e na recravação, quando houver deslocamento de estacas por efeito de cravação de estacas vizinhas e negas no final de cravação e na recravação, quando houver. Em caso de estacas escavadas, mencionar os horários de início e fim da escavação e de cada etapa de concretagem, a comparação do consumo real de materiais em relação ao teórico e o comportamento da armadura durante a concretagem.

Para a cravação de estacas metálicas ou pré-moldadas de concreto deve ser preenchido o Relatório de

Cravação de Estacas, cujo modelo consta do Anexo A (Normativo).

Pode ser permitido entre eixos de estacas isoladas e o ponto de aplicação da resultante das solicitações do pilar, um desvio de 10% do diâmetro da estaca. Desvios superiores, no caso de estacas não travadas, deve obrigar verificação estrutural quanto à flambagem do pilar e da estaca. Para estacas travadas, as vigas de travamento devem ser redimensionadas para a excentricidade real e verificada a flambagem do pilar.

Para conjunto de estacas alinhadas, admite-se um acréscimo de, no máximo, 15% sobre a carga admissível na estaca de excentricidade, na direção do plano das estacas. Acréscimos superiores devem ser corrigidos com acréscimo de estacas ou recurso estrutural. Para excentricidade na direção normal ao plano das estacas, vide parágrafo anterior.
Para o conjunto de estacas não alinhadas, devem ser verificadas as solicitações em todas as estacas, admitindo-se o acréscimo de, no máximo, 15% sobre a carga admissível de projeto.
Quanto ao desvio de inclinação pode ser tolerado, sem correção, um desvio angular, em relação à posição projetada, de 1:100.

7.2.2 Tubulões e caixões
Devem ser anotados na execução da fundação em tubulão os seguintes elementos, conforme o tipo: cota de arrasamento, dimensões reais da base alargada, material de apoio, equipamento de cada etapa, deslocamento e desaprumo, comparação do consumo de material durante a concretagem com o previsto, qualidade dos materiais, anormalidades de execução e providências tomadas, inspeção do terreno ao longo do fuste e assentamento da fundação.
Pode ser tolerado um desvio entre o eixo do tubulão e ponto de aplicação da resultante das solicitações do pilar, de 10% do diâmetro do fuste do tubulão.
Ultrapassados os limites quanto à excentricidade e/ou ao desaprumo, deve ser feita verificação estrutural, com os redimensionamentos necessários.

7.3 Condições de conformidade e não-conformidade.
7.3.1 Conformidade
Podem ser consideradas conformes as fundações que atendam ao estabelecido nas subseções 5.1, 5.3, 7.1 e 7.2.

7.3.2 Não-conformidade
Os serviços que não atenderem à subseção 7.3.1, devem ser corrigidos, complementados ou refeitos, incluindo provas de carga.

8 Critérios de medição
Os serviços aceitos devem ser medidos de acordo com os critérios seguintes:

8.1 Escoramento de cavas de fundações - ensecadeiras
Devem ser medidos por metro quadrado de pranchas verticais ensecadeiras, com altura determinada pela diferença entre a cota de implantação da ensecadeira e a cota necessária à contenção. Não devem ser medidos em separado o escoramento e o contraventamento das pranchas verticais, bem como o enchimento e apiloamento do material de enchimento, no caso de ensecadeira dupla.

8.2 Escavação e aterros
A medição dos volumes deve ser feita em metros cúbicos, através das seções transversais determinadas antes e depois da execução dos serviços.

8.3 Blocos e sapatas
Devem ser medidos separadamente, por metro quadrado de fôrmas colocadas, por metro cúbico de concreto e por quilograma de aço dobrado e colocado nas fôrmas.

8.4 Estacas

Devem ser medidas pelo comprimento entre as cotas da ponta e do arrasamento. Para as estacas moldadas no local, o comprimento medido deve ser entre as cotas do topo do bulbo e do arrasamento da estaca concluída. A base da estaca bulbo, se houver, deve ser considerada para efeito de medição como um metro de estaca cravada e concretada. Não devem ser incluídos na medição o corte das estacas e a perda do seu excesso, inclusive do tubo metálico, se for o caso.

8.5 Tubulões e caixões

Os tubulões devem ser medidos por metro de camisa implantada e cheia de concreto e por metro cúbico de concreto da base alargada. Os caixões devem ser medidos por metro de camisa implantada e por metro cúbico de material de enchimento e de alargamento de base, se houver.

Anexo A (Normativo)

DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

RELATÓRIO DE CRAVAÇÃO DE ESTACA

Rodovia: OAE: Pista:

Data:
Hora:
Cota terreno:
Nível d'água:
Cota ref.:

DADOS DO BATE-ESTACAS

Marca:
Modelo:
Energia:
Golpes/min:

D A D O S D A E S T A C A

Ordem de Grav.	Nº de Fab.	Tipo	Locação	Inclin.	Cota Inf. da Pintura	Seção	Comprimento (m)	Cota da Cabeça	Cota de Arras.	Cota Final Ponta

RELATÓRIO DE CRAVAÇÃO

Hora	Metros	Total de Golpes	Golpes p/ 10 cm	Curso/pos válvula	Obs.:	Hora	Metros	Total de Golpes	Golpes p/ 10 cm	Curso/pos válvula	Obs.:

Nota: Indique por números na coluna Obs.: (1), (2) etc, qualquer informação importante como paradas, obstruções, quebras, deslocamentos, etc.

Observações:

CONSTRUTOR INSPETOR

NORMA DNIT 120/2009- ES

Pontes e viadutos rodoviários - Fôrmas - Especificação de serviço

Resumo
Este documento define a sistemática empregada na execução de fôrmas em pontes e viadutos rodoviários de concreto armado.

São também apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução, inclusive plano de amostragem e de ensaios, condicionantes ambientais, controle de qualidade, condições de conformidade e não-conformidade e os critérios de medição dos serviços.

Sumário
Prefácio
1 Objetivo
2 Referências normativas
3 Definições
4 Condições gerais
5 Condições específicas
6 Condicionantes ambientais
7 Inspeções
8 Critério de medição
Anexo A (Informativo) Bibliografia
índice geral.

Prefácio
A presente Norma foi preparada pelo Instituto de Pesquisas Rodoviárias - IPR/DIREX, para servir como documento base, visando estabelecer a sistemática empregada para os serviços de execução e controle da qualidade de fôrmas de pontes e viadutos rodoviários de concreto armado

Está formatada de acordo com a Norma DNIT 001/2009 - PRO, cancela e substitui a Norma DNER-ES 333/97.

1 Objetivo
Esta Norma tem por objetivo fixar as condições exigíveis para a execução e controle das fôrmas, molde do concreto plástico, de acordo com os elementos constantes no projeto estrutural, em pontes e viadutos rodoviários de concreto armado.

2 Referências normativas
Os documentos relacionados a seguir são indispensáveis à aplicação desta Norma. Para referências datadas, aplicam-se somente as edições citadas. Para referências não datadas, aplicam-se as edições mais recentes do referido documento (inclusive emendas).

a) ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR* 6118 - Projeto de estruturas de concreto - Procedimento. Rio de Janeiro.

b) ____. *NBR* 6494 - Segurança nos andaimes. Rio de Janeiro.

c) ____. *NBR 7190* - Projeto de estruturas de madeira. Rio de Janeiro.

d) _____. *NBR* 14931 - Execução de estruturas de concreto - Procedimento. Rio de Janeiro.

e) ____. *NBR* 7187 - Projeto de pontes de concreto armado e protendido - Procedimento. Rio de Janeiro.

f) BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. *DNIT 001/2009- PRO* - Elaboração e apresentação de normas do DNIT - Procedimento. Rio de Janeiro: IPR, 2009.

g) *DNIT 070-PRO* Condicionantes ambientais das áreas de uso de obras - Procedimento. Rio de Janeiro: IPR.

3 Definições

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes:

3.1 Fôrmas

Moldes provisórios destinados a receber e conter o concreto, enquanto endurece.

3.2 Fôrmas reutilizáveis

Fôrmas elaboradas, em geral, de chapas de madeira compensada e impermeabilizada; dependendo da obra e do projeto dos painéis, o reaproveitamento pode ser superior a dez vezes.

3.3 Fôrmas brutas

Fôrmas de tábuas, que somente devem ser usadas para concreto não aparente; a reutilização é pequena.

3.4 Fôrmas auto-portantes

Fôrmas que dispensam escoramento; somente possíveis para pequenos vãos e cargas limitadas.

3.5 Fôrmas metálicas

Chapas metálicas finas e enrijecidas, usadas para estruturas repetitivas e com acabamento apurado, tais como elementos pré-moldados e pilares circulares.

4 Condições gerais

A responsabilidade pelo projeto, execução e remoção das fôrmas é do construtor.
As fôrmas somente devem entrar em carga após a liberação da Fiscalização.
Em virtude da importância, responsabilidade, custo relativo e multiplicidade de soluções, as fôrmas devem ser projetadas e dimensionadas com antecedência, antes do início da construção.
As fôrmas devem ser projetadas e detalhadas de maneira que as lajes, vigas, paredes e outros elementos estruturais acabados tenham as dimensões, formas, alinhamentos e posições dentro das tolerâncias admissíveis.
Fôrmas e escoramentos devem formar um sistema interdependente, com previsão de desmoldagem parcial ou total.
Fôrmas e escoramentos devem ser dimensionados com previsão de ação de ventos e sobrecargas de equipamentos, pessoal e materiais.

5 Condições específicas

5.1 Projeto

A escolha dos materiais adequados para execução das fôrmas deve atender a requisitos de economia, segurança e acabamento desejado para a obra.

O projeto das fôrmas, bem como do escoramento, é de responsabilidade do construtor e deve ser apresentado completo, para exame da Fiscalização; o projeto deve atender a todas as normas e especificações, inclusive as locais, estaduais e federais.
O projeto das fôrmas deve indicar, quando necessário, aberturas provisórias para limpeza e retirada de detritos.
No projeto, devem ser previstos forma, prazo e condições para remoção das fôrmas.

5.2 Insumos

5.2.1 Madeira em tábuas

Praticamente, todos os tipos de fôrmas necessitam de algum componente de madeira; há uma grande variedade de espécies de madeira e a escolha de algum tipo depende da disponibilidade e do custo.
Quando permitidas as fôrmas de madeira, sob a forma de tábuas, devem ser escolhidas madeiras não muito secas, que incham quando molhadas, e nem muito verdes, que empenam quando secam.
A qualidade do acabamento do concreto que se consegue com a madeira em forma de tábuas melhora muito quando se utiliza a madeira aparelhada, isto é, a madeira submetida a plainas e lixadeiras.

5.2.2 Madeira compensada

Os compensados de madeira são o material mais usado para o revestimento de fôrmas; disponíveis em painéis grandes de 110 x 220 cm e espessuras industriais de 3 a 30 mm permitem, além de excelente acabamento, um grande reaproveitamento, de cinco a dez vezes, principalmente se a face em contato direto com o concreto for impermeabilizada, por pinturas ou revestimento metálico.

5.2.3 Fôrmas metálicas

Para grande número de repetições e acabamento mais apurado, nas vigas pré-moldadas e pilares circulares, por exemplo, as fôrmas metálicas são as mais indicadas. Em certas estruturas, tais como vigas de grandes vãos, a fôrma metálica é praticamente e economicamente insubstituível, visto que elimina apoios intermediários.

5.3 Acessórios

5.3.1 Pregos

Os pregos são os dispositivos mecânicos mais comuns para a junção de painéis de fôrmas e seu uso adequado contribui para a economia e a qualidade do trabalho.
A preferência dos profissionais recai nas seguintes bitolas: para tábuas, sarrafos e contraplacados de 1 polegada de espessura, pregos de 18 x 27 (3,4 x 61 mm) e para tábuas, ripas e contraplacados de 0,5 polegada de espessura, pregos de 15 x 15 (2,4 x 34 mm).
5.3.2 Tirantes

Os tirantes são dispositivos tensionados, adaptados para manter as fôrmas em seu lugar, impedindo-as de abrir, quando solicitadas pela pressão lateral do concreto fresco; podem ser simples vergalhões de aço ou sofisticados produtos industriais.

O tirante é isolado da massa de concreto por um tubo plástico que o envolve e permite sua retirada após o endurecimento do concreto; os furos para passagem dos tirantes devem ser obturados com espessura mínima igual ao cobrimento adotado.

5.4 Cargas atuantes

5.4.1 Cargas verticais

As cargas verticais que incidem nas fôrmas são as cargas permanentes e as sobrecargas; as cargas permanentes são o peso próprio das fôrmas, o peso das armaduras e o peso do concreto fresco, e as

sobrecargas incluem o peso dos equipamentos e materiais estocados, o peso dos operários e o impacto da movimentação das sobrecargas.

5.4.2 Pressão lateral do concreto fresco
A pressão lateral do concreto fresco deve ser calculada em função das características do concreto, peso específico e fluidez, velocidade de lançamento e altura da massa de concreto; cuidados especiais devem ser tomados nas fôrmas dos pilares, onde o mais seguro é considerar toda a altura do pilar.

5.4.3 Cargas horizontais
Fôrmas e escoramentos devem ser dimensionados e contraventados para resistir a solicitações do vento, lançamento do concreto, forças resultantes de apoios inclinados, protensão de cabos e movimentação e frenagem de equipamentos.

5.4.4 Fatores que afetam a pressão lateral do concreto O peso do concreto, com influência direta na pressão hidrostática, a vibração interna para adensamento do concreto, a temperatura do concreto por ocasião do lançamento e outras variáveis de menor importância afetam a pressão lateral do concreto e devem ser levadas em conta no dimensionamento das fôrmas.

A revibração e a vibração externa, aceitas em certos tipos de construção, produzem solicitações superiores à vibração interna e tornam necessárias fôrmas especiais, reforçadas.

5.5 Remoção de fôrmas
A remoção de fôrmas, desejável para permitir a execução de outras fases construtivas e possibilitar seu reaproveitamento, deve ser efetuada em bases absolutamente confiáveis.

Fôrmas e escoramentos não devem ser removidos de vigas, lajes e paredes antes que estes elementos estruturais tenham adquirido resistência suficiente para suportar seu peso próprio e as sobrecargas permitidas nesta fase; além da resistência, um módulo de elasticidade mínimo deve ser atingido, para minimizar as deformações por fluência do concreto.

Os prazos mínimos para retirada de fôrmas podem ser obtidos no ACI 347 e devem ser confrontados com a Norma ABNT NBR 6118:2007, adotando-se os prazos mais longos; os prazos sugeridos pelo ACI 347 são os seguintes:

a) Paredes, colunas e faces de vigas: 12 horas; porém se estas fôrmas se referem a fôrmas de lajes ou fôrmas de fundos de vigas, a remoção deve ser governada por estas últimas.

b) Fôrmas de fundo de vigas:

- Vão livre entre apoios menor que 3,0 m e carga móvel estrutural menor que a carga permanente estrutural: 7 dias; se a carga móvel estrutural é maior que a carga permanente estrutural: 4 dias.

- Vão livre entre apoios situados entre 3 m e 6 m e carga móvel estrutural menor que a carga permanente estrutural: 14 dias; se a carga móvel estrutural é maior que a carga permanente estrutural: 7dias.

- Vão livre entre apoios maior que 6,0 m e carga móvel estrutural menor que a carga permanente estrutural: 10 dias; se a carga móvel estrutural é maior que a carga permanente estrutural: 7 dias.

5.6 Técnicas especiais de construção

Algumas técnicas especiais de construção, às vezes mescladas com escoramentos, também especiais, são citadas a seguir.

5.6.1 Fôrmas deslizantes

Nas fôrmas deslizantes o concreto plástico é colocado nas fôrmas que, por dispositivos apropriados, avançam, dando a conformação final à estrutura; as fôrmas deslizantes podem ser verticais, para colunas de grande altura, principalmente, ou horizontais, para canais.

As fôrmas deslizantes por utilizar equipamentos específicos e por exigir o conhecimento de uma série de detalhes executivos, devem ser operadas por empresas especializadas.

A movimentação das fôrmas é lenta, constante e dependente da consistência e resistência do concreto.

Em virtude da movimentação das fôrmas deslizantes causar microfissuras no concreto, a espessura do cobrimento das armaduras deve ser acrescida de 2,5 cm. 5.6.2 Fôrmas trepantes

Diferentemente das fôrmas deslizantes, que se movimentam constantemente, as fôrmas trepantes avançam aos saltos, em geral, em módulos de três metros.

Em virtude de utilizar equipamentos especiais e mão-de-obra especializada, as fôrmas trepantes somente devem ser operadas por empresas que tenham experiência comprovada na sua utilização.

Não há necessidade de cobrimento adicional das armaduras.

5.6.3 Fôrmas auto-portantes

As fôrmas auto-portantes são as que dispensam escoramentos; pouco usadas e somente para pequenos vãos, foram citadas e esquematizadas em uma edição do Beton-Kalender da década de 50 e utilizadas em algumas pontes brasileiras nas décadas de 60 e 70.

Constam, essencialmente, de camadas de tábuas com a altura da peça a construir, cortadas de maneira a serem dispostas a 45º, superpostas, cruzadas e solidarizadas por pregos.

Não é um tipo de fôrma confiável e sua utilização deve ser evitada.

5.6.4 Fôrmas de construção em avanços sucessivos

As fôrmas de avanços sucessivos são associadas a treliças metálicas, macacos e tirantes e prestam-se à construção de pontes e viadutos rodoviários em avanços sucessivos; o conhecimento deste tipo de fôrmas está bastante difundido.

5.6.5 Fôrmas de construção em incrementos sucessivos

As pontes de construção em incrementos sucessivos, "incrementai launching", são construídas a partir das extremidades, em comprimentos iguais à metade do comprimento dos vãos e que são empurrados para seu lugar definitivo.

Podem ser construídas em grandes comprimentos, retas ou em curvas circulares.

6 Condicionantes ambientais

Na hipótese, cada vez mais rara, de utilização de tábuas como fôrmas, somente devem ser utilizadas madeiras com aprovação para exploração.

O material resultante da desforma deve ser removido do local e depositado em áreas previamente aprovadas para tal fim.

Para minimizar as agressões ao meio ambiente é necessário o atendimento da Norma DNIT 070/2006 - PRO - Condicionantes ambientais das áreas de uso de obras - Procedimento e das prescrições resumidas, indicadas acima, assim como, das recomendações pertinentes constantes da subseção 5.1.2 do Manual para Atividades Ambientais Rodoviárias, do DNIT (IPR Publ. 730).

7 Inspeções

7.1 Controle dos insumos

As tábuas corridas não devem apresentar nós em tamanhos prejudiciais e a madeira compensada deve ter comprovada resistência à água e à pressão do concreto.

7.2 Controle da execução

Verificar cuidadosamente as dimensões, nivelamento, alinhamento e verticalidade das fôrmas, antes, durante e após a concretagem; não deve ser permitido ultrapassar a tolerância mencionada na seção 11 da ABNT NBR-6118:2007.

O prazo mínimo para a desmoldagem é o previsto na ABNT NBR-6118:2007.

7.3 Condições de conformidade e não conformidade

7.3.1 Conformidade

Devem ser consideradas conformes as fôrmas que atendam às condições estabelecidas nesta Norma.

7.3.2 Não-conformidade

Devem ser rejeitadas as fôrmas que apresentarem defeitos que coloquem em risco a obra e não atendam às condições acima, as frágeis, as não estanques etc.

8 Critério de medição

As fôrmas devem ser medidas por metro quadrado de superfície colocada, não cabendo medição em separado para escoras laterais, tirantes, travejamento e quaisquer outros serviços necessários, inclusive ao seu posicionamento.

NORMA DNIT 117/2009 - ES
Pontes e viadutos rodoviários - Concretos, argamassas e calda de cimento para injeção - Especificação de serviço

Resumo
Este documento define a sistemática empregada na execução e recebimento de concretos, argamassas e caldas de cimento para injeção na construção de pontes e viadutos rodoviários de concreto armado e de concreto protendido.

São, também, apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução, inclusive plano de amostragem e de ensaios, condicionantes ambientais, controle da qualidade, condições de conformidade e não-conformidade e os critérios de medição dos serviços.

Sumário
Prefácio
1 Objetivo
2 Referências normativas
3 Definições
4 Condições gerais
5 Condições específicas
6 Condicionantes ambientais
7 Inspeções
8 Critérios de medição
Anexo A (Informativo) Bibliografia

Prefácio
A presente Norma foi preparada pelo Instituto de Pesquisas Rodoviárias - IPR/DIREX, para servir como documento base, visando estabelecer a sistemática empregada para os serviços de execução de concretos, argamassas e caldas de cimento para injeção, na construção de pontes e viadutos rodoviários de concreto armado e de concreto protendido.

Está formatada de acordo com a Norma DNIT 001/2009 - PRO, cancela e substitui a norma DNER-ES 330/97.

1 Objetivo
Esta Norma tem por objetivo fixar as condições exigíveis na execução e recebimento de concretos, argamassas e caldas de cimento na construção de pontes e viadutos rodoviários de concreto armado e de concreto protendido.

2 Referências normativas
Os documentos relacionados a seguir são indispensáveis à aplicação desta Norma. Para referências datadas, aplicam-se somente as edições citadas. Para referências não datadas, aplicam-se as edições mais recentes do referido documento (inclusive emendas).

a) ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR* 5732 - Cimento portland comum - Especificação. Rio de Janeiro.

b) ___. *NBR* 5733 - Cimento portland de alta resistência inicial - Especificação. Rio de Janeiro.

c) ___. *NBR* 5736 - Cimento portland pozolânico - Especificação. Rio de Janeiro.

d) ___. *NBR* 5737 - Cimento portland resistente a sulfatos - Especificação. Rio de Janeiro.

e) ___. *NBR* 5738 - Concreto - Moldagem e cura de corpos-de-prova - Procedimento. Rio de Janeiro.

f) ___. *NBR* 5739 - Concreto - Ensaio de compressão de corpos-de-prova cilíndricos - Método de ensaio. Rio de Janeiro.

g) ___.*NBR* 7187 - Projeto e execução de pontes de concreto armado e protendido - Procedimento. Rio de Janeiro.

h) ___. *NBR* 7211 - Agregados para concreto - Especificação. Rio de Janeiro.

i) ___. *NBR* 7212 - Execução de concreto dosado em central - Especificação. Rio de Janeiro.

j) ___. *NBR* 7215 - Cimento portland - Determinação da Resistência à compressão - Método de ensaio. Rio de Janeiro.

k) ___. *NBR 7680* - Extração, preparo, ensaio e análise de testemunhos de concreto Procedimento. Rio de Janeiro.

l) ___. *NBR* 7681 - Calda de cimento para injeção - Especificação. Rio de Janeiro.

m) ___. *NBR* 7682 - Calda de cimento para injeção - Determinação do índice de fluidez - Método de ensaio. Rio de Janeiro.

n) ___.*NBR* 7683 - Calda de cimento para injeção Determinação dos índices de exsudação e expansão - Método de ensaio. Rio de Janeiro.

o) ___.*NBR* 7684 - Calda de cimento para injeção - Determinação da resistência à compressão - Método de ensaio. Rio de Janeiro.

p) ____. *NBR* 7685 - Calda de cimento para injeção - Determinação da vida útil - Método de ensaio. Rio de Janeiro.

q) ___. *NBR* 8953 - Concreto para fins estruturais - Classificação por grupos de resistência - Classificação. Rio de Janeiro.

r) ___. *NBR 9062* - Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado- Procedimento. Rio de Janeiro.

s) ___. *NBR 10839* - Execução de obras-de-arte especiais em concreto armado e protendido - Procedimento. Rio de Janeiro.

t) ___. *NBR* 11578 - Cimento portland composto Especificação. Rio de Janeiro.

u) ___. *NBR* 11582 - Cimento portland - Determinação da expansibilidade de Le Chatelier - Método de ensaio. Rio de Janeiro.

v) ___. *NBR* 12654 - Controle tecnológico de materiais componentes do concreto

Procedimento. Rio de Janeiro.

w) ___. *NBR* 12655 - Concreto de cimento portland - Preparo, controle e recebimento - Procedimento. Rio de Janeiro.

x) ___. *NBR* 12989 - Cimento portland branco - Especificação. Rio de Janeiro.

y) ___. *NBR* 13116 - Cimento portland de baixo calor de hidratação - Especificação. Rio de Janeiro.

z) ___. *NBR* 14931 - Execução de estruturas de concreto - Procedimento. Rio de Janeiro.

aa) ___. *NBR NM* 10 - Cimento portland - Análise química - Disposições gerais. Rio de Janeiro.

bb) ___. *NBR NM* 19 - Cimento portland - Análise química - Determinação de enxofre na forma de sulfeto. Rio de Janeiro.

cc) ___. *NBR NM* 45 - Cimento portland - Determinação da pasta de consistência normal. Rio de Janeiro.

dd) ___. *NBR NM* 65 - Cimento portland - Determinação do tempo de pega. Rio de Janeiro.

ee) ___. *NBR NM* 67 - Concreto - Determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone. Rio de Janeiro.

ff) ___. *NBR NM* 68 - Concreto - Determinação da consistência de espalhamento na mesa de Graff. Rio de Janeiro.

gg) ___. *NBR NM* 76 - Cimento portland - Determinação da finura pelo método de permeabilidade ao ar (Método de Blaine). Rio de Janeiro.

hh) BRASIL. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. *DNER - EM 036* - Cimento portland - Recebimento e aceitação. Rio de Janeiro.

ii) ___. *DNER - EM 037* - Agregado graúdo para concreto de cimento. Rio de Janeiro.

jj) ___. *DNER - EM 038* - Agregado miúdo para concreto de cimento. Rio de Janeiro.

kk) BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. *DNIT 001/2009 - PRO* - Elaboração e apresentação de normas do DNIT - Procedimento. Rio de Janeiro: IPR, 2009.

ll) __. *DNIT 011/2004 - PRO* - Gestão da qualidade em obras rodoviárias - Procedimento. Rio de Janeiro: IPR, 2004.

mm) ___. *DNIT 037 - ME* - Pavimento rígido - Água para amassamento do concreto de cimento Portland - Ensaios comparativos. Rio de Janeiro: IPR.

nn) ___. *DNIT 070-PRO* - Condicionantes ambientais das áreas de uso de obras - Procedimento. Rio de Janeiro: IPR.

3 Definições

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

3.1 Concreto

Material composto que consiste essencialmente de um meio contínuo aglomerante e partículas de agregados; no concreto de cimento hidráulico, o meio aglomerante é formado por uma mistura de cimento hidráulico e água.

3.2 Cimento

Material finamente pulverizado que, por si só, não é aglomerante, mas desenvolve propriedades ligantes como resultado da hidratação.

3.3 Agregado

Material granular inerte, tal como areia, pedra britada ou escória de alto forno, usado como um meio cimentante, para formar o concreto ou argamassa de cimento hidráulico; o agregado graúdo tem partículas maiores que 4,8 mm e fica retido na peneira n° 4, enquanto que o agregado miúdo tem partículas menores que 4,8 mm e fica retido na peneira n° 200. A areia é o agregado miúdo resultante da desintegração natural e da abrasão de rochas ou processamento de rochas arenosas friáveis.

3.4 Argamassa

Mistura de areia, cimento, água e eventuais aditivos.

3.5 Aditivos

Materiais, outros que não água, agregados ou cimento, usados como componentes do concreto para modificar suas propriedades, tais como: aumentar sua resistência, retardar ou acelerar a pega, acelerar ou retardar a evolução da resistência, incorporar ar etc.

Nota: Para outras definições consultar seção 3 das Normas ABNT NBR 12655:2006 e ABNT NBR 14931 :2003.

4 Condições gerais

Além do atendimento às normas relacionadas nas Referências Normativas, concretos, argamassas e caldas de cimento para injeção devem ser confeccionados para atender aos requisitos mínimos de durabilidade, que incluem resistência à agressividade do meio ambiente, ataques de produtos químicos, abrasão e demais processos de deterioração; o concreto dito durável deve manter suas condições originais, sua qualidade e estar em plena capacidade de utilização em toda sua longa vida útil.

5 Condições específicas

5.1 Material

5.1.1 Cimento

Os cimentos devem satisfazer às especificações brasileiras, podendo ser de qualquer tipo e classe, desde que no projeto não se faça restrição a este ou aquele. Nos concretos, argamassas e caldas em contato com armaduras de protensão, o cimento empregado não pode apresentar teor de enxofre sob a forma de sulfeto superior a 0,2%.

Nos cimentos empregados deve-se exigir a apresentação do certificado de qualidade. Todo cimento deve ser guardado em local seco e abrigado de agentes nocivos e não deve ser transportado em dias úmidos.

O cimento pode ser armazenado em sacos de 50 kg ou em silos, quando entregue a granel e para

cimento de uma única procedência. O período de armazenamento não pode comprometer a sua qualidade. Deve ser verificado, antes da utilização, se o cimento atende às especificações.

Devem, ainda, atender à Norma DNER-EM 036/95.

5.1.2 Agregados

Os agregados devem constituir-se de materiais granulosos e inertes, substâncias minerais naturais ou artificiais, britados ou não, duráveis e resistentes, com dimensões máximas características e formas adequadas ao concreto ou argamassa a produzir. Devem ser armazenados separadamente, isolados do terreno natural em assoalho de madeira ou camada de concreto, de forma a permitir o escoamento d'água. Não devem conter substâncias nocivas que prejudiquem a pega ou o endurecimento do concreto, ou minerais deletérios que provoquem expansões em contato com a umidade e com determinados elementos químicos.

Devem atender às Normas DNER-EM 037/97 e DNEREM 038/97.

Os agregados podem ser:

a) Agregados miúdos

São normalmente constituídos por areia natural quartzoza, de dimensão máxima característica igualou inferior a 4,8 mm. Devem ser bem graduados; são recomendadas as areias médias que não apresentem substâncias nocivas, como torrões de argila, materiais orgânicos, cloretos etc.

Somente deve ser admitido, após estudos em laboratórios, o emprego de agregados miúdos provenientes de rocha sadia.

b) Agregados graúdos

Devem dimensão máxima apresentar característica entre 4,8 mm e 50 mm e ser naturais (cascalhos ou seixos rolados, britados ou não) ou artificiais (pedras britadas, argilas expandidas, etc). Não devem apresentar substâncias nocivas, como materiais pulverulentos, torrões de argila, matéria orgânica, etc.

O agregado graúdo é constituído pelas partículas de diversas graduações, nas proporções indicadas nos traços do concreto e armazenado separadamente, em função destas graduações.

5.1.3 Pedra de mão

A pedra de mão para concreto ciclópico, de granito ou outra rocha estável, deve ter qualidade idêntica à exigida para a pedra britada empregada na confecção do concreto estrutural.

Deve ser limpa e isenta de incrustações nocivas e sua máxima dimensão, não inferior a 30 cm nem superior a 1/4 da mínima dimensão do elemento a ser construído.

5.1.4 Água

A água para a preparação do concreto e da argamassa não deve conter ingredientes nocivos em quantidades que afetem o concreto fresco ou endurecido, ou reduzir a proteção das armaduras contra a corrosão. Deve ser razoavelmente clara e isenta de óleo, ácidos, álcalis, matéria orgânica etc. e obedecer à exigência da subseção 7.1.3 desta Norma. Deve ser guardada em caixas estanques e tampadas, de modo a evitar contaminação por substâncias estranhas.

5.1.5 Aditivos
A utilização de aditivos deve implicar no perfeito conhecimento de sua composição e propriedades, efeitos no concreto e armaduras, sua dosagem típica, possíveis efeitos de dosagens diferentes, conteúdo de cloretos, prazo de validade e condições de armazenamento.

Somente devem ser usados aditivos expressamente previstos no projeto ou nos estudos de dosagem de concretos empregados na obra, realizados em laboratório e aprovados pela Fiscalização e projetista.
Para o concreto estrutural, os aditivos que contenham cloreto de cálcio ou quaisquer outros halogenetos são rigorosamente proibidos. Não devem conter, ainda, ingredientes que possam provocar a corrosão do aço; as mesmas recomendações valem para a calda de injeção.

5.1.6 Adições
As adições não podem ser nocivas ao concreto e argamassa e devem ser compatíveis com os demais componentes da mistura.

5.2 Equipamento
A natureza, capacidade e quantidade do equipamento a ser utilizado dependem do tipo e dimensões do serviço a executar. Para os concretos preparados na obra, pode ser utilizada betoneira estacionária de, no mínimo, 320 litros com dosador de água, central de concreto ou caminhão betoneira. Para o lançamento podem ser utilizados carrinhos-caçambas, caçambas, bombas etc.

Os equipamentos necessários para a execução dos serviços devem estar disponíveis na obra em condições de trabalho e de acordo com as especificações do fabricante.

5.3 Execução
Todas as fases descritas nesta subseção devem obedecer aos requisitos da Norma NBR 14931 :2003 e complementarmente, aos requisitos das Normas NBR 10839: 1989 e NBR 9062:2006.

5.3.1 Concreto
a) Classificação
O concreto pode ser classificado quanto a sua densidade: como concreto normal, com massa específica entre 2000 e 2800 kg/m^3; como concreto leve, cuja massa específica não ultrapasse 2000 kg/m^3; e como concreto pesado com massa específica maior que 2800 kg/m^3. O concreto deve apresentar uma consistência compatível com os equipamentos disponíveis na obra, para que, depois de endurecido, se torne um material homogêneo e compacto.

b) Dosagem
Os concretos para fins estruturais devem ser dosados, racional e experimentalmente, a partir da resistência característica à compressão estabelecida no projeto, do tipo de controle do concreto, da trabalhabilidade adequada ao processo de lançamento empregado e das características físicas e químicas dos materiais componentes. O cálculo da dosagem deve ser refeito cada vez que prevista uma mudança de marca, tipo ou classe de cimento, da procedência e qualidade dos agregados e demais materiais e quando não obtida a resistência desejada.

Os concretos são classificados conforme a resistência característica à compressão (fck) em grupos I e II e, dentro dos grupos, em classes, sendo o grupo I, subdividido em nove classes, do C10 ao C50 e o grupo II em quatro classes (C55, C60, C70 e C80).

Somente o traço do concreto da classe C10, com consumo mínimo de 300 kg de cimento por metro

cúbico, pode ser estabelecido empiricamente.

São consideradas, também, para a dosagem dos concretos, condições peculiares, como: permeabilidade, resistência ao desgaste, ação de águas agressivas, aspecto das superfícies, condições de lançamento etc.

A resistência de dosagem do concreto é função de sua resistência característica e do desvio padrão das amostras, dependendo das condições de preparo e classificando-se de acordo com as condições apresentadas na tabela 1:

Tabela 1 - Classificação do concreto pela resistência característica

Condições de preparo	Classe de Resistência	Medição dos materiais		
		Cimento	Água	Agregados
B	C10 a C20	Massa	Volume, com dispositivo dosador (1)	Volume (2)
	C10 a C25	Massa	Volume, com dispositivo dosador (1)	Massa ou volume (3)
A	C10 a C80	Massa	Massa ou volume com dispositivo dosador (1)	Massa

Notas:
(1) corrigida em função da umidade do agregado miúdo, determinada por ensaio.

(2) volume do agregado miúdo, corrigido através da curva de inchamento, e a umidade determinada, pelo menos, três vezes no mesmo turno de serviço.

(3) umidade da areia medida no canteiro, em balanças aferidas, para permitir a rápida conversão de massa para volume de agregados.

c) Preparo
Para os concretos executados no canteiro, antes do início da concretagem deve ser preparada uma amassada de concreto, para comprovação e eventual ajuste do traço definido no estudo de dosagem.

O preparo do concreto destinado às estruturas deve ser mecânico, em pequenos volumes nas obras de pequena importância, não podendo ser aumentada, em hipótese alguma, a quantidade de água prevista para o traço.

Os sacos de cimento rasgados, parcialmente usados ou com cimento endurecido devem ser rejeitados.

Os componentes do concreto, medidos de acordo com a alínea "b", devem ser misturados até formar uma massa homogênea. O tempo mínimo de mistura em betoneira estacionária é de 60 segundos, aumentado em 15 segundos para cada metro cúbico de capacidade nominal da betoneira, ou conforme especificação do fabricante. Para central de concreto e caminhão betoneira deve ser atendida a ABNT NBR 7212:1984. Após a descarga, não podem ficar retidos nas paredes do misturador volumes superiores a 5% do volume nominal.

Quando o concreto for preparado por empresa de serviços de concretagem, a central deve assumir a responsabilidade por este serviço e cumprir as prescrições relativas às etapas de execução do concreto (ABNT NBR-12655:2006), bem como as disposições da ABNT NBR-7212:1984.

O concreto deve ser preparado somente nas quantidades destinadas ao uso imediato. Não deve ser permitida a remistura do concreto parcialmente endurecido.

d) Transporte

Quando a mistura for preparada fora do local da obra, o concreto deve ser transportado em caminhões betoneiras, não podendo haver segregação durante o transporte, nem apresentar temperaturas fora da faixa de 5°C a 30°C. A velocidade do tambor giratório não deve ser menor que duas nem maior que seis rotações por minuto. Qualquer motivo provável da aceleração da pega deve acelerar o período completo de descarregamento, ou devem ser empregados aditivos retardadores da pega. O intervalo entre as entregas deve ser tal que não permita o endurecimento parcial do concreto já colocado, não excedendo há 30 minutos.

O intervalo entre a colocação de água no tambor e a descarga final do concreto da betoneira nas fôrmas não deve exceder o tempo de início de pega do cimento, devendo a mistura ser revolvida, de modo contínuo, para que o concreto não fique em repouso antes do seu lançamento, por tempo superior a 30 minutos. No transporte horizontal devem ser empregados carros especiais providos de rodas de pneus e evitado o uso de carros com rodas maciças, de ferro ou carrinhos comuns.

e) Lançamento

O lançamento do concreto só pode ser iniciado após o conhecimento dos resultados dos ensaios da dosagem, verificação da posição exata da armadura, limpeza das fôrmas, que, quando de madeira, devem estar suficientemente molhadas, e do interior removidos os cavacos de madeira, serragem e demais resíduos de operações de carpintaria. Devem ser tomadas precauções para não haver excesso de água no local de lançamento, o que pode ocasionar a possibilidade do concreto fresco vir a ser lavado.

Não são permitidos lançamentos do concreto de uma altura superior a 2 m, ou acúmulo de grande quantidade em um ponto qualquer e posterior deslocamento ao longo das fôrmas. Na concretagem de colunas ou peças altas, o concreto deve ser introduzido por janelas abertas nas fôrmas, e fechadas à medida que a concretagem avançar.

Dispositivos, tais como calhas, tubos ou canaletas, podem ser usados como auxiliares no lançamento do concreto, dispostos de modo a não provocar segregação, devendo ser mantidos limpos e isentos de camada de concreto endurecido e, preferencialmente, executados ou revestidos com chapas metálicas.

O concreto somente pode ser colocado sob água quando sua mistura possuir excesso de cimento de 20% em massa. Em hipótese alguma deve ser empregado concreto submerso com consumo de cimento inferior a 350 kg/m", Para evitar segregação, o concreto deve ser cuidadosamente colocado na posição final em uma massa compacta, por meio de funil ou de caçamba fechada, de fundo móvel, e não perturbado depois de ser depositado. Cuidados especiais devem ser tomados para manter a água parada no local de depósito. O concreto não deve ser colocado diretamente em contato com a água corrente.

Quando usado funil, este deve consistir de um tubo de mais de 25 cm de diâmetro, construído em seções acopladas umas às outras, por flanges providas de gaxetas. O modo de operar deve permitir movimento livre da extremidade de descarga e seu abaixamento rápido, quando

necessário, para estrangular ou retardar o fluxo. O enchimento deve processar-se por método que evite a lavagem do concreto. O terminal deve estar sempre dentro da massa do concreto e o tubo deve conter suficiente quantidade de concreto, para não haver penetração de água. O fluxo do concreto deve ser contínuo e regulado, de modo a obter camadas aproximadamente horizontais, até o término da concretagem.

Quando o concreto for colocado com caçamba de fundo móvel, esta deve ter capacidade superior a meio metro cúbico (0,50 m³). Baixar a caçamba, gradual e cuidadosamente, até apoiá-la na fundação preparada ou no concreto já colocado; elevá-la muito vagarosamente durante o percurso de descarga. Pretende-se, com isto, manter a água tão parada quanto possível no ponto de descarga e evitar agitação da mistura.

f) Adensamento

O concreto deve ser bem adensado dentro das fôrmas, mecanicamente; usar vibradores, que podem ser internos, externos ou superficiais, com frequência mínima de 3000 impulsos por minuto. O número de vibradores deve permitir adensar completamente, no tempo adequado, todo o volume de concreto a ser colocado. Somente deve ser permitido o adensamento manual em caso de interrupção no fornecimento de força motriz e pelo mínimo período indispensável ao término da moldagem da peça em execução, com acréscimo de 10% de cimento, sem aumento da água de amassamento.

Normalmente, devem ser utilizados vibradores de imersão internos; os externos, apenas quando as dimensões das peças não permitirem inserção do vibrador, ou junto com os internos, quando se desejar uma superfície de melhor aparência; e os vibradores superficiais, em lajes e pavimentos.

O vibrador de imersão deve ser empregado na posição vertical, evitando-se o contato demorado com as paredes das fôrmas ou com a armação, bem como a permanência demasiada em um mesmo ponto. Não deve ser permitido o uso do vibrador para provocar o deslocamento horizontal do concreto nas fôrmas. O afastamento de dois pontos contíguos de imersão do vibrador deve ser de, no mínimo, 30 cm. Pode, ainda, ser utilizado o concreto auto adensável.

g) Cura do concreto

Para atingir sua resistência total, o concreto deve ser curado e protegido eficientemente da chuva e contra a evaporação da água de amassamento ocasionada pelo sol e vento. A cura deve continuar durante um período mínimo de sete dias após o lançamento, caso não existam indicações em contrário. Para o concreto protendido, a cura deve prosseguir até que todos os cabos estejam protendidos. Sendo usado cimento de alta resistência inicial, esse período pode ser reduzido.

A água para a cura deve ser da mesma qualidade usada para a mistura do concreto. Podem ser utilizados, principalmente, os métodos de manutenção das fôrmas, cobertura com filmes plásticos, colocação de coberturas úmidas, aspersão de água ou aplicação de produtos especiais que formem membranas protetoras.

h) Juntas de concretagem

As juntas de concretagem devem obedecer, rigorosamente, ao disposto no Plano de Concretagem, integrante do projeto. O número de juntas de concretagem deve ser o menor possível.

5.3.2 Concreto ciclópico ou concreto simples

Onde for necessário o emprego de concreto ciclópico, adicionar concreto, preparado como mencionado na subseção 5.3.1, com volume de até 30% de pedras de mão, lavadas, saturadas com água e envolvidas com 5 cm, no mínimo, de concreto.

Nenhum concreto a ser empregado em concreto ciclópico deve ter resistência característica à compressão (fck) inferior a 12 MPa .

5.3.3 Argamassa

As argamassas devem ser preparadas em betoneiras. Sendo permitida a mistura manual, a areia e o cimento devem ser misturados a seco até obter-se coloração uniforme, quando, então, deve ser adicionada a água necessária para a obtenção da argamassa de boa consistência, para manuseio e espalhamento fáceis com a colher de pedreiro. A argamassa não empregada em 45 minutos após a preparação deve ser rejeitada e não deve ser permitido seu aproveitamento, mesmo com adição de mais cimento.

As argamassas destinadas ao nivelamento das faces superiores dos pilares e preparo do berço dos aparelhos de apoio devem ter resistência característica mínima à compressão de 25 MPa.

5.3.4 Calda de cimento para injeção

Produto da mistura conveniente de cimento, água e, eventualmente, de aditivos, para preenchimento de bainhas ou dutos de armadura de protensão de peças de concreto protendido, a fim de proteger a armadura contra a corrosão e garantir a aderência posterior ao concreto da peça.

Recomenda-se a injeção até, no máximo, oito dias após a protensão dos cabos.

O cimento utilizado deve ser o cimento Portland comum, ou outro tipo de cimento que satisfaça às seguintes exigências:

a) teor de cloro proveniente de cloreto: máximo igual a 0,10%;

b) teor de enxofre proveniente de sulfetos (ABNT NBR NM 19:2004): máximo igual a 0,20%.

A água pode ser considerada satisfatória, se atender ao constante da subseção 7.1.3 desta Norma.

Não são permitidos aditivos que contenham halogenetos ou reatores ao material de calda e deteriorem ou ataquem o aço.

O fator água/cimento não deve ser superior a 0,45, em massa.

Para execução do serviço de injeção deve ser seguido o Anexo B - Execução da injeção de calda de cimento Portland em concreto protendido com aderência posterior, da ABNT NBR 14931 :2003.

6 Condicionantes ambientais

Deve ser atendido o estabelecido na documentação técnica-ambiental do empreendimento, constituída pelo Componente Ambiental do Projeto de Engenharia e os Programas Ambientais pertinentes do Plano Básico Ambiental - PBA, em particular, o referente ao tratamento dos resíduos da construção civil e, também, observadas as recomendações e exigências dos órgãos ambientais e as normas técnicas, em particular, a Norma DNIT 070/2006-PRO - Condicionantes ambientais das áreas de uso de obras - Procedimento.

7 Inspeções

7.1 Controle dos insumos

A ABNT NBR 12654:1992 fixa as condições exigíveis para realização do controle tecnológico dos materiais componentes do concreto.

7.1.1 Cimentos

Os ensaios de cimento devem ser feitos em laboratório, de acordo com as normas ABNT NBR NM 10:2004 (quando necessário), ABNT NBR 7215:1996, ABNT NBR NM 76:1998, ABNT NBR NM 43:2003, ABNT NBR NM 65:2003 e ABNT NBR 11582:1991.

O peso do saco de cimento deve ser verificado para cada 50 sacos fornecidos, com tolerância de 2%.

7.1.2 Agregados miúdo e graúdo

Devem obedecer à Norma ABNT NBR 7211 :2005.

7.1.3 Água

O controle da água deve ser feito, desde que apresente aspecto ou procedência duvidosa. Para utilização em concreto armado ou protendido deve ser considerada satisfatória se apresentar pH entre 5,8 e 8,0 e respeitar os seguintes limites máximos:

a) matéria orgânica: 3 mg/l (oxigênio consumido);

b) resíduo sólido: 5000 mg/l;

c) sulfatos: 300 mg/l (íons S04);

d) cloretos: 500 mg/l (íons Cl)

e) açúcar: 500 mg/l.

Para casos especiais considerar outras substâncias prejudiciais.

O gelo a ser utilizado, quando necessário para resfriamento da mistura (concreto ou calda de cimento), deve obedecer aos requisitos acima.

Nos ensaios comparativos de pega e resistência à compressão, executados de acordo com a Norma **DNIT** 037/2004-ME, adotando-se como comparação uma água de boa qualidade ou, de preferência, uma água destilada, os resultados obtidos com a pasta e argamassa executadas com água suspeita devem apresentar:

a) O tempo de início de pega deve ser igual, no mínimo, ao tempo de início de pega da pasta confeccionada com água de boa qualidade, menos 30 minutos;

b) O tempo de fim de pega deve ser igual, no máximo, ao tempo de fim de pega da pasta confeccionada com água de boa qualidade, mais 30 minutos;

c) A redução da resistência da argamassa executada com água suspeita, em relação à argamassa executada com água considerada satisfatória, não pode ser maior que 10%, nos ensaios aos 7 e 28 dias.

7.2 Controle da produção

7.2.1 Concreto

De acordo com a Norma ABNT NBR 12655:2006, para a garantia da qualidade do concreto a empregar na obra, para cada tipo e classe de concreto, devem ser realizados os ensaios de controle adiante relacionados, além de outros recomendados em projetos específicos:

a) ensaios de consistência, de acordo com a ABNT NBR NM 67:1998 e/ou ABNT NBR NM 68: 1998 (para concreto auto adensável), sempre que ocorrerem alterações na umidade dos agregados, na primeira amassada do dia, após o reinício, seguido de interrupção igualou superior a 2 horas, na troca de operadores e cada vez que forem moldados corpos de prova. Para concreto fornecido por terceiros devem ser realizados ensaios a cada caminhão;

b) ensaios de resistência à compressão, de acordo com a ABNT NBR 5739:2009.

A consistência do concreto deve atender aos valores estipulados para cada situação. Caso não os atenda na primeira amostra, repetir nova amostragem; se persistir, provavelmente não apresenta a necessária plasticidade e coesão. Verificar a causa e corrigir antes da utilização, com exceção para os concretos cuja plasticidade exceda os limites dos métodos de ensaio, como o concreto bombeado.

A amostragem mínima do concreto para ensaios de resistência à compressão deve ser feita dividindo-se a estrutura em lotes. Cada lote corresponderá a um elemento estrutural, limitado pelos critérios da Tabela 2, adaptada da ABNT NBR 12655:2006 e apresentada a seguir:

Tabela 2 - Critérios de amostragem mínima para ensaios de resistência

Limites superiores	Solicitação principal dos elementos da estrutura	
	Compressão ou Compressão e Flexão	Flexão Simples
Volume de concreto	50 m^3	100 m^3
Tempo de concretagem	3 dias de concretagem (1)	
(1) Este período deve estar compreendido no prazo total máximo de sete dias e inclui eventuais interrupções para tratamento de juntas.		

De cada lote retirar uma amostra de, no mínimo, seis exemplares, para os concretos até a classe C50, e doze exemplares para as classes superiores a C50.

Cada exemplar deve ser constituído por dois corpos de prova da mesma amassada, para cada idade do rompimento, moldados no mesmo ato. A resistência do exemplar de cada idade deve ser considerada a maior dos dois valores obtidos no ensaio. O volume de concreto, para a moldagem de cada exemplar e determinação da consistência, deve ser de 1,5 vezes o volume necessário para estes ensaios, e nunca menor que 30 litros.

A coleta deste concreto em betoneiras estacionárias deve ocorrer enquanto o concreto está sendo descarregado, representando o terço médio da mistura. Caso contrário, deve ser tomada imediatamente após a descarga, retirada de três locais diferentes, evitando-se as bordas. Homogeneizar o concreto sobre o recipiente com o auxílio de colher de pedreiro, concha metálica ou pá.

A coleta deste concreto em caminhão betoneira deve ocorrer enquanto o concreto está sendo

descarregado e obtida em duas ou mais porções, do terço médio da mistura.

Para o concreto bombeado, a coleta deve ser feita em uma só porção, colocando-se o recipiente sob o fluxo de concreto na saída da tubulação, evitando-se o início e o fim do bombeamento.

Tabela 3 – Inspeção da calda de cimento para injeção

Ensaio	Método	Frequência e local da amostragem	Limites admitidos
Fluidez	NBR 7682:1983	Em cada cabo, uma vez na entrada e quantas forem necessárias na saída da bainha.	Imediatamente antes da injeção: máximo de 18 segundos. Na saída da bainha: mínimo de 8 segundos.
Vida Útil	NBR 7685:1983	Uma vez para a mesma composição e condição de mistura, no recipiente da estocagem.	Índice de fluidez maior que 18 segundos, durante o período de 30 minutos, após a conclusão da mistura.
Exsudação	NBR 7683:1983	Uma vez no início do primeiro dia de trabalho, repetindo-se no máximo, a cada 100 sacos de cimento consumidos por frente de trabalho e/ou a cada duas semanas; e a cada vez que mudar a composição e/ou condição de mistura e/ou materiais. As amostras devem ser coletadas no recipiente de estocagem da calda.	3 horas após a mistura, a água exsudada máxima de 2% do volume inicial da calda.
Expansão	NBR 7683:1983		Quando empregados aditivos expansões, 3 horas após a mistura, expansão total livre máxima 7% do volume inicial da calda. A calda deve ser injetada em um tempo tal que, no mínimo, 70% da expansão total livre ocorra dentro da bainha.
Resistência á compressão	NBR 7684:1983		$f_{ck28;}$> 25 MPa

7.2.2 Concreto ciclópico

O concreto empregado em concreto ciclópico deve ser submetido ao controle especificado na subseção 7.2.1, assim como dos insumos, conforme subseção 7.1.

7.2.3 Argamassa

As argamassas devem ser controladas através dos ensaios de qualidade de água e de areia.

7.2.4 Calda de cimento para Injeção

Os materiais devem ser medidos com precisão de 2, sendo o cimento medido em massa. Além do controle estabelecido, com antecedência e em separado, para a água e o cimento, devem ser realizados os seguintes ensaios para a calda constantes da Tabela 3, de acordo com a Norma ABNT NBR 7681 :1983.

7.3 Verificação do produto

7.3.1 Concreto

O controle pode ser feito por amostragem parcial, quando são retirados exemplares de algumas betonadas de concreto, atendidas as limitações já constantes da subseção 7.2.1, ou por amostragem total, quando são retirados exemplares de todas as amassadas de concreto e o valor estimado da resistência característica à compressão (fekest), na idade específica, obtido conforme Tabela 4:

Tabela 4 - Resistência Característica Estimada fck est

Amostragem parcial		Amostragem total	
$6 \leq n < 20$	$n \geq 20$	$n \leq 20$	$n > 20$
$f_{cksest} = 2\frac{f_1 + \cdots + f_{m-1}}{m-1} - f_m$ Se maior que $\Psi_6 \cdot f_1$	$f_{cm} - 1{,}65\ S_d$	f_1	f_i

Sendo: n = número de exemplares

m = n/2, desprezando-se o valor mais alto de n, se n for impar

f1, f2, ... f_n = valores das resistências dos exemplares, em ordem crescente

Ψ6 = valores constantes da Tabela 5 - "Valores de Ψ6"

f_{cm} = resistência média dos exemplares do lote, em MPa

Sd = desvio padrão do lote para n - 1 resultados, em MPa

i = 0,05n, adotando-se a parte inteira imediatamente superior, para o valor de i fracionário.

No início da obra ou quando não se conhecer o valor do desvio padrão Sd considerar os seguintes valores para Sd, de acordo com a condição de preparo:

Condição A: Sd = 4,0 MPa
Condição B: Sd = 5,5 MPa
As condições A e B de preparo do concreto são as descritas na subseção 5.6.3.1 da Norma ABNT NBR 12655:2006.

TABELA 5 - VALORES DE 'I' 6

Condição de preparo	Número de Exemplares (n)										
	2	3	4	5	6	7	8	10	12	14	~ 16
A	0,82	0,86	0,89	0,91	0,92	0,94	0,95	0,97	0,99	1,00	1,02
B	0,75	0,80	0,84	0,87	0,89	0,91	0,93	0,96	0,98	1,00	1,02

Em casos excepcionais, a estrutura pode ser dividida em lotes de, no máximo, $10m^3$, com um número de exemplares entre 2 e 5.

A resistência característica, nestes casos, é determinada pela fórmula:

$$F_{ckest} = \Psi_6 \cdot f_1$$

Os lotes de concreto devem ser aceitos automaticamente, quando atingirem, na idade de controle: $fckest \geq f_{ck}$

7.3.2 Calda de cimento
O controle da calda de cimento deve ser realizado conforme Tabela 3, inclusive o referente à resistência à compressão.

7.4 Condições conformidade e não-conformidade

Todos os ensaios de controle e verificações dos insumos, da produção e do produto devem ser realizados de acordo com o Plano da Qualidade (PGQ), constante da proposta técnica aprovada e conforme a subseção 5.2 da Norma DNIT 011/2004-PRO.

Os resultados do controle estatístico (subseção 7.3.1) devem ser analisados e registrados em relatórios periódicos de acompanhamento, de acordo com a Norma DNIT 011/2004-PRO, que estabelece os procedimentos para o tratamento das não-conformidades dos insumos, da produção e do produto.

Cabe à Fiscalização adotar as providências para o tratamento das não-conformidades.

Os serviços devem ser considerados conformes se atendidas todas as condições estabelecidas nesta Norma.

8 Critérios de medição

Os materiais considerados conformes de acordo com esta Norma devem ser medidos pelos critérios a seguir.

8.1 Concreto

O concreto simples, armado, protendido ou ciclópico, deve ser medido por metro cúbico de concreto lançado no local, cujo volume deve ser calculado em função das dimensões indicadas no projeto ou, quando não houver indicação no projeto, pelo volume medido no local de lançamento. Inclui o fornecimento dos materiais, preparo, mão-de-obra, utilização de equipamento, ferramentas, transportes, lançamento, adensamento, cura, controle e qualquer outro serviço necessário à concretagem.

8.2 Argamassa

A argamassa deve ser medida por metro cúbico aplicado, em função das dimensões indicadas no projeto. Não cabe medição em separado, quando se tratar de alvenaria de pedra argamassada.

8.3 Calda de cimento para injeção

Deve ser medida em conjunto com a protensão.

NORMA DNIT 118/2009 - ES

Pontes e viadutos rodoviários - Armaduras para concreto armado - Especificação de serviço

Resumo
Este documento define a sistemática empregada para o recebimento, corte, dobramento e colocação nas fôrmas, de barras e fios de aço, destinados a armaduras para estruturas de concreto armado em pontes e viadutos rodoviários.

São, também, apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução, inclusive plano de amostragem e ensaios, condicionantes ambientais, controle da qualidade, condições de conformidade e não conformidade e o critério de medição dos serviços.

Sumário
Prefácio
1 Objetivo
2 Referências normativas
3 Definições
4 Condições gerais
5 Condições específicas
6 Condicionantes ambientais
7 Inspeções
8 Critério de medição
Anexo A (Informativo) Bibliografia

Prefácio
A presente Norma foi preparada pelo Instituto de Pesquisas Rodoviárias - IPR/DIREX, para servir como documento base, visando estabelecer a sistemática empregada para os serviços de armaduras de pontes e viadutos rodoviários de concreto armado.

Está formatada de acordo com a Norma DNIT 001/2009- PRO, cancela e substitui a Norma DNER-ES 331/97.

1 Objetivo
Esta Norma tem por objetivo fixar as condições exigíveis para o recebimento e manuseio de armaduras em pontes e viadutos rodoviários de concreto armado.

2 Referências normativas
Os documentos relacionados a seguir são indispensáveis à aplicação desta Norma. Para referências datadas, aplicam-se somente as edições citadas. Para referências não datadas, aplicam-se as edições mais recentes do referido documento (inclusive emendas).

a) ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR* 5916 - Junta de tela de aço soldada para armadura de concreto - Ensaio de resistência ao cisalhamento. Rio de Janeiro.

b) ___. *NBR* 6118 - Projeto de estruturas de concreto - Procedimento. Rio de Janeiro.

c) ___. *NBR* 6153 - Produto metálico - Ensaio de dobramento semi-guiado. Rio de Janeiro.

d) ___. *NBR ISO* 6892 - Materiais metálicos - Ensaio de tração à temperatura ambiente. Rio de Janeiro.

e) ___.*NBR* 7187 - Projeto de pontes de concreto armado e protendido - Procedimento. Rio de Janeiro.

f) ___.*NBR* 7477 Determinação do coeficiente de conformação superficial de barras e fios de aço destinados a armaduras de concreto armado. Rio de Janeiro.

g) ___. *NBR 7480* - Aço destinado a armadura para concreto armado - Especificação. Rio de Janeiro.

h) ___. *NBR* 7481 - Tela de aço soldada - Armadura para concreto. Rio de Janeiro.

i) ___. *NBR* 8548 - Barras de aço destinadas a armaduras para concreto armado com emenda mecânica ou por solda - Determinação da resistência à tração. Rio de Janeiro.

j) ___. *NBR* 8965 - Barras de aço CA 42 S com características de soldabilidade destinadas a armaduras para concreto armado - Especificação. Rio de Janeiro.

k) ___. *NBR* 14931 - Execução de estruturas de concreto - Procedimento. Rio de Janeiro.

l) ___.BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. *DNIT 001/2009-PRO* - Elaboração e apresentação de normas do DNIT - Procedimento. Rio de Janeiro: IPR, 2009.

m) ___. *DNIT 011/2004-PRO* - Gestão da qualidade em obras rodoviárias - Procedimento. Rio de Janeiro: IPR, 2004.

n) ___.*DNIT 070-PRO* - Condicionantes ambientais das áreas de uso de obras - Procedimento. Rio de Janeiro: IPR.

3 Definições

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

3.1 Armadura

Conjunto de elementos de aço de uma estrutura de concreto armado ou protendido.

3.2 Barras

Produtos de aço obtidos por laminação a quente, de seção circular simples ou com deformações superficiais.

3.3 Fios

Produtos de aço de diâmetro inferior ou igual a 10 mm, obtidos por trefilação, operação que consiste em esticar o aço, várias vezes, reduzindo cada vez mais seu diâmetro.

3.4 Malhas ou telas

Produtos de aço formados por fios de aço, soldados entre si, por caldeamento, nos pontos de cruzamento.

3.5 Barras e fios de Classe A

Produtos laminados a quente, em geral com escoamento definido,

3.6 Barras e fios de Classe B
Produtos encruados por deformação a frio, sem patamar de escoamento.

3.7 Aço CA 25
Barras laminadas, categoria A, com superfície lisa e limite de escoamento de 25 kN/cm^2.

3.8 Aço CA 50A e CA 50B
Barras laminadas, com superfície deformada, com limite de escoamento de 50 kN/cm^2.

3.9 Aço CA 60 B
Fios trefilados, d ≤ 10 mm, de superfície lisa ou deformada, com limite de escoamento de 60 kN/cm^2;

3.10 Diâmetro nominal
Valor que representa o diâmetro equivalente da seção transversal típica do fio ou da barra, expresso em milímetros.

3.11 Massa linear nominal
Valor que representa a massa por unidade de comprimento do fio ou da barra de diâmetro nominal específico, expresso em quilogramas por metro.

3.12 Área nominal
Valor que representa a área da seção transversal do fio ou da barra de diâmetro nominal específico, expresso em milímetros quadrados.

3.13 Partida
Conjunto de lotes apresentados para inspeção de uma só vez.

3.14 Fornecimento
Conjunto de partidas que perfaz a quantidade total da encomenda.

3.15 Lote
Grupo de barras ou fios de procedência identificada, de mesma categoria, classe, diâmetro nominal e configuração geométrica superficial, apresentado à inspeção como um conjunto unitário, cuja massa não supera 30 toneladas.

4 Condições gerais
Somente podem ser usados em pontes e viadutos rodoviários de concreto armado, as barras, fios e telas de aço que atendam às condições estabelecidas nas Normas ABNT NBR- 7480:2007 e ABNT NBR- 7481:1990. Outros aços somente podem ser utilizados após a elaboração de normas particulares do projeto em questão, e os ensaios de recebimento e aceitação devem ser feitos em laboratórios nacionais de reconhecidas capacidade e idoneidade.

As barras laminadas devem ter comprimento de 12 metros, com tolerância de ± 1 ; podem ser lisas, quando a seção transversal é um círculo razoavelmente definido, ou podem ter rugosidades, com intuito de melhorar a aderência entre concreto e aço.

Os fios podem ser fornecidos em feixes ou rolos, podendo, também, ter perfil liso ou com rugosidades; as telas de aço podem ser fornecidas em rolos ou tabletes.

Dependendo da agressividade do meio ambiente, os aços oxidam-se com maior ou menor velocidade, motivo pelo qual, após uma observação visual para verificar os padrões de geometria e

perfil, a existência ou não de bolhas, fissuras, esfoliações, corrosão e outras irregularidades, os aços recebidos devem ser imediatamente estocados em local abrigado e sobre estrados de madeira, afastados do chão.

5 Condições específicas

5.1 Materiais

No concreto armado utilizam-se apenas as armaduras passivas, definidas como as armaduras que não sejam usadas para produzir forças de protensão, isto é, que não sejam previamente alongadas.

Nos projetos de estruturas de concreto armado deve ser utilizado aço classificado pela ABNT NBR 7480:2007 com o valor característico da resistência de escoamento

nas categorias CA-25, CA-50 e CA-60; as seções transversais nominais devem ser as estabelecidas na

ABNT NBR 7480:2007. As letras CA significam concreto armado, seguindo-se os números que indicam o limite de escoamento em kgf/mm^2 = kN/cm^2.

As armaduras podem ser constituídas de barras, fios e telas de aço.

5.1.1 Barras e fios

a) Classificação

Conforme o processo de fabricação e diagrama tensão deformação, as barras e fios são divididos nas Classes A e B; os aços Classe A são laminados a quente, em geral com escoamento definido, caracterizado por patamar no diagrama tensão-deformação, e os aços Classe B são encruados por deformação a frio e sem patamar de escoamento. O limite de escoamento é definido como a tensão que produz, no descarregamento, uma deformação unitária permanente de 0,2.

b) Características

- Tipo de superfície

As barras e fios podem ser lisos ou providos de saliências ou mossas; para cada categoria de aço, o coeficiente de conformação superficial mínimo ηb, determinado através de ensaios de acordo com a ABNT NBR 7477:1982, deve atender ao indicado na ABNT NBR 7480:2007. A configuração e a geometria das saliências ou mossas devem atender, também, ao que é especificado nas seções 9 e 23 da ABNT NBR 6118:2007, desde que existam solicitações cíclicas importantes.

Para os efeitos desta Norma, a conformação superficial é medida pelo coeficiente η1, cujo valor está relacionado ao coeficiente de conformação superficial conforme estabelecido na Tabela 8.2 da ABNT NBR 6118:2007;

• Massa específica

Adota-se, para massa específica do aço de armadura passiva, o valor de 7850 kg/m^3;

- Característica dos aços para soldabilidade

Para que o aço seja considerado soldável, sua composição deve obedecer aos limites estabelecidos na ABNT NBR 8965:1985.

A emenda de aço soldada deve ser ensaiada à tração segundo a ABNT NBR 8548:1984; a carga de ruptura mínima, medida na barra soldada, deve satisfazer ao especificado na ABNT NBR 7480:2007 e o alongamento sob carga deve ser tal que não comprometa a ductilidade da armadura. O alongamento total plástico medido na barra soldada deve atender a um mínimo de 2;

• Eletrodo para emenda

O eletrodo deve ser constituído de metal de características idênticas às do metal base e deve apresentar revestimento básico que dificulte a fissuração a quente, pela absorção de hidrogênio, baixo teor de hidrogênio para aço CA 50 e possuir tensões de escoamento iguais ou superiores ao material das barras a serem soldadas. Devem ser mantidos em lugar seco, de preferência em estufas; é vedado o uso de eletrodos úmidos no momento da soldagem.

Nota: Outras características particulares, para cada caso, devem ser especificadas no projeto.

5.1.2 Telas de aço
As telas de aço são fabricadas com fios de categoria CA 50 B ou CA 60. As tabelas dos fabricantes devem conter, no mínimo, o nome do fabricante, o tipo de aço, a designação da tela, a área da seção dos fios longitudinais e transversais, em", o diâmetro dos fios longitudinais, em mm, o espaçamento entre fios longitudinais e transversais ou entre feixes longitudinais, em cm, e a massa por unidade de área, em kg/m^2.

5.2 Equipamentos
Os equipamentos necessários à execução dos serviços devem atender aos requisitos da subseção 6.4 da ABNT NBR 14931 :2003.

A natureza, capacidade e quantidade do equipamento a ser utilizado dependem do tipo e dimensão do serviço a executar. Devem constar na relação a ser apresentada pelo executante: máquina de corte e de dobramento de aço, máquinas soldadoras com potência igualou superior a 0,025 KVAlmm^2 e regulagem automática.

5.3 Execução
Devem ser atendidas as especificações da seção 8 da Norma ABNT NBR 14931:2003.

5.3.1 Transporte e armazenamento
Cuidados especiais devem ser tomados no transporte, principalmente, evitando a ação de impurezas e corrosões prejudiciais à aderência, à perda de identificação e à ruptura de soldas em elementos pré-fabricados e em telas soldadas.

O armazenamento deve ser feito sem contato com o solo, sobre estrados, ao abrigo da chuva e em ambiente ventilado.

5.3.2 Corte e dobramento
Os cortes e dobras devem obedecer às dimensões e formas indicadas no projeto; processos mecânicos não devem permitir raios menores que os especificados em nenhum dos pontos da armadura.

As barras de aço Classe B devem ser sempre dobradas a frio; as barras não podem ser dobradas junto às emendas soldadas.

5.3.3 Emenda das barras

a) Tipos

Conforme subseção 9.5.1 da Norma ABNT NBR 6118:2007, os tipos de emendas das barras são:

- Por traspasse;
- Por luvas com preenchimento metálico, rosqueadas ou prensadas;
- Por solda;
- Por outros dispositivos devidamente justificados.

b) Características

- Emendas por traspasse:

  - Proporção de barras emendadas;

  - Comprimento de traspasse de barras tracionadas e isoladas;

  - Comprimento por traspasse de barras comprimidas e isoladas;

  - Armadura transversal nas emendas por traspasse;

  - Emendas por traspasse em feixes de barras

  Consultar ABNT NBR 6118:2007;

- Emendas por luvas rosqueadas, Consultar ABNT NBR 6118:2007;
- Emendas por solda

  Consultar ABNT NBR 6118:2007.

5.3.4 Montagem das armaduras

As barras de aço, para montagem, devem ser limpas, sendo removidas ferrugens, argamassas e manchas de óleo e graxa, antes de introduzidas nas fôrmas; devem ser verificadas as dimensões, as posições indicadas no projeto, os espaçamentos, o acesso do concreto para envolvimento de todas as barras, os traspasses e os cobrimentos das barras.

Para manter as barras na posição desejada e garantir o cobrimento mínimo permite-se o uso de arames e de tarugos de aço ou tacos de concreto ou argamassa; o tarugo de aço só deve ser aceito se o cobrimento de concreto no local tiver a espessura mínima recomendada no projeto.

5.3.5 Cobrimento e proteção das armaduras

A ABNT NBR 6118:2007 introduziu novos conceitos e exigências no cobrimento, qualidade do concreto e proteção das armaduras, todos dependentes da agressividade do meio ambiente e visando aumentar a durabilidade da obra.

a) Agressividade do meio ambiente

A Tabela 6.1 da ABNT NBR 6118:2007 considera quatro classes de agressividade ambiental:

- Agressividade fraca;
- Agressividade moderada;
- Agressividade forte; Agressividade muito forte;

b) Correspondência entre classe de agressividade e qualidade do concreto

Consultar Tabela 7.1 da ABNT NBR 6118:2007.

c) Correspondência entre classe de agressividade ambiental e cobrimento mínimo para tsc = 10 mm

Consultar Tabela 7.2 da ABNT NBR 6118:2007.

6 Condicionantes ambientais

Para evitar a degradação do meio ambiente deve ser atendido o estabelecido no Projeto de Engenharia, nos Programas Ambientais pertinentes do Plano Básico Ambiental - PBA, as recomendações/exigências dos órgãos ambientais e as normas técnicas, em particular, a Norma **DNIT** 070/2006 - PRO - Condicionantes ambientais das áreas de uso de obras - Procedimento.

7 Inspeções

7.1 Controle dos insumos

7.1.1 No recebimento

As barras recebidas não devem apresentar defeitos prejudiciais, tais como fissuras, bolhas e corrosão excessiva.

Recomenda-se verificar as características geométricas das barras e fios. A massa real das barras de diâmetro nominal igualou superior a 10 mm e dos fios deve ser igual à sua massa nominal, com tolerância de ± 6%, e a tolerância para as barras de diâmetro nominal inferior a 10 mm é de ± 10%. A massa nominal é obtida pela multiplicação do comprimento pela área da seção nominal e por 7,85 kg/drn³. A tolerância de comprimento é de ± 1%, conforme seção 4 desta Norma.

Ainda podem ser verificadas, preliminarmente, as condições seguintes:

a) se os eixos das nervuras transversais formam com o eixo da barra, ângulo igualou superior a 45°;

b) se possuem pelo menos duas nervuras longitudinais contínuas e diametralmente opostas;

c) se a altura média das nervuras ou profundidade das mossas é igualou superior a 4% do diâmetro nominal;

d) se o espaçamento médio das nervuras transversais está entre 50% e 80% do diâmetro nominal;

e) se as saliências abrangem, pelo menos, 85% do perímetro nominal da seção transversal.

7.1.2 Formação de amostras

Para verificação das propriedades mecânicas e conformação superficial das barras e fios deve ser feita uma amostragem, devendo haver clara distinção para partidas cujos lotes forem perfeitamente identificáveis e para os misturados ou não identificáveis.

Em cada partida, as barras ou fios devem ser repartidos em lotes, em função da categoria e do diâmetro nominal, cujas massas máximas estão indicadas na Tabela 1. Quando o fornecimento for em rolo, considerar o dobro dos volumes indicados para a massa máxima. Quando houver mistura ou não forem identificáveis, cabe ao inspetor orientar a formação de outros lotes para inspeção.

Tabela 1 - Massa máxima do lote (t)

Diâmetro Nominal (mm)	Categoria do aço		
	CA-25	CA-50	CA-60
3,2	-	-	1,6
4	-	-	2
5	6,3	3,2	2,5
6,3	8	4	3,2
8	10	5	4
10	12,5	6,3	5
12,5	16	8	6,3
16	20	10	-
20	25	12,5	-
25	30,0	16	-
32	30,0	20	-
40	30,0	25	-

A contraprova deve ser feita quando qualquer corpo de prova da amostra inicial do plano de amostragem em questão não satisfizer às exigências da Norma ABNT NBR-7480:2007.

Para lotes de rolos, o número de exemplares da amostra deve ser o dobro do inicial da Tabela 2.

As amostras referentes às telas de aço devem considerar:

a) Fios - deve ser retirada, aleatoriamente, uma amostra antes da fabricação da tela, para os ensaios de tração e dobramento de cada lote de fios; devem ser apresentados os resultados pelo produtor, quando solicitados.

b) Telas - após a retirada aleatória de um painel ou rolo, extrair como amostra uma faixa transversal, contendo todos os fios longitudinais e apresentando as dimensões adequadas para a execução dos ensaios previstos.

7.1.3 Critérios para os planos de amostragem

As amostras devem ser extraídas aleatoriamente, de cada lote, e compostas de tantos exemplares quantos indicados nos planos de amostragem, resumidos na Tabela 2. Não deve ser permitida a retirada de mais de um exemplar de uma mesma barra ou fio reto. Em rolos, só deve ser permitida se o número de rolos for inferior ao número de exemplares; neste caso, retiram-se os exemplares das extremidades do mesmo rolo. O comprimento de cada exemplar deve ser de 2,20 m, desprezando-se a ponta de 20 cm da barra ou do fio.

Tabela 2 - N° de exemplares da amostra de cada lote

Plano	Amostragem	Corridas identificadas	Corridas não identificadas
1	inicial	1	2
	contraprova	2	3
2	inicial	2	3
	contraprova	2	3
3	inicial	3	4
	contraprova	3	4

Para os cinco primeiros lotes de fornecimento deve ser adotado o Plano 2; se aprovados, deve ser adotado o Plano 1 para os lotes seguintes. Se, entretanto, houver rejeição de um ou mais lotes, deve ser adotado o Plano 3 para os cinco lotes seguintes. Para os demais lotes de fornecimento a amostragem deve ser em função do plano adotado para os cinco lotes anteriores e os resultados dos ensaios correspondentes, de acordo com a Tabela 3.

Tabela 3 - Critérios de amostragem

Inspeção dos lotes anteriores aos que devem ser inspecionados		Lotes da partida a ser inspecionada
Plano adotado	Resultados obtidos	Plano a ser adotado
1	Todos aprovados	1
2		1
3		2
1	Houve lote rejeitado	2
2		3
3		3
1	Houve mais de um lote rejeitado	3
2		3
3		3

Obs.: Para um mesmo fornecimento, os resultados obtidos na inspeção dos cinco últimos lotes da partida anterior definem o Plano de Amostragem da partida subsequente.

7.1.4 Ensaios

Cabe ao laboratório receber a amostra representativa do lote e verificar a sua autenticidade. Devem ser realizados ensaios de tração e de dobramento, obedecendo, respectivamente, as Normas ABNT NBR ISO 6892:2002 e ABNT NBR 6153:1988. Deve ser determinada a massa real nestes corpos de prova, mesmo que já feita em canteiro. O laboratório deve fornecer ao comprador o resultado desses ensaios. O ensaio de dobramento não se aplica a barras e fios emendados. As telas soldadas devem ser ensaiadas conforme a ABNT NBR 6153:1988 para dobramento e ABNT NBR 5916:1990 para cisalhamento.

7.2 Controle da execução

Deve ser verificado o atendimento às especificações constantes da subseção 5.3 desta Norma.

A amostragem de barras emendadas deve ser feita por tipo de emenda. Para cada conjunto de 50 ou

menos emendas deve ser retirado um exemplar. Se qualquer corpo-de-prova não satisfizer às exigências da ABNT NBR 7480:2007 devem ser retiradas duas contraprovas do conjunto correspondente. O ensaio deve ser realizado de acordo com a ABNT NBR 8548:1984. As emendas de barras mecânicas ou soldadas devem satisfazer ao limite de resistência convencional à ruptura das barras não emendadas. No ensaio de qualificação o alongamento da barra emendada deve atender à seguinte inequação:

$$A \leq 0{,}1 + \frac{\sigma_{máx}}{2} \phi \, 10^{-4}$$

Sendo:

Φ =diâmetro nominal em mm

A = alongamento de 10 diâmetros, em mm

$\sigma_{máx}$ = tensão calculada pela carga máxima atuante na barra emendada durante o ensaio, em MPa.

7.3 Condições de conformidade e não-conformidade

Todos os ensaios de controle e verificação dos insumos e da execução devem ser realizados de acordo com o Plano da Qualidade (PGQ) constante da proposta técnica aprovada e conforme a subseção 5.2 da Norma DNIT 011/2004-PRO.

Cabe à Fiscalização adotar as providências para o tratamento das não-conformidades.

7.3.1 Conformidade

a) Material

O lote deve ser considerado conforme ao apresentar barras, fios e telas de aço sem defeitos prejudiciais, se a massa real estiver dentro das tolerâncias constantes da subseção 7.1.1 desta Norma e se satisfatórios os resultados dos ensaios de tração e dobramento de todos os exemplares retirados. Caso um ou mais destes resultados não atendam ao especificado, deve ser realizada uma contraprova única, sendo a amostra formada conforme a subseção 7.1.2 desta Norma. Caso todos os resultados da contraprova sejam satisfatórios, o lote deve ser aceito.

b) Emendas

Para barras emendadas, o conjunto especificado na subseção 7.2 deve ser aceito, caso os resultados da prova ou das duas contraprovas forem satisfatórios.

c) Telas de aço

A tela de aço soldada deve atender à Norma ABNT NBR 7481/1990.

O lote de tela de aço deve ser aceito se os ensaios de tração e dobramento ou cisalhamento da prova ou das duas contraprovas forem satisfatórios.

Admitem-se as quebras de juntas soldadas, desde que não excedam a 1% do número total por painel, ou de 1% do número total de 15 m^2 de tela, caso de rolos, e que 50 ou mais do total de juntas quebradas não se encontrem localizadas em um único fio.

7.3.2 Não-conformidade

O lote deve ser considerado não-conforme se não atender à subseção 7.3.1 ou se no ensaio de contraprova houver, pelo menos, um resultado que não satisfaça às exigências da Norma ABNT NBR 7480:2007, ou não atender à Norma ABNT NBR 7481/1990.

8 Critério de medição

As armaduras para concreto armado consideradas conformes com esta Norma, incluindo todos os serviços necessários à execução, devem ser medidas por quilograma de aço colocado nas fôrmas, de acordo com as listas do projeto.

NORMA DNIT 091/2006 - ES

Tratamento de aparelhos de apoio: concreto, neoprene e metálicos - Especificação de serviço

Resumo
Este documento define a sistemática a ser adotada na avaliação e recuperação de aparelhos de apoio de concreto, neoprene e metálicos nas obras-de-arte especiais. Descreve os procedimentos de recuperação, mas não os de substituição e aborda o manejo ambiental, as condições de conformidade e não conformidade e os critérios de medição.

Sumário
Prefácio
1 Objetivo
2 Referências normativas e bibliográficas
3 Definição
4 Condições gerais
5 Condições específicas
6 Manejo ambiental
7 Condições de conformidade e não conformidade
8 Critérios de medição

Prefácio
A presente Norma foi preparada pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa para servir como documento base na definição da sistemática para ser empregada na execução dos serviços de recuperação dos aparelhos de apoio nas obras-de-arte especiais. Esta Norma está formatada de acordo com a Norma DNIT 001/2002 - PRO.

1 Objetivo
Esta Norma tem por objetivo estabelecer os procedimentos a serem seguidos nos serviços de recuperação dos aparelhos de apoio, de concreto, elastoméricos e metálicos; que incluem avaliação do estado do aparelho de apoio e serviços de recuperação, mas não os de substituição.

Os serviços de recuperação são necessários quando os aparelhos de apoio, fixos, móveis, deformáveis ou de escorregamento, deixam de atender, parcial ou integralmente, suas finalidades.

2 Referências normativas e bibliográficas
2.1 Referências normativas
a) ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *EB* 362: sistema de classificação de materiais elastoméricos vulcanizados para aplicações gerais. Rio de Janeiro, 1974.

b) ___. *NBR* 6118: projeto de estruturas de concreto: procedimento. Rio de Janeiro, 2003.

c) ___. *NBR 8800:* projeto e execução de estruturas de aço de edifícios (método dos estados limites). Rio de Janeiro, 1986.

d) ___. *NBR* 9783: aparelhos de apoio de elastômero fretado. Rio de Janeiro, 1987.

e) ___. *NM IEC 60811-2-1:* métodos de ensaio comuns para materiais de isolação e de cobertura de cabos elétricos e ópticos - parte 2: métodos específicos para materiais elastoméricos - capítulo 1: ensaio de resistência ao ozônio, de alongamento a quente e de imersão em óleo mineral. Rio de Janeiro, 2003.

2.2 Referências bibliográficas

a) DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. *Manual de inspeção de pontes rodoviárias.* 2. ed. Rio de Janeiro, 2004.

b) HARTLE, R. A. et al. *Bridge inspector's training manua/'90.* Revised edition. Washington, D. C.: FHWA, 1995.

c) LANGENDONCK, Telemaco Hyppolito de Macedo Van. *Cálculo de concreto armado.* São Paulo: ABCP, 1944-1950.

d) LONG, J. E. *Bearings in structural engineering.* London: Newnes-Butterworks, 1974.

e) NEGRI, José. *Las construcciones metálicas.* Buenos Aires: La Línea Recta, 1980.

f) NEOPREX Indústria e Comércio. *Manual técnico.* Apresenta os aparelhos informações sobre de apoio de elastômero. Disponível em: <http://www.neoprex.com.br/Manual/manua I.htm>. Acesso em: 20 jul. 2006.

3 Definição

Aparelhos de apoio são dispositivos que fazem a transição entre a superestrutura e a mesoestrutura ou a infraestrutura, nas pontes não aporticadas; as três principais funções dos aparelhos de apoio são:

a) transmitir as cargas da superestrutura à mesoestrutura ou à infraestrutura;

b) permitir os movimentos longitudinais da superestrutura, devidos à retração própria da superestrutura e aos efeitos da temperatura, expansão e retração;

c) permitir as rotações da superestrutura, motivadas pelas deflexões provocadas pela carga permanente e pela carga móvel.

4 Condições gerais

Uma classificação não aparelhos de apoio em muito precisa, grupa os duas grandes classes: elastoméricos e mecânicos; os apoios elastoméricos têm comportamento vertical elástico e acomodam movimentos horizontais e rotações comprimindo e deslocando as camadas de neoprene ou de materiais similares; os apoios mecânicos têm comportamento vertical rígido e acomodam movimentos horizontais e rotações por deslizamentos, rotações e movimentos pendulares.

Uma outra classificação simplesmente grupa os aparelhos de apoio em aparelhos de apoio fixos e aparelhos de apoio móveis.

A recuperação de aparelhos de apoio, nos casos extremos, implica no perfeito conhecimento de seu funcionamento e na avaliação das solicitações que sobre ele incidem.

A substituição de aparelhos de apoio, mesmo em pontes com vãos de modestas dimensões, é uma operação cara e difícil, quando esta substituição não foi prevista em projeto, apesar de obrigatória a partir da NBR 7187.

5 Condições específicas

5.1 Aparelhos de apoio elastoméricos

Os apoios elastoméricos têm uma grande capacidade para sobreviver à falta de manutenção e, salvo se foram fabricados com materiais de baixa qualidade, é muito difícil que entrem em colapso total; entretanto, os apoios elastoméricos podem tornar-se prematuramente inservíveis em virtude de uma série de causas, incluindo:

a) danos não detectados durante a instalação;

b) assentamento irregular, provocando uma sobrecarga adicional localizada;

c) deslocamentos, rotações e cargas em serviço muito superiores aos estimados;

d) agressividade não prevista do meio ambiente;

e) ataque por produtos químicos.

Em virtude das dificuldades e dos custos da substituição dos aparelhos de apoio, o radicalismo anterior tem sido abrandado para uma certa tolerância com as deficiências dos antigos aparelhos de apoio elastoméricos: se há uma separação nítida entre superestrutura e a meso ou infraestrutura, se as deficiências do aparelho de apoio não causam prejuízos ao comportamento da estrutura e se não há trincas ou fissuras localizadas na região do apoio, em princípio, pode-se adiar a substituição do aparelho de apoio, dependendo, porém, dos resultados de verificações estruturais e de uma inspeção minuciosa.

5.1.1 Verificações estruturais

Devem ser verificados os comportamentos do aparelho de apoio à compressão, à rotação e ao cisalhamento.

5.1.2 Inspeção dos aparelhos de apoio elastoméricos

Os serviços de inspeção são os seguintes:

a) inspecionar visualmente as faces accessíveis do aparelho; após alguns anos de serviço, pequenas fissuras de 2 a 3 mm de profundidade e de 2 a 3 mm de comprimento são toleráveis;

b) verificar se o aparelho de apoio foi corretamente vulcanizado e se há chapas de aço fretantes visíveis e oxidadas;

c) verificar se a face superior e a face inferior do aparelho estão totalmente em contato com a estrutura;

d) se houver descolamento da estrutura, medir os ângulos entre as superfícies das estruturas em contato com o aparelho de apoio;

e) medir as alturas do aparelho de apoio nas arestas e nos pontos centrais;

f) medir as distorções do aparelho;

g) verificar se o aparelho de apoio foi deslocado de sua posição original;

h) verificar se há indícios da presença de óleos, graxas ou qualquer outra substância nociva ao elastômero;

i) verificar se há juntas de dilatação defeituosas na superestrutura, muito próximas do aparelho de apoio ou diretamente sobre o aparelho;

j) verificar se o aparelho está assentado sobre berço ou diretamente sobre a estrutura.

5.1.3 Decisão a adotar
Com os dados coletados na Inspeção, efetuadas as verificações estruturais e verificados os eventuais comprometimentos da estrutura, o engenheiro responsável estará em condições de decidir pelo aproveitamento do aparelho de apoio existente ou recomendar sua substituição, sempre tendo em vista que um aparelho de apoio elastomérico não pode ser recuperado.

5.2 Aparelhos de apoio fixos

5.2.1 Nomenclatura, tipos e considerações
Os aparelhos de apoio fixos de maior simplicidade são mais conhecidos como "articulações" e, os mais sofisticados, são os aparelhos de apoio metálicos; as articulações podem ser de chumbo ou de concreto.

Com exceção das articulações de chumbo que, em relativamente pouco tempo, tornaram-se inservíveis, os aparelhos de apoio, as articulações de concreto principalmente, foram superdimensionadas e suportam solicitações maiores que as do dimensionamento.

5.2.2 Articulações de chumbo
As articulações de chumbo, utilizadas antes do aparecimento do neoprene, foram uma experiência mal sucedida: o material escoava, permitindo que sua forma geométrica inicial, bem definida, se transformasse em uma lâmina delgada de contorno irregular.

A articulação de chumbo não pode ser recuperada e nem deve ser substituída por outra do mesmo material; a atitude a adotar dependerá exclusivamente de uma inspeção visual para decidir sobre sua substituição. Veja-se o Item 6.1, dispensadas as verificações estruturais.

5.2.3 Articulações de concreto
5.2.3.1 Articulações Freyssinet
A Articulação Freyssinet é uma articulação fixa de concreto que consiste em uma redução de seção da peça a articular; tem, em geral, 2 cm de altura e deve trabalhar com tensões elevadas, visando atingir a plastificação.

A articulação, que permite uma reduzida rotação da superestrutura, deve ser mantida limpa e desimpedida de detritos; a articulação, se convenientemente executada, não se degrada, mas pode provocar fissuras, trincas e quebras de cantos de suportes mal dimensionados e com fretagem deficiente.

Se a articulação ocupar, na sua maior dimensão, todo o apoio, é muito provável haver quebras de cantos dos apoios; se a fretagem for insuficiente, é certo o aparecimento de fissuras e trincas nos apoios.

A recuperação dos apoios deve ser feita com a retirada de detritos que possam impedir as rotações, o tratamento das eventuais quebras de cantos e de trincas e fissuras e o reforço da fretagem com encamisamentos e cintamentos.

5.2.3.2 Articulações Mesnager
As Articulações Mesnager, que não devem ser confundidas com as Articulações Freyssinet, são articulações fixas que transmitem esforços por aderência, através de barras cruzadas ancoradas nos blocos a articular, e cuja função é transmitir a força normal e resistir à força cortante que s manifestam nos dois blocos.

A recuperação de uma Articulação Mesnager passa por uma limpeza e retirada de detritos que possam impedir as rotações e, se necessário, com o tratamento de eventuais quebras se cantos e de trincas e fissuras e o reforço da fretagem com encamisamentos e cintamentos.

5.2.3.3 Articulações de contato de superfícies cilíndricas
As articulações fixas de superfícies cilíndricas, de concreto armado ou de concreto armado blindado, têm rotações garantidas pelas superfícies de contato cilíndricas; em virtude de serem dimensionadas com tensões de compressão elevadas o concreto destas articulações deve ser de alta qualidade;

O tratamento destas articulações passa pela remoção de detritos que possam impedir sua livre rotação e tratamento de eventuais e pouco prováveis trincas e fissuras.

5.2.4 Articulações metálicas
5.2.4.1 Considerações gerais
As articulações metálicas são altamente dependentes de manutenção cuidadosa e permanente, para que não fiquem prejudicadas no seu funcionamento pelo bloqueio de detritos e não sejam atacadas pela corrosão que, além de torná-las inservíveis, podem levá-las ao colapso.

A recuperação das articulações metálicas, quando ainda possível, e se necessário, passa pelas seguintes etapas:

a) inspeção minuciosa;

b) verificações estruturais;

c) remoção dos detritos, liberando todos os elementos componentes da articulação metálica dos obstáculos ao seu funcionamento;

d) tratamento de corrosões superficiais com jateamento de areia e pintura anti-corrosão.

A aplicação de lubrificantes para facilitar deslizamentos e rolamentos não é uma solução duradoura visto que eles atraem poeiras, detritos e umidade, que aceleram a corrosão.

5.2.4.2 Articulações metálicas fixas
Os tipos básicos de articulações metálicas fixas, com liberdade à rotação são:

a) articulações sem rolo metálico;

b) articulações com rolo metálico;

c) articulações cargas verticais para reversíveis: compressão e tração.

À recuperação dessas articulações aplicam-se as etapas citadas no Item 6.2.4.1.

5.2.4.3 Articulações metálicas móveis
Os tipos básicos de articulações metálicas móveis são os aparelhos de rolo único e aparelhos de

rolos múltiplos.

À recuperação destas articulações aplicam-se as etapas citadas no Item 6.2.4.1.

5.2.4.4 Articulações metálicas de deslizamento
Constam de duas placas de aço superpostas, uma fixada na superestrutura e outra fixada na meso ou infraestrutura; são placas de aço polido, separadas por uma substância lubrificante, para facilitar um deslizamento relativo entre placas.

No final da construção, as placas são centradas, para uma temperatura média; entretanto, em relativamente pouco tempo, as placas deixam de estar centradas, a camada lubrificante contamina-se com poeiras e umidade e as peças de aço são atacadas pela corrosão, tornando o apoio, primitivamente deslizante, inservível.

A recuperação das articulações metálicas de deslizamento é difícil e temporária, sendo preferível, se necessário, substituí-la por um apoio elastomérico.

5.2.5 Apoios pendulares
5.2.5.1 Apoios pendulares de concreto
São peças prismáticas de concreto, duplamente articuladas, na base e no topo, no sentido longitudinal; praticamente, são dois blocos de apoio opostos pelas bases.

As articulações são as já citadas nas articulações fixas: de contato: placas de chumbo, blindadas, tipo Freyssinet e tipo Mesnager; os pêndulos de concreto têm certas limitações geométricas e também físicas, no que se refere a deslocamentos admissíveis.

Além de ser necessário observar o que consta do Item 6.2.3.1, a recuperação dos apoios pendulares de concreto exige uma verificação da vertical idade do pêndulo e das solicitações provocadas por uma eventual inclinação exagerada; há uma tendência em bloquear a articulação pendular de concreto com seu encamisamento, a destruição de uma eventual ligação com a superestrutura e a introdução de uma articulação elastomérica.

5.2.5.2 Apoios pendulares metálicos
Aplicam-se as etapas citadas no Item 6.2.4.1.

5.2.6 Aparelhos de apoio de neoprene contido (Neotopflager ou Pot Bearing)
São aparelhos de apoio mais sofisticados que combinam as duas propriedades desejáveis em aparelhos de apoio: capacidade de rotação com pequena resistência e transmissão da reação de apoio em uma área bem definida.

A recuperação parcial destes aparelhos é possível e passa pelas seguintes etapas de inspeção:

a) inspecionar o aparelho minuciosamente para identificar seu tipo: há aparelhos que permitem deslocamentos e outros não, há aparelhos que permitem rotação unidirecional e outros que permitem rotações multi-direcionais;

b) verificar se as soldas estão íntegras ou se há fissuras;

c) verificar se o neoprene está perfeitamente contido entre a tampa e o vaso: qualquer falha na estanqueidade, permite o escapamento do elastômero e inutiliza o aparelho;

d) verificar se os parafusos de fixação estão íntegros;

e) verificar se a posição relativa dos elementos está correta;

f) verificar se há detritos impedindo o bom funcionamento do aparelho.

Se não houver falha na estanqueidade, a recuperação do aparelho, embora difícil, pode e deve ser efetuada.

6 Manejo ambiental

As reduzidas atividades diferenciadas necessárias para recuperação dos diversos tipos de aparelhos de apoio muito pouco afetam o meio ambiente:

a) as plataformas de acesso, suspensas, são montadas a partir do estrado, sem detritos;

b) os detritos provenientes de limpezas e dos eventuais jateamentos de areia em aparelhos de apoio metálicos podem ser coletados diretamente nas plataformas de acesso, suspensas;

c) a pequena quantidade de material, proveniente de tratamentos ou excedente de qualquer natureza, imediatamente após a conclusão das obras deve ser removida para locais previamente determinados.

7 Condições de conformidade e não- conformidade

Os serviços de recuperação que não atenderem satisfatoriamente a qualquer das etapas a eles pertinentes, não serão considerados conformes e devem ser refeitos.

8 Critérios de medição

Os serviços, diferenciados para cada tipo de aparelho de apoio e nem sempre igualmente necessários para um mesmo tipo, devem ser medidos por etapas, conforme indicado a seguir:

a) construção de plataformas de acesso: por m^2 de área construída;

b) limpeza: por unidade;

c) encamisamentos e reforço de fretagem: por unidade;

d) jateamento de areia de aparelhos de apoio metálicos oxidados: por unidade;

e) pintura anticorrosiva de aparelhos de apoio metálicos: por unidade.

NORMA DNIT 124/2009 - ES

Pontes e viadutos rodoviários – Escoramentos Especificação de serviço

Resumo
Este documento define a sistemática adotada na execução de escoramento de pontes e viadutos rodoviários de concreto armado.

São também apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução, inclusive plano de amostragem, condicionantes ambientais, controle de qualidade, condições de conformidade e não-conformidade e os critérios de medição dos serviços.

Sumário
Prefácio
1.Objetivo
2.Referências normativas
3.Definições
4.Condições gerais
5.Condições específicas
6.Condicionantes ambientais
7.Inspeções
8.Critérios de medição
Anexo A (Informativo) Bibliografia

Prefácio
A presente Norma foi preparada pelo Instituto de Pesquisas Rodoviárias - IPRIDIREX, para servir como documento base, visando estabelecer a sistemática empregada para execução e controle da qualidade dos escoramentos em pontes e viadutos rodoviários de concreto armado.

Está formatada de acordo com a Norma DNIT 001/2009 - PRO, cancela e substitui a Norma DNER-ES 337/97.

1 Objetivo
Esta Norma tem por objetivo fixar as condições exigíveis para execução de escoramentos, com a finalidade de suportar a estrutura na fase de construção.

2 Referências normativas
Os documentos relacionados a seguir são indispensáveis à aplicação desta Norma. Para referências datadas, aplicam-se somente as edições citadas. Para referências não datadas, aplicam-se as edições mais recentes do referido documento (incluindo emendas).

a) AMERICAN SOCIETY FOR TESTING ANO MATERIALS. *A36/A36M:* Standard specification for carbon structural steel. Pennsylvannia.

b) ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR* 6118 - Projeto de estruturas de concreto - Procedimento. Rio de Janeiro.

c) ___. *NBR* 6494 - Segurança nos andaimes. Rio de Janeiro.

d) ___. *NBR 7190* - Projeto de estruturas de madeira. Rio de Janeiro.

e) ___. *NBR 8800* - Projeto e execução de estruturas de aço em edifícios. Rio de Janeiro.

f) ___. *NBR* 14931 - Execução de estruturas de concreto - Procedimento. Rio de Janeiro.

g) ___. *NBR* 7187 - Projeto de pontes de concreto armado e protendido - Procedimento. Rio de Janeiro.

h) ___. *NBR* 6122 - Projeto e execução de fundações - Procedimento. Rio de Janeiro.

i) BRASIL. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. *DNER-PRO 207* - Projeto, execução e retirada de cimbramentos de pontes de concreto armado e protendido. Rio de Janeiro: IPR.

j) BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. *DNIT 001/2009- PRO* - Elaboração e apresentação de normas do DNIT - Procedimento. Rio de Janeiro: IPR, 2009.

k) ___. *DNIT 070-PRO* Condicionantes ambientais das áreas de uso de obras - Procedimento. Rio de Janeiro: IPR.

l) ___. *DNIT* 121 - *ES* - Pontes e viadutos rodoviários - Fundações - Especificação de serviço. Rio de Janeiro: IPR.

3 Definições

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes:

3.1 Escoramento

Conjunto temporário de escoras e contraventamentos, de madeira ou de aço, projetado para resistir ao peso próprio da estrutura, eventuais sobrecargas, ação do vento e de enchentes durante a construção, evitando deformações prejudiciais à sua forma e esforços no concreto na fase de endurecimento. O termo cimbramento é mais geral, mas tem sido correntemente substituído por escoramento.

3.2 Escora

Peça comprimida, vertical ou inclinada; as peças verticais são denominadas de montantes e as horizontais, de diagonais.

3.3 Contraventamento

Conjunto de peças, horizontais ou inclinadas, que enrijecem alguns tipos de escoramento.

3.4 Descimbramento

Afrouxamento, descolamento ou retirada total do escoramento, quando a estrutura de concreto já adquiriu resistência suficiente para se suportar. Para facilitar o descimbramento, colocam-se certos dispositivos que permitem rebaixar o cimbramento, retirando-os de carga; estes dispositivos podem ser constituídos de cunhas, peças rosqueadas, caixas de areia, macacos hidráulicos etc.

4 Condições gerais

A responsabilidade pelo projeto, execução e remoção dos escoramentos é do construtor.

Os escoramentos somente devem entrar em carga após a liberação da Fiscalização.

O projeto do escoramento deve atender a todas as normas e especificações pertinentes.

Supervisão cuidadosa e inspeções frequentes devem ser efetuadas durante a execução do escoramento, a colocação do concreto e a retirada do escoramento; as causas principais dos colapsos dos escoramentos são materiais e equipamentos de baixa qualidade, erros humanos e projetos inadequados.

O projeto do escoramento deve considerar os efeitos das sobrecargas de construção, dos pesos dos equipamentos, da ação do vento, da velocidade da colocação do concreto e dos equipamentos utilizados para sua compactação.

O comportamento das fundações do escoramento, bem como eventuais assentamentos e deformações devem ser objeto de verificação constante e correção imediata.

5 Condições específicas

5.1 Projeto

A escolha dos materiais para execução dos escoramentos deve atender a requisitos de economia, segurança e interdependência com as fôrmas.

O projeto de escoramento é de responsabilidade do Construtor e deve ser apresentado para exame da Fiscalização; o projeto deve atender a todas as normas e especificações, inclusive as locais, estaduais e federais.

No projeto devem ser previstos forma, prazo e condições para remoção do escoramento.

5.2 Materiais

Os materiais utilizados para escoramentos devem ser: madeira, aço e concreto.

5.2.1 Madeira

A madeira é o material mais antigo usado não só para escoramentos, de utilização temporária, como também para muitos outros elementos estruturais, de longa ou até definitiva utilização.

As madeiras duras, ou madeiras de lei, tais como peroba, ipê e aroeira são madeiras nobres e superiores, mas raramente utilizadas para escoramentos; dada a facilidade com que são encontrados, o pinho do Paraná e os eucaliptos são mais utilizados, na sua forma roliça.

Na bibliografia citada no Anexo A e na NBR 7190:1997 podem ser encontradas as principais madeiras existentes no Brasil e suas propriedades físicas e mecânicas; estas propriedades referem-se a resultados obtidos em amostras sem defeitos.

Além de defeitos naturais, como a existência de nós, fibras reversas e fendas, as propriedades mecânicas da madeira são influenciadas pela idade, pelo grau de umidade e pelo tempo de duração da carga.

O projetista do escoramento de madeira deve examinar as peças a utilizar e ter experiência e sensibilidade para avaliar sua capacidade resistente; peças de madeira, quando pintadas, devem ser rejeitadas porque a pintura pode estar mascarando defeitos e sua avaliação fica prejudicada; a reutilização de peças de madeira deve ser precedida de cuidadosa inspeção.

As ligações entre peças de madeira, principalmente quando roliças, deve ser cuidadosa e constantemente inspecionada; ligações com pregos não são confiáveis, devendo-se dar preferência a conectores e parafusos.

5.2.2 Aço
As restrições à utilização da madeira, ambientais, de custo e de reaproveitamento tornaram competitivos e até mais convenientes os escoramentos metálicos, principalmente em sistemas racionalizados, disponíveis para venda ou locação.

As características do aço a utilizar devem ser identificadas com segurança; havendo dúvidas, adotar as características do Aço ASTM A7, com Limite de Escoamento fy= 240 MPa e Resistência à Ruptura fu = 370 MPa

5.2.3 Concreto
Os escoramentos de concreto são utilizados em obras de maior importância e, geralmente, suportam treliças metálicas; são de difícil e custosa demolição.

5.2.4 Escoramentos não padronizados
São as soluções individuais de escoramentos, utilizando-se perfis laminados ou soldados e ligações por soldas ou parafusos; são soluções mais caras porque dificultam a construção, a desmontagem e o reaproveitamento.
5.2.5 Escoramentos padronizados
São escoramentos constituídos por peças metálicas, padronizadas, de fácil montagem e desmontagem e de grande reutilização; geralmente são peças tubulares, com as ligações variando conforme o fabricante.

5.2.6 Escoramentos mistos
Quando os escoramentos são de grande altura ou quando há obstáculos a vencer ou gabaritos a respeitar, utilizam-se escoramentos constituídos de torres e vigas ou treliças metálicas interligando as torres; estas podem ser de madeira ou de aço.

5.2.7 Escoramentos Especiais
Escoramentos especiais, como para construção de pontes em arco ou em avanços sucessivos, não são objeto desta Norma.

5.3 Execução
5.3.1 Fundações superficiais
Embora as fundações dos escoramentos sejam temporárias, sua importância não deve ser negligenciada; devem ser levados em conta os seguintes fatores principais:

- Capacidade de suporte do solo;
- Assentamentos ou recalques máximos;
- Enchentes e erosões;
- Choques de qualquer natureza.

5.3.2 Fundações profundas
Quando o terreno natural não está em condições de atender às observações da subseção 5.3.1, adotam-se fundações profundas, em geral, estacas de madeira. 5.3.3 Montagem

Quando o escoramento utilizar sistemas padronizados, devem ser seguidas as instruções do fabricante.

Algumas publicações especializadas simplesmente recomendam que os escoramentos sejam construídos no prumo ou indicam que o máximo desvio da vertical seja de 3,2 mm / 0,90 m, ou ainda, que não exceda *1/500* da altura de colunas individuais.

5.3.4 Contraventamentos

Os sistemas padronizados fornecem indicações de espaçamentos de contraventamentos , bem como peças adequadas para contraventamentos horizontais, verticais e inclinados; quando as peças de ajustamento ou aperto, superiores, estiverem totalmente estendidas, a capacidade nominal das peças verticais deve ser reduzida.

5.4 Inspeção

A inspeção dos escoramentos deve ser efetuada, no mínimo, em três ocasiões distintas:

5.4.1 Durante a montagem

a) Verificar se todos os desenhos e instruções escritas foram estritamente observados.

b) Verificar se os materiais empregados foram os recomendados e se estão em boas condições.

c) Verificar se as fundações, quando superficiais, estão assentes em terreno adequado e protegido de erosões.

d) Verificar se os montantes, principalmente, estão devidamente protegidos contra choques de qualquer natureza e se estão no prumo; a tolerância para desvio de prumo de duas peças em contato é de 1,6 mm.

e) Verificar se os contraventamentos estão corretamente espaçados e se as conexões entre as peças são confiáveis.

5.4.2 Durante a concretagem

a) Verificar se a concretagem está sendo efetuada conforme plano de concretagem previamente estabelecido e compatível com o escoramento.

b) Verificar se há assentamentos ou recalques de parte ou de todo o escoramento; esta verificação deve ser rigorosa, com equipamentos topográficos, não devendo nenhuma pessoa estar diretamente sob o trecho concretado. Havendo assentamentos, a concretagem deve ser suspensa e somente retomada, quando adequadas medidas corretivas forem tomadas.

c) Algumas indicações de problemas no escoramento são as seguintes: compressão excessiva nas extremidades dos montantes, movimento ou deflexão nos contraventamentos, montantes desviados dos prumos e som de peças movendo-se.

5.4.3 Após a concretagem

As inspeções no escoramento não devem cessar com o término da concretagem, mas continuar até a retirada do escoramento; a inspeção continuada é particularmente importante no caso de estruturas contínuas moldadas no local e nas estruturas protendidas com protensão posterior, em virtude da redistribuição de cargas que ocorre com a retração do concreto ou quando a protensão é aplicada.

5.4.4 Desmontagem e remoção

A desmontagem do escoramento, assim como sua remoção, são operações de dificuldade variável e dependem da qualidade do projeto, que deve prever a desmontagem, e do vulto da obra.

Após a desmontagem, os escoramentos devem ser removidos do local; nas fundações em estacas, estas também devem ser removidas ou cortadas no nível do terreno ou do fundo dos rios.

6 Condicionantes ambientais

Os diversos tipos de escoramentos agridem, diferentemente, o meio ambiente; é necessário o atendimento das Condicionantes ambientais das áreas de uso de obras - Procedimento, Norma DNIT *070/2006* - PRO, e de algumas prescrições resumidas a seguir, para minimizar e corrigir estas agressões:

a) Em todos os tipos de escoramentos, as vias de acesso para sua execução e o deslocamento de equipamentos devem seguir as recomendações da Norma DNIT 105/2009 - ES - Terraplenagem - Caminhos de serviço - Especificação de serviço e as constantes da subseção 5.1.2 do Manual para Atividades Ambientais Rodoviárias do DNIT - IPR Publ. 730.

b) Escoramentos contínuos

Em geral, de madeira roliça e em obras de menor vulto e vãos pequenos; a origem desta madeira roliça é que provoca desmatamento não controlado.

Este tipo de escoramento não deve, salvo casos excepcionais, ser permitido; as peças de madeira roliça quase sempre não são reaproveitadas, ficando abandonadas no local.

Deve ser exigida a retirada de toda a madeira utilizada e a recomposição do terreno e da vegetação.

c) Escoramentos com torres e treliças ou torres e vigas

São escoramentos mais sofisticados e com grande percentual de reaproveitamento; os acessos aos blocos de fundação das torres devem atender às recomendações da Norma DNIT 105/2009 - ES - Terraplenagem Caminhos de serviço - Especificação de serviço.

As torres de concreto de certos escoramentos devem ser demolidas e removidas suas partes; em seguida, o terreno e a vegetação devem ser recompostos.

Devem ser observadas ainda, as prescrições constantes do Componente Ambiental do Projeto de Engenharia e as recomendações e exigências dos órgãos ambientais.

7 Inspeções

7.1 Controle da execução

Os escoramentos devem permanecer íntegros e sem modificações até que o concreto adquira resistência suficiente para suportar as tensões e deformações a que é sujeito, com aceitável margem de segurança.

O controle das deformações verticais dos escoramentos, no decorrer da concretagem, deve ser feito com a instalação de defletômetros ou com nível de precisão, para que se possa reforçá-lo em tempo hábil, em caso imprevisto.

Os períodos mínimos para retirada de escoramentos dependem de fatores, tais como: a velocidade do aumento da resistência do concreto, processos de cura adotados e comportamento das deformações. Assim, só deve ser efetuado quando o concreto se achar suficientemente endurecido para resistir às ações que sobre ele atuem e não conduzir a deformações inaceitáveis.

Caso não demonstrado o atendimento às condições já mencionadas e não tendo sido utilizado cimento de alta resistência inicial, ou qualquer processo que acelere o endurecimento, a retirada das fôrmas e do escoramento não deve ser efetuada antes dos seguintes prazos:

a) faces laterais: 3 dias;

b) faces inferiores, deixando pontaletes, bem cunhados e convenientemente espaçados: 14 dias;

c) faces inferiores, sem pontaletes: 21 dias.

A retirada do escoramento e da fôrma deve ser efetuada sem choques e obedecendo ao programa elaborado de acordo com o tipo de estrutura.

Quando o escoramento não for mais necessário, deve ser inteiramente removido, incluindo os que utilizam trechos de concreto ou mesmo apenas dentes engastados nas estruturas definidas. Estacas utilizadas para apoio de escoramento devem ser extraídas ou cortadas até, pelo menos, 50 cm abaixo do nível acabado do terreno. Todos os remanescentes dos trabalhos de escoramento devem ser removidos, de maneira a deixar o local limpo e em condições apresentáveis.

Efetuar controle do nivelamento do concreto após a retirada do escoramento, com levantamento detalhado, em seções transversais e longitudinais, nas bordas e no centro, para futuras conferências.

7.2 Condições de conformidade e não conformidade

7.2.1 Conformidade

Devem ser considerados conformes os escoramentos que atendam às recomendações da seção 4 e das subseções 5.1, 5.3 e 7.1.

7.2.2 Não-conformidade

Os serviços que não atenderem à subseção 7.2.1, devem ser considerados não-conformes e devem ser corrigidos, complementados ou refeitos.

8 Critérios de medição

Os escoramentos devem ser medidos pelo volume determinado pela projeção do tabuleiro e altura compreendida entre o fundo da laje e o terreno, em metros cúbicos, ou em área de tabuleiro, nos casos específicos de escoramentos superiores. Não deve ser medido em separado, o estaqueamento provisório se houver, o descimbramento, o levantamento topográfico da estrutura ou quaisquer outros serviços necessários à execução do escoramento.

NORMA DNIT 123/2009 - ES

Pontes e viadutos rodoviários - Estruturas de concreto protendido - Especificação de serviço

Resumo
Este documento define a sistemática empregada na execução e no controle das estruturas de concreto protendido em pontes e viadutos rodoviários.

São também apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução, inclusive plano de amostragem e de ensaios, condicionantes ambientais, controle da qualidade, condições de conformidade e não-conformidade e os critérios de medição dos serviços.

Sumário
Prefácio
1 Objetivo
2 Referências normativas
3 Definições
4 Condições gerais
5 Condições específicas
6 Condicionantes ambientais
7 Inspeções
8 Critérios de medição
Anexo A (Informativo) Bibliografia

Prefácio
A presente Norma foi preparada pelo Instituto de Pesquisas Rodoviárias - IPRIDIREX, para servir como documento base, visando estabelecer a sistemática empregada para os serviços de estruturas de pontes e viadutos rodoviários de concreto protendido.

Está formatada de acordo com a Norma DNIT 001/2009 - PRO, cancela e substitui a Norma DNER-ES 336/97.

1 Objetivo
Esta Norma tem por objetivo fixar as condições exigíveis na execução e controle das estruturas de concreto protendido em pontes e viadutos rodoviários.

2 Referências normativas
Os documentos relacionados a seguir são indispensáveis à aplicação desta Norma. Para referências datadas, aplicam-se somente as edições citadas. Para referências não datadas, aplicam-se as edições mais recentes do referido documento (incluindo emendas).

a) ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 10839* - Execução de obras-de-arte especiais em concreto armado e protendido. Rio de Janeiro.

b) ___· *NBR* 6118 - Projeto de estruturas de concreto - Procedimento. Rio de Janeiro.

c) ___. *NBR 7480* - Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado Especificação. Rio de Janeiro.

d) ___. *NBR* 7481 - Tela de aço soldada - armadura para concreto - Especificação. Rio de Janeiro.

e) ___. *NBR* 7483 - Cordoalhas de aço para concreto protendido - Especificação. Rio de Janeiro.

f) ___. *NBR* 7681 - Calda de cimento para injeção - Procedimento. Rio de Janeiro.

g) ___. *NBR* 7187 - Projeto de pontes de concreto armado e protendido - Procedimento. Rio de Janeiro.

h) BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. *DNIT 001/2009 - PRO* - Elaboração e apresentação de normas do DNIT Procedimento. Rio de Janeiro: IPR, 2009.

i) ___. *DNIT 011/2004 - PRO* - Gestão da qualidade em obras rodoviárias - Procedimento. Rio de Janeiro: IPR, 2004.

j) ___. *DNIT 070 - PRO* - Condicionantes ambientais das áreas de uso de obras - Procedimento. Rio de Janeiro: IPR.

k) ___. *DNIT* 117 - *ES* - Pontes e viadutos rodoviários - Concretos, argamassas e calda de cimento - Especificação de serviço. Rio de Janeiro: IPR.

l) ___. *DNIT* 118 - *ES* - Pontes e viadutos rodoviários - Armaduras para concreto armado - Especificação de serviço. Rio de Janeiro: IPR.

m) ___. *DNIT* 119 - *ES* - Pontes e viadutos rodoviários - Armaduras para concreto protendido - Especificação de serviço. Rio de Janeiro: IPR.

n) ___.. *DNIT 120 - ES* - Pontes e viadutos rodoviários - Fôrmas - Especificação de serviço. Rio de Janeiro: IPR.

o) ___. *DNIT* 122 - *ES* - Pontes e viadutos rodoviários - Estruturas de concreto armado - Especificação de serviço. Rio de Janeiro: IPR.

p) ___. *DNIT* 124 - *ES* - Pontes e viadutos rodoviários - Escoramentos - Especificação de serviço. Rio de Janeiro: IPR.

3 Definições

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes:

3.1 Concreto protendido

Estrutura ou peça de concreto comprimida por força exterior aplicada com a finalidade de melhorar suas condições de trabalho; a força exterior é aplicada por cabos aderentes ou não aderentes, denominados armaduras ativas.

3.2 Cabos aderentes

Cabos que têm as extremidades ancoradas no concreto e os mesmos cabos incorporados ao concreto, com aderência.

3.3 Cabos não aderentes

Cabos que têm suas extremidades ancoradas no concreto, mas que não se acham incorporados ao concreto.

3.4 Armadura suplementar

Armadura adicional, convencional e passiva, que controla a fissuração na fase de execução e aumenta a segurança à ruptura na fase final.

3.5 Bainhas metálicas

Tubos metálicos de chapa fina, comum ou galvanizada, geralmente corrugada, que isolam o cabo do concreto e, posteriormente, devem ser preenchidos por calda de cimento. Nos cabos externos, as bainhas metálicas são substituídas por bainhas de polietileno de alta densidade.

3.6 Plano de protensão

Conjunto de instruções que devem constar do projeto, tais como tensão inicial de protensão, ordem de protensão, alongamentos etc., para permitir a execução e o controle da protensão.

4 Condições gerais

As estruturas de concreto protendido devem atender a todas as normas e especificações pertinentes; a diferença fundamental entre concreto armado convencional e concreto armado protendido é a existência, neste último, de uma armadura de protensão.

As pontes e viadutos de concreto armado protendido apresentam as mesmas patologias, algumas com menor intensidade, que as pontes de concreto armado e patologias próprias do mau detalhamento da protensão.

Basicamente, as estruturas de concreto protendido não devem fissurar ou, no máximo, apresentar fissuras de pequena abertura, que desaparecem, para alguns casos extremos de carregamento; a corrosão dos aços de protensão, quando em carga, é extremamente perigosa, podendo causar a ruptura frágil da estrutura.

A identificação das patologias no concreto protendido somente deve ser efetuada por profissional experiente; nenhuma obra de reparo ou de reforço deve ser iniciada sem a identificação das causas das patologias e sem um projeto especialmente detalhado.

5 Condições específicas

5.1 Materiais

Faz parte das estruturas de concreto protendido com aderência posterior, a execução dos seguintes serviços, já prescritos nas especificações seguintes:

- DNIT 117/2009 - ES - Pontes e viadutos rodoviários - Concretos, argamassas e calda de cimento - Especificação de serviço

- DNIT 118/2009 - ES - Pontes e viadutos rodoviários - Armaduras para concreto armado - Especificação de serviço

- DNIT 119/2009 - ES - Pontes e viadutos rodoviários Armaduras para concreto protendido - Especificação de serviço

- DN IT 120/2009 - ES - Pontes e viadutos rodoviários - Fôrmas - Especificação de serviço

- DNIT 122/2009 - ES - Estruturas de concreto armado - Especificação de serviço

- DN IT 124/2009 - ES - Pontes e viadutos rodoviários - Escoramentos: especificação de serviço

Fazem parte, ainda, as especificações referentes à protensão e à injeção de calda de cimento, a seguir descritas.

5.2 Equipamentos

Além dos já considerados nas normas de especificações de serviço citadas na subseção 5.1, devem

ser relacionados os macacos hidráulicos de protensão pertinentes ao sistema de protensão adotado, as bombas de alta pressão para injeção da calda de cimento ou as bombas a vácuo e misturadora de alta pressão para calda de injeção.

5.3 Execução

5.3.1 Concreto

A Norma DNIT 117/2009 - ES - Pontes e viadutos rodoviários - Concretos, argamassas e calda de cimento para injeção - Especificação de serviço estabelece as condições para o recebimento e execução de concretos, argamassas e calda de cimento para construção de pontes e viadutos rodoviários de concreto armado e de concreto protendido. São ressaltadas, a seguir, algumas condições específicas relevantes.

Nas extremidades das vigas e nos locais de concentração de ancoragens e fretagens, o concreto, além da resistência indicada no projeto, deve ter trabalhabilidade e diâmetro máximo de agregado compatíveis com a densidade das armaduras e ancoragens.

Cimento e aditivos devem ter percentuais muito reduzidos de cloretos e sulfatos.

O adensamento mecânico e cuidadoso do concreto, para envolver completamente as armaduras e as ancoragens e atingir todos os recantos das fôrmas, é obrigatório; é recomendável a utilização de vibradores de imersão com agulhas de pequeno diâmetro, que não devem deslocar cabos, ancoragens e fretagens.

Devem-se adotar cuidados especiais no posicionamento dos cones de ancoragem e no adensamento e cura do concreto das placas de ancoragem.

5.3.2 Protensão

a) Plano de protensão

A protensão somente pode ser iniciada após aprovação do Plano de Protensão, integrante do Projeto Executivo, e onde devem constar:

- Fases de protensão;
- Ordem de protensão dos cabos;
- Processo de protensão, se simultâneo nas duas extremidades ou separadamente, em cada extremidade;
- Resistência mínima do concreto, necessária para atender aos esforços, em cada fase de protensão;
- Valor mínimo recomendável para o módulo de elasticidade do concreto, se a protensão for efetuada em concreto de pouca idade;
- Características do cabo, a área da seção transversal e o módulo de elasticidade;
- Alongamentos previstos para as extremidades de cada cabo com as respectivas tolerâncias;
- Tensões e forças iniciais de protensão, para cada fase de protensão e para cada cabo;
- Condições especiais de descimbramento, correspondentes às fases de protensão;
- Condições especiais de movimentação, transporte e colocação de pré-moldados.

Deve ainda ser verificado, com a retirada das fôrmas laterais, o estado da estrutura, se o concreto atingiu a resistência exigida pelo projeto, bem como as condições de acesso às extremidades dos cabos, para colocação, apoio e movimentação dos macacos de protensão e, também, o estado e a

adequação do equipamento de protensão.

b) Valores limites da força de protensão por ocasião da operação de protensão
Devem ser observadas as prescrições da Norma ABNT NBR 6118:2007.

- armadura pré-tracionada:
  Por ocasião da aplicação da força Pi, a tensão σpi da armadura de protensão na saída do aparelho de tração deve respeitar os limites 0,77 fptk e 0,90 fpyk, para aços da classe de relaxação normal, e 0,77 fptk e 0,85 fpyk. para aços da classe de relaxação baixa;

- armadura pós-tracionada:
  - Por ocasião da aplicação da força Pi, a tensão σpi da armadura de protensão na saída do aparelho de tração deve respeitar os limites 0,74 fptk e 0,90 fpyk, para aços da classe de relaxação normal, e 0,74 fptk e 0,88 fpyk , para aços da classe de relaxação baixa;

  - nos aços CP-85/105, fornecidos em barras, os limites passam a ser 0,72 fptk e 0,88 fpyk. respectivamente.

c) Tolerância de execução
Por ocasião da aplicação da força P;, se constatadas irregularidades na protensão, decorrentes de falhas executivas nos elementos estruturais com armaduras pós-tracionadas, a força de tração em qualquer cabo pode ser elevada, limitando a tensão σpi aos valores já estabelecidos para as armaduras pós-tracionadas, majorados em 10 , até o limite de 50 dos cabos, desde que seja garantida a segurança da estrutura, principalmente, nas regiões das ancoragens.

d) Tabelas de protensão
Nestas tabelas devem ser anotados os alongamentos alcançados pelas extremidades dos cabos e demais ocorrências ocorridas durante as operações de protensão.

e) Injeção de calda de cimento
A calda de cimento deve ser previamente ensaiada, de acordo com o estabelecido na Norma DNIT 117/2009-ES - Pontes e viadutos rodoviários - Concretos, argamassas e calda de cimento - Especificação de serviço, deve ser verificado se os purgadores estão desobstruídos e em bom estado, os cabos lavados e a água expulsa com ar comprimido.

A injeção deve ser realizada com bombas elétricas, do tipo pistão ou parafuso, não sendo permitido o uso de ar comprimido; a pressão deve variar de 1,5 MPa a 2,0 MPa, podendo ser necessárias pressões maiores em cabos verticais ou com grande desnível. A velocidade de injeção do cabo pode variar de 6,0 m/seg a 12,0 m/seg, controlada por um dispositivo de regulagem de vazão. As bombas devem possuir manômetros aferidos recentemente, com precisão de 0,1 MPa, e permitir que as pressões altas sejam obtidas progressivamente e mantidas no fim da injeção. Para evitar ou diminuir o risco de contaminação das bainhas, a injeção deve seguir uma sequência pré-estabelecida.

Durante a injeção, todos os cuidados devem ser tomados para evitar a entrada de óleo, água, ar ou quaisquer outras substâncias.

As extremidades dos fios ou cordoalhas somente podem ser cortadas após o enchimento das bainhas com calda de cimento.

6 Condicionantes ambientais
Para evitar a degradação do meio ambiente é necessário o atendimento da Norma DNIT 070/2006 -

PRO - Condicionantes ambientais das áreas de uso de obras Procedimento e o estabelecido vinculada na ao documentação técnica-ambiental empreendimento, constituída pelo Componente Ambiental do Projeto de Engenharia e os Programas Ambientais pertinentes do Plano Básico Ambiental - PBA e, também, as recomendações e exigências dos órgãos ambientais.

7 Inspeções

7.1 Controle dos insumos

Devem atender às especificações descritas ns normas pertinentes constantes da subseção 5.1.

7.2 Controle da execução

7.2.1 Protensão

Deve ser efetuado de acordo com o programa indicado no Projeto Executivo, constando de tabelas de protensão dos cabos, gráfico de tensão-alongamento de cada cabo e tabelas de protensão das peças.

7.2.2 Injeção

Para cada cabo, ou família de cabos injetados simultaneamente, devem ser efetuados os seguintes registros, durante a injeção:

a) data e hora de início e término da injeção;
b) composição dos materiais e da calda;
c) temperatura dos materiais e da calda;
d) pressões manométricas da bomba durante a injeção;
e) volume injetado, a ser comparado com o volume teórico de vazios do cabo;
f) índices de fluidez na entrada e na saída das bainhas;
g) características dos equipamentos de mistura e injeção da calda;
h) registro de qualquer anomalia.

7.3 Condições de conformidade e não-conformidade

7.3.1 Conformidade

Os serviços devem ser considerados conformes se atendidas as condições estabelecidas nesta Norma.

Todos os ensaios de controle e verificações dos insumos, da execução e do produto devem ser realizados de acordo com o Plano da Qualidade (PGQ), constante da proposta técnica aprovada e conforme Norma DNIT 011/2004-PRO, devendo atender às condições gerais e específicas das seções 4 e 5 desta Norma, respectivamente.

Os resultados do controle devem ser analisados e registrados em relatórios periódicos de acompanhamento de acordo com a Norma DNIT 011/2004-PRO, que estabelece os procedimentos para o tratamento das não-conformidades dos insumos, da execução e do produto.

7.3.2 Não-conformidade

Os serviços não-conformes devem ser corrigidos, após consulta ao projetista, complementados ou refeitos.

8 Critérios de medição

Os materiais e serviços considerados conformes com esta Norma devem ser medidos obedecendo aos critérios já estabelecidos nas Normas específicas do DNIT, acrescentando-se a protensão com a injeção de calda de cimento, medida por metro de cabo protendido e injetado.

NORMA DNIT 088/2006 - ES

Dispositivos de segurança lateral: guarda-rodas, guarda-corpos e barreiras - Especificação de serviço

Resumo
Este documento define a sistemática a ser observada na recuperação, demolição ou substituição dos dispositivos de segurança lateral das obras-de-arte especiais. Descreve os procedimentos para a recuperação de guarda-rodas, guarda-corpos metálicos e de concreto e barreiras do tipo New Jersey. Aborda ainda, manejo ambiental, as condições de conformidade e não conformidade e os critérios de medição.

Sumário
Prefácio
1 Objetivo
2 Referências normativas e bibliográficas
3 Definição
4 Condições gerais
5 Condições específicas
6 Manejo ambiental
7 Condições de conformidade e não conformidade
8 Critério de medição

Prefácio
A presente Norma foi preparada pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa para servir como documento base na definição da sistemática para ser empregada na execução e serviços de recuperação, demolição e substituição dos sistemas de proteção lateral das obras-de-arte especiais e está baseada na Norma DNIT 001/2002 - PRO.

1 Objetivo
Esta Norma tem como objetivo estabelecer os procedimentos a serem seguidos nos serviços de recuperação ou demolição e substituição dos dispositivos de segurança lateral das obras-de-arte especiais: guarda-rodas, guarda-corpos e barreiras.

2 Referências normativas e bibliográficas
2.1 Referências normativas
a) ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR* 6118: projeto de estruturas de concreto: procedimento. Rio de Janeiro, 2003.

b) ___. *NBR* 7187: projeto de pontes de concreto armado e de concreto protendido: procedimento. Rio de Janeiro, 2003.

c) ___. *NBR* 7188: carga móvel em ponte rodoviária e passarela de pedestre. Rio de Janeiro, 1984.

d) DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. *DNIT 089/2006 - ES:* execução de pingadeiras por colagem de placas pré-moldadas: especificação de serviço. Rio de Janeiro, 2006.

2.2 Referências bibliográficas

a) DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM. *Manual de construção de obras-de-arte especiais.* 2. ed. Rio de Janeiro, 1995.

b) ___ . *Manual de projeto de obras-de-arte especiais.* Rio de Janeiro, 1996.

c) ___ . *Manual de sinalização de obras* e *emergências.* Brasília, 1996.

d) DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. *Manual de inspeção de pontes rodoviárias.* 2. ed. Rio de Janeiro, 2004.

e) AMERICAN CONCRETE INSTITUTE. *Concrete repair manual.* 2nd. ed. Farmington Hills, MI, 2003.

f) HARTLE, R. A. et al. Bridge inspector's training manual'90. Revised edition. Washington, D. C.: FHWA,1995.

g) RAINA, V. K. *Concrete bridges:* inspection, repair, strenghthening, testing and load capacity evaluation. New York: McGraw-Hill, 1996.

h) DIAS, Luís Andrade de Mattos. *Estrutura de aço:* conceitos, técnicas e linguagens. ed. rev. ampl. São Paulo: Zigurate, 1998.

3 Definição

Os dispositivos de segurança lateral, citados nesta Norma, e utilizados nas obras-de-arte especiais da malha rodoviária federal, não modificam a resistência e nem a segurança das estruturas; eles devem ter, mas nem todos têm, resistência suficiente para evitar, não só que um veículo desgovernado possa sair da ponte, mas também um perfil adequado para redirecionar, sem grandes danos, o veículo para sua pista.

4 Condições gerais

Basicamente, as pontes da malha rodoviária federal têm quatro tipos de seção transversal e proteção lateral:

a) Pontes projetadas até 1960

Largura total do estrado: 8,30m; largura da pista: 7,20m; dois guarda-rodas de 0,30m de altura e 0,55m de largura e dois guarda-corpos de 0,15/0,60m. Sem pingadeiras. Cargas móveis: Compressor de 24tf, Caminhão de 12tf e Multidão de 0,4 a 0,5 tflm^2.

b) Pontes projetadas de 1960 a 1975

Largura total do estrado: 10,00m; largura de pista: 8,20m; dois guarda-rodas de 0,30m de altura e 0,90m de largura e dois guarda-corpos de 0,15/0,90m. Sem pingadeiras. Cargas móveis: veículo de 36tf, Multidão de 0,5 tf/m^2 e de 0,3 tflm^2.

c) Pontes projetadas de 1975 a 1985

Largura total do estrado: ≥ 10,80m; largura de pista: ≥ 10,00m; duas barreiras New Jersey, de 0,40m, com pingadeiras. Cargas móveis: veículo de 36 tf, Multidão de 0,5 tf/m^2 e 0,3 tf/m^2.

d) Pontes projetadas após 1985

Largura total do estrado: 12,80m; largura de pista: 12,00m; duas barreiras New Jersey, de 0,40m, com pingadeiras. Cargas móveis: veículo de 36 tf, Multidão de 0,5 tf/m^2 e 0,3 tf/m^2.

Os guarda-rodas de 0,30m de altura são, na realidade, balizadores de tráfego que, pouca ou nenhuma proteção lateral oferecem aos veículos; os guarda-rodas de 0,50m de largura, com 0,35m de largura livre, mal permitem a passagem de um pedestre, enquanto que os de 0,90m de largura, com 0,75m de largura livre, são impropriamente chamados de passeios. Em ambos os casos, o pedestre tem a proteção externa proporcionada por guarda-corpos pré-moldados de concreto, de altura menor que a recomendável, e nenhuma proteção interna. As barreiras New Jersey proporcionam uma proteção lateral internacionalmente aceita e, caso existam passeios, estes deverão estar entre as barreiras e os guarda-corpos, externos.

5 Condições específicas

5.1 Recuperação de guarda-rodas

5.1.1 Guarda-rodas de 0,50m de largura

Esses guarda-rodas são peças maciças de concreto, fracamente armadas, onde se engastam as peças pré-moldadas, de concreto armado, dos guarda-corpos. A eventual recuperação das peças é artesanal e deve incluir a colocação de pingadeiras, em placas pré-moldadas, objeto de outra especificação (DNIT 089/2006/ES).

As eventuais anomalias que podem ser encontradas nestes guarda-rodas são trincas, quebras resultantes de choques de veículos e desgaste natural resultante do tempo e das intempéries; todas estas anomalias podem ser corrigidas com argamassa de cimento e areia, traço 1:3, colocada com colher de pedreiro e com acabamento.

5.1.2 Guarda-rodas de 0,90m de largura

Estes guarda-rodas podem ser peças maciças ou não; com a finalidade de reduzir material e peso, muitos projetistas fragilizaram os guarda-rodas maciços, transformando-os em perfis do tipo ⌐, com a retirada de um volume de concreto definido por um retângulo de 0,25 x 0,70 m ao longo de todo o comprimento da obra, em cada peça.

Nas peças maciças, as eventuais anomalias e procedimentos de correção e de inclusão de pingadeiras são idênticos aos já descritos para os guarda-rodas de 0,50m de largura; esses guarda-rodas são inteiramente apoiados nas lajes em balanço e não dependem de armadura própria para que tenham sua estabilidade garantida.

Os guarda-rodas com peso aliviado são uma continuidade da laje estrutural em balanço e dependem de sua própria armadura para garantir sua estabilidade e das cargas que sobre eles atuam, ou seja: peso próprio, peso dos guarda-corpos, multidão no passeio de 300 kg/m^2, e impacto de veículos na peça vertical do guarda-rodas. A corrosão das armaduras destas peças verticais, ou mesmo uma ancoragem deficiente, pode provocar o colapso de todo um trecho do guarda rodas. A recuperação desses guarda-rodas, em linhas gerais, é idêntica a dos outros guarda-rodas, com especial atenção para o estado do concreto e da armadura da face interna do guarda-rodas, junto à pista.

5.2 Recuperação de guarda-corpos

5.2.1 Guarda-corpos de concreto

Os guarda-corpos de concreto, de 0,60m de altura nos guarda-rodas de 0,50m de largura e de 0,90m ou 1,00m nos guarda-rodas de 0,90m de largura, são constituídos de peças pré-moldadas de concreto armado e comprimento, básico, de 2,00m; cada peça, padrão DNIT, tem dois montantes extremos e duas barras horizontais interligadas, no centro, por um pequeno montante.

As peças dos guarda-corpos têm seção quadrada, cantos biselados, com lados de 10cm, 12cm e

15cm; as armaduras são fracas e com cobrimentos insuficientes.

As anomalias que ocorrem nesses guarda-corpos são a corrosão generalizada de armaduras e as quebras de peças; entre recuperação e substituição a preferência é pela substituição quando há peças em estoque.

5.2.2 Guarda-corpos metálicos

Os guarda-corpos metálicos, utilizados em passeios laterais de pontes e em passarelas, sofrem restrições em virtude de seu alto custo e da necessidade de uma manutenção constante e cuidadosa; dependendo da agressividade do meio ambiente a degradação pode ser rápida e irreversível.

Dependendo da agressividade do meio ambiente, são citados, a seguir, alguns procedimentos sequenciais de pintura.

a) Ambientes pouco agressivos

- preparação de superfície: lixamento ou limpeza com solventes (St 1 ou SP 1);

- duas demãos de primer alquídico, espessura do filme seco, por demão, de 30 µm:

- duas demãos de esmalte sintético, espessura do filme seco, por demão, de 30 µm,

b) Ambientes agressivos

- preparação de superfície: jato abrasivo quase branco Sa 2 ½ ;

- uma demão de primer epoxídico, espessura do filme seco, por demão, de 120 µm:

- duas demãos de esmalte epoxídico, espessura do filme seco, por demão, de 40 µm,

c) Ambientes muito agressivos

- preparação de superfície: jato abrasivo quase branco Sa 2 ½ ;

- uma demão de primer epoxídico, espessura do filme seco, por demão, de 120 µm:

- uma demão esmalte epoxídico espessura do filme seco, por demão, de 120 µm,

5.3 Recuperação de barreiras

As barreiras New Jersey, conforme detalhadas no Manual de Projetos, são peças maciças que já incluem pingadeiras.

As anomalias mais frequentes são trincas e fissuras resultantes da não previsão de juntas adequadamente espaçadas na fase construtiva e corrosão de armaduras, por cobrimentos insuficientes ou por desplacamentos de concreto, resultantes de choques de veículos, já na fase de utilização.

A recuperação é artesanal, nada apresentando de especial; eventualmente, é preferível, em trechos muito deteriorados, providenciar sua integral substituição.

6 Manejo ambiental

As diferentes atividades envolvidas na Recuperação de Guarda-Rodas, Guarda-Corpos e Barreiras ficam todas limitadas ao estrado da obra-de-arte e, portanto, facilmente controláveis.

Desde que, nas recuperações, os detritos sejam coletados e encaminhados para locais pré-determinados, não haverá nenhum dano ao meio ambiente.

7 Condições de conformidade e não- conformidade

Os serviços devem ter acompanhamento contínuo e considerados conformes ou não-conformes em cada etapa.

Os serviços considerados não conformes devem ser refeitos.

8 Critérios de medição

Os serviços, que podem ser bastante diferenciados, devem ser medidos por etapas, conforme indicado a seguir:

a) construção de plataformas de acesso, suspensas ou apoiadas: por m^2 de área construída;

b) sinalização: instalação, operação e manutenção:

- sinalização horizontal e vertical: cada serviço com a sua unidade, de acordo com o SICRO 2;

- sinalização semafórica: por mês;

c) tratamento de trincas e fissuras: por m;

d) descascamento de concreto: por m2;

e) demolição de concreto: por m3;

f) armadura de aço CA 50: por kg;

g) substituição de guarda-corpos tipo DNIT: por m;

h) colocação de pingadeiras em placas pré-moldadas: por m;

i) pintura de guarda-corpos metálicos, conforme agressividade do meio ambiente: por m2;

j) recuperação de barreiras: por m.

NORMA DNIT 092/2006 - ES
Juntas de dilatação Especificação de serviço

Resumo
Este documento define a sistemática a ser adotada na avaliação e recuperação das juntas de dilatação nas obras-de-arte especiais. Descreve os tipos, patologia e procedimentos de recuperação das pontes e aborda o manejo ambiental, a inspeção dos serviços, as condições de conformidade e não conformidade e os critérios de medição.

Sumário
Prefácio
1 Objetivo
2 Referências normativas e bibliográficas
3 Definição
4 Condições gerais
5 Condições particulares
6 Manejo ambiental
7 Inspeção
8 Condições de conformidade e não conformidade
9 Critérios de medição

Prefácio
A presente Norma foi preparada pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa para servir como documento base na definição da sistemática a ser empregada na execução dos serviços de recuperação das juntas de dilatação existente nas obras-de-arte especiais. E está formatada de acordo com a Norma DNIT 001/2002 - PRO.

1 Objetivo
Esta Norma tem por objetivo estabelecer os procedimentos a serem seguidos nos serviços de recuperação de juntas de dilatação.

2 Referências normativas e bibliográficas
2.1 Referências normativas
a) ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR* 6118: projeto de estruturas de concreto: procedimento. Rio de Janeiro, 2003.
b) ___. *NBR* 7187: projeto de pontes de concreto armado e de concreto protendido: procedimento. Rio de Janeiro, 2003.

2.2 Referências bibliográficas
a) DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM. Manual de construção de obras-de-arte especiais. 2. ed. Rio de Janeiro, 1995.
b) ___. Manual de projeto de obras-de-arte especiais. Rio de Janeiro, 1996.
c) DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. Manual de inspeção de pontes rodoviárias. 2. ed. Rio de Janeiro, 2004.
d) JEENE JUNTAS E IMPERMEABILIZAÇÕES. Juntas de dilatação e retração. Disponível em: http://www.jeene.com.br/junt.htm. Acesso em: 26 jul. 2006.

e) HARTLE, R. A. et al. Bridge inspector's training manua/'90. Revised edition. Washington, D. C.: FHWA, 1995.

f) RAINA, V. K. Concrete bridges: inspection, repair, strenghthening, testing and load capacity evaluation. New York: McGrawHill, 1996.

3 Definição

A junta de dilatação é uma separação física entre duas partes de uma estrutura, para que estas partes possam se movimentar sem transmissão de esforço entre elas.

A presença de material rígido ou de material de preenchimento que tenha perdido a sua elasticidade produz tensões indesejáveis na estrutura, podendo ocasionar fissuras nas lajes adjacentes à junta, com a possibilidade de se propagar às vigas e pilares próximos.

Os sistemas de vedação das juntas devem acomodar a amplitude do movimento da mesma.

4 Condições gerais

a) as juntas de dilatação devem garantir a transição suave entre os acessos e a ponte e também entre os trechos por ela divididos;

b) juntas de dilatação mal projetadas, no tipo, na abertura e na movimentação necessárias, podem ter curta duração e são perigosas e desconfortáveis para o tráfego; deve haver espaço suficiente para a expansão, mas a junta não deve ter uma abertura exagerada;

c) as juntas de dilatação não podem ser confundidas com as juntas de construção: as primeiras são permanentes e devem ter sua livre movimentação garantida, enquanto que as segundas são temporárias e marcam o fim ou o início de um trecho de concretagem;

d) as juntas de dilatação que têm vida útil muito menor que as pontes da qual fazem parte, devem ser inspecionadas regularmente e mantidas livres de detritos;

e) havendo recapeamentos, de asfalto ou de concreto, eles não devem criar degraus nem obstruir ou se sobrepor às juntas;

f) há duas categorias principais de juntas de dilatação: juntas fechadas, projetadas para serem estanques, e juntas abertas, que permitem a livre passagem de água e detritos;

g) na Inspeção final deve ser verificado se a junta está acumulando pedras ou outros detritos, se há vazamentos e se há ruídos na passagem dos veículos; embora o acesso seja difícil, a parte inferior da junta também deve ser inspecionada;

h) a recuperação completa de uma junta deteriorada é impraticável; certos tipos de juntas, porém, permitem a substituição de módulos e de alguns componentes mais vulneráveis.

5 Condições particulares: tipos, patologias e recuperação

5.1 Juntas abertas

As juntas abertas, definidas por faces verticais, podem ter suas faces em concreto armado sem proteção, ou serem protegidas por cantoneiras; além das restrições naturais às juntas abertas, que permitem a livre passagem de águas e detritos, comprometendo a durabilidade dos apoios, os constantes choques das rodas dos veículos com os cantos da junta reduzem a vida útil das juntas abertas.

A recuperação dos cantos da junta aberta, sem proteção, pode ser efetuada com argamassas poliméricas de alta resistência; deve ser observado o tempo necessário de cura, com o tráfego interrompido.

A recuperação da junta aberta protegida por cantoneiras de aço, quase sempre empenadas, corroídas e com parafusos de fixação soltos, passa pela demolição e reconstrução de um trecho da laje de concreto e a colocação de novas cantoneiras, fixadas por novos parafusos; para evitar o empenamento das novas cantoneiras, não devem ser utilizados comprimentos maiores que 2,00 m. As cantoneiras devem ficar completamente assentadas no novo concreto, devendo, também ser observado o tempo necessário de cura, com o tráfego interrompido.

5.2 Juntas fechadas

5.2.1 Considerações

Há inúmeros tipos de juntas de dilatação fechadas; em virtude de serem dispositivos de grande importância e de vida útil relativamente curta, por defeitos de projeto, de assentamento ou da própria junta, novos tipos de juntas surgem com frequência.

Os tipos de juntas apresentados a seguir são tipos clássicos e bastante difundidos; após uma descrição sucinta, serão citadas as principais patologias suscetíveis de ocorrer e os procedimentos de recuperação, quando esta recuperação é viável e possível.

5.2.2 Juntas de asfalto

Praticamente em desuso e somente utilizadas para movimentações da ordem de 1 cm, o que somente ocorre em tabuleiros de reduzidas dimensões; constam de uma placa de aço ou de alumínio, diretamente apoiada em dois trechos contíguos de superestrutura e coberta com material elástico com cerca de 30 cm de largura e espessura igual à da pavimentação.

Com a movimentação da junta, o material elástico encurta-se ou dilata-se, provocando pequenos e suportáveis desníveis no pavimento; esta solução somente é válida enquanto o material elástico não perder sua elasticidade e nem se formarem calombos ou depressões na pista.

Constatado o mau funcionamento da junta de asfalto, ela deve ser substituída por uma das juntas de neoprene citadas a seguir.

5.2.3 Juntas de compressão

A junta de compressão consiste em um bloco contínuo e alveolar de neoprene, fixado e calçado em cantoneiras de aço que protegem os cantos das juntas; as cantoneiras de aço podem ser substituídas por blocos contínuos de concreto polimérico.

O perfil alveolar do bloco de neoprene, que trabalha sempre comprimido, permite que ele se recupere completamente após as distorções provocadas pela movimentação da superestrutura.

Verificado o descolamento do bloco de neoprene ou a perda de sua elasticidade, ele deve ser substituído; constatado o descalçamento ou o empenamento dos perfis de sustentação dos blocos de neoprene, bem como a corrosão dos perfis ou dos parafusos de fixação, os procedimentos a adotar são idênticos aos recomendados nas juntas abertas.

5.2.4 Juntas em fitas de neoprene

Estas juntas constam de dois blocos de concreto de alta resistência, fixados nas extremidades da superestrutura, com reentrâncias adequadas para alojar as extremidades reforçadas de uma fita contínua de neoprene.

As fitas de neoprene, ainda que sejam colocadas em nível um pouco inferior ao do pavimento, para não serem diretamente atingidas pelas rodas dos veículos, são de curta duração, se a manutenção não for cuidadosa e constante; a manutenção deve evitar o acúmulo de detritos que acabarão por colocar a fita de neoprene em contato direto com as rodas dos veículos.

Constatada a ruptura da fita de neoprene, ela deve ser substituída por outra igual; se a manutenção continuar sendo precária deve der estudado outro tipo de junta, mais durável.

5.2.5 Juntas elásticas expansíveis nucleadas estruturais, JEENE

Este tipo de junta é constituído de três elementos básicos: a câmara elástica, o adesivo e a nucleação ou pressurização.

A câmara elástica é constituída de elastômero, com características geométricas, de dureza e elongação que podem ser dimensionadas segundo a necessidade de cada caso; a câmara elástica poderá conter uma ou mais cavidades suplementares.

O adesivo é de natureza epoxídica de alto desempenho, e a pressurização é efetuada através de ar comprimido e válvulas.

Os catálogos da junta JEENE, de fácil aquisição, são bastante claros e explicativos; as juntas já foram testadas em inúmeras obras e, para aberturas da ordem de 6cm, têm comportamento e duração satisfatórios.

Se os lábios poliméricos, que fixam a câmara elástica, forem confeccionados com os materiais indicados e se forem atendidas as especificações construtivas, na recuperação desta junta bastará substituir a câmara elástica.

5.2.6 Juntas em blocos de neoprene e chapas de aço

Inicialmente denominadas Juntas Transiflex, de procedência norte-americana, são hoje fabricadas por várias empresas brasileiras.

Conhecidas, entre outras denominações, como Juntas Traflex ou Juntaflex, constam de um monobloco de composto de elastômero estruturado internamente por chapas de aço fretantes; são juntas de alto custo e somente utilizadas quando são necessárias grandes movimentações; as juntas podem ser simples, com apenas, basicamente, dois blocos de elastômero, e múltiplas, com vários blocos de elastômero.

As movimentações destas juntas são facilitadas por reentrâncias existentes nas faces superior e inferior da junta; as reentrâncias superiores devem ser permanentemente mantidas livres de detritos, para não prejudicar a movimentação da junta.

As juntas são fixadas por parafusos em berços de concreto; as dimensões dos berços e dos parafusos constam de catálogos dos fabricantes; bem dimensionadas, bem assentadas e com manutenção adequada, as juntas oferecem serviço de boa qualidade e duração. Estas juntas, pelo fato de serem fabricadas em módulos de 1,00m de comprimento, permitem recuperações parciais.

As patologias mais comuns são: trincas e fraturas nos berços, parafusos defeituosos ou desapertados, desgaste excessivo, rasgos e vazamentos.

É aconselhável que a recuperação ou a substituição de juntas de maior complexidade seja efetuada pelo fabricante ou por empresa por ele indicada.

5.2.7 Juntas modulares expansíveis
Utilizadas para grandes movimentações e aberturas, podem apresentar-se com várias configurações, como por exemplo: um conjunto de várias fitas de neoprene devidamente alojadas em blocos, adequadamente suportados ou um conjunto de juntas de compressão, também devidamente alojadas e suportadas.

Os cuidados, as patologias e as recuperações destas juntas são semelhantes aos das juntas em fitas de neoprene e aos das juntas de compressão, acrescidas das verificações das estruturas auxiliares, de suporte dos apoios intermediários dos módulos das juntas.

5.2.8 Juntas denteadas
Mais conhecida como "finger joint", a junta denteada é constituída por duas chapas de aço, cada uma delas soldada em uma das extremidades e livre na outra; nas extremidades livres, as chapas têm saliências e reentrâncias defasadas e de dimensões adequadas e compatíveis com a movimentação da junta, o que permite um duplo funcionamento de macho e fêmea dos dentes.

Para funcionar como junta fechada, deve haver uma calha, que recolhe as águas pluviais e as escoam adequadamente.

Estas juntas devem estar perfeitamente construídas e assentadas, bem como sempre mantidas isentas de detritos; de outra forma, elas não funcionam e acabam por ter os dentes empenados, podendo provocar sérios acidentes de tráfego.

A Inspeção deve verificar se as chapas de aço estão firmemente fixadas, se há trincas ou fissuras nas soldas, se os dentes estão bem encaixados, se há corrosão nas chapas e se a calha inferior está coletando e direcionando convenientemente as águas pluviais.

A recuperação parcial destas juntas é possível porque elas são fornecidas em módulos; na recuperação e substituição dos módulos, deverá ser selecionada uma empresa com tradição e experiência neste tipo de serviço.

6 Manejo ambiental
As atividades de recuperação das juntas de dilatação podem variar, em número e qualidade, de acordo com o tipo de junta e a gravidade de suas patologias; em nenhuma destas atividades há qualquer agressão de monta ou permanente ao meio ambiente.

As atividades de recuperação são resumidas a seguir:

a) sinalização: instalação e manutenção;
b) desvio de tráfego;
c) plataformas suspensas de trabalho;
d) demolição e remoção de pavimento de asfalto;
e) demolição e remoção de pavimento de concreto;
f) concreto, fck = 30 MPa;
g) formas de compensado;
h) armação, aço CA 50;
i) concreto polimerizado;
j) cantoneiras de aço de 4"x 4"x 1,0 cm: remoção e colocação;

k) juntas de compressão;

l) juntas de fita de neoprene;

m) juntas tipo JEENE;

n) juntas tipo Traflex ou Juntaflex;

o) juntas modulares expansíveis;

p) Juntas denteadas, "Finger Joints".

Os materiais, provenientes de tratamentos, substituições ou excedentes de qualquer natureza, imediatamente após a conclusão das obras, devem ser removidos para locais previamente determinados.

7 Inspeção

Os serviços de recuperação ou de substituição de juntas de dilatação são especializados, devendo alguns deles ser executados pelo próprio fabricante da junta.

Entretanto, como todas as atividades, em maior ou menor escala, dependem de decisões e orientações de profissionais experientes, a presença e o acompanhamento constantes de um engenheiro capacitado é indispensável.

8 Condições de conformidade e não- conformidade

A presença e o acompanhamento constantes de um engenheiro experiente e a recomendação de, preferencialmente, serem contratadas para recuperação das juntas de dilatação, as próprias fabricantes ou empresas por elas indicadas, reduz as possibilidades de serviços não-conformes; entretanto, detectada sua existência, eles devem ser refeitos antes do prosseguimento dos serviços.

9 Critérios de medição

Os serviços, diferenciados e, às vezes parciais, previamente avaliados por um projeto, resultante de uma Inspeção, devem ser medidos por etapas, conforme indicado a seguir:

a) sinalização: instalação, operação e manutenção:

- sinalização horizontal e vertical: cada serviço com a sua unidade, de acordo com o SICRO 2;

- sinalização semafórica: por mês;

b) desvio de tráfego: cada serviço com a sua respectiva unidade, de acordo com o SICR02 ;

c) plataformas suspensas de trabalho: por m²;

d) demolição e remoção de pavimento de asfalto: por m³;

e) demolição e remoção de pavimento de concreto: por m³;

f) concreto, fck = 30 MPa: por m³;

g) formas de compensado: por m²;

h) armação, aço CA 50: por kg;

i) concreto polimerizado: por m³;

j) cantoneiras de aço de 4"x 4"x 1,0 cm: remoção e colocação: por kg;

k) juntas de compressão: por unidade;

l) juntas de fita de neoprene: por unidade.

m) juntas tipo JEENE: por unidade;

7.0 – DESCRITIVO ENCABEÇAMENTO

1 – APRESENTAÇÃO

O presente volume constitui o "PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA" e apresenta os elementos essenciais à execução da obra de Implantação de Ponte de Concreto Armado sobre o Rio Canjira localizado no município de Chapada dos Guimarães/MT.

A obra a ser executada compreende Ponte de Concreto Armado, Terraplenagem das cabeceiras da ponte e o revestimento primário com cascalho.

A Estrada a qual dá acesso a ponte de concreto possui pistas simples. A pista conta com duas faixas de rolamento. Tem aproximadamente 265 metros de extensão.

2 - OBJETIVO DO PROJETO

Este volume, objetiva, permitir uma visão geral do Projeto. É destinado para a execução da obra de implantação da infraestrutura.

NATUREZA DO PROJETO

O projeto prevê a implantação de infraestrutura de ponte de concreto armado, a terraplenagem e o revestimento primário com cascalho do segmento de acesso, o qual possui pista com capacidade para tráfego de veículos automotores.

CONSTITUIÇÃO DO PROJETO

O Projeto Executivo de Engenharia foi elaborado seguindo as "Diretrizes Básicas para Elaboração de Estudos e Projetos para Implantação e Terraplenagem de Estradas e Rodovias, em vigor no DNIT.

3 – INFORMATIVO DO PROJETO

O Projeto para Implantação, compreende todos os levantamentos e estudos, bem como as definições técnicas e econômicas necessárias a implantação definitiva da terraplenagem Estrada de Acesso a ponte de concreto sobre o Rio Canjira.

A diretriz implantada do traçado segue a localização da Ponte de Concreto Armado no seu sentido Norte para Sul.

As características técnicas adotadas na elaboração do projeto são as contidas no Escopo Básico para Elaboração do Projeto Básico e Executivo para Implantação e Pavimentação de Estradas e Rodovias, elaborado pelo DNIT. Seguem abaixo as características adotadas:

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	Plana / Ondulada
Velocidade diretriz	60 km/h
Distância de visibilidade parada	75 m
Distância mínima de visibilidade de ultrapassagem	420 m
Raio mínimo de curva horizontal	20 m
Taxa máxima de superelevação	8,0 %
Rampa máxima longitudinal	8,0 %
Declividade transversal da pista	3,0 %
Valor mínimo de K para curvas verticais côncavas	15,0
Valor mínimo de K para curvas verticais convexas	14,0
Largura da faixa de rolamento	3,50 m
Largura do acostamento	1,00 m

As obras para implantação da Ponte de Concreto Armado incluem as seguintes etapas:

- Obra de Artes Especial
- Terraplenagem
- Revestimento Primário

OBRA DE ARTES ESPECIAL

Prevê a construção de uma Ponte de Concreto Armado, com dimensões de 25,50 metros de extensão e 5,00 metros de largura, totalizando 127,5 m².

TERRAPLENAGEM

As obras de terraplenagem preveem a execução de aterro. O volume de corte não será o suficiente para compensação longitudinal, sendo necessário a importação de material de caixas de empréstimo concentrado para execução do corpo de aterro. A conformação do subleito será executada até o greide de terraplenagem. Para execução de corte e aterro serão necessários os serviços de escavação, carga, transporte dos materiais.

REVESTIMENTO PRIMÁRIO

Após a conformação do greide será executado uma regularização do subleito com espessura média de 15 cm, e sobre o subleito será executada uma camada de revestimento primário com solo laterítico adquirido em jazida J-01 ao qual possui um distância de 36,9 km da obra.

4 – ESTUDOS

4.1 - ESTUDOS TOPOGRÁFICOS

Os Estudos e Levantamentos Topográficos para Implantação da Ponte de Concreto Armado e Estrada Municipal de Acesso, desenvolveu-se atendendo as normas vigentes do manual de projeto geométrico do DNIT, seguindo a metodologia convencional para serviços desta natureza.

O objetivo é dar aos serviços um andamento seguro, assim como garantir qualidade. Foi fornecido pelo projeto urbanístico os traçados a serem executados e conclui-se que os mesmos atendem tecnicamente às normas consultadas.

EXECUÇÃO DO ESTUDO

Os estudos topográficos executados constataram das seguintes etapas de trabalho:

- Locação direta;
- Levantamento planialtimétrico da região;
- Amarrações;
- Levantamento cadastral de acessórios de drenagem, pistas existentes, postes e outros que se fizer necessário existentes nas adjacências;
- Levantamento dos locais de cruzamentos com outras vias;
- Batimetria.

LOCAÇÃO

A diretriz a ser implantada atende perfeitamente as condições viárias exigidas em normas específicas no que diz respeito a segurança e trafegabilidade.

Os serviços seguiram a metodologia clássica topográfica. Implantaram-se inicialmente os alinhamentos retos, determinaram-se os pontos de interseções (PI).

O eixo do traçado poderá a qualquer momento ser materializado pela implantação de estacas e piquetes de madeira a partir dos marcos de referência implantados para esse fim. Poderá também, ser materializado facilmente por meio de coordenadas UTM ao longo do traçado e pontos geométricos com utilização de equipamentos que utilizam sinais de GPS Geodésico.

LEVANTAMENTO DAS SEÇÕES TRANSVERSAIS

As seções transversais do terreno foram originadas a partir da MDT (Modelagem Digital do Terreno). Para geração dessa MDT foram coletados pontos com o auxilio do equipamento topográfico de Estação Total e RTK, cobrindo toda a largura da Faixa de Domínio. Com os pontos coletados originou-se uma malha triangulada com interpolação entre pontos de no máximo 20 metros de distância entre si.

4.2 - ESTUDOS DE OCORRÊNCIAS DE MATERIAIS TERROSOS (JAZIDA)

A jazida indicada já encontra-se explorada e localiza-se nas coordenadas: W 55°41'22.70" – S 15°26'33.00" – Datum Sirgas 2000.

O material de Jazida possui as características de solo laterítico, o qual será utilizado na camada do revestimento primário das pistas de aproximação da ponte.

5 – PROJETO GEOMÉTRICO

OBJETIVOS

O Projeto Geométrico teve por objetivo a definição geométrica da estrada, detalhando-a planialtimétricamente determinando o traçado a ser seguido, o perfil de elevação do greide da estrada em relação ao terreno natural e a geometria da seção transversal. Este projeto constitui-se na informação básica para o desenvolvimento dos demais.

METODOLOGIA

O Projeto Geométrico foi desenvolvido de acordo com o exposto nas Instruções de Serviço IS-208, instruções de Serviço para Projeto Geométrico, tendo sido adotadas as especificações preconizadas no Manual de Projeto Geométrico de Travessias Urbanas.

PROJETO EM PLANTA

A diretriz em planta foi definida nos estudos topográficos e diretamente locada.

Na definição do traçado foi considerado o já existente e este concordando com o ponto de passagem da nova ponte.

O projeto em planta foi elaborado com curvas de nível apresentadas a cada 1,00 metro.

PROJETO EM PERFIL

Definido o perfil do terreno correspondente a diretriz da Estrada, procedeu-se o lançamento do greide de terraplenagem, procurando sempre obter o menor movimento de terra possível, dentro das características técnicas estabelecidas para o projeto.

As concordâncias verticais foram feitas através de parábolas simples, côncavas e convexas, observando-se sempre os valores característicos (K) mínimo exigidos para a visibilidade de parada de projeto.

Para cada estaca onde foi levantada seção transversal do terreno, foram calculados os elementos geométricos transversais, tais como: declividade e largura da plataforma projetada, permitindo a obtenção do afastamento do eixo até a cota dos bordos apresentadas na Nota de Serviços de Terraplenagem.

6 – PROJETO DE TERRAPLENAGEM

O projeto de terraplenagem foi elaborado com base no Projeto Geométrico.

O conhecimento das características dos solos a serem movimentados e dos elementos geométricos da plataforma permitiu a qualificação e quantificação dos solos a movimentar.

ELABORAÇÃO DO PROJETO

Na elaboração do projeto foram cumpridas as seguintes etapas de serviço:

- Definição dos taludes de corte;
- Determinação dos volumes de terraplenagem, pelo método da semi-soma das áreas das seções;
- Análise de terraplenagem e estudo da distribuição das massas;
- Determinação das distâncias de transporte;
- Quantificação dos serviços.

Na execução dos serviços componentes do Projeto de Terraplenagem foram adotadas as metodologias descritas a seguir:

DETERMINAÇÃO DOS VOLUMES

O volume a movimentar na operação de terraplenagem foi realizado por computação eletrônica, através de programas desenvolvidos para a sua quantificação. O programa utiliza dois métodos para a quantificação da terraplenagem:

- O método da semi-soma das áreas das seções adjacentes (mais utilizado para arruamentos e estradas); e

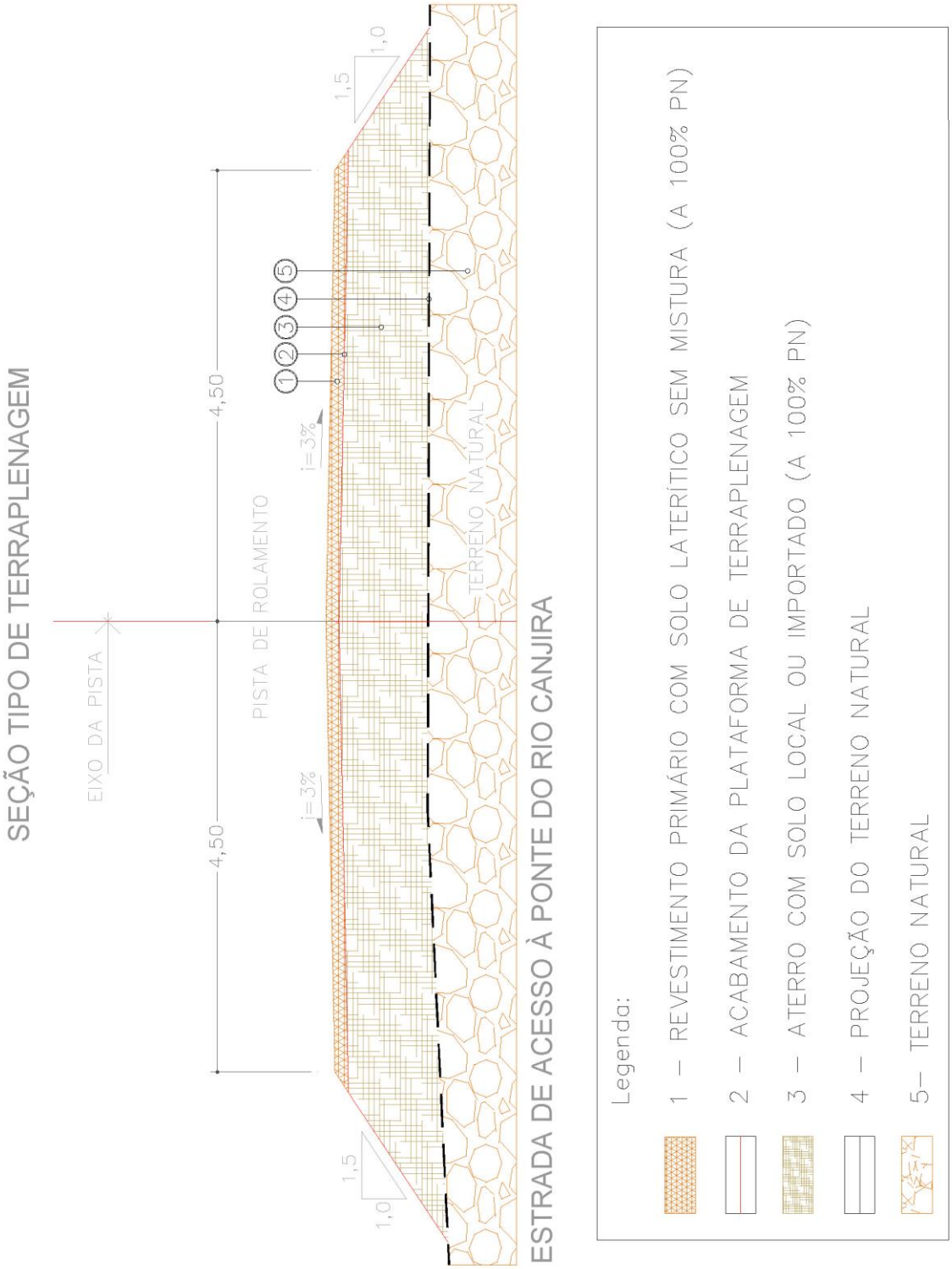
Os dados de entrada para a execução do cálculo de volume são:

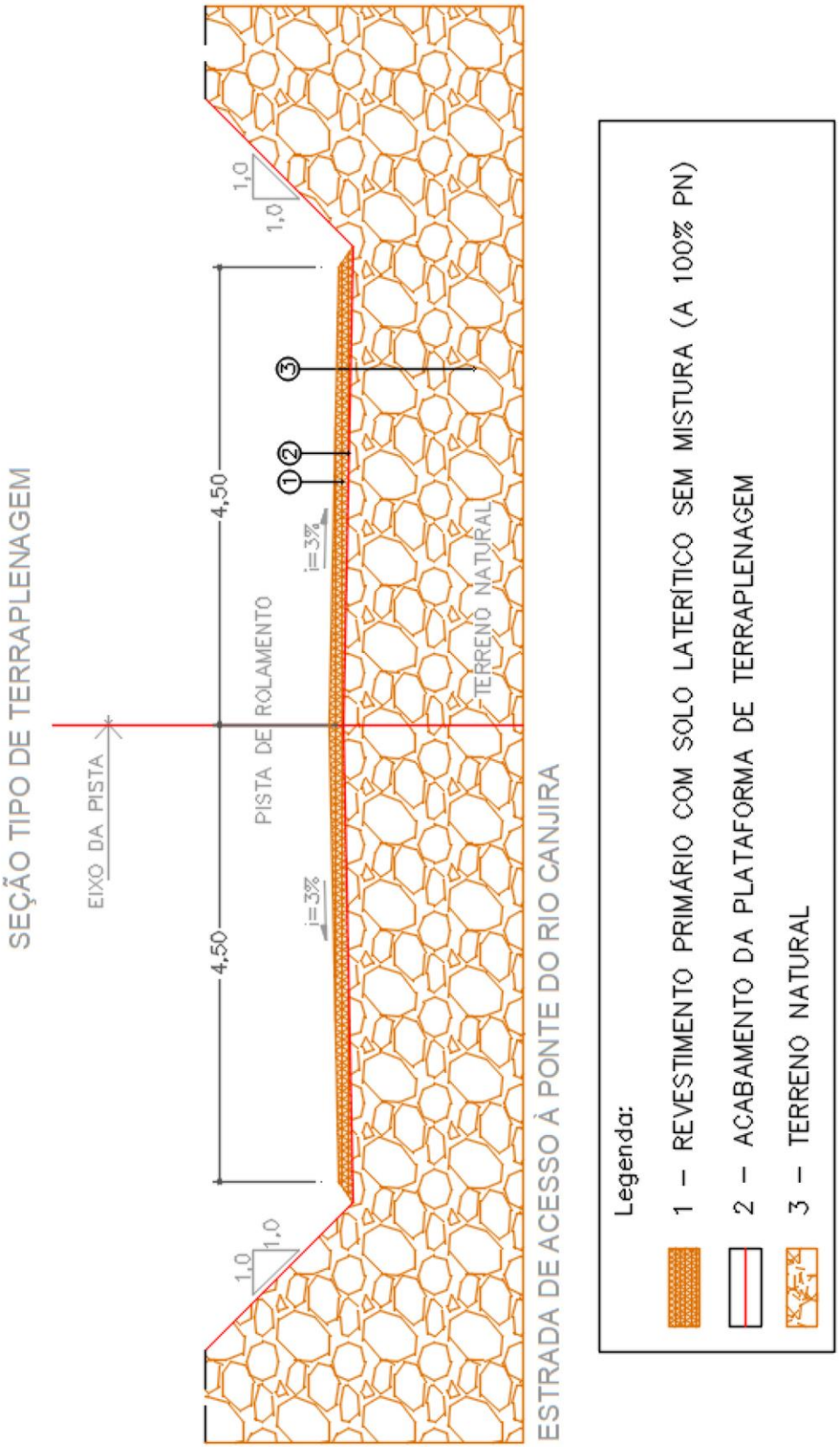
- Cotas do eixo de projeto;
- Elementos do alinhamento (projeto em planta);
- Elementos do projeto vertical (greide projetado);
- Elementos planimétricos da seção transversal adotada;
- Inclinação dos taludes de corte e aterro;
- Classificação dos materiais quanto à sua categoria.

O Relatório de Volumes apresenta os seguintes dados:

- Volumes geométricos acumulados de corte e aterros;

A seguir é apresentada a Seções Tipo de Terraplenagem.


SEÇÃO TIPO DE TERRAPLENAGEM
EIXO DA PISTA
PISTA DE ROLAMENTO
4,50
4,50
i=3%
i=3%
1,5
1,0
1,5
1,0
1
2
3
4
5
TERRENO NATURAL
ESTRADA DE ACESSO À PONTE DO RIO CANJIRA
Legenda:
1 – REVESTIMENTO PRIMÁRIO COM SOLO LATERÍTICO SEM MISTURA (A 100% PN)
2 – ACABAMENTO DA PLATAFORMA DE TERRAPLENAGEM
3 – ATERRO COM SOLO LOCAL OU IMPORTADO (A 100% PN)
4 – PROJEÇÃO DO TERRENO NATURAL
5– TERRENO NATURAL


SEÇÃO TIPO DE TERRAPLENAGEM
EIXO DA PISTA
PISTA DE ROLAMENTO
4,50
4,50
i=3%
i=3%
1,0
1,0
1,0
1,0
1
2
3
TERRENO NATURAL
ESTRADA DE ACESSO À PONTE DO RIO CANJIRA
Legenda:
1 – REVESTIMENTO PRIMÁRIO COM SOLO LATERÍTICO SEM MISTURA (A 100% PN)
2 – ACABAMENTO DA PLATAFORMA DE TERRAPLENAGEM
3 – TERRENO NATURAL

7 – INSTRUÇÕES DE EXECUÇÃO

7.1- TERRAPLENAGEM

7.1.1- Terraplenagem

Deverá ser executado o rebaixamento do aterro obedecendo a largura da estrada, até o limite especificado no projeto executivo, sendo reconstituído camada por camada até a altura desejada. O solo para os aterros provirá de compensação longitudinal devidamente selecionados no projeto executivo, sendo isentos de matérias orgânicas, diatomáceas, trufas e argilas orgânicas.

A execução de corte/aterro subordinar-se-á aos elementos técnicos das notas de serviços elaboradas de acordo com o projeto executivo. A camada final do aterro será executada com o melhor material disponível.

O material lançado deverá ser espalhado em camadas horizontais, na extensão que permita o seu umedecimento e sua compactação dentro dos critérios das especificações.

A compactação das camadas, nos solos coesivos, deverá ser feita com o emprego de rolos compactadores vibratórios pé-de-carneiro. Nos solos de composição granular, serão empregados rolos lisos vibratórios.

Quando as camadas tratadas não atingirem as especificações, elas deverão ser escarificadas, homogeneizadas, levadas à umidade adequada e novamente compactadas até atingirem os valores estabelecidos para o acabamento final.

As rolagens deverão ser feitas de maneira a garantir uma compactação uniforme. Para tal, em cada passada, o rolo cobrirá aproximadamente metade da passada anterior. A compactação de cada camada somente poderá ser concluída quando a umidade do solo atingir a densidade aparente máxima de laboratório, conforme especificações da FISCALIZAÇÃO.

Deverá ser tomado especial cuidado quanto à verificação do teor de umidade do material lançado, garantindo-se desta forma, valores dentro dos limites especificados, necessários para a obtenção das densidades requeridas. Havendo a necessidade de correção, estas se darão por diferentes processos e em função do problema verificado. Quando o teor estiver acima do limite especificado, o solo lançado deverá se revolvido por meio de escarificadores ou grade de discos, sendo desta forma submetido à secagem. Nos casos em que este teor se apresentar abaixo do limite especificado, o solo deverá ser irrigado até que o teor de umidade atinja o valor ótimo para a compactação, empregando-se nestes casos, caminhões pipas com barras aspersas.

Na eventualidade de ocorrer interrupções dos serviços, a superfície do aterro será compactada com rolos lisos vibratórios, de modo a tornar esta superfície o mais impermeável possível, para que não haja alterações das características do material já compactado. O serviço só poderá ser retomado, após a verificação destas características, procedendo-se as correções indicadas, quando necessárias.

Nos pontos onde haver problemas de estabilidade da fundação de aterros, deverá ser tomadas as medidas cabíveis, juntamente com a FISCALIZAÇÃO, para garantir a vida útil do pavimento e corpo de aterro que será construída nesse local de instabilidade. Nesses casos de aparecimento de

solos instáveis é recomendado a troca de solo por solo de melhor qualidade, de preferência solo selecionado de jazidas. Caso não seja possível a retirada desses solos, recomenda-se a estabilização dessa fundação com material granular inerte, ou seja, utilizar areia grossa e/ou rocha para a devida estabilização e só a partir daí seguir com as camadas adjacentes de aterro.

7.1.2 – Revestimento Primário

7.1.2.1 - Regularização do Sub-leito

A regularização deverá ser iniciada com a marcação topográfica, definindo as larguras e cotas finais desta etapa. Em função desta marcação será verificada a necessidade de cortes ou aterros no sub-leito.

A escarificação do sub-leito será realizada por motoniveladoras atingindo a espessura média de 20 cm. Após a escarificação deverá ser processada a retirada do material dos trechos que se apresentarem com excessos e a adição dos trechos com falta em seguida deverá ser feita a pulverização e homogeneização do material com o uso de grade de discos rebocadas por trator de pneus. Durante a homogeneização serão feitos ensaios em laboratório da umidade do material, realizando-se ensaio com speed para determinação da necessidade ou não de adição de água.

Quando necessário, caminhões pipa deverão ser deslocados, distribuindo uniformemente por sobre o material pulverizado a quantidade de água necessária. Será preciso atenção, para não se deixar estacionar o caminhão pipa sobre o material, o que evitará aparecimento de áreas com excesso de umidade. Concluída a homogeneização e estando o material na sua umidade ótima, deverá ser feita a conformação com uso da motoniveladora sendo em seguida iniciada a compactação. Nesta etapa o rolo vibratório iniciará a compactação, do bordo para o eixo, ou seja, da parte mais baixa para o ponto mais alto. Cada passada deverá ser recoberta pela seguinte, em no mínimo, 50cm de largura e o número será determinado no local através de pistas experimentais. Antes de concluída a compactação será feito, com a motoniveladora, o acerto final da camada. Também deverá ser mantida a umidade superficial, com a passagem de caminhão pipa com velocidade compatível com a quantidade desejada de água, sobre a superfície acabada. A compactação será concluída com rolos lisos auto-propelidos.

Após concluída a compactação, deverão ser efetuadas as verificações finais de topografia e laboratório para permitir a liberação do trecho para execução da camada seguinte.

7.1.2.2– Revestimento Primário de Solo Estabilizado sem Mistura

A camada de de revestimento primário estabilizado sem mistura, deverá ser lançada sobre o sub-leito regularizado.

Este trabalho deverá ser iniciado com o espalhamento do material enleirado, sobre o sub-leito. Esse espalhamento deverá ser feito com o uso de motoniveladora desfazendo os montes e distribuindo o material, uniformemente, na espessura desejada, sobre camada anterior. Em seguida será procedida a homogeneização do material pela passagem das grades de discos rebocadas por tratores de pneus.

Com o material homogeneizado, deverão ser feitos os ensaios "in situ" de umidade para verificar a necessidade de adicionamento de água ou fazer aeração para perda da umidade excessiva. Havendo a necessidade de se adicionar água, deverão ser utilizados caminhões pipa

equipados com barras espargidoras, que farão a distribuição de água nas quantidades necessárias. Quando não estiverem em operação, os caminhões pipa deverão ser estacionados fora da pista, para evitar o aparecimento de áreas com excesso de umidade.

Estando o material homogeneizado, conformado e na sua umidade ótima ou dentro das variações permitidas, será iniciado o processo de compactação, quando deverão ser utilizados rolos compactadores vibratórios liso e de pneus para acabamento final. A compactação será sempre iniciada pelos bordos e cada passada será recoberta pela seguinte, em pelo menos 50cm, até atingir o eixo.

O número exato de passadas será determinado em função do material, da espessura da camada e da energia de compactação transmitida pelo rolo. Antes da rolagem final será feito, com a motoniveladora, o acerto final da camada. A umidade superficial será mantida com a utilização de caminhão pipa. A seqüência de entradas dos rolos compactadores será iniciada com o rolo pé-de-carneiro e, em seguida, com o rolo liso.

As verificações finais de laboratórios e topografia serão feitas e, se atendidas as especificações de projeto, será liberada a camada para tráfego.

7.1.2.3 – Escavação e carga de material de jazida

A camada de terra que for necessário transportar de material de jazida, devido ao resultado do bota-fora, deverá ser de boa procedência e de boa compactação.

A exploração das jazidas será feita em duas etapas:

-limpeza da vegetação existente e expurgo de material inservível;

-escavação do material.

A limpeza da vegetação, dependendo do seu tipo, poderá ser feita por simples queimada ou pelos métodos normais de desmatamento e limpeza.

Após a conclusão da limpeza, deverá ser executada a escavação racional do material. Serão obedecidas as alturas de corte indicadas no projeto executivo, evitando-se a contaminação de materiais de qualidade inferior. Cuidados especiais deverão ser tomados para dispor o material escavado em montes de altura e volume compatíveis com o bom desempenho do equipamento no seu carregamento.

Na extração haverá, portanto, necessidade de equipamentos para escavar, carregar e transportar o material. Os equipamentos a serem utilizados compreenderão trator de esteira para desmatamento e escavação, carregadeira frontal sobre pneus e caminhões basculante para o transporte.

Deverão ser solicitadas as amostras dos materiais escavados para análise de suas características físicas em laboratório de análise de solos.

Terminado os serviços de exploração da jazida, será necessário conformar o terreno e espalhar a camada de solo rejeitado sobre a área explorada.

7.1.2.4 - Expurgo

O expurgo (bota-fora) será removido para locais determinados pela Fiscalização, e no seu preço estão incluídos carga e transporte, a uma distância média, definida no orçamento. O expurgo

constará do material escavado e não utilizado para reaterro, sendo medido a partir do local de carga, pelo sistema de volume transportado.

O material que não for apontado no destino determinado pela Fiscalização não terá seu volume incluído no pagamento do item expurgo. Não será medido expurgo para entulhos proveniente de restos de materiais utilizados na execução da obra.

7.1.2.5 - Limpeza e entrega da obra

Restos de materiais, terras, barraco de obra, materiais de construção em geral, restos de pavimentos asfálticos, etc., que forem demolidos ou danificados pela execução da obra, deverão ser restaurados. Após a execução de todos os serviços descritos, deverá ser feita a retirada completa dos aparelhamentos, materiais não utilizados, devendo ser procedida a limpeza geral e completa das áreas onde foram desenvolvidos os serviços.

7.1.2.6 – Considerações

Todo material a ser empregado na obra deverá ser comprovadamente de boa qualidade, sendo respeitadas as especificações referentes aos mesmos. Se as circunstâncias ou condições locais de mercado tornar, porventura, aconselhável a substituição de qualquer material especificado por outro equivalente, tal substituição somente será procedida mediante autorização expressa da FISCALIZAÇÃO.

Prevalecerá sempre o primeiro, quando houver divergência entre:

- As presentes especificações e os projetos;
- As normas da ABNT e as presentes especificações;
- As normas da ABNT e aquelas recomendadas pelos fabricantes de materiais;
- As cotas dos desenhos e as medidas em escala sobre estes;
- Os desenhos com data mais recente e os com data mais antiga.

8 –ORÇAMENTO BÁSICO DOS SERVIÇOS

O valor unitário dos serviços foi extraído da tabela SICRO elaborada pelo DNIT com data base de Outubro/2023.

Para a elaboração dos custos do orçamento foram considerados os seguinte itens:

- Custos com administração local da obra;
- Custo direto dos serviços em geral;
- Impostos e Taxas;
- Posicionamento geográfico;
- Fatores sócio-econômicos da região;

CUSTOS COM ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA: Custo indireto gerado pela equipe administrativa da obra. Essa equipe é responsável pelo acompanhamento dos serviços, controle de qualidade, tomada de decisões, etc.

CUSTO DIRETO DOS SERVIÇOS: são os custos gerados pelo equipe de produção composta por equipamentos, operadores, ajudantes, encarregados, combustível, transportes, etc.

IMPOSTOS E TAXAS: todos os valores referente ao pagamento de impostos, contribuições sindicais, cartórios, CREAs, seguros, custos financeiros, etc.

POSICIONAMENTO GEOGRÁFICO: Quanto a localização onde a obra será executada. Se os materiais e mão-de-obra necessários para execução dos serviços estão próximos ou distante do local de aplicação influenciando diretamente no valor dos transportes e gastos com pessoal.

FATORES SÓCIO-ECONÔMICO REGIONAL: Indicativo necessário para verificação quanto ao potencial da região, nela será possível, ou não, encontrar os equipamentos, materiais e mão-de-obra necessário. Sempre que possível utilizou-se equipamentos e mão-de-obra local, com essa metodologia o custo com mobilização, transporte, alimentação e alojamentos são minimizadas e a região tem um ganho a economia local.

Segue o orçamento básico dos serviços e quadros das quantidades:

8.0 - PLANO DE EXECUÇÃO DA OBRA

INTRODUÇÃO

O plano de execução foi elaborado com base nas especificações dos serviços e nos manuais do DNIT, cuja finalidade é orientar e estabelecer uma sequência lógica de execução dos principais serviços presentes na planilha orçamentária.

A ponte sobre o Rio Canjira Acorá, a ser construída com o projeto, objeto destas especificações não apresenta nenhuma dificuldade que exijam soluções diferentes dos normalmente usados na construção de pontes de Concreto Armado.

Energia Elétrica

Caso necessário a remoção dos postes de energia fica a cardo da empresa responsável pela distribuição da energia na região e a comunicação pode ser feita pela empresa vencedora da licitação e pela Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães.

Mão-de-Obra

De um modo geral, está sendo previsto que parte da mão-de-obra sendo mobilizada pela empreiteira. Devendo assim, o restante da mão-de-obra não especializada, pode ser encontrada na região.

Tráfego no local

A obra da ponte está localizada no eixo da rodovia existente, evitando assim curvas na via que sem necessidade, deste modo como solução recomenda-se a utilização de vias secundarias presentes na região.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANO DE ATAQUE DA OBRA DE ARTE ESPECIAL

O plano de execução foi elaborado com base nas especificações dos serviços e nos manuais do DNIT, cuja finalidade é orientar e estabelecer uma sequência lógica de execução dos principais serviços presentes na planilha orçamentária.

A ponte a ser construída, objeto destas especificações não apresenta nenhuma dificuldade que exijam soluções diferentes dos normalmente usados na construção de pontes de Concreto Armado.

Serviços Preliminares

A construção da ponte deverá ser precedida dos Serviços Preliminares, durante essa etapa deverá ser iniciada a instalação do canteiro de obras e a instalação da placa sobre as informações da obra, sendo compreendida pelas etapas:

Implantação

É a fase em que deverá ser feita a demarcação topográfica da obra em termos de alinhamentos e referências altimétricas. Todos os marcos de locação e referências de nível devem ficar em locais bem protegidos, onde não sofram danos que possam induzir a erros na construção da obra. Nesta fase é feita também a demarcação do canteiro de obra e área e vivência, do pátio de fabricação das vigas e do local de seu armazenamento.

Preparo do Terreno

Esta fase consistirá na limpeza e conformação da área do terreno ocupada pela obra, e deverá atender às especificações das normas vigentes.

Instalação

A escolha do local e a construção das edificações do canteiro de obras deverão atender, primordialmente às condições de segurança, salubridade e funcionalidade.

A instalação consistirá, essencialmente dos seguintes elementos:

- Almoxarifado;
- Alojamentos;
- Escritório para fiscalização;
- Vestiários e Sanitários;
- Refeitório;
- Residências;
- Depósito de cimento;
- Guarita;
- Laboratório;

Demolição

No local da obra a ser executada, encontra-se uma ponte de madeira existente, que precisará ser demolida, pois a nova ponte de concreto está posicionada no eixo da ponte antiga, impossibilitando a execução da ponte nova. Essa proximidade pode ser observada na batimetria do rio.

Infraestrutura

Com base nos relatórios de sondagens apresentados, a fundação definida para esta obra foi em estaca raiz perfurada no solo com diâmetro de 40cm. Essas estacas são unidas por um bloco de concreto denominado bloco de coroamento, que tem a função de distribuir as solicitações da estrutura da ponte na fundação.

– Estaca Raiz perfurada em solo

Após a marcação do posicionamento das fundações, é iniciado o posicionamento da perfuratriz para a escavação das estacas, ao término da escavação é iniciado o posicionamento da armadura e em seguida a concretagem da estaca. Finalizando a concretagem de uma estaca, a máquina é posicionada para a próxima estaca. Caso seja possível, recomenda-se pular uma estaca caso não tenha ocorrido o fim da pega da estaca anterior.

Com as estacas do apoio concretada, inicia a escavação para o bloco de coroamento, após a escavação o concreto das estacas deve ser demolido de modo a fazer o arrasamento até a cota estimada no projeto. Finalizado o arrasamento das estacas inicia a montagem de armadura, forma e pôr fim a concretagem do bloco de coroamento.

Fôrmas

As formas serão executadas de modo que o concreto acabado tenha as formas, dimensões, alinhamentos e cotas previstos em projeto. Poderão ser de madeira serrada ou compensada, metálica ou de concreto, e para que atendam às suas finalidades.

Serão dimensionadas de modo que não possam sofrer deformações prejudiciais, quer sob ação dos fatores ambientais, quer sob ação da carga, especialmente a do concreto fresco.

Poderão ser executados com uma contra flecha prevista no projeto, tal que, retirado o escoramento, a estrutura na temperatura média e sob a ação da carga permanente total, depois de terminada a retração e a deformação lenta, adquira a forma prevista no projeto.

As formas serão suficientemente estanques para que não haja perde de argamassa. Suas peças serão alinhadas para se justaporem do melhor modo possível e juntos sejam vedados.

As formas de madeira serão molhadas até a saturação, momentos antes do início do lançamento do concreto. Serão previstos dispositivos, tais como aberturas próximos ao seu fundo, que permitam a sua limpeza.

Para evitar a aderência ao concreto, as superfícies das formas poderão ser tratadas com produtos antiaderentes que facilitem a desmoldagem. Este tratamento será feito antes da colocação da armadura e, não poderá deixar na superfície do concreto, resíduos que sejam prejudiciais.

A retirada das formas e do escoramento só será feita quando o concreto se achar suficientemente endurecido para resistir as ações que sobre ele atuem e não conduzir as deformações inaceitáveis, tendo em vista o valor baixo do módulo de deformação longitudinal do concreto e a maior probabilidade de grande deformação lenta quando o concreto é solicitado com pouca idade.

Armaduras

No concreto armado utilizam-se apenas as armaduras passivas, definidas como as armaduras que não sejam usadas para produzir forças de protensão, isto é, que não sejam previamente alongadas. O armazenamento dessas armaduras deve ser feito sem contato com o solo, sobre estrados, ao abrigo da chuva e em ambiente ventilado.

Antes de serem introduzidas nas formas, as barras de aço serão convenientemente limpas de qualquer substância prejudicial à aderência, sendo removidos as crostas de borda e argamassa, manchas de óleo e graxa, assim como as escamas eventualmente destacas por oxidação.

As barras de armadura serão dobradas de acordo como projeto, respeitando-se os raios de curvatura mínimos indicados na NBR-6118. Tanto as barras de aço classe A, como principal os de classe B, serão sempre dobrados a frio. As barras não serão dobradas junto às emendas com solda.

A armadura será montada no interior das formas na posição indicada no projeto e modo que se mantenha firme durante o lançamento do concreto, conservando-se inalteradas as distâncias das barras entre si e das faces internas das formas. Para isto serão usados arames e tarugos de aço ou tocos de concreto. Nas lajes será feita amarração das barras de modo que em cada uma delas o afastamento entre duas amarrações não exceda a 35 cm.

Todas as barras da armadura, inclusive os de distribuição de montagem e estribos, terão cobrimento de concreto conforme prescreve a NBR 6118:

Confecção e Lançamento do concreto

A execução de concreto para obra de arte especial poderá ser com equipamentos tipo betoneira, alimentada manualmente, seja por padiolas de madeira previamente dimensionadas, conforme o traço dosado em laboratório, ou por carrinhos de mão adaptados a este tipo de serviço e devidamente dimensionados, sendo o uso de um ou outro tipo de abastecimento da obra. A capacidade da betoneira será, também, função dos mesmos fatores: betoneira de 320 litros para o primeiro tipo e betoneira de 750 litros para o segundo tipo. As centrais de concreto podem também ser usadas para a produção do concreto.

Como equipamentos auxiliares, além dos carrinhos já mencionados, serão usadas galeotas ou jericas para o transporte e lançamento do concreto pronto, vibradores, outras ferramentas manuais e um grupo gerador para fornecimento de energia.

Após o amassamento o concreto será lançado, num intervalo inferior à uma hora entre o final de amassamento ou agitação mecânica. Quando houver necessidade de aumentar este intervalo, será utilizado um retardado de pega e endurecimento.

A altura de queda livre não ultrapassará a 2m. Em peças com alturas superiores, medidas especiais serão tomadas para evitar segregação, entre elas:

- lançamento através de funis ou trambes;
- abertura de janelas nas formas que permitam diminuir a altura de lançamento e facilitem o adensamento;
- emprego de concreto mais plástico e rico em cimento;
- colocação de 5 a 10 cm de espessura de argamassa de cimento, feita com o mesmo traço do concreto que vai ser utilizado, porém sem agregado graúdo.

A concretagem será procedida por um estudo, que estabelecerá o plano de concretagem, prazos e planos de retirada de forma, colocação de armadura adicional nos locais de interrupção forçada de concretagem na estrutura.

Para se obter o concreto compactado com o mínimo de vazios, serão utilizados processos mecânicos de compactação através de vibradores, que poderão ser internos, com agulhas vibrantes ou externos, com réguas de superfície, mesas vibratórias e de formas.

A cura do processo que tem por objetivo evitar a evaporação da água utilizada na mistura de concreto e que deverá reagir com o cimento hidratando-o. A cura será feita por um dos processos abaixo:

- Irrigação ou aspersão d'água;
- Submersão da peça sob uma lâmina d'água;
- Recobrimento com areia úmida, pó de serra ou folha molhada, sacos de linhagem umedecidos etc.;
- Membrana de cura, com emulsões aquosas ou soluções de produtos resinosos ou parafínicos;
- Conservação das formas.

Mesoestrutura

Escoramentos

Escoramento são as estruturas provisórias destinadas a suportar o peso de uma estrutura permanente, durante sua execução, até que que mesma se torne autoportante, e neste caso serão construídos com madeira, e serão do tipo de montante verticais contra ventados, com fundação de madeira roliça.

Após a conclusão da obra os escoramentos serão removidos, juntamente com os respectivos suportes, sem deixar vestígios aparentes. Nos casos de vãos bi apoiados, a retirada será procedida do centro em direção aos apoios, e no caso de vãos em balanço a retira do escoramento será executado dos extremos para os apoios.

As fundações dos escoramentos, construídos acima do nível do terreno, serão arrasados até este nível. As fundações colocadas em lâmina d'água, serão arrancados ou cortados no nível do fundo.

Os consoles e furos nos pilares, destinados ao apoio dos escoramentos, serão acabados como previsto no projeto da obra definitiva.

Nos casos em que há a construção de estruturas no meio do afluente, é necessário a execução de uma ponte de madeira que permita a movimentação de máquinas e pessoas até o local das estruturas a serem concretadas, neste caso a própria estrutura do escoramento das longarinas servirá como ponte branca.

Formas

As formas serão executadas de modo que o concreto acabado tenha as formas, dimensões, alinhamentos e cotas previstos em projeto. Poderão ser de madeira serrada ou compensada, metálica ou de concreto, e para que atendam às suas finalidades.

Serão dimensionadas de modo que não possam sofrer deformações prejudiciais, quer sob ação dos fatores ambientais, quer sob ação da carga, especialmente a do concreto fresco.

Poderão ser executados com uma contra flecha prevista no projeto, tal que, retirado o escoramento, a estrutura na temperatura média e sob a ação da carga permanente total, depois de terminada a retração e a deformação lenta, adquira a forma prevista no projeto.

As formas serão suficientemente estanques para que não haja perde de argamassa. Suas peças serão alinhadas para se justaporem do melhor modo possível e juntos sejam vedados.

As formas de madeira serão molhadas até a saturação, momentos antes do início do lançamento do concreto. Serão previstos dispositivos, tais como aberturas próximos ao seu fundo, que permitam a sua limpeza.

Para evitar a aderência ao concreto, as superfícies das formas poderão ser tratadas com produtos antiaderentes que facilitem a desmoldagem. Este tratamento será feito antes da colocação da armadura e, não poderá deixar na superfície do concreto, resíduos que sejam prejudiciais.

A retirada das formas e do escoramento só será feita quando o concreto se achar suficientemente endurecido para resistir as ações que sobre ele atuem e não conduzir as deformações inaceitáveis, tendo em vista o valor baixo do módulo de deformação longitudinal do concreto e a maior probabilidade de grande deformação lenta quando o concreto é solicitado com pouca idade.

Armaduras

No concreto armado utilizam-se apenas as armaduras passivas, definidas como as armaduras que não sejam usadas para produzir forças de protensão, isto é, que não sejam previamente alongadas. O armazenamento dessas armaduras deve ser feito sem contato com o solo, sobre estrados, ao abrigo da chuva e em ambiente ventilado.

Antes de serem introduzidas nas formas, as barras de aço serão convenientemente limpas de qualquer substância prejudicial à aderência, sendo removidos as crostas de borda e argamassa, manchas de óleo e graxa, assim como as escamas eventualmente destacas por oxidação.

As barras de armadura serão dobradas de acordo como projeto, respeitando-se os raios de curvatura mínimos indicados na NBR-6118. Tanto as barras de aço classe A, como principal os de classe B, serão sempre dobrados a frio. As barras não serão dobradas junto às emendas com solda.

A armadura será montada no interior das formas na posição indicada no projeto e modo que se mantenha firme durante o lançamento do concreto, conservando-se inalteradas as distâncias das barras entre si e das faces internas das formas. Para isto serão usados arames e tarugos de aço ou tocos de concreto. Nas lajes será feita amarração das barras de modo que em cada uma delas o afastamento entre duas amarrações não exceda a 35 cm.

Todas as barras da armadura, inclusive os de distribuição de montagem e estribos, terão cobrimento de concreto conforme prescreve a NBR 6118:

Confecção e Lançamento do concreto

A execução de concreto para obra de arte especial poderá ser com equipamentos tipo betoneira, alimentada manualmente, seja por padiolas de madeira previamente dimensionadas, conforme o traço dosado em laboratório, ou por carrinhos de mão adaptados a este tipo de serviço e devidamente dimensionados, sendo o uso de um ou outro tipo de abastecimento da obra. A capacidade da betoneira será, também, função dos mesmos fatores: betoneira de 320 litros para o primeiro tipo e betoneira de 750 litros para o segundo tipo. As centrais de concreto podem também ser usadas para a produção do concreto.

Como equipamentos auxiliares, além dos carrinhos já mencionados, serão usadas galeotas ou jericas para o transporte e lançamento do concreto pronto, vibradores, outras ferramentas manuais e um grupo gerador para fornecimento de energia.

Após o amassamento o concreto será lançado, num intervalo inferior à uma hora entre o final de amassamento ou agitação mecânica. Quando houver necessidade de aumentar este intervalo, será utilizado um retardado de pega e endurecimento.

A altura de queda livre não ultrapassará a 2m. Em peças com alturas superiores, medidas especiais serão tomadas para evitar segregação, entre elas:

- lançamento através de funis ou trambes;
- abertura de janelas nas formas que permitam diminuir a altura de lançamento e facilitem o adensamento;
- emprego de concreto mais plástico e rico em cimento;
- colocação de 5 a 10 cm de espessura de argamassa de cimento, feita com o mesmo traço do concreto que vai ser utilizado, porém sem agregado graúdo.

A concretagem será procedida por um estudo, que estabelecerá o plano de concretagem, prazos e planos de retirada de forma, colocação de armadura adicional nos locais de interrupção forçada de concretagem na estrutura.

Para se obter o concreto compactado com o mínimo de vazios, serão utilizados processos mecânicos de compactação através de vibradores, que poderão ser internos, com agulhas vibrantes ou externos, com réguas de superfície, mesas vibratórias e de formas.

A cura do processo que tem por objetivo evitar a evaporação da água utilizada na mistura de concreto e que deverá reagir com o cimento hidratando-o. A cura será feita por um dos processos abaixo:

- Irrigação ou aspersão d'água;
- Submersão da ´peça sob uma lâmina d'água;
- Recobrimento com areia úmida, pó de serra ou folha molhada, sacos de linhagem umedecidos etc.;
- Membrana de cura, com emulsões aquosas ou soluções de produtos resinosos ou parafínicos;
- Conservação das formas.

Superestrutura

Formas

O mesmo procedimento das formas do item Fôrmas, pode ser adotado para a Superestrutura.

Armaduras

O mesmo procedimento das formas no item Armaduras, no item da Mesoestrutura, pode ser adotado para a Superestrutura.

Confecção e Lançamento do concreto

Como o emprego da protensão requer, a utilização de técnicas mais requintadas do que no caso de concreto armado, não protendido, o controle de qualidade global deve ser mais eficiente e assim é possível (e necessário) o uso de concretos também de melhor qualidade.

A resistência característica à compressão desses concretos é de resistência mais alta em geral também tem módulo de deformação mais elevado, o que diminui tanto as deformações imediatas como as que ocorrem ao longo do tempo, provocadas pela fluência do concreto.

Confecção e colocação de cabo de cordoalhas

Nas estruturas de concreto protendido é aplicado tensões prévias para aumentar sua resistência aos esforços que o solicitarão na sua vida útil. Estas tensões são impostas por meio da utilização de armaduras de fios ou cabos que são tracionados e fixados no elemento estrutural. A protensão pode ser pré ou pós, dependendo se a operação de tracionamento é feita antes ou depois da concretagem da peça estrutural.

As etapas de construção das estruturas de concreto protendido, são as mesmas de uma estrutura convencional de concreto armado, acrescentando-se apenas a etapa referente ao processo de protensão das peças. Os serviços relativos à protensão são divididos nas seguintes etapas:

- preparo do cabo, ou seja, corte nas dimensões pedidas pelo projeto,
- colocação e posicionamento dos cabos,

Protensão e injeção dos cabos de cordoalhas

O objetivo deste plano é estabelecer requisitos necessários à execução do concreto protendido com qualidade e segurança. Em todas as etapas da execução do concreto protendido, deverão ser obedecidas as NBR's vigentes.

A execução da protensão deverá obedecer às informações do projeto estrutural. No caso da necessidade de alterações no projeto ou na existência de discordâncias entre este e as Normas Brasileiras aqui especificadas, o projetista deverá ser consultado.

Os cabos de protensão devem ser confeccionados no comprimento e tipos especificados nos desenhos do projeto executivo. O desenho de montagem do aço de protensão e armadura passiva deve ser devidamente estudado e entendido pelo pessoal da execução.

O corte das cordoalhas para a confecção dos cabos deve ser feito a frio, por tesouras ou esmerilhadeiras (fixa ou manual). Conforme NBR 14931. A amarração dos fios pode ser feita com arame recozido ou, alternativamente, com fita adesiva plástica.

As extremidades do cabo, na região das ancoragens, devem estar limpas e isentas de respingos de nata de cimento, argamassa, oxidação ou eventuais irregularidades dos fios, a fim de se garantir o ajuste perfeito das cunhas do macaco de protensão.

A operação de colocação na forma é a mesma, tanto para cabos pré-fabricados (com ou sem aderência), quanto para os de enfiação posterior. Em ambos os casos, devem ser respeitadas as seguintes orientações:

Locar na forma as cotas de posicionamento das bainhas indicadas no projeto. Não é permitido o uso de solda entre as travessas ou estribos de sustentação e a armadura frouxa. Deve ser colocada armadura de fretagem e fendilhamento, tanto nas ancoragens ativas, como nas passivas, de acordo com o especificado no projeto.

O concreto a ser usado para estruturas protendidas deve ser plástico o suficiente para preencher todos os vazios em regiões de grandes concentrações de ferragem.

O traço deve apresentar a resistência necessária, porém com agregados de diâmetro máximo compatível com o espaçamento existente entre a armadura.

Não será permitido o lançamento de concreto de grande altura (2m) diretamente sobre as bainhas. Neste sentido, a empresa construtora deverá prover o uso de equipamentos auxiliares (calhas, trombas de elefante, etc.). Os tubos da bomba de concreto, se usada, deverão ser apoiados de forma a não encostarem nas armaduras.

Guarda-Rodas

Os guarda-rodas em concreto armado serão executados com o concreto de resistência igual a estabelecida para a estrutura.

Acabamento

Pintura

As superfícies aparentes de concreto deverão ser pintadas com duas demãos de aguarda de forte de cimento, após vistoria procedida pela Fiscalização.

PLANO DE ATAQUE À OBRA

PERÍODO ANUAL DE CONSTRUÇÃO

Recomenda-se que a execução das obras seja realizada no período de estiagem. O andamento dos serviços poderá ser prejudicado nos meses de outubro a março, época em que são frequentes as precipitações de maior intensidade na região.

ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES GERAIS

As especificações de serviços apresentam sugestões a respeito dos equipamentos julgados mais apropriados à execução dos serviços. Em qualquer caso, compete à própria executante da obra assegurar que o canteiro de serviço esteja adequadamente montado, contando com todos os equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços, atendendo aos aspectos técnicos e ao cronograma previsto para a obra.

SINALIZAÇÃO EM FASE DE OBRA

É de total responsabilidade da executante a concepção, a implantação, a operação e o remanejamento da sinalização provisória da obra, obedecendo as especificações vigentes, de acordo com a evolução das frentes de serviço, de forma a conferir segurança ao tráfego e ao pessoal em serviço, bem como minimizar transtornos aos usuários.

PROPRIEDADE DO MATERIAL REMOVIDO

Todo material objeto de desmatamento, limpeza, demolição ou remoção (tubos, cercas, pavimentos e outros), fica a cargo do executante depositar tais materiais em local definido pela fiscalização.

SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS

Responsabilidade da Fiscalização

Cabe a FISCALIZAÇÃO a verificação dos serviços topográficos relacionados à locação do eixo do traçado, nivelamento, seccionamento transversal, emissão de notas de serviço e quantificação de todos os serviços especificados que requeiram controle geométrico.

Responsabilidade da Executante

À executante compete à implantação dos serviços topográficos relacionados à locação do eixo do traçado, nivelamento, seccionamento transversal, “off-sets” e a conservação de todas as referências indicadas nas Notas de Serviço.

AVANÇO FÍSICO DAS FRENTES DE SERVIÇO

Com o objetivo de proteger e dar adequada serventia aos serviços executados constituintes da obra rodoviária, em função dos recursos públicos investidos em determinado período, compete a fiscalização definir o espaçamento máximo das diversas frentes de serviço e da responsabilidade da executora cumprir, rigorosamente, o descrito a seguir:

A obra de arte especial é basicamente constituída de 3 elementos estruturais:

- Infraestrutura, que contempla as fundações em estacas raiz e blocos de coroamento;
- Mesoestrutura, que contempla os pilares, as vigas travessas e os aparelhos de apoio;
- Superestrutura, que contempla as vigas longarinas, as placas de pré-laje, as lajes, as defensas, a pavimentação, os acabamentos.

a) Cuidados devem ser tomados pelo executante quanto à recuperação das áreas degradadas, além da implantação de dispositivos provisórios para contenção de sedimentos.

b) A frente máxima de ataque à obra pode ser reduzida ou ampliada, por proposição da fiscalização e autorização do Gestor do Contrato, nos casos que o porte da obra, prazo de execução e cronograma físico-financeiro forem compatíveis.

PLACA DE INFORMAÇÃO DE OBRA

As placas a que se refere o artigo 16 da Lei Federal nº 5.194/66 têm por finalidade a identificação do exercício profissional das pessoas físicas e jurídicas nas obras, nas instalações e nos serviços de Engenharia e Agronomia, públicos ou privados.

A placa de obra tem o objetivo de mostrar para a sociedade que os serviços realizados na obra possuem responsáveis técnicos / profissionais legalmente habilitados.

As placas deverão ser confeccionadas de acordo com cores, medidas, proporções e demais orientações conforme indicação da FISCALIZAÇÃO. Elas deverão ser confeccionadas em chapas planas, metálicas, em material resistente às intempéries. As placas deverão ser afixadas, em local visível, preferencialmente voltadas para a via que favoreça a melhor visualização. Recomendamos que as placas sejam mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão das cores, durante todo o período de execução das obras.

DIÁRIO DE OBRA

Documento de informação, controle e orientação, preparado de forma contínua e simultânea à execução da obra, cujo teor consiste no registro sistemático, objetivo, sintético e diário dos eventos ocorridos no âmbito da obra, bem como de observações e comentários pertinentes.

O diário de obra contém o resultado das inspeções e observações rotineiramente efetuadas pela Fiscalização, no universo da obra contratada, com a finalidade de avaliar e acompanhar o desempenho da Construtora contratada e aferir o cumprimento das disposições contratuais por parte da Construtora.

O desempenho da Construtora deve ser apreciado pela Fiscalização em toda a sua abrangência, englobando as atividades executivas propriamente ditas, assim como todas as questões que, direta ou indiretamente, participem do complexo da construção rodoviária e nele exerçam alguma influência. Neste sentido, as inspeções e observações devem contemplar os seguintes quesitos:

a) Equipamentos;
b) Pessoal;
c) Instalações;
d) Cronograma Físico;
e) Qualidade;
f) Atendimento à Fiscalização;
g) Administração da Obra; e
h) Atendimento Ambiental.

O diário de obra não se superpõe à medição da obra. É, portanto, dispensável o lançamento ou registro no diário de obra de dados técnicos ou elementos afins, de quantitativos e respectivas memórias de cálculo.

Ao fim de cada mês, os registros efetuados diariamente no diário de obra deverão ser objeto de uma análise conjunta (Construtora e Fiscalização), com o objetivo de definir o desempenho mensal da Construtora.

Por ocasião da análise conjunta realizada a cada mês deverá ser lavrada Ata que materialize as resoluções e as deliberações adotadas.

9.0 – DECLARAÇÕES

DADOS DA PROPOSTA			
Informações Gerais			
Proposta:	Elaboração De Estudo Topográfico, Estudo Hidrológico/Hidráulico, Estudo Geotécnico (Sondagem) E Projeto Executivo De Engenharia Da Ponte Em Concreto Armado E Protendido		
Objeto:	Ponte Em Concreto Armado E Protendido, Sobre O Rio Canjira-Acorá		
Município:	Chapada Dos Guimarães	**UF:**	MT

DECLARAÇÃO ONERADO OU DESONERAÇÃO
Declaro para os devidos fins que a alternativa adotada foi a SEM DESONERAÇÃO, pois tornou-se a mais vantajosa para esta Administração Pública, uma vez que a meta estipulada alcançou uma maior área a ser beneficiada. Em ambas as planilhas orçamentárias, no cálculo do BDI adotado, foram utilizados os mesmos valores de seus componentes e, ainda, declaro que os percentuais relativos aos impostos estão de acordo com o que emanam as leis pertinentes.
CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT, 28/03/2026,

MARILDA DE CASTRO COSTA:01534644881 MARILDA DE CASTRO COSTA:01534644881 2026.03.30 14:54:22 -04'00'

Eng.ª Marilda de Castro Costa
Fck Engenharia Consultoria Comércio E Representações LTDA.

LUCAS LUIZ ARAUJO CORREA:22091942880 LUCAS LUIZ ARAUJO CORREA:22091942880 Eu sou o autor deste documento 2026.03.30 14:23:22-04'00'

Eng.º Lucas Luiz Araujo Correa
Fck Engenharia Consultoria Comércio E Representações LTDA.

10.0 – ART

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART Lei n° 6.496, de 7 de dezembro de 1977 **CREA-MT**

ART DE OBRA/SERVIÇO
1220230030407

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do CREA-MT

1. Responsável Técnico

MARILDA DE CASTRO COSTA	RNP: **2607349869**
Título Profissional: **ENGENHEIRA CIVIL**	Registro: **91385**
Empresa Contratada: **11.422.746/0001-00 - FCK - ENGENHARIA**	Registro: **20109**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES**		CPF/CNPJ: **03.507.530/0001-19**
Rua: **RUA TIRADENTES**		Número: **166**
Complemento:	Bairro: **CENTRO**	País: **Brasil**
Cidade: **CHAPADA DOS GUIMARÃES**	UF: **MT**	CEP: **78.195-000**
Contrato: **130/2022**	Celebrado em: **07/07/2022**	
Valor: **R$ 409.280,00**	Tipo de Contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**	
Ação Institucional:		

3. Dados Obra/Serviço

Logradouro	Bairro	Número	Complemento	Cidade	UF	País	Cep	Coordenada
RODOVIA MT-515	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIO RONCADOR - 60,55MX8,80M - PT02518	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	015º05'28.66" S 055º26'26.69" O
RODOVIA MUNICIPAL	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIO QUILOMBO - 45,55MX5,00M - PTCG050	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	015º10'46.56" S 055º39'51.53" O
RODOVIA MT-515	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIO LAGOINHA - 33,50MX8,80M - PT02516	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	015º16'05.11" S 055º35'24.34" O
RODOVIA MT-515	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIO CACHOEIRA - 21,00MX10,80M - PT02515	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	015º16'09.54" S 055º36'31.00" O
RODOVIA MT-244	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIBEIRÃO CAIANA - 45,50MX8,80M - PT02363	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	014º52'58.71" S 055º08'48.83" O
RODOVIA MT-244	S/B	S/N	PONTE SOBRE CÓRREGO PIÇARRA - 33,50MX8,80M - PT02364	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	014º52'03.68" S 055º09'49.94" O
RODOVIA MT-515	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIO ÁGUA BRANCA - 25,50MX8,80M - PT02519	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	014º59'38.94" S 055º30'09.03" O
RODOVIA MT-020	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIO MANSO - 83,10MX8,80M - PT02421 -	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	014º49'19.86" S 055º19'27.39" O

6. Declarações

Acessibilidade: **Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto n° 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.**

7. Entidade de Classe

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local / / data

MARILDA DE CASTRO COSTA:01534644881

015.346.448-81 - MARILDA DE CASTRO COSTA

03.507.530/0001-19 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

9. Informações

A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mt.org.br ou www.confea.org.br.
A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-mt.org.br cate@crea-mt.org.br
tel: (65)3315-3000

CREA-MT Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso

Valor ART: R$ 254,59 Registrada em 14/02/2023 Valor Pago: R$ 254,59 Nosso Número: 140000000009959942

OSMAR FRONER DE MELLO:37557785649

Assinado de forma digital por OSMAR FRONER DE MELLO:37557785649

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART Lei n° 6.496, de 7 de dezembro de 1977 **CREA-MT**

ART DE OBRA/SERVIÇO
1220230030407

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do CREA-MT

RODOVIA MUNICIPAL	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIO JARDIM - 25,50MX5,00M - PTCG085	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	015º03'46.34" S 055º51'41.86" O
RODOVIA MUNICIPAL	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIO JANGADA - 41,55MX5,00M - PTCG025	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	015º11'58.09" S 055º19'39.98" O
RODOVIA MUNICIPAL	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIO CANJIRA/ACORÁ - 25,50MX5,00M - PTCG048	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	015º15'00.00" S 055º39'53.72" O
RODOVIA MUNICIPAL	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIO JANGADA/ALAIR - 45,55MX5,00M - PTCG027	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	015º07'01.51" S 055º24'33.48" O
RODOVIA MUNICIPAL	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIO LAGOINHA DE BAIXO - 41,55MX5,00M - PTCG112	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	015º21'23.11" S 055º32'56.43" O

Data de Inicio: **08/07/2022** Previsão Término: **07/07/2023** Código:

Tipo Proprietário: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO** Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES** CPF/CNPJ: **03.507.530/0001-19**

Finalidade: **INFRA-ESTRUTURA**

4. Atividades Técnicas

Grupo/Subgrupo	Atividade Profissional	Obra/Serviço	Complemento	Quantidade	Unidade
Estruturas - Obras de Arte					
	Projeto	de pontes		3.831,7600	metro quadrado
	Elaboração de orçamento	de pontes		13,0000	unidade
	Estudo	de pontes		13,0000	unidade
Geotecnia e Geologia da Engenharia - Sondagens					
	Estudo	de sondagem geotécnica	mista	35,0000	unidade
Topografia - Levantamentos Topográficos Especiais e Nivelamentos de Precisão					
	Levantamento	de levantamento batimétrico		13,0000	unidade

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elab. Estudos Topográfico, Hidrológicos, sondagens e Proj. Executivo p/ 13 Pontes de Concreto, conf. contrato

6. Declarações

Acessibilidade: **Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto n° 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.**

7. Entidade de Classe

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local / / data

MARILDA DE CASTRO COSTA:01534644881

015.346.448-81 - MARILDA DE CASTRO COSTA

03.507.530/0001-19 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

9. Informações

A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mt.org.br ou www.confea.org.br.
A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-mt.org.br cate@crea-mt.org.br
tel: (65)3315-3000

CREA-MT Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso

Valor ART: R$ 254,59 Registrada em 14/02/2023 Valor Pago: R$ 254,59 Nosso Número: 140000000009959942

OSMAR FRONER DE MELLO:37557785649

Assinado de forma digital por OSMAR FRONER DE MELLO:37557785649

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART Lei n° 6.496, de 7 de dezembro de 1977 **CREA-MT**

ART DE OBRA/SERVIÇO
1220230030676
Coautor à 1220230030407

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do CREA-MT

1. Responsável Técnico

LUCAS LUIZ ARAUJO CORREA	RNP: **1203670761**
Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**	Registro: **14567**
Empresa Contratada: **11.422.746/0001-00 - FCK - ENGENHARIA**	Registro: **20109**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES**		CPF/CNPJ: **03.507.530/0001-19**
Rua: **RUA TIRADENTES**		Número: **166**
Complemento:	Bairro: **CENTRO**	País: **Brasil**
Cidade: **CHAPADA DOS GUIMARÃES**	UF: **MT**	CEP: **78.195-000**
Contrato: **130/2022**	Celebrado em: **07/07/2022**	Vinculado à ART: **1220230030407**
Valor: **R$ 409.280,00**	Tipo de Contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**	
Ação Institucional:		

3. Dados Obra/Serviço

Logradouro	Bairro	Número	Complemento	Cidade	UF	País	Cep	Coordenada
RODOVIA MT-515	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIO RONCADOR - 60,55MX8,80M - PT02518	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	015º05'28.66" S 055º26'26.69" O
RODOVIA MT-515	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIO ÁGUA BRANCA - 25,50MX8,80M - PT02519	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	014º59'38.94" S 055º30'09.03" O
RODOVIA MUNICIPAL	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIO QUILOMBO - 45,55MX5,00M - PTCG050	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	015º10'46.56" S 055º39'51.53" O
RODOVIA MT-244	S/B	S/N	PONTE SOBRE CÓRREGO PIÇARRA - 33,50MX8,80M - PT02364	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	014º52'03.68" S 055º09'49.94" O
RODOVIA MUNICIPAL	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIO JARDIM - 25,50MX5,00M - PTCG085	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	015º03'46.34" S 055º51'41.86" O
RODOVIA MT-515	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIO LAGOINHA - 33,50MX8,80M - PT02516	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	015º16'05.11" S 055º35'24.34" O
RODOVIA MT-515	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIO CACHOEIRA - 21,00MX10,80M - PT02515	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	015º16'09.54" S 055º36'31.00" O
RODOVIA MT-020	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIO MANSO - 83,10MX8,80M - PT02421	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	014º49'19.86" S 055º19'27.39" O

6. Declarações

Acessibilidade: **Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto n° 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.**

7. Entidade de Classe

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local LUCAS LUIZ ARAUJO CORREA:22091942880 Assinado de forma digital por LUCAS LUIZ ARAUJO CORREA:22091942880 Dados: 2023.02.16 08:19:14 -04'00' / / data

220.919.428-80 - LUCAS LUIZ ARAUJO CORREA

03.507.530/0001-19 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

9. Informações

A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mt.org.br ou www.confea.org.br.
A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vinculo contratual.

www.crea-mt.org.br cate@crea-mt.org.br
tel: (65)3315-3000

CREA-MT Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso

Valor ART: R$ 96,62 Registrada em 15/02/2023 Valor Pago: R$ 96,62 Nosso Número: 140000000009963486

OSMAR FRONER DE MELLO:37557785649 Assinado de forma digital por OSMAR FRONER DE MELLO:37557785649

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART Lei n° 6.496, de 7 de dezembro de 1977 **CREA-MT**

ART DE OBRA/SERVIÇO
1220230030676
Coautor à 1220230030407

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do CREA-MT

RODOVIA MT-244	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIBEIRÃO CAIANA - 45,50MX8,80M - PT02363	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	014º52'58.71" S 055º08'48.83" O
RODOVIA MUNICIPAL	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIO JANGADA - 41,55MX5,00M - PTCG025	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	015º11'58.09" S 055º19'39.98" O
RODOVIA MUNICIPAL	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIO JANGADA/ALAIR - 45,55MX5,00M - PTCG027	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	015º07'01.51" S 055º24'33.48" O
RODOVIA MUNICIPAL	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIO CANJIRA/ACORÁ - 25,50MX5,00M - PTCG048	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	015º15'00.00" S 055º39'53.72" O
RODOVIA MUNICIPAL	S/B	S/N	PONTE SOBRE RIO LAGOINHA DE BAIXO - 41,55MX5,00M - PTCG112	CHAPADA DOS GUIMARÃES	MT	BRA	78.195-000	015º21'23.11" S 055º32'56.43" O

Data de Inicio: **08/07/2022** Previsão Término: **07/07/2023** Código:

Tipo Proprietário: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO** Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES** CPF/CNPJ: **03.507.530/0001-19**

Finalidade: **INFRA-ESTRUTURA**

4. Atividades Técnicas

Grupo/Subgrupo	Atividade Profissional	Obra/Serviço	Complemento	Quantidade	Unidade
Estruturas - Obras de Arte					
	Projeto	de pontes		3.831,7600	metro quadrado
	Elaboração de orçamento	de pontes		13,0000	unidade
	Estudo	de pontes		13,0000	unidade
Geotecnia e Geologia da Engenharia - Sondagens					
	Estudo	de sondagem geotécnica	mista	35,0000	unidade
Topografia - Levantamentos Topográficos Especiais e Nivelamentos de Precisão					
	Levantamento	de levantamento batimétrico		13,0000	unidade

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elab. Estudos Topográfico, Hidrológicos, sondagens e Proj. Executivo p/ 13 Pontes de Concreto, conf. contrato

6. Declarações

Acessibilidade: **Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto n° 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.**

7. Entidade de Classe

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local LUCAS LUIZ ARAUJO CORREA:22091942880 Assinado de forma digital por LUCAS LUIZ ARAUJO CORREA:22091942880 Dados: 2023.02.16 08:19:35 -04'00' data / /

220.919.428-80 - LUCAS LUIZ ARAUJO CORREA

03.507.530/0001-19 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

9. Informações

A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mt.org.br ou www.confea.org.br.
A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vinculo contratual.

www.crea-mt.org.br cate@crea-mt.org.br
tel: (65)3315-3000

CREA-MT Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso

Valor ART: R$ 96,62 Registrada em 15/02/2023 Valor Pago: R$ 96,62 Nosso Número: 140000000009963486

OSMAR FRONER DE MELLO:37557785649 Assinado de forma digital por OSMAR FRONER DE MELLO:37557785649

11.0 – TERMO DE ENCERRAMENTO

TERMO DE ENCERRAMENTO

Encerro o presente Volume I, referente aos Serviços de Elaboração de Estudos Topográficos, Estudos Hidrológicos / Hidráulicos, Estudos Geotécnicos (Sondagens) e Projeto Executivo para ponte sobre o Rio Canjira-Acorá, situado na Rodovia Municipal, coordenadas 15º15'00.00"S / 55º39'53.72"O, no Município de Chapada dos Guimarães, com extensão de 25,50 e largura de 5,00 , declarando que este possui um total de 191 (Cento e noventa e um) folhas incluindo a folha deste Termo.

MARILDA DE CASTRO COSTA:01534644881

MARILDA DE CASTRO COSTA:01534644881
2026.03.30 14:55:27 -04'00'

Eng.ª Marilda de Castro Costa
FCK ENGENHARIA CONSULTORIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

LUCAS LUIZ ARAUJO CORREA:22091942880

LUCAS LUIZ ARAUJO CORREA:22091942880
Eu sou o autor deste documento
2026.03.30 14:23:44-04'00'

Eng.º Lucas Luiz Araujo Correa
FCK ENGENHARIA CONSULTORIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.